

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RENATA RIVA FINATTI

**ELEIÇÕES COMO FORMA DE PROVIMENTO DA DIREÇÃO ESCOLAR NA REDE
MUNICIPAL DE ENSINO DE CURITIBA**

CURITIBA

2016

RENATA RIVA FINATTI

**ELEIÇÕES COMO FORMA DE PROVIMENTO DA DIREÇÃO ESCOLAR NA REDE
MUNICIPAL DE ENSINO DE CURITIBA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Políticas Educacionais, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Ricardo de Souza

CURITIBA
2016

Catálogo na Publicação
Cristiane Rodrigues da Silva – CRB 9/1746
Biblioteca de Ciências Humanas – UFPR

F491e Finatti, Renata Riva

Eleições como forma de provimento da direção escolar
na Rede Municipal de Ensino de Curitiba. / Renata Riva
Finatti. – Curitiba, 2016.

186 f.

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Ricardo de Souza.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de
Educação, Universidade Federal do Paraná.

1. Gestão Escolar. 2. Políticas Educacionais. 3. Diretores
Escolares – Eleições. I. Título.

CDD 371.2



PARECER

Defesa de Dissertação de Renata Riva Finatti para obtenção do Título de MESTRA EM EDUCAÇÃO. Os abaixo assinados, Prof. Dr. Ângelo Ricardo de Souza, Prof.^a Dr.^a Tais Moura Tavares, Prof.^a Dr.^a Teise de Oliveira Guaranha Garcia, arguiram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Dissertação: "ELEIÇÕES COMO FORMA DE PROVIMENTO DA DIREÇÃO ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURITIBA".

Procedida a arguição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está Apta ao Título de MESTRA EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
Prof. Dr. Ângelo Ricardo de Souza		Aprovado
Prof. ^a Dr. ^a Tais Moura Tavares		Aprovado
Prof. ^a Dr. ^a Teise de Oliveira Guaranha Garcia		Aprovado

Curitiba, 25 de fevereiro de 2016.

Prof.^a Dr.^a Monica Ribeiro da Silva
Coordenadora do PPGE

Prof.^a Dr.^a Monica Ribeiro da Silva
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Educação
Matrícula: 125750

A mãe-professora-leitora, Jussara.

Ao Gustavo, que me alimentou para que eu pudesse me dedicar.

AGRADECIMENTOS

A cada um que esteve comigo nesses dois anos e que dividiu comigo esta jornada.

Às sobrinhas e sobrinho, que me recarregavam energias semanalmente.

Ao Professor Ângelo Ricardo de Souza, que acreditou em meu trabalho e me orientou neste processo.

À banca examinadora, pela leitura criteriosa, avaliação e contribuições fundamentais.

Aos colegas de mestrado pelas contribuições e com quem pude dividir minhas indecisões.

A todos/as os/as professores/as que contribuíram para a minha formação e curiosidade, sempre me incentivando a estudar: da pré-escola ao ensino médio, na universidade, em casa, no trabalho, na vida.

Às colegas de trabalho na Secretaria Municipal da Educação, com quem compartilhei muitas das angústias, troquei ideias e dividi “descobertas”.

Aos familiares e amigos/as, pelo apoio e incentivos.

Aos meus pais, pelos exemplos de determinação e força de vontade, por toda minha formação e por acreditarem e me incentivarem a ir além.

Ao Gustavo, que se tornou dono de casa e cozinheiro ao descobrir que o mestrado exigiria dois anos de trabalho em família; recém-casados, aprendemos a dividir tarefas para que nosso “primeiro filho” criasse forma.

Aos cidadãos que financiam a educação pública, contribuindo à efetivação do direito à educação, instrumento de transformação social e cidadania que impulsiona vivências democráticas.

*Das coisas seguras,
A mais segura é a dúvida.
B. Brecht*

RESUMO

Este trabalho busca discutir, à luz do conceito de democracia, as virtudes e vicissitudes do processo de provimento das equipes diretivas das unidades educacionais públicas do município de Curitiba. O município tem, desde 1983, normatização que rege esses processos de escolha por meio de eleições ou consultas à comunidade. Não obstante, a operacionalização desta normativa, ao longo destas três décadas, não foi analisada quanto a sua efetividade como princípio democrático, foco desta pesquisa. A democracia é princípio da legislação Brasileira desde o século XIX, ainda que o conceito tenha sido ampliado ou modificado desde então. O Brasil é um Estado Democrático de Direito, como descrito na Constituição Federal e, portanto, o princípio democrático rege as instituições públicas, dentre as quais a escola. Além do imperativo da Constituição Federal/88 para a gestão democrática da educação (art. 206, VI), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) reafirma o princípio em dois artigos, 3º e 14, impondo a cada sistema a definição de normas de gestão democrática do ensino público. Na mesma toada, os Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação explicitam o princípio e a necessidade de se criarem mecanismos para sua efetivação, dentre os quais a consulta à comunidade para provimento da função de dirigente escolar. A pesquisa teve, portanto, como objetivos específicos, a discussão dos conceitos de Estado, democracia e gestão democrática da escola pública; a discussão e análise das eleições como forma de provimento da direção escolar, um dos instrumentos de materialização da gestão democrática da escola pública; descrição e análise de como é tratada a forma de provimento da função de direção das 184 escolas municipais na legislação de Curitiba, à luz do conceito de democracia; e a criação de um banco de dados dos/as profissionais que ocuparam as funções de direção em cada uma das 184 escolas de Curitiba desde os primeiros processos eleitorais (década de 1980). A pesquisa foi desenvolvida a partir de dados documentais e advindos de questionários a diretores/as de escolas municipais, além de análise bibliográfica. Dentre as fontes empíricas, foram estudadas as leis que regeram os processos de eleição/consulta no município de Curitiba, os decretos de nomeação dos/as profissionais que ocuparam função de direção nas unidades escolares após pleitos, a documentação do último processo de escolha, ocorrido em outubro/novembro de 2014, os relatos e observações desta pesquisadora, que esteve atuando na Secretaria Municipal de Educação de Curitiba durante toda a pesquisa, e em especial na equipe de Gestão Escolar durante o processo de consulta e nomeação das candidatas eleitas, bem como um questionário realizado com as novas gestoras, alguns meses após sua nomeação. Os dados demonstram que a rotatividade de profissionais na função de direção não é garantida nas unidades por meio das eleições, na forma como essas foram tratadas na legislação até 2014, tampouco o instrumento garante gestões democráticas da escola pública.

Palavras chaves: Gestão democrática. Escola pública. Eleições de diretores/as. Provimento de dirigentes escolares. Políticas Educacionais.

ABSTRACT

This work discusses, in the light of the concept of democracy, the virtues and vicissitudes of the appointment process of the management teams of public educational facilities in the city of Curitiba. The city has, since 1983, regulation that rules this process of choice through elections or community consultation. Nevertheless, over these three decades, the implementation of this legislation was not analyzed for its effectiveness as a democratic principle, focus of this research. Democracy is the principle of Brazilian law since the nineteenth century, although the concept has been expanded or modified since then. Brazil is a democratic state, as described in the Constitution, and therefore the democratic principle rules public institutions, among which the school. In addition to the imperative of the Federal Constitution/88 for the democratic management of education (article 206, VI), the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB 9394/96) reaffirms the principle in two articles, 3 and 14, imposing every system the definition of democratic management standards of public education. At the same time, the National, State and Municipal Education Plans explain the principle and the need to create mechanisms for their enforcement, among them community consultation for the post of official school function. The research therefore had specific objectives: the discussion of State concepts, democracy and democratic management of public education; discussion and analysis of elections as a means of providing the school board, one of the materialization of instruments of democratic management of public education; description and analysis of how it is treated the form of provision of direction function of 184 public schools in Curitiba legislation in the light of the concept of democracy; and the creation of a professional database that occupied the functions of direction in each of the 184 schools in Curitiba since the first elections (1980). The research was developed from documentary evidence and arising from questionnaire applied to directors of municipal schools, in addition to literature review. Among the empirical sources, were studied the laws that governed the election processes/consultation in Curitiba, the professional appointment decrees that occupied steering function at schools after elections, the documentation of the last selection process, held in October/November 2014, the reports and observations of this researcher, who was working in Curitiba City Department of Education throughout the research, especially in the School Management team during the consultation process and appointment of elected candidates, as well as a questionnaire performed with the new management a few months after his appointment. The data demonstrate that the staff turnover in the school management role is not guaranteed in the units through elections, nor the instrument ensures the democratic management of public education.

Keywords: Democratic management. Public school. Election of directors. Provision of directors. Educational Policies.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – PERCENTUAL DE PROFISSIONAIS POR NÚMERO DE MANDATOS EXERCIDOS – SÉRIE HISTÓRICA E PROFISSIONAIS ATUALMENTE NA GESTÃO DAS UNIDADES.....	108
GRÁFICO 2 - NÚMERO DE CHAPAS CONCORRENTES POR ESCOLA.....	112
GRÁFICO 3 - RESULTADO DO PROCESSO ELEITORAL DE 2014, EM RELAÇÃO AO DE 2011	113
GRÁFICO 4 - RECONDUÇÕES ÀS FUNÇÕES DE DIREÇÃO - MANDATO 2011-2014 E 2015-2017	113
GRÁFICO 5 - A MELHOR FORMA DE PROVIMENTO DA FUNÇÃO DE DIREÇÃO SEGUNDO AS RESPONDENTES	126

LISTA DE MAPAS

MAPA 1- DISTRIBUIÇÃO DA QUANTIDADE DE MODALIDADES DE SELEÇÃO DE DIRETOR UTILIZADAS PELAS SECRETARIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DAS CAPITAIS	77
MAPA 2 - DISTRIBUIÇÃO DA REALIZAÇÃO DE SELEÇÃO DE DIRETOR MEDIANTE ELEIÇÕES PELAS SECRETARIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DAS CAPITAIS	78

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL SOBRE PROVIMENTO DOS CARGOS DE DIREÇÃO ESCOLAR.....	84
QUADRO 2 – COMPOSIÇÃO DOS COLEGIADOS ELEITORAIS NA LEGISLAÇÃO QUE TRATA DO PROVIMENTO DO CARGO DE DIREÇÃO ESCOLAR	95
QUADRO 3 – MODELO DE QUADRO DE SISTEMATIZAÇÃO DOS DECRETOS QUE DESIGNARAM DIRETORES/AS PARA AS UNIDADES EDUCACIONAIS DA DÉCADA DE 1970 ATÉ 2015	106

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – ESQUEMA EXPLICATIVO SOBRE A COMPUTAÇÃO DE VOTOS.	92
TABELA 2 – NÚMERO DE MANDATOS NOS DECRETOS PUBLICADOS APÓS PERÍODO DE "ELEIÇÃO"	107
TABELA 3 – NÚMERO DE MANDATOS EXERCIDOS POR PROFISSIONAL NA SÉRIE HISTÓRICA (MANDATOS QUE INICIARAM ENTRE 1984 E 2015) E PELOS ATUAIS GESTORES	108
TABELA 4 – TEMPO DE EXERCÍCIO NA EQUIPE DIRETIVA – DIREÇÃO E VICE- DIREÇÃO	109
TABELA 5 – RAZÕES PARA BUSCAR A DIREÇÃO DE ESCOLA	120
TABELA 6 – MANDATOS EXERCIDOS POR 52% DOS/AS PROFISSIONAIS RESPONDENTES:	123
TABELA 7 – TEMPO DE EXERCÍCIO DO CARGO DAS RESPONDENTES	123
TABELA 8 – FORMAÇÃO ESPECÍFICA PARA A FUNÇÃO DE DIREÇÃO ESCOLAR – RESPOSTA ABERTA.....	124
TABELA 9 – AVALIAÇÃO DA ATUAL FORMA DE PROVIMENTO DAS FUNÇÕES DE DIREÇÃO NA RME DE CURITIBA (ELEIÇÕES SIMPLES)	126

LISTA DE SIGLAS

APPF	-	Associação de Pais, Professores e Funcionários
BDTD	-	Biblioteca Digital Brasileira de teses e dissertações
CF/88	-	Constituição Federal de 1988
Consed	-	Conselho Nacional de Secretários da Educação
LDB	-	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
IQPM	-	Profissionais integrantes do quadro próprio do magistério
PNE	-	Plano Nacional de Educação
PME	-	Plano Municipal de Educação
RME	-	Rede Municipal de Ensino
PMC	-	Prefeitura Municipal de Curitiba
SME	-	Secretaria Municipal da Educação
SISMMAC	-	Sindicato dos servidores do magistério municipal de Curitiba
STF	-	Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	ESTADO BRASILEIRO, DEMOCRACIA E RELAÇÕES DE PODER	21
2.1	BRASIL, UM ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITOS.....	21
2.2	UM CONCEITO POSSÍVEL PARA A DEMOCRACIA.....	34
2.3	RELAÇÕES DE PODER E DEMOCRACIA NA ESCOLA	39
3	GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA	54
3.1	GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CURITIBA	61
4	ELEIÇÕES COMO FORMA DE PROVIMENTO DA DIREÇÃO ESCOLAR...66	
4.1	NATUREZA DA DIREÇÃO ESCOLAR	66
4.2	PROVIMENTO DA DIREÇÃO ESCOLAR	69
5	O PROVIMENTO DAS FUNÇÕES DE DIREÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURITIBA.....82	
5.1	A TRADUÇÃO LEGAL DO PROVIMENTO DO CARGO DE DIRETORES/AS	83
5.2	OS/AS PROFISSIONAIS DESIGNADOS/AS ÀS FUNÇÕES DE DIREÇÃO ESCOLAR E A ALTERNÂNCIA DE PODER.....	102
5.3	O PROCESSO DE ESCOLHA DE DIRETORES/AS EM 2014.....	111
5.3.1	Os planos de gestão das chapas eleitas.....	114
5.3.2	Mudança na legislação e o processo de escolha: rupturas ou manutenção do poder?	119
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
	REFERÊNCIAS	135
	DOCUMENTOS CONSULTADOS	140
	APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO - EQUIPES DIRETIVAS ELEITAS	141
	APÊNDICE 2 – QUADRO DE SISTEMATIZAÇÃO DE PESQUISAS.....	143
	APÊNDICE 3 – SÉRIE HISTÓRICA DE EQUIPES DIRETIVAS ELEITAS NA RME DE CURITIBA.....	146
	ANEXO 1 – AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA.....	185

1 INTRODUÇÃO

O conceito de democracia é amplo e sua materialização controversa. A palavra democracia, de origem grega, significa “governo do povo”, mas, ao longo da história, muitas foram as interpretações de como este governo deveria acontecer. O termo, em si, designa diferentes formas de concretização e, portanto, permite estes diferentes entendimentos na sua operacionalização e construção, além das contradições existentes em processos permeados de disputas pelo poder.

Desde o século XIX, no Brasil, a palavra democracia aparece nas letras de lei; no entanto, este conceito vem sendo ampliado ou modificado ao longo da história. Atualmente vivemos em um Estado Democrático de Direito, como descrito na Constituição Federal de 1988 (CF/88), e temos como princípio, portanto, o regime democrático. Esse Estado Democrático de Direitos é assim denominado, pois deve garantir, legalmente, liberdades a todo cidadão, ao mesmo tempo em que lhe protege os direitos humanos e respeita condições fundamentais de vida. É de direitos uma vez que preza pela legalidade, possuindo regras que a todos submetem, e democrático uma vez que essas regras ou direitos foram criados pelo próprio povo, por meio dos representantes democraticamente eleitos, para todos e cada um que compõe a sociedade sob aquela proteção jurídica. Assim, o Estado Democrático de Direitos se destina, como é afirmado no preâmbulo da CF/88, “a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça”. O primeiro capítulo desta dissertação buscará aprofundar esses aspectos.

Se a legislação indica a democracia como princípio para a sociedade, na educação não é diferente. A gestão democrática do ensino público é garantida na Carta Magna no artigo 206, inciso sexto, como um dos princípios que edificam a educação no país, conferindo, porém, aos demais entes federados a responsabilidade de normatização do imperativo. Alguns anos depois da promulgação da CF/88, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) reafirma este princípio em seus artigos terceiro e catorze, colocando a cada sistema a exigência de definir as normas de gestão democrática do ensino público, conforme suas peculiaridades e os

princípios de participação da comunidade escolar¹ e local² em conselhos escolares ou equivalentes, assim como a participação dos profissionais da educação na elaboração dos projetos pedagógicos das escolas.

Também o aprovado Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005 de 25/06/2014, com metas para os próximos dez anos, explicita, em sua meta 19, a necessidade de se criarem mecanismos para a efetivação da gestão democrática da educação. Não obstante, este plano vincula os mecanismos de gestão democrática a princípios meritocráticos e de desempenho, como será debatido na seção 4.

As normativas nacionais, estaduais e municipais não garantem, no entanto, que a democracia seja de fato exercida por todos/as os/as cidadãos/ãs. É preciso, para além da garantia jurídica, que haja instrumentos que possibilitem a todos os sujeitos vivenciarem experiências de cidadania e participarem dos processos decisórios. As relações de poder devem ser ressignificadas para que se constituam, de fato, em espaço democrático e com possibilidades iguais de participação. Um aspecto fundamental a discutir é a ideia de democracia direta e representativa, a qual nos permite entender a amplitude que o conceito pode assumir na mudança da base teórica que se estabelece.

Dentre os vários instrumentos para operacionalizar a gestão democrática na escola pública, destacam-se os órgãos colegiados de gestão³, que tornam possível a participação da comunidade escolar na tomada de decisões. Outro destes instrumentos é o processo de consulta à comunidade escolar para provimento da direção da escola, em seu caráter transitório.

A preocupação com o provimento da função de direção escolar, por via menos clientelista ou mais democrática, no Brasil, é relativamente recente, sendo registrada apenas a partir dos últimos trinta anos, em resposta aos movimentos de democratização do país. Antes disso, a forma adotada para o preenchimento do posto era basicamente a indicação por nomeação do governador ou do prefeito,

¹ Entende-se por comunidade escolar todos os sujeitos diretamente ligados à escola: crianças, jovens, adultos e idosos matriculados na unidade, responsáveis legais por estes estudantes, profissionais e trabalhadores/as da educação que atuam na escola (profissionais do magistério, equipes pedagógica, administrativa e diretiva, auxiliares de serviços escolares, profissionais que fazem a limpeza, profissionais de alimentação, etc.).

² A comunidade local é a comunidade escolar ampliada pelos moradores da região na qual a escola se insere.

³ Os órgãos colegiados de gestão são espaços de participação da comunidade escolar e/ou local e descentralização do poder e das decisões, uma vez que estas são compartilhadas por um número maior de sujeitos. Podem ser exemplificados pelos conselhos de escola, grêmios estudantis e associações de pais, professores e funcionários.

constituindo-se como cargo ou função de confiança⁴. Como dito, a democracia pode ser entendida ou materializada de diferentes formas, uma vez que o próprio termo já designa isto, e instrumentos ditos mais democráticos foram então institucionalizados para substituir anteriores. Os concursos públicos e as eleições, neste âmbito, foram os mecanismos alternativos à indicação propostos a partir do movimento de redemocratização do país que culminou com a redação da Carta Constitucional de 1988, depois do que se ampliaram as experiências com eleição para a direção escolar (MENDONÇA, 2000).

O município de Curitiba é um dos que, antes mesmo da promulgação da CF/88, já tinha mecanismos de escolha de diretores/as alternativos à indicação e pode ter influenciado a inclusão do princípio na Carta Magna. Aqui, estas consultas⁵ acontecem desde 1983, com critérios para candidaturas e votação definidos em leis específicas⁶, como será discutido adiante. Até então, todos os dirigentes das unidades escolares do município eram designados por ato do prefeito.

A despeito de a eleição como forma de provimento da função ser uma alternativa democrática à indicação/nomeação, este processo não está isento de críticas, que envolvem desde os que não a aceitam como processo democrático e continuam a entender o/a diretor/a como representante do governo, os que acusam a falta de preparo dos candidatos, os que se incomodam com a possibilidade de conflitos no espaço da escola, ou com a eventualidade de as disputas fugirem ao espaço democrático de discussões, até os que apontam a excessiva centralização na figura individual de candidatos, sem que se considere o projeto de gestão a ser escolhido.

⁴ Consta na CF/88, Art. 37, “V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento”; Marinela (2012) afirma que “cargo em comissão nada mais é que um lugar no quadro funcional da Administração Pública que consta com um conjunto de atribuições e responsabilidades de direção, chefia e assessoramento, em que a escolha é baseada na confiança, denominado, por esse razão, de livre nomeação e exoneração (exoneração *ad notum*), vulgarmente chamado cargo de confiança” (p. 615)

⁵ Não são caracterizadas como eleição, pois não definem, em última instância, os dirigentes das unidades. Após consulta ou eleição nas escolas, os nomes são entregues ao Secretário Municipal e este os encaminha ao prefeito, que, por meio de ato público (decreto), sanciona o processo. Nesta pesquisa, ambos os termos, consulta e eleição, serão utilizados, entendendo-se, no entanto, estes limites.

⁶ Leis municipais nº 1.656/1958, 6.428/1983, 6.767/1985, 7.076/1987, 7.160/1988, 7.368/1989, 7.768/1991, 8.280/1993, 8.983/1996, 9.717/1999 e 14.528/2014 (Curitiba).

A questão, como se vê, provoca posicionamentos antagônicos, mesmo em plena vigência do regime democrático no país, suscitando o presente trabalho, cujo objetivo, destarte, é analisar o processo de eleição (ou consulta) como forma de provimento da direção escolar nas escolas públicas do município de Curitiba, considerando as possibilidades e limites deste instrumento – eleição – como ferramenta de gestão democrática da escola pública, à luz dos conceitos de autores como Vitor Paro, Erasto Fortes Mendonça, Luiz Fernandes Dourado e Ângelo Ricardo de Souza.

A forma de provimento da direção escolar vem sendo estudada há décadas, como se percebe ao fazer um levantamento bibliográfico sobre a temática, no qual foram listados os resumos de uma centena de trabalhos, dentre dissertações, teses, artigos que se relacionam às temáticas de eleição de diretores, provimento de direção escolar, gestão democrática e afins. Foram consultados o Banco de Teses da Capes, a Biblioteca Digital Brasileira de teses e dissertações – BDTD e Scielo. Evidenciou-se que o campo tem sido bastante explorado, porém não foram localizados trabalhos que buscaram analisar, ao longo do tempo, se os processos de “eleição” ou escolha como forma de provimento da direção escolar têm contribuído à efetivação da gestão democrática. Esta pesquisa busca contribuir para esta questão na medida em que foca os estudos em um município (Curitiba/PR) cujo processo de consultas é anterior à CF/88, construindo um quadro no qual se evidenciam as permanências e rupturas na gestão das escolas públicas, tendo a rotatividade e descentralização do poder– ou o poder delegado, socializado – como pressuposto fundamental da democracia.

Devemos destacar que são tomadas por base de análise deste tipo de provimento – eleições – apenas as 184 unidades educacionais da rede pública hoje denominadas “escolas municipais”, as quais atendem predominantemente o Ensino Fundamental nas diferentes modalidades e, em alguns casos, crianças de 4 e 5 anos, na Educação Infantil. Os demais equipamentos da Secretaria Municipal da Educação de Curitiba, tais como Centros Municipais de Educação Infantil, como são denominadas as unidades com atendimento exclusivo da primeira etapa da escolarização básica, assim como outras unidades da rede pública municipal, não serão abordadas nesta pesquisa já que possuem outra forma de provimento – indicação –, como se aborda em capítulo sobre o tema.

Diante do exposto, indaga-se, portanto, quais as virtudes e vicissitudes⁷ do processo de provimento da função de diretores/as escolares por eleição? Para esta análise, são considerados os seguintes desdobramentos:

- Como é tratado o provimento da função de direção das escolas na legislação municipal de Curitiba?
- Quem são os sujeitos designados para as funções de direção nas últimas décadas? Há rotatividade destes sujeitos que exercem a função nas unidades ou a continuidade/permanência prevalece?
- O provimento do cargo de direção escolar por meio de processos de consulta à comunidade pode ser considerado democrático em Curitiba?

Assim, para avaliar a eleição como forma de provimento da função de direção escolar nas 184 escolas do município de Curitiba, caracterizam-se como objetivos específicos:

- Discutir os conceitos de Estado, democracia e gestão democrática da escola pública;
- Discutir e analisar as eleições como forma de provimento da direção escolar, um dos instrumentos de materialização da gestão democrática da escola pública;
- Descrever e analisar como é tratada a forma de provimento da função de direção das 184 escolas municipais na legislação de Curitiba, à luz do conceito de democracia;
- Criar banco de dados sobre os/as profissionais que ocuparam as funções de direção em cada uma das 184 escolas de Curitiba desde os primeiros processos eleitorais (década de 1980) e analisá-lo com base nos princípios da democracia.

Para realizar o que se pretende, tomou-se como fonte empírica a documentação relativa a esse processo: os atos municipais que o regulamentam, atos municipais que sancionam consultas ou designam dirigentes de escolas nas últimas décadas, dados sobre as candidaturas e resultados do processo eleitoral de 2014, para gestão 2015 – 2017 (quantidade de inscritos e de chapas por escola, reeleições, planos de gestão das chapas/candidatas eleitas, questionários aplicados aos/às

⁷ Virtudes e vicissitudes do provimento da função de direção escolar: analisar as eleições para diretores/as na RME de Curitiba elencando seus aspectos positivos e controversos como instrumento de materialização da gestão democrática da escola pública.

profissionais eleitos/as, seis meses após o pleito e observações do processo eleitoral, realizadas por esta pesquisadora).

Vale ressaltar que, enquanto profissional do magistério servidora no município de Curitiba desde 2012, esta pesquisadora atuou da Gerência de Gestão Escolar do Departamento de Ensino Fundamental, na Secretaria Municipal da Educação de Curitiba, de junho de 2014 até o final desta pesquisa. Foi possível acompanhar, assim, tanto as discussões acerca da lei e do decreto sancionados naquele período para normatizar as consultas, quanto os encaminhamentos feitos durante o processo pela Comissão⁸ designada para tal e pelas equipes da SME (Superintendência de Gestão Escolar, Coordenadoria de Estrutura e Funcionamento do Ensino, Núcleos Regionais de Educação e equipe de Gestão Escolar do Ensino Fundamental) às comissões locais⁹.

A comissão que construiu o texto de lei posteriormente aprovado pela Câmara Municipal de Curitiba e pelo prefeito Gustavo Fruet – cujas reuniões, a partir de junho de 2014, foram acompanhadas por essa pesquisadora – foi composta de representantes do sindicato dos servidores do magistério municipal de Curitiba – SISMMAC - e equipes da SME, das coordenadorias e núcleos regionais¹⁰. Após a promulgação da lei, a pesquisadora acompanhou alguns dos questionamentos, dúvidas e assessoramentos solicitados pelas comunidades escolares à equipe de gestão da qual faz parte, bem como participou da equipe que recebeu a documentação do pleito, no fim do dia em que ele foi realizado. Todo este processo se estabeleceu como fonte empírica da presente pesquisa, e o tratamento disponibilizado aos dados demandou certo distanciamento, tanto quanto possível, das funções de servidora da SME e pesquisadora, uma vez que não somos sujeitos neutros e sim constituímos-nos no contexto em que estamos inseridos. Logo, o desenho que esta pesquisa tomou é também fruto do envolvimento desta pesquisadora com esses processos de gestão – ou instrumentos da materialização da gestão – vivenciados por ocasião da experiência como técnica de secretaria neste período.

⁸ Decreto nº 1085, de 24 de outubro de 2014.

⁹ Cada instituição escolar compôs, como determinado em Lei, uma comissão local para procedimentos relativos ao processo de escolha de diretores/as referentes à sua unidade.

¹⁰ Decreto nº 331, de 23 de abril de 2014.

A avaliação do processo de consulta para o provimento da função de direção escolar nas escolas públicas do município de Curitiba consistiu em pesquisa bibliográfica e análise documental, em uma abordagem quantitativa e qualitativa. Para tanto, os conceitos de gestão democrática do ensino público, processos de escolha de dirigentes de escolas públicas e a própria concepção de Estado tiveram que ser estudados.

Sobre o provimento da direção escolar na rede municipal de Curitiba, inicialmente, foram estudadas as duas leis que normatizaram os três últimos processos eleitorais, nos anos de 2008, 2011 e 2014, visto que a lei de eleição de diretores foi revisada em 2014 e regeu as consultas nas unidades em novembro daquele ano. No entanto, evidenciou-se a necessidade de acessar toda a legislação municipal que conduziu processos de escolha de diretores/as, a fim de melhor compreendê-la. Assim, foram buscados em plataformas específicas¹¹ estes atos e analisados um a um, cunhando banco de dados com o teor das normativas. Pode-se perceber a ampliação da possibilidade legal de participação da comunidade escolar, como será descrito na seção cinco, sobre o “provimento das funções de direção das escolas da RME de Curitiba”, no item “A TRADUÇÃO LEGAL DO PROVIMENTO DO CARGO DE DIRETORES/AS”. Esses atos sobre os processos de escolha de diretores, embora privilegiem a consulta à comunidade, permitem, em casos específicos, a indicação direta ao cargo pelo chefe do Executivo, como será explicitado e relacionado à jurisprudência sobre a temática dada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Um segundo movimento foi feito, nas mesmas plataformas, na busca dos decretos que designaram as pessoas aos cargos de direção, após os processos de consulta. Tais atos se constituíram em importante banco de dados sobre as equipes diretivas de todas as 184 unidades escolares de Curitiba nas últimas três décadas, com o intuito de analisar reeleições e indicações, permanências e rupturas nas diferentes unidades. Estas informações foram solicitadas à Secretaria Municipal da Educação (SME), que, contudo, não as tinha sistematizadas, apenas registradas pelos atos públicos disponíveis online. Este fato demonstra que o banco de dados

¹¹ Plataformas utilizadas para as buscas: “Atos públicos municipais”, disponível no Portal Administrativo do Município de Curitiba após realizado o *login*. (www.pam.curitiba.pr.gov.br); e o sistema online “Leis Municipais”, que disponibiliza para consulta pública leis municipais de diversas cidades do Brasil (www.leismunicipais.com.br)

construído por esta pesquisa, a partir da leitura de um a um dos atos supracitados, poderá servir à gestão municipal posteriormente.

Além disso, foram analisados os planos de gestão das chapas eleitas no último processo de consulta (2014), os relatórios gerais com as candidaturas e os resultados, os pareceres das comissões especiais criadas para analisar os registros de candidaturas e possíveis problemas durante o processo, bem como as atas que registraram o processo de eleição em cada uma das escolas do município neste último pleito. Estes documentos se encontram arquivados aos cuidados da Coordenação de Estrutura e Funcionamento de Ensino da SME e foram consultados no local de sua guarda. Os planos de gestão das/os candidatas/os eleitas/os foram analisados afim de perceber, por exemplo, se havia e quais eram os aspectos que se repetiam, e se foi explicitada uma compreensão ampliada sobre gestão escolar ou sobre democracia. Após o desenvolvimento da pesquisa, percebeu-se que o material pouco agregaria à análise e conclusões e, por isto, não foi tomado como eixo central de análise.

Foi realizado, ainda, em maio de 2015, questionário de sondagem com as candidatas eleitas, aplicado durante curso oferecido pela equipe da SME às equipes diretivas, com questões predominantemente fechadas. Do total de gestoras, 65% estiveram presentes no dia em que o questionário foi aplicado e houve retorno de 43% desse grupo; este montante representou, portanto, 28% dos/as gestores/as, conforme se descreverá no capítulo que tratará de forma mais direta das questões empíricas, sobre o provimento, por eleições, do cargo de direção escolar na RME.

Esta dissertação está, portanto, dividida em quatro seções, além da introdução e das considerações finais. A primeira delas (sessão 2) tratará teoricamente dos conceitos de Estado e democracia, questões referentes à gestão democrática da escola pública, abordada na seção seguinte. A análise feita na terceira seção, sobre Gestão democrática da escola pública, fundamenta-se nos conceitos construídos e debatidos na segunda seção, e subsidia as discussões acerca das eleições como forma de provimento da direção escolar. A quarta seção, por conseguinte, discorrerá sobre o provimento da direção escolar, e as virtudes e vicissitudes, com base na literatura sobre a temática, das consultas públicas para esta escolha. À luz das seções anteriores, a quinta tratará de apresentar e discutir os dados coletados acerca do processo de escolha, por eleição, das funções de direção escolar na RME.

2 ESTADO BRASILEIRO, DEMOCRACIA E RELAÇÕES DE PODER

A fim de que se possa caracterizar e problematizar a gestão democrática da escola pública, esse capítulo pretende discutir os conceitos de Estado, democracia e relações de poder. Situam-se esses conceitos em um tempo e espaço determinados, no jogo de disputas de que se constituem as relações sociais e políticas. Essas são ferramentas necessárias para a compreensão das formas adotadas pelos diferentes entes federados na definição de políticas de escolha de dirigentes escolares, por exemplo, como operacionalização da gestão democrática. É mister afirmar que a escola é aqui reconhecida como braço do Estado na materialização de um dos direitos sociais, o direito público subjetivo em que a educação se constitui, responsabilidade irrefragável do Estado e, portanto, da instituição escolar pública.

2.1 BRASIL, UM ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITOS

PÓRCIA - A natureza da graça não comporta compulsão. Gota a gota ela cai, tal como a chuva benéfica do céu. É duas vezes abençoada, por isso que enaltece quem dá e quem recebe. É mais possante junto dos poderosos, e ao monarca no trono adorna mais do que a coroa. O poder temporal o cetro mostra, atributo do medo e majestade, do respeito e temor que os reis inspiram: mas a graça muito alto sempre paira das injunções do cetro, pois seu trono no próprio coração dos reis se firma; atributo é de Deus; quase divino fica o poder terreno nos instantes em que a justiça se associa à graça. Por tudo isso, judeu, conquanto estejas baseado no direito, considera que só pelos ditames da justiça nenhum de nós a salvação consegue. Para obter graça todos nós rezamos; e é essa mesma oração que nos ensina a usar também da graça. Quanto disse, foi para mitigar o teu direito; mas, se nele insistires, o severo tribunal de Veneza há de sentença dar contra o mercador. SHYLOCK - Que os meus atos me caiam na cabeça. Só reclamo a aplicação da lei, a pena justa cominada na letra já vencida.

[...]

PÓRCIA - O documento já está vencido. Legalmente pode reclamar o judeu, por estes termos, uma libra de carne, que ele corte de junto ao coração do mercador. Sê compassivo; aceita triplicada a importância da dívida e permite-me rasgar o documento. (Shakespeare, Ato IV, Cena I, p. 38)

O trecho acima é parte da disputa judicial entre Shylock e Antônio, judeu e cristão, respectivamente, em “O mercador de Veneza”, escrito por William Shakespeare, no fim do século XVI. O Judeu faz um empréstimo ao cristão, que lhe promete devolver o dinheiro, dentro de determinado prazo, caso contrário pagaria com “uma libra de carne cortada junto a seu coração”. O tempo de pagar a dívida já se esgotou - está na letra vencida – e o judeu pode reclamar sua parte, no momento do julgamento, do qual foi extraído o trecho.

O desfecho, na peça, é importante à discussão do direito: no acordo feito o judeu deveria tirar a libra de carne, caso não recebesse o pagamento tratado, mas não se falava em sangue. Para o Estado, pode ser entendido que, à medida que o acordo não pressupunha sangue, este não poderia ser derramado. Sem poder derramar sangue, o pedido do judeu se tornou improcedente; seria impossível tirar a libra de carne sem sangue. Como havia sido dada a sentença, o judeu não pode voltar e tentar aceitar o acordo proposto pelo cristão, anteriormente por ele recusado. Os detalhes deste desfecho podem ser lidos / assistidos na peça consagrada, que envolve disputas também de cultura e religião, em uma sociedade ainda marcada pela forte presença da Igreja, da qual aos poucos o Estado tenta se desvencilhar.

Está posta nesta passagem da peça teatral uma questão crucial para o Estado moderno: o limite entre a letra da lei e os direitos da pessoa. Se o juiz confirma o direito do judeu e ele pode, uma vez que não foi pago no tempo aprazado, cortar a carne do cristão, ele será o causador de sua morte e aí atentaria contra o direito à vida. Se o Estado existe para garantir este direito, pode agir de outra forma? Hoje a mesma questão ainda se coloca em muitos aspectos da vida social, causando discussões no âmbito do direito. Um exemplo é o caso de pessoas que seguem preceitos de uma religião¹² que as impedem de aceitar a transfusão de sangue, mesmo que esta lhes garanta a vida. Sem embargo, ainda que esta pessoa deixe registrado ou expresse o contrário, o Estado desconsidera a vontade, por um direito maior, à vida, e age de forma a garanti-lo, mandando fazer a transfusão. Outros exemplos podem ser encontrados para ilustrar este dilema que envolve diretamente o papel do Estado de regulador das relações entre pessoas e, ao mesmo tempo, de guardião de direitos, desde sua constituição até os dias atuais.

O final de século XVI, na Europa, de onde também escreve John Locke [16--] seu “Segundo tratado sobre o Governo”, retrata o que pode ser chamado de berço do Estado Moderno de Direitos, um Estado que busca regular a vida das pessoas, ainda não se distinguindo plenamente das leis de regulação da Igreja. As liberdades são restritas na medida em que nascemos e crescemos sob uma lógica de sociedade na qual, para convivermos, há necessidade de se reconhecer o outro e abrir mão de parte de sua liberdade, de acordo com as regras/regulação do Estado.

¹² As “Testemunhas de Jeová” são uma congregação cristã que não aceita, por exemplo, a transfusão de sangue, por motivos religiosos, não médicos. Em sítios eletrônicos da ordem podem ser encontradas os motivos (Ex. <http://www.jw.org/pt/testemunhas-de-jeova>).

Neste sentido Locke [16--], na obra citada, descreve o que seria um “estado de natureza” e a importância da garantia de manutenção deste estado de natureza por parte do governo. Para o autor, o estado de natureza envolve direitos à vida, à liberdade e a possuir bens ou à propriedade. Neste estado de natureza não há subordinação, a não ser subordinação a Deus, por isso um governo não pode ser absoluto ou tirano. Para manter o estado de natureza, ou a propriedade, todos devem preservar-se, manter sua vida e liberdade, e assim, o poder não emanaria do indivíduo, mas do “povo”. O Estado, como no trecho de Shakespeare, não interfere sobre a propriedade, garante-a como direito natural, evitando ou regulamentando possíveis conflitos. Neste sentido, para o filósofo inglês, os direitos naturais seriam anteriores ao Estado, que teria ações limitadas a esta manutenção dos direitos de propriedade.

Para Locke [16--], o estado de natureza é caracterizado pela razão e é um estado permanente. Caso seja ameaçado, entra-se em um estado de guerra, até que se resolvam os conflitos e se retorne o estado de natureza. Além disso, a vida é entendida pelo autor como direito de propriedade, bem como à liberdade. Em faltas graves, perder a vida e perder a liberdade são sinônimos, e nestes termos a escravidão existiria como equivalente à morte. Sempre referenciando as leis de Deus ao estado de natureza, para Locke [16--] o trabalho garante a propriedade, a terra seria de todos os homens, porém o que dela fosse resultado de trabalho pessoal seria propriedade do homem (a fruta colhida, a caça, etc.). Por natureza, portanto, o homem é livre, tem direito a propriedades privadas e precisa agir de acordo com as regras de convivência da sociedade em que vive.

O homem se uniria, por natureza, a outros, formando as sociedades políticas, segundo o mesmo autor. Nestas sociedades, que se assemelham à constituição de famílias, leis e sanções são construídas em conjunto, para proteger as propriedades e liberdades de cada um, dentro dos limites dos poderes dos pais, no caso dos núcleos familiares (para o autor, o poder é dos pais, não apenas do pai. Há uma crítica feita ao pátrio poder, pois levaria à naturalização do poder concentrado na mão de apenas uma pessoa, homem e absoluto). Nesta união de pessoas é que os homens deixam de viver em estado de natureza para viver no “estado de comunidade”, ou sociedade civil, com suas regras e um legislador. Esse legislador precisaria fazer com que as condições de vida, liberdade e propriedade fossem garantidas e que houvesse punições para os que as descumprissem, buscando manter a justiça para os cidadãos.

John Locke apresenta, ainda, a ideia de separação do poder legislativo em relação aos demais, e da indissociabilidade do poder executivo e federativo, já que ambos tratariam da força do Estado.

O poder legislativo é o poder supremo em toda comunidade civil, quer seja ele confiado a uma ou mais pessoas, quer seja permanente ou intermitente. Entretanto, Primeiro: ele não é exercido e é impossível que seja exercido de maneira absolutamente arbitrária sobre as vidas e sobre as fortunas das pessoas. Sendo ele apenas a fusão dos poderes que cada membro da sociedade delega à pessoa ou à assembléia que tem a função do legislador, permanece forçosamente circunscrito dentro dos mesmos limites que o poder que estas pessoas detinham no estado de natureza antes de se associarem em sociedade e a ele renunciaram em prol da comunidade social. [...]

136. Segundo: O legislativo, ou autoridade suprema, não pode arrogar para si um poder de governar por decretos arbitrários improvisados, mas se limitar a dispensar a justiça e decidir os direitos do súdito através de leis permanentes já promulgadas e juízes autorizados e conhecidos (LOCKE, [16--], p. 72).

Como se vê, embora o legislativo seja considerado o poder maior, ele não pode arbitrariamente tomar decisões fortuitas, contrárias a quem lhe delegou a função legislativa. Ainda neste sentido, o autor afirma que

137. O poder absoluto arbitrário, ou governo sem leis estabelecidas e permanentes, é absolutamente incompatível com as finalidades da sociedade e do governo, aos quais os homens não se submeteriam à custa da liberdade do estado de natureza, senão para preservar suas vidas, liberdades e bens; e graças a regras que definissem expressamente o direito e a propriedade (LOCKE, [16--], p. 72).

O papel fundamental do legislativo, portanto, se dá porque as leis devem ter a finalidade única de garantir o bem do povo, o estado de natureza. É com este papel preponderante do legislativo que o Estado Moderno se constitui.

Para entender o poder político no pensamento de John Locke, é preciso entender o “estado de natureza”, pois civilizar é manter a pureza deste estado, subordinando-se apenas a Deus e preservando a vida.

Por poder político, então, eu entendo o direito de fazer leis, aplicando a pena de morte, ou por via de consequência, qualquer pena menos severa, a fim de regulamentar e de preservar a propriedade, assim como de empregar a força da comunidade para a execução de tais leis e a defesa da república contra as depredações do estrangeiro, tudo isso tendo em vista apenas o bem público (LOCKE, [16--], p.35).

Segundo Locke [16--], todo homem, em seu estado de natureza, detém o poder político e dele abre mão para viver em sociedade. Os governantes deterão este poder, para preservar a sociedade e cada membro dela, sua vida, propriedade e posses, e

infringir penalidades aos que não seguirem as leis da natureza. Não pode ser arbitrário, mas deve ser severo quando houver ato que interrompa a ordem e as leis da natureza. Ao dar ao legislativo seu poder político, a sociedade deve fazê-lo impondo limites à duração, podendo revertê-lo para si, caso seja necessário, ou quando os detentores da autoridade não agirem da forma como se espera.

Gianfranco Poggi (1981), sociólogo italiano, faz uma análise, a partir do direito, da evolução do Estado Moderno, relacionando-o à realização de assembleias e às mudanças urbanas e de organização de sociedades, afirmando, sobre isso, que no estado de natureza o homem naturalmente se une a outros. Nos feudos e posteriormente nos *standestaat*, aparecem os primeiros indícios de reconhecimento da esfera pública, em um movimento de autonomia e limites de poder, entre cada cidade-estado. Para o autor, as leis são criadas como consensos do possível, dentro de cada sociedade. Como o governo se faz por um grupo restrito de pessoas, apesar de representantes da sociedade, os governantes buscam garantir direitos que lhes dizem respeito, já que não agirão contra o que acreditam, e alguns de demanda explícita, em uma arena de disputas por espaço e poder. Quem faz estas regras / leis / concretiza direitos, detém o poder bélico de garantir que elas sejam cumpridas, como afirma Poggi em acordo com John Locke. A força se justificaria quando do não cumprimento das regras estabelecidas.

Na arena de disputas por estas regras sociais, ao longo da história, diferentes grupos foram se constituindo, e garantindo espaços. Diferentes extratos sociais estão hoje nessa “arena”, cada qual lutando pelos seus espaços e regras. No Estado Moderno de Direito, o sistema é gerado de acordo com as demandas que se expressam e, destarte, as leis partem do aparelho político em resposta a estas demandas.

Sobre esta disputa e a constituição de leis, Poulantzas (1980) afirma que a lei “detém um papel importante (positivo e negativo) na organização da repressão ao qual não se limita: é igualmente eficaz nos dispositivos de criação do consentimento” (p. 94). Segue dizendo que a lei materializa o poder da classe dominante e a organização dos consentimentos da classe dominada. No entanto, afirma também que o papel e a ação do Estado ultrapassam a lei ou a regulamentação jurídica, à medida que “[a] ação do Estado, seu funcionamento concreto nem sempre toma a forma de lei-regra: existe sempre um conjunto de práticas e regras estatais que escapa à sistematização e à ordem jurídicas” e que “[frequentemente], o Estado age transgredindo a lei-regra

que edita, desviando-se da lei ou agindo contra a própria lei” (p. 95) – denominada razão de Estado. As leis fazem parte da “ossatura do Estado”, descrita pelo autor, e por isso não serão sempre percebidas por todos/as como justas.

O Estado, portanto, se constitui enquanto instituição pública – de instâncias variadas - cujas responsabilidades se relacionam a determinado território. Cada Estado cria regras para seu território e o conjunto de cidadãos, e assim, constitui uma cultura política, relações de poder e governança. É no âmbito dessas relações que surgem demandas e nelas a política se concretiza, como afirma Souza (2011). O Estado reage às demandas sociais, políticas, econômicas, e não age por si, mas por meio das ações de um governo. Diferentemente do Estado, esta instituição pública, o governo, por conseguinte, envolve um conjunto de ações – programas, projetos – apresentado em determinado tempo por uma parcela da sociedade que detém o poder. A governança envolve a ação política de buscar manter um poder, seja ele de que natureza for.

As políticas públicas serão, portanto, as ações do Estado diante das demandas. Os diferentes governos – ou as pessoas que estão no governo – agem por meio das instituições públicas, visando sempre manter e ampliar seu poder. As políticas com vistas a resolver demandas sociais – como é o caso da educação – envolvem uma ação de proteção do Estado, redistribuindo benefícios e reduzindo desigualdades por vezes produzidas pelo desenvolvimento econômico. Não surgem, no entanto, sem lutas; o Estado age diante das demandas, garantindo a manutenção ou a transformação das relações sociais, conforme a concepção hegemônica conjuntural. A educação é uma das políticas sociais, portanto de responsabilidade do Estado. O período histórico e a sociedade, porém, manifestaram de formas variadas as demandas sociais / educacionais, pressionando por políticas diferenciadas, assim como os diferentes governos terão visões distintas de estado e destas políticas, tornando variadas também as ações.

Neste sentido, o Estado é responsável por determinadas ações – garantia de direitos –, no entanto são ampliadas ou modificadas a abrangência destas garantias de acordo com o grupo que governa. Para os liberais clássicos¹³, por exemplo, o Estado só deveria existir para lidar com aquilo que a sociedade (leia-se, o mercado) não fosse capaz ou interessada em conduzir, pois cada um é perfeitamente livre para

¹³ Destacam-se, dentre os liberais clássicos, John Locke e Adam Smith, por exemplo.

fazer suas escolhas e produzir; destarte, a ação política diante das demandas seria minimizada (se o Estado oferece educação pública a todos, por exemplo, a liberdade de escolha de cada cidadão inexistiria, o que fere as bases da concepção).

Por sua vez, no neoliberalismo o Estado ganha uma conotação distinta, ele passa a ser justamente a condição para esta liberdade de escolha existir, o que mudaria as formas de intervenção da ação política. Neste novo contexto, o Estado serve como garantia das condições da sociedade liberal (entenda-se, novamente, o mercado), mas há uma ressignificação, uma vez que o Estado é compreendido como necessário e justo, não mais como um ente que só poderia existir no vácuo do funcionamento do mercado.

Em um movimento liberal, portanto, a lógica seria de consumo para a educação, e as escolas, como fornecedoras de um produto, entrariam na competitividade. O Estado dividiria a responsabilidade da educação com o setor privado, garantindo a livre escolha do cidadão – ou de parte dos cidadãos, pois nem todos seriam de fato livres para fazer as escolhas, tendo em vista as questões financeiras, ou o poder do capital. No movimento neoliberal, o mercado irá demandar do Estado uma ação regulatória que dê garantias ao próprio mercado; esse Estado será mínimo, mas, ainda que pequeno, poderoso.

Oliveira (2013) afirma, no entanto, que o mercado não é capaz de se autorregular, fazendo-se necessária a intervenção do Estado neste processo. O Estado não deve operar naquilo que dá lucro – papel do mercado – mas é fundamental a garantia de condições ao mercado, regulando as relações entre as pessoas e intervindo na esfera econômica, muitas vezes. Oliveira (2013) baliza sua tese do desenvolvimento do Estado brasileiro como de fundamental importância ao desenvolvimento do mercado, exemplificando com a Consolidação das Leis de Trabalho, por exemplo, que, ao mesmo tempo em que dá garantias aos trabalhadores, tira a “liberdade” de negociação de sua força, alterando as relações com o mercado. Outros exemplos dizem respeito à forma como os governos agem com a abertura de capital, incentivo ao desenvolvimento de parque industrial, por meios da redução temporária de impostos, da renúncia fiscal, etc.

Vale ressaltar aqui a forma de construção do Estado Brasileiro, marcadamente patrimonialista. Isto é afirmado por muitos autores, dentre os quais Tavares:

O processo de constituição da sociedade brasileira tanto econômico quanto, articuladamente, do ângulo político, social e cultural levou à sobrevivência de

traços arcaicos que se amalgamam a elementos propriamente modernos na medida em que se intensificam a articulação com o mercado internacional. (2014, p.55)

Bens públicos relacionados aos bens individuais, particulares. Negação da democracia uma vez que há centralização do poder e “súditos” dos governantes, fazendo alusão aos feudos e reinados, uma vez que a troca de favores para garantir “obediência” está bastante presente na história política brasileira. Exemplo disto é a Colonização Portuguesa no Brasil e a divisão do território com a “doação” das capitanias a pessoas integrantes ou próximas à corte portuguesa. As disparidades econômica e social também são resultantes deste processo de colonização, com grandes concentrações de terras e “poder”. Tal desigualdade favorece as trocas de favores, uma vez que cria situações de dependência entre os “coronéis” e os trabalhadores.

[...] ao analisar a gestão democrática como uma política de Estado, é necessário desvendar as dificuldades decorrentes da implantação de mecanismo que, pressupondo vigorosa participação da sociedade, são patrocinados por um Estado fortemente marcado por ordenamentos patrimonialistas (MEDONÇA, 2000, p. 51).

No Brasil, ao longo da história, podem ser identificados diferentes ciclos de desenvolvimento (Oliveira, 2013) e direcionamentos dos grupos governantes, que são articuláveis a essa constituição do território baseada em trocas e favorecimentos. Isto se dá em virtude das configurações de poder e relações de influências que se constituem. Assim, o poder em disputa não garante que a ação estatal vá ao encontro de todas as demandas sociais. Se silenciadas, o Estado não assumirá para si essas demandas. Como dito, ele não age, mas reage às pressões. Desta forma, será “natural” que os interesses das oligarquias que dominam o poder – pois a ele também têm tempo de dedicar-se – sejam atendidos pelo Estado, pois são elas que comandam as instituições que o compõe. É na emergência e no crescimento dos movimentos sociais que se buscarão formas, mesmo que mínimas, de atender às demandas apresentadas. Ou seja, poderão ser atendidas, mas de forma a não contrariar também o poderio do mercado ou dos governantes, detentores do poder que querem, além de mantê-lo, ampliá-lo sempre.

No cenário brasileiro ora apresentado, a abertura política e o apoio ao capital financeiro permitiram que direitos fossem transformados em serviços. Não o foram em sua totalidade, pois parte ainda é garantida de alguma forma pelo Estado, mas podem

continuar sendo transformados. Ao fazer de direitos, serviços a serem prestados pelo mercado, o Estado minimiza sua ação. Isso se dá por meio das privatizações ou fazendo parcerias com o terceiro setor e reforçando a ideia de que, se passível de lucro, o direito transformado em serviço pode ser melhor gerido pelo mercado. O Estado, ineficiente, se desobriga das políticas sociais – educação, saúde e segurança - investindo dinheiro público em instituições privadas ditas eficientes, que por elas se responsabilizam. No entanto, sua “eficiência” e “qualidade” reduzem o direito a serviços, através da competitividade do mercado. O cidadão, agora consumidor, vê transformadas as demandas sociais em relações mercadológicas, descentralizando a ação e transformando o direito social de cidadania em direito individual de consumidores. Os cidadãos-consumidores têm seu valor atrelado ao seu poder de compra, donde alguns serão “mais cidadãos” que outros, porque dotados de melhor capacidade de consumo. Isso acaba por fragilizar a própria constituição da cidadania, pois a condição para que a cidadania exista é a educação, e nem todos poderão comprar ou acessar os “melhores serviços”.

O preâmbulo da Constituição Federal de 1988 afirma que a Assembleia Nacional Constituinte, ao instituir o Estado Democrático, coloca nele o objetivo de assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais. No artigo 6º do texto, afirma serem estes direitos sociais “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”. Em que pese esta declaração, como supracitado, estes direitos não são sempre assegurados de forma direta pelo Estado. Os direitos tornam-se serviços e as garantias de direitos transferem-se ao mercado.

Diante do exposto, fica evidente que diferentes fatores são determinantes da ação política implementada por um governo, especialmente no que tange às políticas sociais, cuja demanda potencializa o sujeito de direito como inferior, discriminado por não ter ele próprio condições de liberdade de escolha para compra “de determinados serviços”.

O que está de fato em jogo, na sociedade capitalista e para os teóricos do campo liberal, independentemente do Estado de Direitos que se constitui, é a força do capital. Neste sistema, globalizado, não é possível que todos ganhem. Para haver lucro, alguém perde, necessariamente. Assim, o subdesenvolvimento não é um estágio a superar, mas o preço que se paga pelo sistema que se fortalece; é, por conseguinte, condição inerente do capitalismo em que a relação de exploração

sempre existirá, o que pode mudar é o explorador e o explorado. Ao princípio democrático defendido nesta pesquisa, não cabe este entendimento e se faz, pois, necessária a superação desta ordem social. Contudo, reconhece-se que a democracia moderna tem seu berço no liberalismo, pois o princípio de liberdade é elemento importante na sua constituição. A democracia é procedimento, ao mesmo tempo que princípio (BOBBIO, 1997). Assim, como ferramenta que oportuniza o diálogo e a discussão (SOUZA, 2007), potencializa a compreensão sobre a realidade social e sua eventual superação.

Oliveira afirma que

uma reflexão deve ser feita sobre o papel do capital estrangeiro no Brasil e sobre as relações entre um capitalismo que se desenvolve aqui com o capitalismo internacional. Não há dúvida que a expansão do capitalismo no Brasil é impensável autonomamente, isto é, não haveria capitalismo aqui se não existisse um sistema capitalista mundial (2013, p. 74).

O autor sustenta, a partir daí, que, não obstante as relações com o capital se darem em espaço global, as formas de industrialização, urbanização, e processos de democratização, muito embora se reflitam mundialmente, apresentam situações peculiares em cada país. Estas diferenças entre os países se dão, em grande parte, pela forma como são construídos / organizados os movimentos de partidos operários de massa, a participação popular e por pressões econômicas, políticas, de grupos. Assim, a consolidação dos movimentos e processos democráticos, por exemplo, ocorre em tempos variados de região para a região.

Neste sentido é que se podem explicar as diferenças de acesso aos direitos sociais nos vários países que os asseguram constitucionalmente. Teoricamente, se assegurado pela lei maior do país, o direito social deveria ser acessado igualmente por todos os seus membros. Esta relação, porém, não é direta. A história nos mostra que apenas com luta é que as demandas são explicitadas e atendidas (novamente aqui a ideia de que o Estado não age, mas reage às demandas) e, por estas lutas terem acontecido de formas diferenciadas nas diversas nações, os direitos também são garantidos diferentemente. Enquanto há países em que as desigualdades são mínimas, os direitos sociais efetivados e a luta por eles são menores ou tomam outros contornos, apenas de sua ressignificação e ampliação, há outros em que o oposto acontece, sendo a luta pela garantia de direitos mínimos e redução de desigualdades ainda fundamentais à agenda política.

O Estado Democrático brasileiro é destinado a assegurar os direitos individuais e sociais (educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados), como já mencionado. Entende-se que estes direitos são condições básicas de partida/sobrevivência, sem as quais a dignidade humana não é assegurada. No entanto, estas condições são diferentemente reconhecidas / garantidas, entre países e intra-países, para cada um dos cidadãos. Isto justifica, por exemplo, desigualdades entre o sul e o norte dos Estados Unidos, da Itália, do Brasil, e entre estes e outros países.

Pelos princípios da igualdade e da liberdade, as políticas públicas são pensadas para a totalidade dos cidadãos de um país, mas ao mesmo tempo precisam atender às necessidades de cada um, diferentes das do coletivo. As condições de partida, ou a garantia dos direitos sociais, em alguns países, já transcendem as necessidades ligadas à sobrevivência, e são quase universais. Em outras palavras, há países em que o Estado garante os direitos sociais de maneira quase equânime, não porque é solidário, pois isso não cabe ao exercício da política, mas como resposta às demandas lá apresentadas. Eles têm, muitas vezes, condições econômicas boas, mas, ao mesmo tempo em que têm mais, este “mais” é melhor dividido. O “bolo” nunca será dividido igualmente, pois, como dito, a desigualdade é inerente ao sistema capitalista, mas é dividido, em alguns países, de maneira a garantir condições mínimas de “partida” a cada um. Há lugares, no entanto, como o Brasil, em que o Estado ainda não conseguiu garantir a redução das desigualdades repartindo melhor o “bolo”, ou garantindo a todos o acesso - de qualidade - aos direitos sociais. Isto quer dizer que são muitos e um tanto diversos os capitalismo reais, encontrados mundo afora.

Movimentos globais que pressionam os países a buscarem solucionar as questões de acesso aos direitos sociais podem ser vistos há algumas décadas. Em síntese, o reconhecimento de que a proteção à vida e à dignidade humana não está restrito à pauta política de uma nação, mas deve ser garantido mundialmente, leva a pensar a necessidade de uma pressão entre nações para que algumas condições sejam garantidas a qualquer cidadão do mundo, independentemente do território em que se encontre. No texto da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), proclama-se

A presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

Este texto explicita a ideia de que o Estado deve assegurar direitos e liberdades, e que a educação tem papel fundamental na promoção e respeito a tais direitos. Apesar de reconhecida como condição para cidadania, também na Constituição Federal/88, como segue, a educação sofre enquanto política pública, já que não é garantida a todos.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Estes preceitos declarados na CF/88 seguem pressões internas e externas. Neste sentido, Dale (2004) sustenta a ideia de que há forças econômicas supra-internacionais que tendem a estruturar as políticas educacionais (e sociais) de maneira global. Nesta concepção, os fenômenos econômicos, políticos e culturais se relacionam na agenda global, e influenciam as políticas educacionais nacionais, criando currículos padronizados, por exemplo, segundo modelos de sociedade também padronizados.

Neste âmbito, os conhecimentos a serem ensinados são determinados ou fortemente induzidos externamente. Isto reafirma as desigualdades, tendo por base condições sociais tão distintas e determinantes, como dito. O Estado é o responsável

por promover políticas que visem dar a todos condições mínimas para que possam usufruir do direito, mas, para tanto, não possui respostas prontas, esta é uma construção a ser feita coletivamente.

Nesta construção, há pressões internacionais que induzem condições mínimas de cidadania e direitos humanos, ao mesmo tempo em que as culturas locais precisam ser consideradas. As políticas educacionais brasileiras são síntese desses vários determinantes, dentre os quais as demandas e pressões locais, internacionais e supranacionais, reforçadas, ainda, pelas políticas de avaliação de sistemas que direcionam para padrões mínimos de qualidade. Os currículos tendem a responder ou moldar-se a tais pressões, demandas e avaliações.

As desigualdades, entretanto, permanecem dentro e entre países, uma vez que o mercado, competitivo, selecionará aqueles “aptos” a ultrapassar os padrões mínimos. Se, novamente, o “bolo” for grande o suficiente para ser repartido garantindo uma condição boa a todos, as desigualdades não serão tão evidentes. Ou seja, se o investimento em educação for suficiente e bem aplicado, garantindo também as condições de contexto – outros direitos sociais – para que o direito seja a todos acessível, a sociedade em geral terá bases mais universais, ou menos desiguais. Caso contrário, alguns continuarão tendo mais e melhores condições que outros.

Em síntese, reitera-se, portanto, que todo cidadão tem igual direito de acesso à educação de qualidade, de permanência na escola pelo tempo necessário e de aprendizagem, independentemente das condições socioeconômicas. Portanto, para que isto se dê para todos e para cada um, é mister considerar o princípio de equidade, garantindo condições mínimas de dignidade humana, exteriores à escola, mas que a influenciam consideravelmente.

A educação, de acordo com os parâmetros legais, é direito inalienável. Esse direito é ainda direito público subjetivo, ou seja, além do direito à educação não poder ser suspenso de forma alguma, é dever do Estado e direito intrínseco e irrecusável do cidadão reivindicá-lo; este, portanto, não pode abdicar de tal direito. O Estado é o principal provedor dos sistemas públicos de Educação e opera, em qualquer situação, por meio da política. A maioria das relações existentes é mediada pelo Estado, pois é quem fixa os parâmetros de igualdade respondendo à sociedade e tem sobre estes parâmetros, função de gestão, regulação e política.

A legislação brasileira para a educação enuncia uma série de consensos possíveis a um determinado tempo e contexto e, ao longo dos anos, foi recebendo

novas interpretações e atualizações. Nossa legislação responde às principais demandas de organismos mundiais para desenvolvimento da educação dos diversos países e as reformas educacionais decorrentes de uma série de conferências concentradas principalmente na década de 1990 caminham também, no mesmo sentido: o de melhorar o acesso, permanência e qualidade da educação (CASASSUS, 2001; TROJAN, 2011). Não são leis e reformas, entretanto, que garantem o cumprimento das ações por parte do Estado, e sim pressões sociais. A educação não salda dívidas sociais antigas; não soluciona a má distribuição de renda. No entanto, pode garantir condições de cidadania; por isso é política pública.

Esse Estado que se buscou descrever, que responde às demandas sociais na garantia e efetivação de direitos, deve agir de acordo com o princípio democrático proclamado em sua legislação. Desta forma, para entender as virtudes e vicissitudes dos processos de consulta à comunidade escolar para escolha de seus dirigentes, faz-se necessário, além de entender a forma de constituição do Estado no qual se constrói esta política, definir um conceito possível do princípio que o/a fundamenta. A isto se propõe o item seguinte. Vale ressaltar que a democracia aqui defendida, como supracitado, pressupõe a superação da ordem social vigente.

2.2 UM CONCEITO POSSÍVEL PARA A DEMOCRACIA

A democracia, enquanto valor universal e prática de colaboração recíproca entre grupos e pessoas, é um processo globalizante que, tendencialmente, deve envolver cada indivíduo, na plenitude de sua personalidade. Não pode haver democracia plena sem pessoas democráticas para exercê-la (PARO, 2000, p.25).

Este texto buscará discutir o termo democracia como princípio da gestão pública considerando que haverá dissensos e, mesmo com o esforço despendido nesta dissertação, ainda será muito pouco diante da dimensão da temática.

Parte-se da ideia de que a democracia só existe porque há o diferente. Se fôssemos iguais, no sentido de idênticos, a democracia não seria necessária, pois qualquer um que tomasse decisões as tomaria como os demais o fariam, sem dissensos. Se a democracia existe porque há dissensos, a alteridade é condição para que nela vivamos. É preciso saber ouvir o outro como um sujeito com opiniões que, mesmo que distintas das nossas, serão “as verdades do mundo dele”. Qualquer elemento que tomemos poderá ser analisado ou descrito de maneiras diferentes, de

acordo com os diferentes pontos de vista de cada um considerando que este ponto de vista é ainda carregado de contextos – cultura, história, vivência.

É preciso, para que haja democracia, colocar em questão todas as “verdades” e constituí-las em verdades coletivas. Isto porque, ainda que haja individualidades a serem consideradas, tais critérios só farão sentido porque estas individualidades compõem uma mesma sociedade, e aí está o sentido da democracia. O “consenso” que supera os sujeitos individuais constitui a sociedade e o público.

Além dos dissensos, a democracia existe porque, no Estado Democrático de Direitos em que vivemos, todos pagam percentuais do que consomem ou possuem, para o Estado, a fim de que isto financie o próprio Estado no desenvolvimento de suas funções.

A democracia, então, baliza-se em outros pressupostos, como o Estado: o bem comum; para tanto, a participação, as condições de igualdade e difusão ou divisão de poder. Trata-se, portanto, da ideia de que o outro pensa verdades distintas das minhas e da ideia de que cada um/a paga pelos serviços e produtos ofertados pelo Estado ou por quem nele nos está representando – pensando nos serviços -, e por isso tem direito de saber e opinar sobre como o dinheiro será investido. Para que se possam expressar os vários pontos de vista, inclusive acerca dos serviços e formas como estes serão prestados, um importante pressuposto é a participação social.

Destarte, poder-se-ia afirmar que democracia e participação são sinônimos, desde que se discutam qual democracia e quais formas de participação, pois esta deve ser consciente, deve compartilhar dos mesmos princípios. Portanto, para que um faça referência ao outro, é preciso que o segundo seja qualificado. É preciso participar da tomada de decisões, de forma qualificada, com instrumentos, e assim diferenciar a participação como sinônimo da democracia de quaisquer outras formas de participação. De tal modo, a democracia só existe perante relações de igualdade, não de desigualdade. É preciso que os partícipes tenham instrumentos que lhes permitam, de fato, participar da tomada de decisões de maneira consciente, não manipulados pela massa ou por diferentes poderes. Além disso, muitos autores afirmam a dificuldade de se ter processos democráticos quanto maior é a sociedade, ou de quanto este processo pode ser mais democrático quanto menor for a sociedade.

Trechos do texto de Dahl (2012) discutem estes aspectos sob a ótica liberal, que considera uma democracia real e outra ideal:

[...] um sistema democrático no qual a maioria dos membros tem a oportunidade plena e igual de participar só é possível em grupos *muito* pequenos (p. 361)

[...]

[...] numa visão mais modesta da democracia participativa, apenas *algumas* unidades são governadas como democracia plenamente participativas. Outras, que são grandes demais para o governo de assembleias, são governadas por sistemas representativos. (p.363)

É, portanto, fundamental, quando se fala em democracia, falar também em relações de poder, em trabalho coletivo, autonomia. Weber (1970; 2002) afirma que quem opera no poder opera para conquistá-lo, mantê-lo e aumentá-lo. Assim, deve-se pensar que, em qualquer democracia, sempre conviveremos com a busca pelo poder de tomar decisões. Mesmo em um ambiente democrático, os consensos serão construídos a partir da argumentação de cada parte para que sua opinião ou percepção seja, de alguma forma, contemplada; para que se exerça, pelo menos em parte, seu poder de tomar decisões. Diante disto, pode-se retomar a necessidade de instrumentalizar a participação: sem que ela seja qualificada, quem tem um poder legitimado, pelas diversas fontes, terá maior e mais fácil influência sobre os demais, uma vez que a disputa pelo poder envolve a disputa pela posse de fontes de legitimação (WEBER, 2002).

Aqui também caberia buscar uma relação com o conceito de Dahl (2012) sobre guardiania, no espectro de debate do autor com os antidemocratas (guardiães, anarquistas, “governos dos melhores”). Os guardiães seriam os “mais capazes”, aqueles que devem governar, mas que “são escolhidos” – ou se fazem escolher – pelo exercício de persuasão ou por seu carisma, não necessariamente pelo fato de suas capacidades técnicas serem conhecidas. Há de se questionar, portanto, se são eleitos nos processos eleitorais ou de consulta, nos diferentes níveis governamentais, guardiães, ou se outros critérios acabam se somando às escolhas. Os guardiães, portanto, opõe-se ao princípio da representatividade, uma vez que aqueles que possuem mais recursos constituirão as elites políticas pois terão meios de seduzir o eleitorado, diferentemente do que seria a escolha de quem representa o conjunto nas tomadas de decisão e execução.

Com isto, pode-se afirmar que não há neutralidade no poder. Os indivíduos agem ou respondem a questionamentos sempre ligados a um determinado projeto; sendo contrários a algo, são favoráveis a outros elementos. Nesta luta de poderes, os processos democráticos diretos se tornam morosos, até que todas as partes se

sintam, de alguma forma, contempladas nas decisões tomadas pelo coletivo. Neste sentido, tanto a ação quanto a resolução, nos diferentes âmbitos, devem ser coletivas, não privadas. A democracia não pode estar na entidade, mas na sociedade e, para tanto, precisa da descentralização das decisões, construindo espaço para a autonomia e o trabalho coletivo, por exemplo. Como afirmado no início do texto, exercício este difícil em virtude da necessidade de se aprender esta outra lógica de organização, distinta da forma de constituição deste país.

O termo democracia nasceu na Grécia Antiga, na cidade de Atenas, e significa “governo do povo” (demo = povo e cracia = governo). Na sociedade moderna, a democracia foi e é defendida, modificando-se e ampliando ou reduzindo-se ao longo do tempo e dependendo de quem a defende/ia.

O conjunto de teóricos liberais não possui um pensamento uniforme sobre o termo, mas suas discussões acerca da democracia não consideram a superação do modelo capitalista e a redução das desigualdades ocorreria por meio de uma democracia marcadamente representativa.

Para um espectro mais à esquerda, no entanto, a democracia, caso exista de fato, exige a superação do modelo capitalista de sociedade. Os autores divergem quanto à possibilidade de existência desse modelo democrático, uma vez que este princípio poderia camuflar ou aperfeiçoar os instrumentos de dominação do Estado, entendendo a democracia como uma resposta à questão do exercício do poder.

Dahl, um autor que faz suas análises sob a perspectiva liberal, vai muito próximo a esta fronteira de superação do capitalismo, ainda que a ela não se refira em suas últimas obras. A democracia é, pois, termo em disputa, que já foi usado de maneiras distintas por vertentes de pensamentos diversos. Sobre estas variadas formas de interpretar a democracia, Dahl (2012), afirma que

Uma causa importante da confusão quanto ao significado de “democracia” em nosso mundo atual é o fato de que ela se desenvolve ao longo de milhares de anos e se origina de várias fontes. O que entendemos por democracia não é a mesma coisa que um ateniense no tempo de Péricles entenderia. As noções grega, romana, medieval e renascentista mesclam-se com as noções de séculos posteriores e geram uma miscelânea de teorias e práticas quase sempre profundamente incompatíveis entre si (p. 3).

Reitera-se a afirmação do autor observando-se que ainda hoje não há um mesmo entendimento acerca do termo democracia, como supracitado.

Bobbio (1997), ao analisar a democracia, se aproxima também da fronteira de superação do modelo capitalista. Chama de definição mínima de democracia aquela que considera por regime democrático “um conjunto de regras de procedimentos para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados” (1997, p. 12). Estas regras definem quem está autorizado a tomar decisões e os procedimentos a serem tomados por estes sujeitos. A maioria sempre toma as decisões, não se fala na corresponsabilização ou, como afirmado, na superação de desigualdades para que haja condição de tomada de decisões. Como liberal, o autor reforça as liberdades individuais, considerando o consenso da maioria suficiente, ainda que reconheça que, para que exista, há também os dissensos.

A classe dominante convive e levanta a bandeira da democracia em vários momentos da história. Isto se dá, segundo Wood (2006), porque em um modelo capitalista, o acesso ao poder é privilégio dos poucos capazes de, entre outras coisas, financiar a política, pois quem controla os meios econômicos acaba por controlar também os meios políticos. A democracia, assim, seria o poder ou o governo do povo, mas em um modelo representativo apresentado pelos liberais, a participação é reduzida às consultas. Não há, portanto, nestes casos, participação direta na tomada de decisões.

Esta é, talvez, a grande diferença dentre os conceitos da democracia, quem toma decisões. A decisão pela maioria é um princípio democrático para os liberais, uma vez que atender a todos, em todas as situações, é apenas o ideal da democracia, não o real. A solução encontrada nesta perspectiva para a democracia – real –, representativa, considera a sociedade desigual, na qual nos inserimos. No plano ideal, no entanto, a democracia ganha contornos distintos, podendo ser direta, mas em comunidades pequenas (DAHL, 2012; BOBBIO, 1997).

Defende-se aqui uma democracia em que os consensos são construídos a partir dos dissensos existentes. A democracia deve explicitar os conflitos, pois o que é comum é um processo de construção nas divergências individuais ou de grupos. Esta democracia pressupõe uma sociedade modificada, menos desigual. O voto, ou a eleição simplesmente, pode eximir as responsabilidades individuais, porque cumprida esta obrigação, pode-se permanecer alienado do exercício do poder. A democracia aqui entendida reconhece o poder em disputa, os dissensos, e coloca a

todos na arena de disputas. O compromisso com o coletivo se dá quando a decisão e execução são coletivas, não quando uma delas é privada.

Diversos mecanismos estão hoje na letra da lei buscando reafirmar o conceito de democracia como princípio desse Estado Democrático em que vivemos. A maior parte das constituições brasileiras buscou garantir, ao menos em texto, um Estado Democrático proclamado também nos discursos. Não bastam as palavras, mas os sentidos com os quais elas são colocadas, seus interlocutores e quantos mecanismos são criados para efetiva participação ou “governo do povo”, se é que ele é possível no mundo de relações mercadológicas em que vivemos.

A democracia se faz com autonomia e divisão de poder, ainda longe de serem obtidos por nossa sociedade. Muitas mudanças se fazem necessárias para operacionalizá-la. Muitas formas de “democracia” já foram vividas neste país com tantas influências, feições e contradições, que mais parece um ornitorrinco, como afirma Oliveira (2013). Muitas mudanças ainda são necessárias para que a democracia, como participação, liberdade, autonomia e poder compartilhado na tomada de decisões seja realidade.

O conceito de democracia que fundamenta o presente estudo, em que se analisam as virtudes e vicissitudes do processo de provimento da função de direção escolar por eleição no município de Curitiba, portanto, é o da democracia enquanto resposta à questão do exercício de poder, que deve estar na sociedade e não nas instituições apenas, não sendo, portanto, atributo técnico. Nessa democracia à qual é feita referência, faz-se necessário colocar em pauta as desigualdades da sociedade, um espaço da contradição que se reflete também na instituição escolar. Para além disso, a democracia aqui colocada precisa perspectivar a superação destas desigualdades, pois é incoerente que se sustente em injustiças e relações verticalizadas delas decorrentes.

2.3 RELAÇÕES DE PODER E DEMOCRACIA NA ESCOLA

Qualquer que seja o instrumento utilizado para materialização da gestão democrática da escola pública, envolverá mudanças nas relações de poder na unidade. A “livre” nomeação da pessoa para assumir a direção de uma escola, pela autoridade em exercício, favorece as práticas clientelistas por meio do “sorteio” de cargos públicos ou critérios estritamente político-partidários, em detrimento da escolha

pelas características também técnicas da função, e torna a instituição um braço forte de influência direta do chefe do executivo, uma vez que em seu dirigente foi depositada confiança pessoal e política. Além disso, indicada pelo prefeito, a direção da escola pode ter uma relação mais hierárquica com a comunidade escolar, uma vez que detém o “poder” de decisão sobre os demais, sem precisar garantir diálogo e compartilhamento de informações, apenas respondendo às demandas centralizadas no poder executivo. Ao mesmo tempo, se pode ser “cabo eleitoral” daquele/a que a indica, deve buscar mecanismos de aproximar-se da comunidade.

Por sua vez, processos que envolvem a comunidade na escolha das pessoas a assumir a direção da escola tendem a favorecer uma maior aproximação entre os sujeitos, uma vez que, tendo participado de processo que determinou a pessoa para ocupar o cargo, se pode dela cobrar as ações prometidas e, pela mesma razão, existem maiores motivos para participar e dar apoio às iniciativas escolares.

Vale ressaltar que na função de direção da unidade o/a professor/a que passa por pleito eleitoral é, ao mesmo tempo, concursado e nomeado burocraticamente enquanto servidor público para integrar o quadro de profissionais do magistério, o que lhe garantiria a qualificação profissional para exercício de funções na educação; e eleito e novamente nomeado, mas de acordo com aspectos políticos decorrentes do processo eleitoral – democrático ou não (MENDONÇA, 2000).

O que se pretenderá nesta análise é refletir sobre as diferentes relações que se colocam entre o prefeito e sua equipe central, gestores das unidades e comunidade escolar¹⁴, a partir das quais diferentes conceitos de poder podem ser pensados, uma vez que as tradições que estudam o poder o fazem sobre bases distintas e, portanto, podem descrever situações bastante diferentes. Inicialmente, portanto, devemos analisar estes conceitos de poder.

Inicia-se por um conceito de poder restrito à formação de consensos coletivos. Ainda que com construções bastante distintas, Parsons (1969) e Arendt (2001) concordam ao considerarem que o poder não é uma relação pautada pelo conflito, como será evidenciado em outros autores, mas submissa a uma concepção sistêmica de sociedade. O poder tem, portanto, função enquanto mecanismo social. Para Parsons (1969), o poder está associado a cinco características fundamentais: é um

¹⁴ Entende-se por comunidade todos os sujeitos que atuam na escola, servidores públicos ou não, pais, mães e responsáveis por estudantes, estudantes matriculados na unidade, bem como representantes de entidades do entorno da escola.

(1) mecanismo, não uma ação individual; há (2) metas coletivas para efetivá-lo, para as quais são (3) mobilizadas obrigações recíprocas; o poder deve operar como meio (4) simbólico; e tem, assim, (5) dimensão simbólica. O poder para os autores supracitados só funciona se legítimo, consensual.

A tradição hobbesiana, por sua vez, na qual Blau (1969) se sustenta, relaciona um conjunto de ações e recursos para descrever um conceito de poder, natural ou instrumental. O fator relacional é fundamental nesta corrente, uma vez que os elementos não terão valor em si, mas na relação. Os recursos utilizados na ação devem visar atingir a intenção e ampliar-se. Poder é, destarte, vontade e intenção, já que importam os efeitos produzidos.

No campo da ação humana, o poder é descrito por Weber (2002) com as características da probabilidade, imposição, vontade, relação social, resistência e fundamento. Enquanto probabilidade, entende-se que tudo é relativo, que diferentes contextos irão gerar causas distintas, o que está conectado à existência de recursos (fundamentos), que poderão ou não ser mobilizados e só se o forem implicam em alguma forma de poder. Há os que detêm recursos, mas não os usam para atingir determinados fins; todavia, a falta de recursos pode sugerir ausência de poder.

Os fundamentos, ou recursos, são, portanto, ativados em relações sociais, por isso Weber (2002) afirma que o poder tem característica social e relacional. O poder seria uma das possíveis formas de relação social. As imposições e vontades se relacionam à intencionalidade do poder, uma vez que há causalidade entre as vontades de “A” sobre os comportamentos de “B”. Assim, o pensamento weberiano nos remete sempre às consequências da ação a que o poder deve implicar, produzindo ameaças ou privações severas (uma vez que o poder implica em atores com desejos distintos; um produzirá os efeitos desejados, mobilizando seus recursos, e alterando a ação do outro). Em suma, só há poder de “A” sobre “B” em relação a um motivo, uma relação estratégica entre sujeitos que calculam suas ações. Este conceito de poder não está presente, assim, em relações estáveis, mas episódicas, tal como o autor explica:

[...] Poder significa a probabilidade de impor a própria vontade, dentro de uma relação social, ainda que contra toda resistência e independentemente do mérito desta probabilidade. [...] O conceito de poder é sociologicamente amorfo. Todas as qualidades que se possa imaginar de um homem e toda

sorte possível pode colocar alguém em uma posição de impor sua vontade em uma dada situação. [...] (WEBER, 2002, p. 43, tradução nossa).¹⁵

Como afirmado sobre os recursos, é preciso frisar que sua posse não decorre automaticamente em poder, apenas quando utilizados; por isso a descrição desta vertente como “poder ativo”, metodologicamente caracterizado por Perissinotto (2007; 2015).

Wrong (2002) define o poder também com esta característica intencional. Para o autor, o poder deve produzir efeitos pretendidos e, ainda que produza outros efeitos (não pretendidos), estes não podem interferir naqueles pretendidos. Ou seja, nesta concepção, poder é uma ação intencional, cujos efeitos devem ser aqueles pretendidos.

O poder ativo, portanto, é conceito relativo à ação, a uma estratégia calculada, executada na interação com diferentes autores. A partir da conceituação weberiana, distintas correntes metodológicas orientam o pensamento do poder enquanto ação planejada: método posicional, método decisional e reputacional. No segundo deles, distingue-se a não decisão, quando pelo veto um assunto é evitado na agenda e não evento, no qual encontramos elementos não conjunturais que não aparecem no debate, pois não são da consciência dos agentes. Os métodos reputacionais de análise daquele poder relativo à ação consideram a antecipação das ações para ocorrer a não ação.

O poder passivo envolve diretamente as ideias de estrutura social e sorte sistemática, e recusa as ideias de recursos, prêmios e benefícios. Contrariamente ao que chamamos de poder ativo, autores como Morris (2002), Poulantzas (1986), Bourdieu (1989) e Offe (1984) não colocam em questão os agentes e suas decisões. Nesta vertente, o poder se relaciona ao modo por meio do qual a sociedade se organiza, gerando benefícios a determinados grupos e não a outros. Os sujeitos que tomam decisões, neste sentido, não conhecem necessariamente o efeito da decisão, e por isso pouco importam; são os efeitos da ação, que não necessariamente se relacionam à intencionalidade dos atores, que importam. Para conhecer estes efeitos, é preciso analisar regularidade e sistematicidade, pois padrões são evidências para o

¹⁵ [...] *Poder* significa la probabilidad de imponer la propia voluntad, dentro de una relación social, aun contra toda resistencia y cualquiera que sea el fundamento de esa probabilidad. [...] El concepto de poder es sociológicamente amorfo. Todas las cualidades imaginables de un hombre y toda suerte de constelaciones posibles pueden colocar a alguien en la posición de imponer su voluntad en una situación dada. [...] (WEBER, 2002, p. 43)

poder exercido. Desta forma, são possíveis situações em que grupos obtêm ganhos sem necessariamente precisarem agir ou ter consciência dos ganhos.

Tal distinção, poder ativo e poder passivo, já é matéria de estudo desde Aristóteles, passando por Hobbes e Locke e destacado, mesmo que com algumas distinções, por Perissinotto (2015). Morris (2002) destaca estes aspectos:

Há uma longa tradição na análise do poder, voltando para Aristóteles, que distingue um poder ativo de um poder passivo. Locke expressou essa distinção melhor do que qualquer outra pessoa: "O fogo tem um poder para derreter o ouro... e o ouro tem o poder de ser fundido... Poder, assim considerado, tem duas vertentes: capaz de fazer ou capaz de receber qualquer alteração. Um pode ser chamado poder ativo e o outro poder passivo". Hobbes, da mesma forma, distinguiu em sua maneira mecanicista um agente e um paciente - o agente sendo um corpo que faz algo para um outro corpo (o paciente). Poder passivo, o poder de o paciente sofrer mudanças, é apenas a contrapartida necessária para o poder ativo do agente produzir mudança. (MORRIS, 2002, p 99, tradução nossa)¹⁶

Tanto os teóricos que se voltam às ações intencionais dos agentes (poder ativo), quanto aqueles que tratam dos efeitos regulares e sistemáticos sem focar os agentes (poder passivo) consideram em suas análises as relações de hierarquia, as desigualdades e as distribuições desiguais de ganhos e perdas, como fundamentos do conceito de poder. Para os teóricos do poder passivo, é na estrutura social que estas desigualdades e hierarquias estão inscritas, com elementos e feitos de poder. Este poder é efeito direto das posições de classe. Assim, para analisar o poder nesta vertente é necessário evidenciar que há regularidade e que esta se vincula a mecanismos sociais que a repõe.

Em suma, temos uma vertente de poder relacionada a aspectos mais comportamentalistas, na qual há embates entre preferências distintas e perceptíveis. Capta-se o poder pelos recursos, conflitos, relações sociais, comportamentos descritíveis. Sob esta forma de poder, a ameaça ou privações são constantes para que os sujeitos ajam contra seus interesses, ou seja, o conflito é observável. Conflito aberto ou encoberto, mas observável (LUKES, 1976) é poder. Nas ausências desse

¹⁶ "There is a long tradition in the analysis of power, going back to Aristotle, that distinguishes between an active power and a passive power. Locke expressed this distinction as well as anyone: "Fire has a power to melt gold... and gold has a power to be melted.... Power thus considered is twofold, viz. as able to make, or able to receive any change. The one may be called active and the other passive power". Hobbes, similarly, distinguished in his mechanistic way between an agent and a patient – the agent being a body that does something to another body (the patient). Passive power, the power of the patient to suffer change, is merely the necessary counterpart to the agent's active power to produce change". (MORRIS, 2002, p 99)

conflito observável, não há poder, é preciso pensar em outras definições, tais como consenso social, coesão social, apatia, treinamento, controle social ou outra, nas quais a maior parte das situações analíticas se encontra – ou seja, definições fundamentais. Diferentemente desta vertente em que as situações de poder são mais restritas, no poder passivo quase todas as relações podem ser de poder.

Outra vertente de pensamento estaria vinculada à formação dos consensos ou ao poder simbólico, que ampliará ainda mais as situações analíticas cabíveis ao conceito de poder. No entendimento de Bourdieu (1989), as relações interpessoais são de domínio e poder, inclusive quando relações de consensos. No poder simbólico, há processos sociais que levam as pessoas a desejarem algo que de outras formas não almejavam. Estes desejos estariam relacionados a processos de formação de preferências dos atores, nos quais inclusive os consensos devem ser observados com desconfiança, pois não há consensos naturais ou genuínos.

Para Bourdieu (1989), que assume conceitos básicos para pensar o mundo social e a teoria da prática, o *capital*, vinculado a determinado *campo* (estrutura ou sistema de posições), é atributo valorizado de acordo com a lógica do campo no qual se insere e rende investimentos. A distribuição do capital é desigual no campo. Assim, a classe social estaria vinculada ao volume e estrutura de capital que os sujeitos possuem e as trajetórias e posições ocupadas. O *capital* pode ser relacionado aos processos de formação de preferências dos autores, à formação de consensos e, conseqüentemente, ao poder simbólico, pois leva as pessoas a desejarem o que de outras formas, sem aqueles determinantes sociais, não desejariam.

O poder simbólico envolve, portanto, o exercício do poder e as relações de submissão psíquica, com convencimento e aceitação de ideologias sociais, como é explicitado no trecho a seguir:

O poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma *fides*, uma *auctoritas*, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe (BOURDIEU, 1989, p. 188).

Este conceito de poder está, assim, intimamente ligado às relações dentro da escola, onde a equipe diretiva concentra decisões, mas as faz chancelar junto aos conselhos, uma vez que, burocraticamente, não pode agir sem o “consenso” dos diferentes segmentos da comunidade escolar. Não obstante, este consenso nem sempre é genuíno, tendo em vista os inúmeros relatos, registrados ou não, acerca de

irregularidades desses processos¹⁷. São casos de atas de reuniões assinadas apenas na porta da escola ou das salas de aula sem que os sujeitos saibam a pauta da reunião da qual teriam “participado”. Há, ainda, relatos de responsáveis por estudantes que recebem na agenda da criança um “convite” para compor o conselho e, ao responder o bilhete com o aceite, recebe outro para comparecer à secretaria e assinar documentos. Ao comparecer, assina ata de posse dizendo ter tido ciência dos principais documentos da escola – Regimento escolar e Projeto Político Pedagógico – e ter lido todo o Estatuto do Conselho do qual passa a ser membro, após eleição junto a seus “pares”, sem que tenha tido, de fato, oportunidade de ler. Assim, toda a relação de poder ativo que poderia se dar fica sob o comando da diretora: é ela quem apresenta a agenda, quem leva o debate pronto, quem organiza a ata e “colhe” assinaturas. Fica evidenciada a distribuição desigual de recursos (tempo dos servidores para se dedicar a essas tarefas é muito maior, níveis de escolaridade, etc.), o que caracteriza o poder passivo, e a percepção dos sujeitos de que as decisões devem mesmo estar concentradas na figura da direção, uma vez que não há – ou há pouquíssima – contestação destes procedimentos nas unidades.

Estas situações, para Weber (2002), não seriam chamadas de poder, mas de dominação, uma vez que não há conflito aberto, mas sim validação conferida pelos dominados para o conjunto de comandos. As relações sociais institucionalizadas seriam, nesta vertente, a estrutura de dominação, pois haveria aceitação das regras como se fossem de cada sujeito.

Bourdieu (1989), Foucault (1995) e Morris (2002) são, por outro lado, alguns dos autores que pensam o poder como processo de formação de preferências, dominações simbólicas, ainda que haja distinções grandes entre os conceitos. Assim, as posições de classes são parâmetros de comparação, mas uma classe estaria também imbricada de relações distintas, pois as pessoas teriam posições distintas.

Destarte, caminhamos, pelas diferentes teorias, por um conceito de poder que foi sendo gradativamente ampliado em relação ao número de situações que descreve. Um poder que ora se vincula apenas a determinados agentes e ações relacionadas a privações e conflitos abertos, ora se detém mais sobre os efeitos regulares nas

¹⁷ Convém destacar que tais exemplos advêm da experiência desta pesquisadora na equipe de gestão escolar, a qual recebe questionamentos, informações e denúncias de elementos concernentes à temática.

estruturas sociais, e, por último, vincula-se a quase todas as relações entre pessoas, em consensos e conflitos.

Essas breves considerações sobre as concepções gerais acerca do poder revelam a abrangência do termo e dificuldade de análise dos processos decisórios envolvidos no provimento das funções de direção das escolas. No caso das escolas municipais de Curitiba, diferentes aspectos poderiam ser destacados e concepções de poder estariam relacionadas a um e não a outros desses aspectos.

Simultaneamente, se adentrássemos o processo de consulta à comunidade em uma unidade, veríamos outras possíveis relações de poder, dominação e subordinação estabelecidas. Além disso, entende-se que a consulta de fato é deflagrada em dado momento a cada triênio pela SME, mas que as escolhas e disputas são realizadas nas unidades dia-a-dia nos períodos entre consultas. A cada escolha feita novas relações vão sendo tecidas: benefícios dados a uns, não a outros, regras estabelecidas, cobranças realizadas, entre outros aspectos, que bem revelam o exercício de poder e a mobilização dos recursos disponíveis para efetivá-lo.

Logo, podemos retomar os conceitos de poder passivo, o qual nos remete às formas de organização da estrutura social e distribuição desigual de benefícios aos grupos. Os efeitos de uma decisão não são conhecidos pelos sujeitos que a definem, o que retira dos agentes a atenção. Os efeitos da ação são o que define o poder a partir de análises de regularidade e sistematicidade, como já afirmado. Assim, um grupo obtém benefícios sem, necessariamente, ter consciência deles ou sem precisar agir, a partir dos efeitos da decisão tomada. Quanto às situações em estudo, talvez se possa encontrar nos/as professores/as esta característica, afinal, apesar de ser representante da comunidade, o/a diretor/a eleito/a é um/a professor/a com lotação na escola. Ou seja, vivencia a constante dicotomia entre beneficiar a classe na qual está incluído em detrimento de outros segmentos, buscar articular as diferentes demandas destes segmentos, colocar em “prática” fundamentos que considera mais necessários ou atender demandas de outros segmentos, que não o seu de concurso, e ser acusado por seus pares de ter “esquecido” suas atribuições originais¹⁸.

¹⁸ Sobre isso, há reclamações de professores/as quanto à atuação do/a diretor/a, que, depois de eleita, “teria mudado”, esquecendo que foi professor/a.

Apesar dos avanços no que se refere à possibilidade de participação da comunidade escolar na escolha das equipes diretivas das escolas¹⁹, as gestoras eleitas em consulta à comunidade são em seguida nomeadas pelo prefeito, uma vez que recebem, para o exercício das funções de direção e vice-direção, uma função gratificada. A Lei Orgânica do Município (1958) delimita que a escolha das pessoas para assumirem funções gratificadas é sempre livre ao chefe do executivo, e este dispositivo continua em vigor.

Não deve espantar o fato de que a Lei Orgânica garanta a nomeação da equipe diretiva das escolas pelo chefe do executivo. Em um Estado marcadamente patrimonialista, as raízes de nossas escolhas e normatização política ainda permanecem vinculadas ao clientelismo, à troca de favores, etc. Assim, ainda que a consulta à comunidade aconteça há mais de três décadas, sendo, portanto, anterior à promulgação da Constituição Federal de 1988, a gestão democrática ainda pode ser considerada frágil nas escolas municipais de Curitiba.

Este fato reafirma a dupla característica da equipe diretiva das unidades: é, ao mesmo tempo, representante da comunidade que a elegeu e da Secretaria Municipal da Educação / Prefeitura de Curitiba, uma vez que carrega a nomeação de um cargo de confiança, por receberem gratificação. A questão que se coloca é, portanto, em relação à dicotomia da função e à legitimidade do poder que exercem: se devem responder às demandas de quem as escolheu na comunidade ou às de quem sancionou esta escolha, uma vez que poderia não ter sido homologada, por ser um cargo de confiança (o prefeito pode nomear outra pessoa, que não aquela que ganhou o pleito).

Teoricamente tais demandas não seriam distintas, pois a mesma comunidade que elegeu o prefeito elege também diretores/as e vices das unidades escolares. Não obstante, nas relações sociais e políticas isto não é tão evidente, uma vez que outras determinantes direcionam as políticas, como, por exemplo, o mercado, o capital e a própria constituição patrimonialistas deste Estado. Como é abordado nesta pesquisa, tendencialmente aqueles que assumem posições de poder, sejam quais forem, agem colocando em prática um projeto o qual, em última instância, acreditam ser o melhor.

¹⁹ Escola é o termo utilizado para nomear os equipamentos que atendem prioritariamente o Ensino Fundamental, etapa da educação básica, e cujo provimento de direção é foco deste estudo. Os demais equipamentos da SME de Curitiba não têm o provimento de suas equipes diretivas realizado por meio de consultas à comunidade.

Isto posto, nem sempre o projeto do prefeito – articulado à SME – irá ao encontro daquele em que a equipe diretiva acredita.

Se comparadas, atualmente, as relações estabelecidas entre a SME e os/as diretores/as de escolas e a SME e os/as diretores/as de CMEIs, onde o provimento ainda é feito apenas por indicação, percebemos nos discursos e práticas uma resistência maior na primeira situação. Isto está diretamente relacionado às políticas clientelistas e à dominação tradicional weberiana. Os/as diretores/as indicados/as tendem a acatar como ordens as diretrizes da SME, enquanto aqueles/as que foram eleitos/as, como também respondem às demandas da comunidade que os/as elegeu, precisam legitimar com esta comunidade as decisões da SME, nem sempre construindo consensos, mas, muitas vezes, explicitando contraditórios. Estes fatores reforçam a autonomia da unidade educacional, mas podem dificultar, em alguns momentos, a materialização de consensos/unicidade para a rede municipal.

Se tomássemos por exemplo o conceito de Hannah Arendt (2001) para o poder, seria evidente que as diretoras e vice-diretoras eleitas pela comunidade escolar não teriam poder legítimo, pois não haveria o consenso criado por indivíduos em situação de igualdade. Nesta concepção, a gestão da escola deveria ser realizada pelos conselhos escolares instituídos, e a autoridade emergiria dele, quase naturalmente. Caminhamos, no município de Curitiba, para o fortalecimento deste colegiado. Não obstante, o horizonte calcado pelo conceito arendtiano de poder ainda está longe, já que não há igualdade de participação entre todos os segmentos, havendo acesso diferenciado a informações entre eles. Ademais, são os/as gestores/as da unidade aqueles/as que presidem o órgão e é comum não serem levadas as questões para debate, mas, muitas das vezes, apenas para consentimento do colegiado e legitimação da decisão já tomada pela direção da escola.

Assim, os conflitos que podem parecer inexistir são, a bem da verdade, a não legitimidade dos consensos, já que foram construídos diante de violência e coerção, ainda que simbólicas, silenciamento de uns em detrimento das vontades dos dominantes (gestores). Este quadro pode mudar nos próximos anos, uma vez que foi aprovado, em junho de 2015, o Plano Municipal da Educação no qual constam mudanças na presidência do órgão e inclusão da participação de estudantes (hoje há indicação para que haja esta participação, mas a maioria dos colegiados não inclui ainda o segmento, uma vez que é garantida a autonomia da unidade educacional e do colegiado na definição dos segmentos que o compõe).

Em si, processos de gestão que envolvem representatividade não resultam necessariamente em consensos genuínos, pois não há participação de todos na tomada de decisões. Para além disso, Arendt (2001) não descreve situações de desigualdade, uma vez que sua tentativa é traçar, com base na tradição greco-romana, ideais de uma sociedade que se forma a partir do encontro de indivíduos em iguais condições para chegar aos consensos.

A escolha da equipe diretiva é, ainda, menos legítima hoje, nesta vertente, uma vez que não há igualdade de condições dos indivíduos na consulta à comunidade. A comunidade já foi, inicialmente, representada por duas ou três pessoas - pais, mães e responsáveis pelos estudantes, somados ao grupo de professores da escola. Hoje, a comunidade escolar consultada para o provimento da direção reúne um responsável legal por estudante com menos de 16 anos matriculado na unidade, todos os estudantes com mais de 16 anos – na maioria das vezes matriculados nas turmas de Educação de Jovens, Adultos e Idosos – e todos os servidores que atuam na unidade escolar.

Mesmo com a ampliação da comunidade eleitoral, os sujeitos que atuam na escola têm condições de acesso às informações distintas das possibilidades dos responsáveis pelos estudantes (propostas de gestão, acesso às assembleias, contato com os candidatos, dentre outros aspectos), o que descaracteriza a situação de igualdade dos indivíduos na constituição de consensos.

Temos, portanto, um quadro de consultas à comunidade que por si não tem valor legal absoluto, mas apenas se seguido da nomeação do/a diretor/a e de seu/sua vice pelo prefeito. Apesar disso, para a comunidade escolar, como o chefe do executivo nomeia o candidato mais votado²⁰, há o entendimento de que a escolha foi feita por ela. Isto é reforçado uma vez que o processo é denominado como eleição, e não consulta. Ao mesmo tempo em que este movimento de “eleição” ocorre, o prefeito também estabelece com o nomeado uma relação de confiança e de obediência, uma vez que lhe atribui uma gratificação salarial extra, conhecida como função gratificada

²⁰ São desconhecidos casos em que houve um processo de eleição e esta foi desconsiderada, nomeando-se outro profissional. Como a SME de Curitiba não possui sistematizados os resultados de todos os pleitos, tampouco de todos/as os/as profissionais nomeados para cada uma das unidades escolares, esta comparação ficou impossibilitada. Apenas os decretos de nomeações puderam ser localizados e não informam se os/as profissionais nomeados foram anteriormente eleitos pelas comunidades locais. Há, no entanto, casos em que os nomeados são apenas indicados, como previstos em lei (novas escolas fora de períodos eleitorais, ausências de candidatos no período de eleição, entre outros casos, como se descreverá no item que trata da tradução legal do provimento das equipes diretivas das escolas municipais em Curitiba.

(FG). Esta relação com o nomeado também pode ser entendida, por alguns, como relação de obediência, uma vez que o chefe do executivo “favoreceria” o nomeado com uma gratificação salarial.

Assim, a direção escolar teria um “poder” legitimado pela comunidade, uma vez que ela a elegeu, voto a voto, mas também pelo prefeito, uma vez que a nomeou. Percebe-se, todavia, que isto não garante também que o princípio de gestão democrática seja exercido na escola, uma vez que, no exercício da função, as atitudes podem ser autoritárias. Neste caso, podemos nos remeter a Weber, que afirma ser possível que uma ordem social possa ser legitimada, mesmo por aqueles que nela ocupam uma posição inferior a dos demais. Assim, o que teríamos neste processo de “eleição” das escolas municipais de Curitiba poderia ser apenas consensos ilusórios.

Entende-se, portanto, no presente trabalho, que qualquer que seja a relação entre os sujeitos, ela será de poder, diferentemente daquilo que Arendt (2001) e outros autores afirmaram. Nas mais diferentes relações entre indivíduos há algo sendo disputado e envolvendo, assim, fonte de poder.

No estudo sobre o provimento da direção das escolas do município de Curitiba deve-se considerar ainda a manutenção do “poder”. As análises retrospectivas dos trinta anos de eleições para direção mostram pessoas que ficaram na gestão de uma mesma escola mais de dois terços deste período, como mais adiante é destacado. Legalmente, a legislação sempre restringiu as reeleições a determinadas quantidades. No entanto, para contar o número de reeleições, importava apenas a função exercida na equipe diretiva (direção, vice-direção, coordenações), não o pertencimento a esta equipe. Ou seja, a legislação anterior a 2014 determinava uma reeleição como tempo máximo de mandato, mas não citava em qual das funções de direção. Duas professoras eleitas para a direção e vice-direção de uma escola poderiam se reeleger na mesma “posição” (direção e vice), e, quando vedada nova reeleição, poderiam trocar a função (vice e direção), podendo novamente serem eleitas e reeleitas. Trocavam, então, de função mas compunham, por cinco, seis, ou mais pleitos, as chapas eleitas, dirigindo a unidade por mais de duas décadas, mantendo em suas mãos o poder durante muito tempo,

Cada mandato, atualmente de três anos, independe da função para contar a reeleição. A lei nº 14.528 aprovada no ano de 2014 foi a primeira a considerar este aspecto, o que impedirá pessoas de se reelegerem consecutivamente por mais de uma vez. Completados os seis anos de gestão, com reeleição, dever-se-á garantir a

rotatividade, sendo impedidas de se candidatarem diretora e vice na função, mesmo invertendo a posição na chapa. Após o período de um mandato fora da função, poderão se candidatar novamente, se assim desejarem. Apesar de parecer simples, este aspecto reduz os efeitos do poder cumulativo descrito por Wright Mills (1985). Quem tem poder tem mais chance de ter mais poder, o que garantiu a permanência de algumas pessoas por décadas na função de direção, como será demonstrado adiante.

No pleito ocorrido em 2014, a maioria das unidades teve chapa única e houve apenas 39% de renovação das pessoas na direção, concentradas, entretanto, em pouco mais de um quinto das unidades onde se renovaram as duas funções, direção e vice. Do total de escolas, 13% das chapas eleitas eram compostas apenas por pessoas novas, que não estiveram na direção no mandato imediatamente anterior. Os números – que serão melhor explorados em seção específica – revelam que as consultas renovam pouco o quadro de pessoas na direção escolar, indo ao encontro das ideias de Wright Mills (1985) supracitadas.

Os dados acerca da renovação dos quadros de direção das unidades podem revelar ainda mais, pois, com a mudança da normatização para eleição e com o novo plano de carreira sendo implementado, é possível que profissionais que estavam há duas décadas na gestão da escola tenham sido levados a pedir aposentadoria. Há, portanto, a hipótese de que este quadro de renovações seja alto se comparado aos anos anteriores. Isto pode ter ocorrido também pela solicitação de licenças prêmio a que estes profissionais tinham direito, vencidas, e, na sequência, os pedidos de aposentadoria, uma vez que estão na função há dez, quinze ou vinte anos e podem já ter tempo de carreira suficiente para tal. Neste sentido, não teriam decidido “abrir mão do poder” e voltar para suas salas de aula, mas sim estar tomando providências para sua aposentadoria. Os próximos pleitos indicarão se tais hipóteses são verdadeiras ou não.

Como a função de direção escolar está ligada a um aspecto político, e a política é marcadamente masculina na história do país, poderíamos ainda tender a aceitar a hipótese de que as mulheres não disputam a função por não se considerarem capazes, e, assim, justificar a pouca concorrência nos pleitos e a manutenção do poder por períodos maiores de tempo.

Considerando essas influências das desigualdades de gênero da sociedade, refletidas na escola, este poderia ser um agravante aos baixos índices de disputa de

poder e, conseqüentemente, alternância. Com lotação na SME de Curitiba, tem-se um número expressivamente maior de profissionais do magistério do sexo feminino em relação àqueles do sexo masculino. Os índices passam dos 95% para as primeiras, e apenas 4,24% para os demais²¹. Na função de direção, 5,68% dos sujeitos são do sexo masculino e as demais são do sexo feminino (Estes números eram superiores a 8% dos diretores do sexo masculino, e apenas 91% do sexo feminino, no primeiro mandato exercido depois do pleito de 1983). Apesar de parecer pouco, os profissionais do sexo masculino compõem as equipes diretivas de quase 10% das unidades. Além disso, do total, quase 5% deles estão na direção das unidades, contra apenas 3,5% das profissionais do sexo feminino na direção de alguma das instituições escolares municipais.

Desta maneira, poder-se-ia aceitar que, uma vez eleitas ou indicadas as pessoas para ocupar os cargos diretivos – de acordo com os diferentes mecanismos previstos em lei que permitem, ainda, em alguns casos, a indicação, como se verá na sequência –, as demais profissionais da educação se acomodam, não acreditando ser necessário seu envolvimento, já que uma pessoa assumiu e poderá manter-se no poder.

Isto posto, as candidatas indicadas passariam a exercer uma relação de dominação sobre a comunidade, uma vez que estabelecem mecanismos, regras de conduta, que permanecem ao longo do tempo, o que pode ser observado quando situações tidas como naturais em determinadas unidades escolares não o são em outras, pois nas primeiras se tornaram regras interiorizadas pelos sujeitos pela dominação exercida. Em uma relação explícita de poder, em contrapartida, o conflito estaria sempre presente.

Outras análises poderiam ser realizadas para o aprofundamento das relações de poder estabelecidas no interior das unidades, como, por exemplo, relativas aos atributos – econômicos, culturais, sociais – que o grupo de diretores/as eleitos possui e as distinções, ou não, destes atributos aos que outros sujeitos elegíveis possuem. Weber, neste sentido, nos ajuda a entender as relações de poder

²¹ Tais informações são provenientes da análise dos dados disponíveis na plataforma “Dados abertos”, no endereço <http://www.curitiba.pr.gov.br/dadosabertos/>, parte da política de transparência da gestão municipal, conforme prevê a Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 e Decreto nº 7.185, de 27 de maio de 2010. Os dados são referentes à base “Servidores_Cargos_Encargos_-_Base_de_Dados”, de dezembro de 2015. Outras informações também podem ser acessadas em <http://www.transparencia.curitiba.pr.gov.br/>.

instituídas nas escolas quando fala sobre os recursos dos quais os sujeitos podem se utilizar nestas relações. Não obstante, tais análises são dificultadas pelas complexidades e subjetividades das relações humanas, uma vez que, em cada uma das 184 unidades educativas, pode haver pessoas com recursos distintos que os mobilizam, ou não, para atingir determinados fins. A análise global de conceituação das relações de poder exercido – ou não – pelas gestoras das escolas de Curitiba, só seria possível se identificados padrões de comportamento frente à gestão e ao poder, a partir do estabelecimento de linhas comuns entre estes sujeitos, ou realizados estudos de caso.

As relações estabelecidas pelos/as profissionais da educação com a comunidade escolar e a equipe de secretaria são complexas e possibilitam a caracterização de diferentes conceitos de poder, a partir também de metodologias de análise distintas, como se abordou nesta seção (um olhar para os consensos construídos por sujeitos em iguais condições, para os agentes, para os efeitos na estrutura social ou para as relações mais abstratas, psíquicas, presentes em quase todas as situações cotidianas e históricas). As próximas seções buscam delimitar, à luz dos conceitos de poder, democracia e Estado, aqui construídos, a gestão democrática da escola pública brasileira e curitibana e um de seus instrumentos, a consulta à comunidade para provimento de equipes diretivas escolares.

3 GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA

Este capítulo buscará situar o leitor no conceito da gestão democrática da escola pública que este trabalho aborda, à luz do que foi discutido na seção 2, sobre Estado, democracia e relações de poder. Será preciso, ainda, entender a escola pública, como lócus da distribuição material do direito à educação para todos e todas. Serão abordados, também, os instrumentos que constituem a democracia, em particular na instituição escolar pública, dentre os quais a eleição.

Inicialmente, é importante colocar, na perspectiva do que escrevem Dourado e Oliveira (2009), que a questão da democracia está diretamente relacionada a uma melhora na qualidade da educação:

os processos de organização e gestão da escola e escolha do diretor, sobretudo, no tocante aos processos de democratização, são fundamentais, haja vista que, em processos marcados por uma maior participação de professores, alunos, pais e funcionários, ocorre progressivo fortalecimento da autonomia e da democratização da escola; no caso de democratização da escolha do diretor, essa dinâmica, ao enfatizar processos de participação mais ampla e se articular com outros fatores, como formação inicial e continuada, além de experiência profissional, formação específica e capacidade de comunicação e de motivação dos diferentes segmentos da comunidade escolar, pode contribuir para a melhoria da qualidade de ensino. (p. 212)

Para Tavares (2014), o Estado é um aparelho administrativo e político e seus processos de modernização envolvem racionalização dos processos de organização e gestão. A racionalização dos processos e combate ao patrimonialismo seriam o foco de tais procedimentos, por meio de mecanismos de participação aperfeiçoados. A ênfase técnica ou política é uma tensão constante do processo e repercute na organização da gestão da educação, tanto nos sistemas de ensino quanto nas unidades educacionais.

A questão tem sido superar formas mais autoritárias, clientelistas, paternalistas em direção a processos mais democráticos de gestão, o que inclui uma racionalização dos processos administrativos e aumento de mecanismos de controle público e de participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão, em relação à gestão das unidades de ensino, dos sistemas e da política educacional (TAVARES, 2014, p. 57).

Ao falar das questões teóricas sobre o desenvolvimento da gestão pública, a autora traça o movimento histórico no processo de modernização do Estado (TAVARES, 2014, pp 55-60). O Manifesto dos Pioneiros já traria este movimento de

racionalização administrativa da educação, que se mantêm central atualmente²². A década de 1970 marcou a ênfase tecnicista, criticada na década seguinte por meio da argumentação da “especificidade e a natureza do trabalho pedagógico” (TAVARES, 2014, p. 58). Ganharam espaço, portanto, na década de 1980, as discussões acerca da democratização da educação em todos os níveis, da ampliação dos processos de participação e de tomada de decisões e da ressignificação das relações de poder, culminando na inclusão do princípio democrático na CF/88 e LDB/96.

Na década de 1990, segundo Tavares, o discurso neoliberal incorporou o termo gestão, dando-lhe outra dimensão, voltando às ideias de eficiência, eficácia e produtividade na educação, características do tecnicismo, incluindo, no entanto, a valorização da participação, ainda que ressignificada.

Há um quarto de século a “constituição cidadã”, como foi batizada por Ulysses Guimarães, afirma vivermos em um Estado Democrático de Direitos, buscando garantir a gestão democrática para a educação no segundo artigo da seção sobre o tema na carta, em seu inciso sexto (CF/1988, art. 206, VI). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) reafirma este princípio em seu artigo terceiro e quatorze, colocando a cada sistema a exigência de definir

as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996, LDB 9394/96, Art. 14)

Não obstante o princípio já ter sido declarado há quase três décadas, caminhamos todo este tempo na tentativa desta construção democrática, ainda não consolidada. As formas de tradução do que é imputado pela legislação nacional são diversas, nos diferentes sistemas de ensino, como se fará ver nesta seção.

É mister afirmar, ainda, que a escola básica brasileira, ainda que não garanta a democratização de seus processos de gestão, está muito mais avançada no princípio do que o ensino superior, por exemplo, que tem um referencial mais conservador. Os exemplos que se buscarão neste texto dizem respeito à escola básica.

²² A título de exemplo, ver os recentes casos de tentativa de implantação das Organizações Sociais (OSs) na administração das escolas públicas em Goiás, além da entrega da gestão de escolas públicas à Polícia Militar em Goiás e Sergipe, por exemplo.

Nacionalmente temos algumas iniciativas para incentivar a criação de mecanismos de gestão democrática, como, por exemplo, os conselhos de escola, com a criação, em 2004, do Programa Nacional de Fortalecimento de Conselhos Escolares²³. O programa, que visa a formação de profissionais da educação e conselheiros escolares, define esses conselhos como

[...] órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades escolar e local, que têm como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras, no âmbito da escola. Cabe aos Conselhos, também, analisar as ações a empreender e os meios a utilizar para o cumprimento das finalidades da escola (BRASIL, 2004a, p.34).

Muitos municípios, dentre os quais Curitiba, já têm toda sua rede de escolas com conselhos implantados, mas estes conselhos e espaços de efetivação da democracia nem sempre funcionam de acordo com o princípio da participação instrumentalizada. Muitas vezes tornam-se apenas reuniões em que todos/as são convidados/as a assinar atas, concordando com as decisões já tomadas. A construção democrática ainda está longe de se efetivar nacionalmente.

Outros exemplos de que muito ainda há de ser construído podem ser observados nas tentativas de operacionalização destas formas de participação direta através do Decreto nº 8243 de 23 de maio de 2014, que institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social – SNPS, e que foi foco de críticas justamente porque se dizia que se tratava de uma política contrária ao modelo democrático. Esta não é temática desta pesquisa, mas é necessário que os estudiosos da matéria, e mesmo a sociedade civil, reflitam sobre quais aspectos lutam as forças favoráveis e contrárias ao decreto ou a este movimento, pois o conceito de democracia envolvido será diferente.

A gestão democrática da escola pública brasileira tem sido estudada por autores como Vitor Paro, Luiz Fernandes Dourado, Erasto Mendonça, Taís Moura Tavares e Ângelo Ricardo de Souza, por exemplo, que reafirmam a escola como importante espaço de vivência da cidadania e da participação social. Não obstante, os estudos demonstram que, ainda que os discursos exaltem práticas democráticas na gestão da escola pública, muito se tem a avançar quanto à efetivação do conceito.

Se tomarmos por base o caso de Curitiba, temos hoje enraizado este discurso, contudo, na rede de ensino da cidade, há comunidades que possuem um mesmo

²³ Portaria Ministerial nº 2.896, de 16 de setembro de 2004.

“governante escolar” – diretor/a – *eleito*, referendado pela comunidade escolar, há mais de uma década, chegando a duas. O modelo reflete a sociedade na qual a política se torna profissão e há barganhas para que haja participação, pois o sentido do discurso ainda não está, de fato, naturalizado nas práticas. Se não fosse assim, não ouviríamos das escolas a grande dificuldade de reunir o conselho, pais, mães, responsáveis por estudantes e professores interessados, e que muitas vezes isso se dá através de “negociações” (trocas de favores) com os profissionais. Também não ouviríamos de conselheiros que não sabem para que estão lá, se apenas recebem informativos do que irá acontecer e sancionam com suas assinaturas. Não são, muitas vezes, espaços de participação na tomada de decisões, de poder compartilhado, mas espaços de *participacionismo*, ou seja, de uma participação esvaziada, sem fundamentos, informação e formação (MENDONÇA, 2000).

Estes aspectos podem estar relacionados à afirmação de Mendonça (2000) acerca da implementação de políticas de gestão democrática nos diferentes entes federados como resposta ao princípio constitucional de gestão democrática da educação, supracitado:

Porque a gestão democrática do ensino público se inscreve como um princípio constitucional, os sistemas de ensino estaduais e municipais se obrigam a adotá-la como uma diretriz de política pública, configurando-se, portanto, como um instrumento de que o Estado se utiliza para alcançar seus objetivos estratégicos. (MEDONÇA, 2000, p. 51).

As escolas brasileiras têm suas práticas ainda muito distantes da premissa da gestão democrática, com colaboração entre indivíduos e envolvimento de todos, como afirma Paro (2000).

Difilmente teremos um professor relacionando-se de forma consequente num processo de participação democrático da comunidade na escola se sua relação com os alunos em sala de aula continua autoritária. Se a escola, em seu dia-a-dia, está permeada pelo autoritarismo nas relações que envolvem direção, professores, demais funcionários e alunos, como podemos esperar que ela permita, sem maiores problemas, entrar aí a comunidade para, pelo menos, exercitar relações democráticas? (PARO, 2000, p. 25).

Há que se considerar, entre as dificuldades de participação, além do autoritarismo a que Paro alude, os condicionantes internos de participação (PARO, 2000). O autor elenca, para tanto, determinantes dentro e fora da escola, e, em relação aos internos à instituição, cita os “materiais, institucionais, político-sociais e ideológicos” (p. 43). Quanto aos condicionantes externos à unidade, cita os

1) condicionantes econômicos-sociais, ou as reais condições de vida da população e a medida em que tais condições proporcionam tempo, condições materiais e disposição pessoal para participar; 2) condicionantes culturais, ou a visão das pessoas sobre a viabilidade e a possibilidade da participação, movidas por uma visão de mundo e de educação escolar que lhes favoreça a vontade de participar; 3) condicionantes institucionais, ou os mecanismos coletivos, institucionalizados ou não, presentes em seu ambiente social mais próximo, dos quais a população pode dispor para encaminhar sua ação participativa. (PARO, 2000, p. 54)

O autor considera as condições materiais das instituições um importante aspecto, mas que não pode ser utilizado como desculpa para não se garantir a efetividade da tomada de decisões coletiva. As condições acarretam em uma perda grande de tempo para solução dos problemas e redução dos efeitos das insuficiências para garantia de qualidade no serviço público. Não obstante, levar as questões ao conhecimento de toda a comunidade é também permitir que mais pessoas possam influir nas decisões e, ao mesmo tempo em que se divide o poder, dividem-se as responsabilidades da tomada de decisão individual e podem multiplicar-se as ideias e o envolvimento.

Tais aspectos estão diretamente relacionados ao que Paro nomeia de condicionantes institucionais. A centralidade das ações na figura do/da diretor/a dificulta a construção da coletividade ou de processos mais horizontalizados, enquanto enfatiza relações verticalizadas. As relações menos hierárquicas com relações mais horizontais favoreceriam o desenvolvimento de um ambiente democrático.

Quanto aos condicionantes político-sociais, o autor se refere aos interesses de grupos, particulares, que condicionam a formação de conflitos. Como dissemos, os dissensos são inerentes aos processos democráticos, e sobre isso Paro afirma que,

Na perspectiva de uma participação dos diversos grupos na gestão da escola, parece que não se trata de ignorar ou minimizar a importância desses conflitos, mas de levar em conta sua existência, bem como suas causas e suas implicações na busca da democratização da gestão escolar como condição necessária para a luta por objetivos coletivos de mais longo alcance como o efetivo oferecimento de ensino de boa qualidade para a população (PARO, 2000, p.47)

É mister ainda ressaltar que os condicionantes político-sociais podem envolver também a desvalorização das ideias do outro. A prevalência de grupos sobre outros enraíza a verticalidade das relações, sendo desfavoráveis a construções democratizadas. São comuns, neste sentido, os relatos de profissionais do magistério

sobre a impossibilidade de os responsáveis legais por estudantes debaterem questões educacionais, afinal não detém o conhecimento para tal. Sobre isso, entende-se que é preciso garantir a especialidade das funções e atribuições dentro da comunidade escolar, mas que esse aspecto não impede que todas as questões sejam debatidas e articuladas em órgãos colegiados de gestão como o conselho de escola, sempre à luz da garantia do direito à educação a todos e a cada um.

Os aspectos apresentados por Paro (2000) como determinantes externos à escola presentes na comunidade escolar se referem às condições reais de participação desta comunidade trabalhadora em um espaço de seu interesse, mas que se apresenta com tantos empecilhos. Acerca das condições objetivas de vida e participação, o autor cita a falta de tempo e cansaço. Garantir a participação da classe trabalhadora na escola, no horário de seu trabalho, torna-se quase inviável com a atual organização social. Há, para tanto, a necessidade, já apontada pelo autor na época das discussões acerca da CF/88, de pressão da sociedade para que mudanças neste sentido sejam realizadas e garantido o direito a responsáveis por estudantes se ausentarem das atividades laborais, por determinado período de tempo e frequência, a fim de que possam acompanhar a vida escolar das crianças e adolescentes.

Além disso, é preciso que a escola e os profissionais que nela trabalham acolham os pais e suas demandas, auxiliando na organização do segmento e promovendo espaços de participação. Para superação da tradição autoritária brasileira, muito se demanda até que haja entendimento de que ser ou estar interessado na educação da criança pela qual se é responsável pode significar participar da vida escolar dela. Construimos diariamente o espaço democrático à medida que permitimos que as relações verticais e autoritárias sejam desconstruídas.

Sobre a desconstrução destas relações verticalizadas, Paro (2000) afirma que

Uma coisa é expressar a crença de que, na medida em que consiga, na forma e conteúdo, levar as camadas trabalhadoras a se apropriarem de um saber historicamente acumulado e desenvolver a consciência crítica, a escola pode concorrer para a transformação social; outra coisa bem diferente é considerar que a escola que aí está já esteja cumprindo essa função. Infelizmente essa escola é sim reprodutora de certa ideologia dominante... é sim negadora dos valores dominados e mera chanceladora de injustiça social, na medida em que recoloca as pessoas nos lugares reservados pelas relações que se dão no âmbito da estrutura econômica. Se queremos uma escola transformadora, precisamos transformar a escola que temos aí. E a transformação dessa escola passa necessariamente por sua apropriação por parte das camadas trabalhadoras. (PARO, 2000, p. 10)

Neste âmbito, o autor reflete o papel da escola na transformação social e a necessidade, para que este papel seja cumprido, de transformação da escola atual, que passa pela sua “apropriação” pelas comunidades escolares, ou pela classe trabalhadora, nas palavras do autor. A qualificação dos espaços de participação e da própria participação de que se falava está intimamente relacionada a estes aspectos.

Mendonça (2000) trata do imperativo de tornar as coisas e pessoas, públicas, para se construir a gestão democrática, que pode ser lido por meio da apropriação da escola pela sociedade. O enunciado vai ao encontro do dispositivo constitucional contido no Art. 37, que coloca como pressupostos do serviço público a legalidade, a moralidade, eficiência, impessoalidade e publicidade (BRASIL, 1988).

Ao afirmar que a abstração do Estado é o traço distintivo do Estado moderno, dele derivando o dispositivo representativo, Brum Torres aponta para a existência de um sistema de representações de duas ordens. No primeiro, de caráter formal, as pessoas, as coisas e as ações são *tornadas* públicas. Assim, a aposição do Grande Selo, a publicação no Diário Oficial e outras medidas praticadas por quem está habilitado pelas regras de investidura são capazes de, por si mesmas, reconhecer o caráter público de ações determinadas. (MENDONÇA, 2000, p. 34)

O exposto nos remete à necessidade de informação para que haja efetividade da participação. Não se concebe a participação sem a qualificação da informação. Assim, é particular à escola que quer se constituir democraticamente, que democratize, primeiro, o acesso às informações.

Junto com Dourado, acreditamos na articulação entre os sujeitos que compõe a comunidade escolar e que

a democratização dos processos de organização e gestão deve considerar as especificidades dos sistemas de ensino, bem como os graus progressivos de autonomia das unidades escolares a eles vinculados, e buscar a participação da sociedade civil organizada, especialmente o envolvimento de trabalhadores em educação, estudantes e pais. (DOURADO, 2007, p. 925)

A luta pela implantação da gestão democrática na escola será tanto mais fácil, quanto maior for o comprometimento da sociedade como um todo com essa ideia. Pode-se perceber uma expansão desse conceito na sociedade atual, mas com as devidas ressalvas a sua concretização. Este assunto, circunscrito ao tratamento dado ao tema, no município de Curitiba, será tratado a seguir.

3.1 GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CURITIBA

Como já afirmado neste trabalho, o município de Curitiba não possui Lei de Gestão Democrática²⁴, geral, mas legislação que rege apenas um de seus instrumentos, o processo de escolha de diretores/as escolares por meio de consulta à comunidade. Em que pese este aspecto, a Secretaria Municipal da Educação declara, na atual gestão (2013-2015), ser a democracia um de seus princípios, em documentos oficiais, a exemplo da versão preliminar do Currículo do Ensino Fundamental disponibilizada entre novembro e dezembro de 2015 no Portal Cidade do Conhecimento (Portal da SME de Curitiba) e dos Cadernos das Semanas de Estudos Pedagógicos de 2014 e 2015, disponíveis no mesmo Portal.

Em Curitiba, até 1982, os/as profissionais eram indicados para assumirem funções de direção e vice-direção²⁵ em todas as unidades educacionais. Desde 1983, estes profissionais são “eleitos” pela comunidade, ainda que as regras para estas eleições tenham sido alteradas diversas vezes nestas duas décadas, respondendo aos movimentos da política municipal e estadual. Apesar destas consultas acontecerem antes mesmo da promulgação da CF/88, elas não abrangem todas as unidades do município. Este aspecto remete aos limites do princípio democrático na SME, uma vez que menos da metade das unidades do sistema público municipal tem um instrumento de consulta à comunidade para o provimento das funções de direção. Se democrático, o provimento por eleições responde ao imperativo constitucional apenas nestas poucas unidades em que acontece, como será mais bem descrito na seção específica sobre este instrumento.

Como afirmado, as políticas curitibana e do governo estadual do Paraná sofrem influências mutuamente, como é de se esperar. O processo de democratização, ou não, dos sistemas de ensino municipal de Curitiba e estadual do Paraná aconteceram quase como resposta de um às movimentações ocorridas noutro. Frise-se, ainda, neste escopo de influências, que no estado do Paraná a gestão apresenta

²⁴ Há indicativo no Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, meta 19, estratégia 19.1) para promulgação de legislação de gestão democrática nas escolas até junho de 2016 - prazo de 2 anos da instituição do plano.

²⁵ A figura da vice-direção escolar não existia na época e ainda hoje não está presente na totalidade das unidades, ainda que esteja na maioria delas. A legislação imputa critérios para a quantidade de pessoas a compor as equipes diretivas, dentre os quais o número de estudantes matriculados e as modalidades de ensino em funcionamento na unidade.

particularidades em relação aos demais entes federados, como explicita Tavares (2014) e se tentará abordar aqui.

Para a autora, o ciclo cafeeiro teve importância na reorganização e expansão da educação no estado do Paraná, uma vez que, com o aumento populacional, as taxas de escolarização tiveram quedas que só começaram a ser superadas na década de 1970. Também até este período, a secretaria de educação do estado arquitetou o sistema de ensino muito voltado aos aspectos técnicos e favorecimentos políticos. O quadro de trabalhadores temporários era altíssimo e foram criados sistemas de supervisão central e local que favoreceram o clientelismo.

Não obstante, o início da década de 1980 é marcado pela secundarização do aspecto técnico e aumento da importância do político.

Em 1982 é eleito no Paraná, assim como em outros Estados, um governo de oposição ao militarismo, através da legenda do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que permanece no poder executivo estadual até o final de 1994. O discurso educacional da época está marcado pelo clima pós-ditadura militar e exalta a democratização e a participação. O compromisso político com a classe trabalhadora e as camadas populares são explícitos nos documentos. A escola tem como finalidade a reconstrução social e a preparação para a participação nos processos decisórios da sociedade (CUNHA, 1991 apud TAVARES, 2014, p. 62).

Amplia-se, pois, a descentralização da secretaria de educação e o discurso passa a ser democrático. No entanto, com a descentralização mantida, ainda que em outro formato – Núcleos Regionais de Educação e Inspetorias – o clientelismo mantém-se na indicação de chefias, tanto no Sistema Estadual quanto Municipal de Curitiba.

Durante o governo PMDB no Paraná a questão da gestão democrática pouco foi tratada, diferentemente do que acontece a partir de meados da década de 1990, quando se retomam os preceitos de eficiência e eficácia e a gestão se volta ao aspecto técnico, devendo ser otimizada para garantir o aumento da produtividade, em detrimento da democratização.

Em nome da “autonomia” da escola, a responsabilidade pela manutenção dos prédios também passa para as unidades, nas quais a direção precisa “angariar” fundos com a comunidade para que os resultados sejam alcançados. Em nome de um “bem comum” daquela comunidade, o financiamento da unidade é compartilhado entre esta e o governo.

O anúncio da autonomia conviveu com medidas centralizadoras na tomada de decisão. Todas as políticas comentadas durante entrevistas – reorganização administrativa do órgão central e dos NREs, criação dos Distritos Escolares, definição de porte das escolas, lotação de pessoal, políticas de formação, etc. – resultaram de decisões do órgão central, de forma centralizada no gabinete do secretário (a) estadual de educação. (TAVARES, 2014, p. 65).

Uma situação homóloga a esta foi construída no município de Curitiba, traduzindo a política estadual. O trabalho burocrático aumentou, a centralização das decisões permaneceu, mas a responsabilização pelos resultados foi transferida às unidades.

Como afirmado, é preciso entender os processos de democratização da gestão escolar em Curitiba à luz do processo que ocorreu no Paraná. Isto se dá, pois, como é sabido, durante o período da ditadura militar no Brasil, os prefeitos das capitais eram designados pelos governadores. Assim, José Richa, eleito governador do estado do Paraná em 1983, nomeou Maurício Fruet prefeito de Curitiba. É mister afirmar, como dito, que os mecanismos de gestão democrática assumidos no Paraná, no início da década de 1980, acabaram por atender às demandas dos profissionais da educação pela eleição direta para diretores/as, pela comunidade escolar, como forma de superação das influências clientelistas advindas das indicações.

Assim, se em junho de 1983, por decreto do Governador, ocorreram as primeiras eleições de diretores/as para as escolas estaduais, por composição de lista tríplice (FEIGES, 2013), esta situação influenciou diretamente a promulgação da lei municipal para que o mesmo acontecesse nas escolas municipais de Curitiba. Até 1985, em Curitiba, o processo consistiu em indicação pelo colegiado, com eleição para esta indicação. Em 1987, a lei alterou o termo evidenciando que a função seria provida por ato do prefeito, mas manteve a realização de processo eleitoral na unidade; com pouca alteração na redação, as leis seguintes mantiveram o nome eleição, inalterado até hoje.

No estado do Paraná, porém, em 1991, o então governador Roberto Requião propôs ação direta de inconstitucionalidade da lei que regia, no estado, os processos de escolha de diretores mediante eleição direta. O STF deferiu o pedido, e o processo passou a ser denominado “consulta à comunidade escolar”, como pode ser melhor compreendido em estudos que abordam o processo estadual (FEIGES, 2013; RUIZ, 2013; CRUZ, 2015)

Outro instrumento fundamental, para além das eleições, que contribui à democratização da gestão da escola pública de Curitiba são os conselhos. Os conselhos rompem com a lógica da verticalidade impregnada nos processos de eleição, que podem significar a transferência, pelo voto, da responsabilização de todos necessária nos processos democráticos.

Diferentemente do provimento por eleição, os conselhos estão presentes na quase totalidade das unidades da SME de Curitiba, à exceção de Faróis do Saber, Centros de Atendimento Especializado - CMAEs, equipes de núcleos regionais e secretaria. Os conselhos escolares, entretanto, respondem à legislação estadual que data de 1999, uma vez que o município não possui legislação própria. Nesta legislação há retrocessos quanto à democratização dos processos de decisão, uma vez que, ainda que considere os conselhos como órgãos máximos de gestão da escola, estes são colocados sob a presidência obrigatória do/a diretor/a escolar.

Os conselhos escolares em Curitiba, no entanto, convivem com o distanciamento entre a decisão privada e ação coletiva. Isto é muito evidente quando percebemos que o anúncio da participação tem “sempre convivido com acentuada centralização das decisões” (TAVARES, 2014, p. 68). Reforça-se a direção da escola quando ela é também presidente do Conselho. Participam todos, se assim desejarem, deste espaço, mas a decisão tomada pelo/a diretor/a tem um peso acentuado, uma vez que, além de concursado no serviço público e especialista na técnica educacional, além de ocupar função hierarquicamente “superior”, ele/a tem a chancela para atuar na gestão da unidade e, portanto, deve ter conhecimentos mais importantes que os dos demais.

Um último fator ainda a ser citado quanto aos processos de democratização da gestão escolar diz respeito à necessidade de se democratizarem todos os processos educacionais, não apenas na escola. A democracia só é plena se se estender por toda a sociedade, e não for restrita a instituições pontuais, apenas. A grande questão que se coloca é como garantir a democratização da unidade escolar se o sistema que a compõe não se democratiza.

Os órgãos gestores da educação têm enraizadas, ainda, políticas clientelistas, sustentados na necessidade de gerenciar o sistema com funções e pessoas de confiança. Parte do aparato do Estado é composto por estas funções de confiança, rotativa assim como os governos. No entanto, na gestão dos sistemas de ensino há também equipe técnica que deve compor tanto as equipes de planejamento e tomada

de decisões, quanto de execução, não apenas uma ou outra função, reproduzindo as divisões e hierarquização de funções que não são quistas na escola. Isto quer dizer que a gestão do sistema de ensino precisa ser tomada pelo princípio e pelo método democrático. Os movimentos mais coletivos, como as conferências de educação, têm um papel importante nesta direção, mas é necessário que mecanismos mais diretamente relacionados ao cotidiano da gestão educacional sejam democratizados. Todavia, estudar mais profundamente como este processo pode/deve se efetivar não é escopo desta dissertação, que tem como foco o processo de escolha da direção escolar por meio de eleições, assunto que será aprofundado a seguir.

4 ELEIÇÕES COMO FORMA DE PROVIMENTO DA DIREÇÃO ESCOLAR

Esta seção buscará discutir de forma mais específica o provimento da função de direção escolar por eleições – ou consultas – à comunidade. Assim, inicialmente, serão conceituadas a direção escolar e sua função na busca pela efetivação da gestão democrática.

4.1 NATUREZA DA DIREÇÃO ESCOLAR

[...] toda prática educativa, como tal, possui uma dimensão política assim como toda prática política possui, em si mesma, uma dimensão educativa. A dimensão política da educação consiste em que, dirigindo-se aos não antagônicos, a educação os fortalece (ou enfraquece) por referência aos antagônicos e desse modo potencializa (ou despotencializa) a sua prática política. (SAVIANI, 2012, p. 84).

O trecho acima, retirado do clássico “Escola e Democracia”, de Demerval Saviani, reafirma o que vem sendo colocado ao longo deste trabalho: que as ações educativa e política são indissociáveis, ou como afirma o autor, “trata-se de práticas distintas, mas que ao mesmo tempo não são outra coisa senão modalidades específicas de uma mesma prática: a prática social” (SAVIANI, 2012, p. 85).

É este o cerne da questão que vem a reclamar as eleições como critério de provimento daqueles que farão a gestão da instituição pública educacional, distinta de quaisquer outras instituições privadas também com fins educacionais, uma vez que a natureza deste fim se altera substancialmente quando tratamos, na primeira, de um direito socialmente conquistado, público e subjetivo, de responsabilidade incontroversa do Estado e, na segunda, de uma mercadoria a ser comprada.

A gestão da escola, personificada na figura do/a diretor/a, é o exercício de um papel político, mas, ao mesmo tempo, técnico e administrativo. Não podemos separar estas dimensões, da mesma forma como não se separam teoria e prática, execução e definição (SOUZA, 2014), ainda que a organização social muitas vezes de fato as separem. A gestão escolar, neste sentido, está diretamente relacionada às possibilidades de dar os rumos que se quer – ou se acredita serem melhores – na definição de como e do que será executado na instituição escolar – no aspecto pedagógico, institucional, interpessoal, administrativo.

Assim,

[...] a gestão escolar pode ser compreendida como um processo político, de disputa de poder, explicitamente ou não, no qual as pessoas que agem na/sobre a escola pautam-se predominantemente pelos seus próprios olhares e interesses acerca de todos os passos desse processo, com vistas a garantir que as suas formas de compreender a instituição e os seus objetivos prevaleçam sobre as dos demais sujeitos, a ponto de, na medida do possível, levar os demais a agirem como elas pretendem. Esta é uma tentativa inicial de compreender a gestão escolar não como ela pode ou deve ser, mas como ela demonstra ser, considerando sobre o que ela recai e com quais objetivos opera. (SOUZA, 2014, p. 15)

Na perspectiva ora tratada, percebe-se a gestão da escola aglutinando funções administrativas, técnicas e políticas, sem, entretanto, deixar de assumir um aspecto que lhe é inerente: a manutenção ou disputa do poder para fazer prevalecer as ideias que o/a gestor/a e os que o/a apoiam querem ver prosperar, tendo em vista os objetivos a alcançar.

Como vimos anteriormente, há uma série de definições possíveis para o poder e na escola são identificadas muitas das definições ou expressões deste poder. É importante afirmar que o poder e a gestão da escola estão diretamente relacionados, ainda que o primeiro possa ter diferentes expressões para a sociologia política. Isto se dá porque as relações humanas e sociais são políticas e envolvem formas destas expressões de poder, ou, simplesmente, a busca por mais poder. A gestão da escola é ação política e disputa de poder, portanto.

As atividades da gestão da escola envolvem, como afirmado, aspectos técnicos – conhecimentos dos processos pedagógicos e administrativos, burocráticos – mas também um amplo espectro de política. A escola não é a família, tampouco a segunda casa dos profissionais que nela atuam. Ela é espaço de atividade política, laboral e locus da materialização de direitos, no caso da instituição pública. Assim, os sujeitos que nela operam o fazem na busca por determinado fim comum, ainda que os caminhos para atingirem este fim sejam diversos, uma vez que não há regras ou modelo a ser seguido quando se trata da subjetividade dos sujeitos. É neste sentido que as ações são conflituosas, não neutras.

Este espaço, assim como o de qualquer outra instituição – e, neste caso, pública ou não –, é permeado de relações interpessoais. Relações estas que transcendem àquelas de trabalho e se tornam, por vezes, ainda mais conflituosas. Quem atua na função de diretor/a da instituição escolar é, por natureza, o grande articulador de interesses individuais e de diferentes grupos que se formam no interior das organizações, na tentativa de direcionar o foco a um mesmo objetivo: a educação

– de qualidade – a todos e todas. Não obstante, seus interesses pessoais e a busca pela ampliação de seu poder sempre permearão estas relações, a articulação do trabalho administrativo-pedagógico, e os objetivos da instituição.

De tal modo, não há uma forma ideal de gestão, uma vez que ela se constrói com os sujeitos e grupos de que se constituem as instituições. A gestão das unidades irá se articular “com os poderes de mando e com a hierarquia, com o domínio dos saberes e técnicas que lhe seriam próprios, mediata e imediatamente, e com a definição, mais uma vez hierárquica, de regras”. (SOUZA, 2014, p.21)

O exposto explicita que a escola não é uma instituição estritamente burocrática, como também afirma Souza (2014). É política. Assim, a natureza de sua gestão impede um cargo naturalmente político ou naturalmente técnico para exercê-la.

Ainda que se defenda esta dupla natureza da gestão escolar pública, não se têm evidentes as formas de provimento capazes de garantir que ambas as características sejam supridas.

Por um lado, a instituição escolar pública é parte do aparato do Estado, e, portanto, deve a ele responder. Enquanto repartição vinculada a um sistema, seu dirigente responde a determinações gerais deste sistema, ainda que possa – ou deva – participar da definição destas determinações para que não se torne simples burocrata. Precisa, também, conhecer a técnica envolvida na ação a que esta repartição se destina, uma vez que ela possui um fim determinado, caso contrário seria apenas político, delegando funções administrativas. Sem embargo, deve também responder, enquanto gestor de um órgão público financiado pela comunidade, aos anseios e particularidades da comunidade na qual se insere, articulando todo o trabalho e aspirações individuais e coletivas.

Não fossem os aspectos supracitados, o sujeito gestor da unidade escolar poderia ser apenas técnico ou político, e não possuir ambas as características. Como concursado, por exemplo, dominaria as atribuições técnicas da gestão da instituição educacional, em detrimento de sua função política de articulação e de mediação dos conflitos, negando as relações de poder. Apenas político, teria toda a especificidade do trabalho pedagógico-administrativo delegada a terceiros, além de ser ampliada a possibilidade de manutenção de favorecimentos – clientelismo.

Isto posto, reitera-se a dupla função do gestor escolar, que justifica seu provimento não ser apenas por indicação.

4.2 PROVIMENTO DA DIREÇÃO ESCOLAR

O anseio por vivência democrática no Brasil encontra amparo legal com a promulgação da Constituição Federal de 1988, cujos efeitos se estendem aos diversos setores da sociedade, inclusive à educação. Isto se evidencia na legislação federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), no Plano Nacional de Educação (PNE), Lei 13.005 de 25/06/2014 e é replicado de variadas formas nos diversos estados da federação. No entanto, a legislação nacional imputa aos demais entes federados – estados, Distrito Federal e municípios – a obrigação de normatização da operacionalização da gestão democrática.

A legislação, como afirmado, não garante a execução ou implementação de práticas democráticas. Saviani (2012), fazendo referência aos mais de 80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, afirma que é preciso unidade e continuidade de plano condizentes às necessidades modernas e do país, condição inoperante em virtude da “[...] ‘cultura política’ enraizada na prática de nossos governantes, avessa ao planejamento e movida mais por apelos imediatos, midiáticos e populistas do que pela exigência de racionalidade inerente à ação planejada” (SAVIANI, 2012, p. viii).

Como voltaremos a discutir, o Plano Nacional de Educação – PNE – recém aprovado aponta para a construção de leis de gestão democrática nos diferentes entes federados, como critério para o recebimento de transferências voluntárias da União, critério este que, provavelmente, induzirá a criação de mais legislação a respeito da temática. A primeira estratégia da Meta 19 do PNE, que faz menção à gestão democrática, todavia, imputa a consideração, pelos entes federados, de critérios técnicos de mérito e desempenho e a participação da comunidade escolar no que diz respeito ao provimento da direção escolar.

Ainda que seja um avanço em relação à consideração da participação da comunidade escolar, garantindo introdução de princípios mais democratizantes, a estratégia induz também a um entendimento da natureza mais técnica que política da gestão escolar. Parece que se chega à conclusão de que apenas os processos de escolha da comunidade não bastam, ainda que esta escolha envolva apenas sujeitos concursados – com habilitação para atuação na educação – e, portanto, com habilidades técnicas-pedagógicas para assumir a função. A ferramenta de gestão democrática proposta nacionalmente e, conseqüentemente, em consonância com as

aprovadas nos estados e municípios, parece ter escolhido a meritocracia como elemento importante neste cenário de escolha de profissionais às funções de gestão da escola, mesmo que não seja um princípio consonante ao democrático.

Por outro lado, a resposta que a comunidade dá aos processos de provimento de diretores/as escolares exclusivamente com consulta à comunidade nos faz refletir se, de fato, esta forma de escolha é mais democrática ou apenas aparenta sê-lo, como se verá no decorrer da próxima seção.

O Plano Estadual de Educação do Paraná manteve os critérios de desempenho e consulta à comunidade, mas trocou a palavra mérito por formação. A meta sobre gestão democrática ficou, portanto, bastante parecida com a proposta nacional, alterando o sentido meritocrático pelo de formação. Nas estratégias, no entanto, nenhuma referência foi feita às formas de escolha de diretores/as escolares, apenas sendo citados os conselhos escolares e grêmios dentre os instrumentos de gestão democrática.

O Plano Municipal de Educação, entretanto, na meta que tratou da gestão democrática, explicitou a eleição como forma de provimento da direção escolar:

[...] garantindo a realização de eleição direta para direção das unidades educacionais (escolas e centros municipais de educação infantil), com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, prevendo recursos e apoio técnico das secretarias estadual e municipal de educação. (CURITIBA, 2015, Meta 22).

A meta reflete os anseios pela democratização dos processos de escolha dos/as diretores/as dos Centros Municipais de Educação Infantil, que, como já afirmado, ainda possuem o provimento exclusivamente por indicação pelo poder executivo, permitindo a manutenção de relações patrimonialistas. Além disso, reafirma que, ao menos teoricamente, a comunidade aprova esta forma de provimento dos/as gestores/as.

Como já afirmado, muitos autores já trataram de temas correlatos à democratização da gestão da escola pública, dentre os quais se destaca, para esse trabalho, a eleição de dirigentes escolares. A eleição ou consulta pública para provimento das funções de direção escolar é, como afirmado, um dos instrumentos da democratização do ensino público.

Vale ressaltar, como enunciado em alguns momentos do texto, a diferença dos termos consulta e eleição para nomear os processos de provimento da direção escolar

discutidos nesta pesquisa. Marinela (2012) distingue, tendo por base o artigo 37 da CF/88, em seu inciso V, o cargo em comissão, da função de confiança, e reforça que o primeiro, também chamado de cargo de confiança, é de livre nomeação e exoneração, com escolha baseada na confiança. Assim, o diretor escolar, ao exercer a direção de uma autarquia pública, ocupa um destes cargos, com gratificação para tal, e, portanto, deve ser nomeado pelo prefeito.

O Estatuto do Servidor Público Municipal (Lei nº 1.656 de 21 de agosto de 1958), cuja sanção foi do prefeito Iberê de Mattos, afirma a designação das/os diretoras/es das escolas públicas da PMC por ato do prefeito. O/a profissional, ao assumir o papel de dirigente da instituição pública, recebe uma gratificação que atende aos encargos de chefia, como é descrito no artigo 72 da referida lei. A pessoa que receberá a gratificação, como a própria norma afirma antes da promulgação da CF/88, é de livre escolha do chefe do executivo.

Foi pesquisada, na página oficial do Supremo Tribunal Federal (STF), em setembro de 2015, a jurisprudência relacionada a esta temática. Foram encontrados 24 (vinte e quatro) acórdãos relacionados aos termos de busca “eleição” e “diretor”. Dentre os julgados, 18 (dezoito) eram diretamente relacionados aos processos de eleição de diretores escolares de instituições públicas. Estes julgados, em sua maioria, citam que, resguardada a autonomia da unidade em fazer lista tríplice ou citar seus escolhidos, conforme o caso, a nomeação para direção de instituições públicas é de responsabilidade do chefe do poder executivo, sendo inconstitucionais quaisquer dispositivos que normatizem diferentemente.

Foram julgados casos de SC, PR, RJ e AM, por exemplo. Nestes casos, foi declarada a inconstitucionalidade das leis estaduais/municipais que determinavam o processo eleitoral para o provimento dos cargos, uma vez que conforme os artigos 37 e 84 da CF/88, “os cargos públicos ou são providos mediante concurso público, ou, tratando-se de cargo em comissão, mediante livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo, se os cargos estão na órbita deste (CF, art. 37, II, art. 84, XXV)” (BRASIL, STF, 1997). Em 2009 o STF divulgou notícia, ratificando seu entendimento de que

as eleições diretas para provimento de cargos comissionados nas diretorias de escolas públicas é [sic] inconstitucional. A decisão foi tomada no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2997, ajuizada na Corte pelo Partido Social Cristão (PSC) contra dispositivos da Constituição estadual do Rio de Janeiro e outras normas derivadas. (BRASIL, STF, 2009)

Destarte, muitos entes federados que possuem legislação sobre a escolha de dirigentes não têm utilizado o termo eleição para nomear o processo, mas sim “consulta à comunidade”, por exemplo.

Em pesquisa realizada nos bancos de dados da Capes e da Biblioteca de Teses e Dissertações (BDTD), com as palavras chaves “Eleição diretor/es”, “provimento de diretor/direção escolar”, “escolha diretores/direção/dirigentes escolas”, “gestão democrática”, sem delineamento de período de pesquisa/publicação, foram encontrados mais de 90 trabalhos disponíveis, dentre os quais selecionados 51 que tratavam especificamente de processos de gestão democrática e escolha de dirigentes escolares e outros 12 que discutem processos correlatos à democratização da educação, com temáticas relacionadas à democratização da gestão municipal ou estadual. Dos 51 trabalhos selecionados, 22 foram analisados para a discussão neste capítulo, que tratam especificamente sobre a escolha de gestores escolares, como demonstra o quadro construído e disponibilizado no apêndice 2.

Os trabalhos apresentados demonstram um pouco das possibilidades de pesquisas do campo e de sua variedade, como pode ser observado, e vão ao encontro do que será apresentado a seguir. Há muitas pesquisas que se referem a estudos de caso, voltadas a uma análise dos processos de eleição em determinados sistemas de ensino (Escolas Estaduais de Curitiba/PR, Londrina/PR e Cambé/PR, de Urucânia/MG, Escolas municipais de Diadema/SP, São Carlos/SP, Uberlândia/MG, Belo Horizonte/MG, Guanambi/BA, Nova Hamburgo/RS, Manaus/AM, Campinas/SP). Outras pesquisas relacionam o princípio democrático aos processos eleitorais para diretores/as escolares, como é o caso de um estudo comparativo, de 2005, entre diretores/as eleitos e reeleitos da RME de Ponta Grossa/PR e o estudo de caso, de 2012, em uma escola estadual em Belém/PA.

Algumas das pesquisas encontradas relacionam as ações dos conselhos escolares e a escolha de diretores/as e os impactos da direção da escola eleita sobre o desempenho educacional nas unidades envolvidas. Há ainda aquelas que buscam identificar as relações entre indução democrática e a autonomia da comunidade escolar, por meio dos processos de eleições.

A participação da comunidade escolar nos processos de escolha também é estudada, como fator de influência na reeleição ou não-reeleição de diretores/as. Este aspecto, no entanto, pode ser mais explorado, uma vez que não foram encontradas pesquisas que confirmem que os processos de escolha de diretores por eleição

implicam em uma maior participação e envolvimento desta comunidade, ou se, por meio do voto, os eleitores transferem as responsabilidades ao candidato eleito.

O caso de São Paulo, enquanto sistema que mantém o processo de provimento de diretores por concurso público, também foi estudado no levantamento feito. As pesquisas abordaram as expectativas dos órgãos centrais quanto ao processo, as concepções dos/as diretores atuantes, por exemplo.

A maioria dos trabalhos encontrados associa um ou mais encaminhamentos metodológicos à análise documental ou entrevistas. Os entrevistados são tanto representantes da equipe técnica das secretarias quanto diretores/as eleitos/as ou pessoas da comunidade escolar.

Em relação ao quadro levantado, sabe-se que algumas pesquisas podem ter ficado ausentes, uma vez que a atualização dos bancos de dados quanto a pesquisas muito recentes ou mais antigas pode estar falha. É importante frisar, no entanto, que embora não tenha sido colocada limitação de período de realização da pesquisa, não foram encontrados trabalhos anteriores a 1993 em nenhum dos bancos e que apenas quatro são anteriores a 2002.

Além dos trabalhos citados no quadro disponibilizado no apêndice 2, as contribuições de Mendonça, (2000) e Luck (2011) foram fundamentais para se desenhar o estado da arte no Brasil acerca da temática de escolha de dirigentes escolares na atualidade.

Mendonça, em “A regra e o jogo: democracia e patrimonialismo na educação brasileira” (2000), busca compreender as respostas dadas pelos diferentes sistemas de ensino no país ao imperativo constitucional de gestão democrática do ensino público, considerando sempre a relação destas respostas com o Estado que as mantêm, uma entidade marcada pelo patrimonialismo. Enuncia, para tanto, cinco expressões do princípio de gestão democrática: participação dos diferentes segmentos, implementação e funcionamento de órgãos colegiados, descentralização pedagógica, administrativa e financeira, autonomia escolar e provimento do cargo de diretor. O autor explicita, portanto, em seu texto, as diferentes representações do princípio. Em sua pesquisa, coletou dados junto aos entes federados e afirma que muitos mecanismos isolados de gestão democrática foram criados pós CF/88 como resposta a algumas destas cinco expressões enunciadas.

Este quadro se altera um pouco desde a publicação de Mendonça até hoje, principalmente no que tange à ratificação à CF/88 dada pelo Plano Nacional de

Educação (PNE), na meta 19, estratégia primeira, que estabelece a priorização de “repasse de transferências voluntárias da União na área da educação para os entes federados que tenham aprovado legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional” (PNE 2014-2024).

Sobre o provimento da direção da escola, a mesma estratégia da meta 19 afirma que as normas específicas aprovadas pelos entes federados devem considerar “critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar” (PNE 2014-2024, meta 19, estratégia 19.1). Ao incluir, portanto, os critérios de mérito e desempenho, o plano já estabelece algumas características prioritárias do gestor escolar, que serão abordadas neste capítulo, e exclui a consulta à comunidade como condição única.

Mendonça (2000) afirma que muitas são as formas adotadas para o provimento do cargo no Brasil, dentre as quais a indicação por nomeação do governador ou do prefeito, caracterizando-se por cargo de confiança e permitindo campo fértil de clientelismo na escola, a troca de favores, apadrinhamento e não necessariamente pautada na formação do/a indicado/a ao cargo. Os concursos públicos e as eleições foram os mecanismos alternativos à indicação.

Os primeiros, para o autor, distanciam ainda mais a comunidade escolar deste espaço público, pois lá se estabelece um profissional de carreira, funcionário burocrático, com “capacidades” legitimadas por provas de conhecimento. Todavia, privilegia competência técnica à política e/ou prática da resolução de conflitos, por exemplo. Há mecanismos de provimento que atrelam aos processos de seleção por concursos formas de escolhas dentre os classificados com participação da comunidade. As críticas a este modelo, segundo o autor, perpassam novamente a valorização das competências técnicas, que já teriam sido aferidas pelo concurso de ingresso na carreira.

O estado de São Paulo adota os concursos públicos como forma de provimento da função de direção escolar, ou seja, tem a função como uma carreira, a ser escolhida pelo sujeito que pleiteia o cargo. Esta forma de provimento não é democrática do ponto de vista da comunidade local, que deve aceitar aquele que foi nomeado, mas pode assim ser considerada pelo sujeito que concorre ao cargo, uma vez que este pode escolher a unidade na qual trabalhará. Segundo Mendonça (2000), esta forma de escolha supervaloriza as competências técnicas e tem uma concepção

de gestão escolar como apolítica, ainda que supere as influências clientelistas e seja mais democrática que as indicações.

Sobre a eleição de diretores/as, finalmente, processo adotado por diversos sistemas de ensino desde a década de 1980, o autor afirma que há um avanço na luta contra experiências autoritárias e clientelistas, em um mecanismo que tende a ser mais democrático ao envolver toda a comunidade e permitir que as dimensões política e pedagógica estejam envolvidas.

Dentre as formas de acesso à gestão escolar pública estão a indicação de diretor/a pelo poder público (estados e municípios); diretor de carreira; diretor aprovado em concurso público; diretor indicado por listas tríplexes ou sêxtuplas ou processos mistos; e eleição direta para diretor (MENDONÇA, 2000 e BRASIL, 2004b),

Cada uma dessas modalidades se fundamenta em argumentos importantes, mas nenhuma parece garantir plena e isoladamente as exigências para o cumprimento das funções do diretor na gestão democrática da escola. Entendemos que a complexidade do processo de gestão implica considerar algumas exigências para a escolha do diretor: a efetiva participação das comunidades local e escolar, a proposta pedagógica para a gestão e a liderança dos postulantes ao cargo. (BRASIL, 2004b, p.36)

Segundo o autor, após a promulgação da CF/88 ampliaram-se os sistemas de ensino com experiências de eleição de diretores e muitos dos processos foram regulamentados por dispositivos legais.

Sobre os dados coletados com entes federados de todo o país, o autor afirma:

As legislações e documentos institucionais examinados permitem constatar que houve maior empenho das autoridades no estabelecimento de mecanismos isolados de gestão democrática. Dessa maneira, as normas legais contemplam questões específicas como processos participativos de indicação de diretores, instituição de órgãos colegiados em diferentes níveis do sistema, descentralização de processos pedagógicos, administrativos e financeiros, autonomia escolar e outras. (MENDONÇA, 2000, p. 406)

Até o período levantado pelo autor, eram poucos os entes federados que já haviam se preocupado em construir legislação própria que tratasse da gestão democrática de forma ampliada, embora fossem assinaladas algumas iniciativas nesse sentido. Este cenário deve mudar nos próximos anos, em virtude do dispositivo do novo plano nacional que explicita esta obrigação aos estados e municípios com direcionamento de verbas.

No trabalho “Mapeamento de práticas de seleção e capacitação de diretores escolares” (2011), desenvolvido pelo Centro de Desenvolvimento Humano Aplicado

(Cedhap), Luck buscou compreender as condições e práticas da Educação Brasileira a partir de informações de 24 secretarias estaduais e onze municipais (capitais) e grupos focais com diretores de sistemas estaduais e municipais de ensino (oito de cada). Para tanto, foi feita parceria com o Conselho Nacional de Secretários da Educação (Consed), obtendo 89% de retorno das secretarias estaduais e 43% das municipais. (LUCK, 2011).

Deve-se levar em consideração, ao analisar os dados de tal mapeamento, que a pesquisa foi encomendada pela Fundação Victor Civita (FVC) e, portanto, responde às demandas daquela instituição, e não necessariamente da educação pública, ainda que dentre seus objetivos esteja o de subsidiar a formulação de melhores políticas públicas para a Educação Básica brasileira (2011, pp. 7; 167-168).

Ademais, a pesquisa tem caráter superficial, com discussões rasas acerca das temáticas levantadas. A análise se volta, como o próprio nome delimita, a um mapeamento de práticas de seleção e capacitação de diretores/as escolares, fazendo pouca relação das formas de seleção com a democratização da escola ou com a legislação vigente, que imputa o princípio democrático. Esta relação aparece com mais ênfase nos grupos focais realizados. A utilização do termo capacitação também nos diz um pouco do sentido atribuído à gestão escolar por quem demanda a pesquisa.

Ao ler o início do referido trabalho, ficam explícitos posicionamentos gerencialistas, pois desempenho, capacitação, seleção e elementos de que se constitui a meritocracia são os termos utilizados, em detrimento dos princípios de democracia, participação, trabalho coletivo, dentre outros decorrentes dos processos de democratização da escola pública.

Não se tem, também, discussão acerca da concepção que se faz de escola, enquanto locus de materialização de um direito, público e subjetivo, bastante distinto de um espaço de comercialização de um serviço educacional. Para a instituição privada, a escolha de diretores mediante processo democrático é secundária ou inexistente.

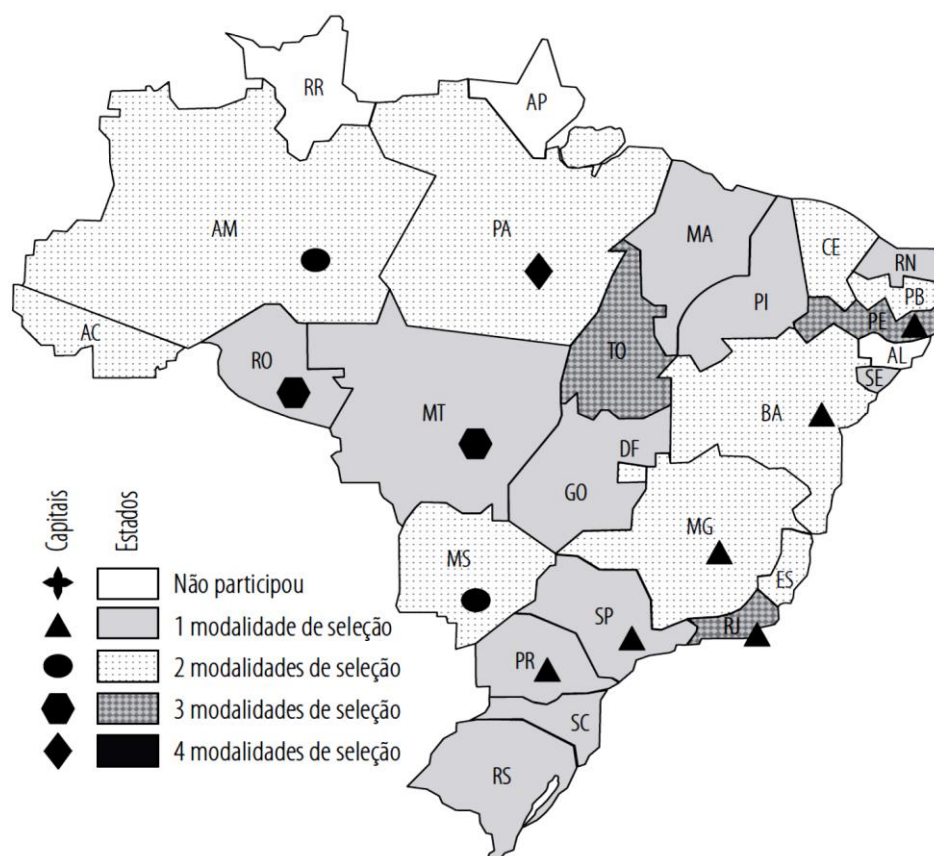
Serão apresentados, pois, os dados de tal levantamento, mas sempre será necessário remeter-se ao exposto, quanto à natureza da análise feita por tal pesquisa.

Ao demonstrar mudanças nos modelos de escolha de dirigentes, os autores afirmam que

Como os modelos não são, na prática, inteiramente aceitos e implementados, nem inteiramente rejeitados, ocorre, na realidade, diante da passagem formal de um para outro, a permanência de práticas anteriormente adotadas, criando modelos reais híbridos, sem que se tenha a compreensão de como se processa essa combinação e a que valores os seus componentes servem, nem como os mesmos se combinam do ponto de vista de sua consistência e coerência. (LUCK, 2011, p. 179)

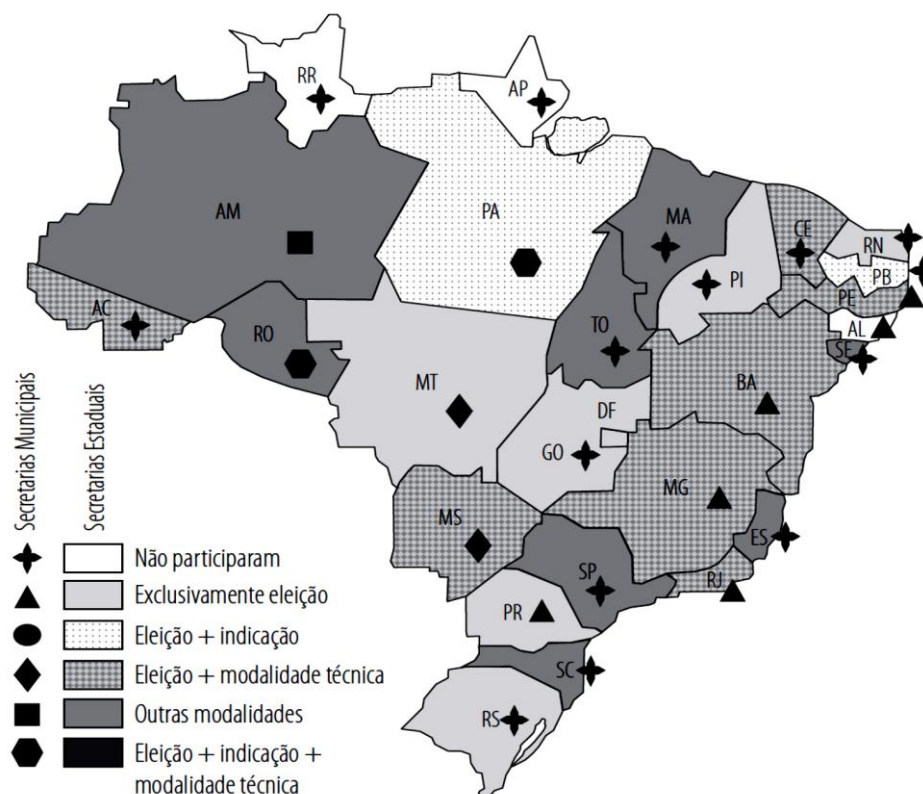
A pesquisa supracitada apresenta que a eleição é a modalidade de seleção mais comum no país, mas que poucos dos órgãos governamentais participantes têm apenas esta modalidade, ou seja, muitos combinam duas formas de seleção, indo ao encontro do que é imputado pelo PNE na meta sobre gestão democrática. Abaixo, dois mapas sínteses destas informações:

MAPA 1- DISTRIBUIÇÃO DA QUANTIDADE DE MODALIDADES DE SELEÇÃO DE DIRETOR UTILIZADAS PELAS SECRETARIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DAS CAPITAIS



Fonte: LUCK, 2011, p. 190.

MAPA 2 - DISTRIBUIÇÃO DA REALIZAÇÃO DE SELEÇÃO DE DIRETOR MEDIANTE ELEIÇÕES PELAS SECRETARIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DAS CAPITAIS



Fonte: LUCK, 2011, p. 194.

Nos grupos focais realizados pela pesquisa, apesar de este processo por eleição ter sido citado como instrumento importante na construção de uma escola mais democrática e com comunidade mais participativa, foi identificado que a aprendizagem resultante deste processo não vem ocorrendo, pois “não houve ao longo dos anos aumento da participação da comunidade escolar na gestão e ações para a melhoria da escola” (LUCK, 2011, p. 195). Pode-se concluir, a partir das sínteses apresentadas pela pesquisa, que a forma de gestão que o/a gestor/a assume pode ser mais ou menos democrática não necessariamente pela forma com que ele/a foi designado/a ao cargo (modalidade de seleção), mas pelo aumento da participação da comunidade. Esse aspecto, apesar de pouco perceptível pela presente pesquisa, fazendo-se necessário aprofundamento e novas análises, pode ser questionado, uma vez que se acredita que o aumento da participação da comunidade nos processos decisórios da escola depende da articulação da equipe gestora e da abertura para tal. Ou seja, depende da ação da equipe gestora e profissionais da escola, não de sua expectativa, apenas.

Não obstante, como poderá ser mais bem debatido na seção com a sistematização dos dados desta pesquisa, os/as diretores/as eleitos/as em Curitiba consideram o modelo da capital de fato ideal, pois garante um processo mais democrático, justo, adequado. Como se verá na tabela 9, assim foi avaliado o processo de provimento de Curitiba – por eleição da comunidade – por 78% dos respondentes, ainda que provimentos que associem a eleição a um ou mais critérios tenham sido citados por cerca de 30% dos respondentes, quando questionados sobre qual seria a melhor forma de provimento da função.

Esses aspectos remetem às discussões de Paro (2000) acerca da necessidade de transformação do esquema de autoridades nos processos escolares. Para o autor, estas transformações não devem ser esperadas pelo grupo dominante como benesse aos dominados e só existirá, portanto, com pressão daqueles que são diretamente envolvidos no processo. O autor acrescenta ainda que a transformação social para a qual a escola pode contribuir exige a apropriação, pelas camadas populares a quem a escola pública básica se destina, de saberes historicamente acumulados, juntamente com o desenvolvimento de consciência crítica. (PARO, 2000)

Além disso, evidencia-se o caráter centralizador na figura do gestor das escolas municipais, e o entendimento, no senso comum, de que ele será responsável pelo sucesso ou insucesso da escola, destaques apresentados por diversos autores. “Por isso, uma real consciência crítica da situação por parte dos diretores deveria fazê-los rebelar-se contra essa migalha de poder, lutando por um efetivo poder *para* a escola, que seja aí distribuído *entre todos* os seus agentes e usuários” (PARO, 2000, p. 24).

Ao falar da estrutura administrativa da escola pública, Vitor Paro (2000) afirma que “é de particular importância dar atenção à maneira como se estrutura essa instância em termos da distribuição do poder e da autoridade em seu interior” (p. 100). Para o autor, as relações horizontalizadas são pouco vivenciadas nesta instituição, prevalecendo a verticalidade com, no topo da hierarquia, a figura do/a diretor/a escolar. Fundamentado em Weber, Paro (2000) afirma que este profissional fica em condição de autoridade assegurada, mas muito pouco poder “já que a autoridade que ele exerce é concedida pelo Estado, a quem deve prestar conta das atividades pelas quais é responsável” (p. 101).

Diante do exposto, podem ser retomados muitos dos relatos de gestores em exercício no ano de 2015, na SME de Curitiba, que são ouvidos diariamente por esta pesquisadora, uma vez que compõe a equipe de gestão escolar do ensino

fundamental na secretaria. Para estes sujeitos, sua função é extremamente conflituosa, pois passam a ouvir da comunidade que os elegeu, em especial os profissionais do magistério lotados na unidade, que, depois de terem assumido a função, eles/as “mudaram para o lado” do governo. A bem da verdade, diretores/as escolares eleitos ficam no jogo de forças entre a parte estável do Estado (servidores municipais), a comunidade escolar e o governo. Têm, portanto, atribuição fundamental de articulação, devendo ter como “régua” – parâmetro – de sua ação o direito à educação, garantido para todos e todas, de forma democrática, e a legalidade, que constituem princípios constitucionais.

Por fim, é importante voltar à Mendonça (2000) que, ao descrever as regras e o jogo da democracia na educação no Brasil, afirma serem as eleições modelo de seleção de diretores/as escolares que se configura em resposta a modelos autoritários e patrimonialistas.

[...] é o processo que melhor materializou a luta contra o clientelismo e o autoritarismo na administração da educação, tendo sido, durante seguidos anos, a principal bandeira de luta a favor da gestão democrática do ensino público. Os argumentos em defesa desse processo giram em torno de seu caráter democrático, além de permitir aquilatar a capacidade de liderança política dos candidatos, abarcando, dessa maneira, uma dimensão da escola que vem ganhando cada vez mais ênfase. A eleição de diretores foi o principal mecanismo adotado por vários sistemas de ensino como iniciativa de democratização da gestão, mesmo antes da promulgação da Constituição Federal, em 1988. Pode-se, mesmo, afirmar que a mobilização dos educadores, de suas entidades e de outras instâncias organizadas da sociedade civil em favor da inclusão da gestão democrática do ensino público na carta magna foi, em grande parte, influenciada pelas experiências de adoção de eleições de diretores, então já em curso em vários sistemas de ensino. (MENDONÇA, 2000, p. 410)

Não obstante esta forma de provimento do cargo ser considerada por Mendonça (2000) como alternativa democrática às demais, as críticas que o autor descreve, apontadas por diversos estudos, são alguns dos anseios também desta pesquisa:

[...] excesso de personalismo na figura do candidato, falta de preparo de alguns deles, populismo e atitudes clientelistas típicos da velha política partidária, aprofundamento de conflitos entre os segmentos da comunidade escolar, comportamento de apropriação do cargo pelo candidato eleito, dentre outros. (p. 410)

Destaca-se que, além desses aspectos, é foco desta pesquisa tentar compreender se a manutenção ou alternância de poder, como pressuposto da democracia, foi permitida pelo processo de seleção de dirigentes por eleições ou

consultas à comunidade. Não se pode, ainda, deixar de lembrar que a RME de Curitiba, locus desta análise, tem seu processo de consulta à comunidade anterior à CF/88, podendo, portanto, ter influenciado a inclusão do dispositivo na Carta Magna, como afirmado pelo autor supracitado. Está, pois, dentre os primeiros entes federados a, ao menos nas “regras do jogo”, democratizar seus processos de gestão da escola pública, ainda que de forma restrita a algumas unidades do sistema. Isto se deu, como afirmado, pelo forte movimento de democratização que mobilizou todo o estado do Paraná e o município de Curitiba. Uma análise mais detalhada de como se deu este processo desde a sua implementação será realizada a seguir.

5 O PROVIMENTO DAS FUNÇÕES DE DIREÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURITIBA

Este capítulo buscará analisar o provimento do cargo de diretores e diretoras das escolas públicas da Rede Municipal de Ensino de Curitiba (RME). Para tanto, constituir-se-á em um retrato e análise dos atos públicos que trataram de legalizar o assunto no município nas últimas décadas, os atos públicos que designaram os profissionais para os cargos de diretor/a e vice-diretor/a no mesmo período, bem como buscará analisar a documentação entregue pelas chapas eleitas no último processo de consulta pública para o provimento do cargo, ocorrido nos meses de outubro e novembro de 2014 para mandato nos anos de 2015, 2016 e 2017. O capítulo compreenderá, ainda, análise de questionários aplicados com os/as candidatos/as eleitos/as, seis meses após o pleito.

Destaca-se que, para esta análise, considerar-se-ão apenas as escolas²⁶ que ofertam Ensino Fundamental na RME. Isto se dá porquanto a RME tem apenas nestas unidades, até o ano de 2015, o provimento do cargo de diretores e diretoras por eleição. Centros Municipais de Educação Infantil – CMEI, Centros Municipais de Atendimento Especializado – CMAE, e outras unidades que compreendem a estrutura da Secretaria Municipal da Educação de Curitiba (SME) ainda têm os cargos de direção designados por indicação política.

Frise-se que estava prevista para o ano de 2015 a aprovação de legislação para que o provimento do cargo de direção dos CMEIs fosse também realizado por eleição com a participação da comunidade escolar, conforme plano de governo. A comissão para estudo e proposta de consulta à comunidade para escolha de diretores/as dos Centros Municipais da Educação Infantil da SME foi instituída em novembro de 2014²⁷, porém os trabalhos iniciaram em agosto daquele ano. Até a divulgação deste texto (primeiro semestre do ano de 2016) não foi promulgada lei que trate do assunto, no entanto, quando o for, este será, a despeito das virtudes e vicissitudes do provimento por eleição que esta pesquisa procura explicitar, um avanço democrático equitativo às unidades da RME.

²⁶ Embora se reconheça o debate conceitual, escolas, unidades escolares e unidades educacionais serão tidas como sinônimos.

²⁷ Decreto nº 1033, de 18 de novembro de 2014.

5.1 A TRADUÇÃO LEGAL DO PROVIMENTO DO CARGO DE DIRETORES/AS

Antes de tratar especificamente sobre as normas que regem o provimento do cargo de diretores, é importante destacar que, a partir da constituição do Estado Moderno de Direitos, os imperativos legais têm papel central. Isto ocorre porque, na instância pública, devemos sempre agir na legalidade. A normatização, neste sentido, é necessária, pois protege as demandas sociais, como se tentará elucidar a seguir.

Esta pesquisa versa acerca de um campo de disputas – o cargo ou função de direção escolar – de repartições públicas do Estado e, portanto, que deve sempre referendar-se no princípio da legalidade, dentre outros, que regem a administração pública conforme tratado na CF/88.

Como campo de disputas, as leis que foram promulgadas para definir os processos de escolha de diretores e diretoras de escolas são consensos possíveis dentro da RME de Curitiba e respondem às demandas da sociedade. É preciso reconhecer que as direções das escolas constituem núcleos de poder e que alterar as formas de seu provimento, tanto para a gestão municipal quanto para os ocupantes das funções de confiança e para a comunidade, altera também as relações de poder estabelecidas no interior das unidades, com o governo municipal e com a sociedade.

É neste contexto de disputas, também, que são construídas as leis que tratam de mecanismos de gestão democrática do município de Curitiba. A capital ainda não possui lei que trate da gestão democrática em todos os seus aspectos, mas há pouco mais de três décadas legisla sobre formas de provimento do cargo de diretores escolares, ao menos na letra de lei, menos patrimonialistas.

Os atos que tratam do assunto, ora descritos, estão disponíveis em ambiente virtual. Foram encontrados em “Atos públicos municipais”, no sítio do Portal Administrativo da Prefeitura Municipal de Curitiba. Desde 2012 o Diário Oficial do Município é publicado exclusivamente online. No entanto, já é possível encontrar alguns atos de décadas passadas, ou apenas as respectivas ementas, digitalizados. De posse dos números de leis e decretos e do teor destes, o portal “Leis Municipais” foi utilizado, pois traz a maioria destes documentos organizada e formatada como o original, facilitando as buscas e utilização das informações. Desta mesma forma procedeu-se a busca pela legislação que trata do provimento de cargo de diretores nas escolas municipais de Curitiba e dos sujeitos designados, durante estas três

décadas, para assumirem as funções de diretor/a e vice-diretor/a de cada uma das escolas da capital.

O quadro a seguir (Quadro 1) busca sistematizar alguns dos principais elementos acerca do provimento dos cargos de direção escolar normatizados desde 1958 e descritos aqui. As assembleias, enquanto importantes reuniões da comunidade escolar – hoje compostas por profissionais e trabalhadores da educação lotados na unidade, estudantes ou seus responsáveis legais – estão descritas no quadro, pois constituem instrumento de participação desta comunidade no acompanhamento do processo de consultas nas unidades. Como se observa, elas são citadas em toda legislação sobre o tema, com maior ou menor destaque.

QUADRO 1 – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL SOBRE PROVIMENTO DOS CARGOS DE DIREÇÃO ESCOLAR

Ano	Lei nº	Prefeito	Tipo escolha	Período mandato	Assembleias - constituição das chapas	Reeleição	Tempo máx. ininterrupto na gestão
1958	1.656	Edmundo L. Saporski ²⁸	Designação prefeito	Não específica	Não se aplica	Não se aplica	Indeterminado
1983	6.428	Maurício Fruet	Indicação colegiado	2 anos	2	Uma ²⁹	4
1985	6.767	Maurício Fruet	Indicação colegiado	2 anos	2	Uma ³⁰	4
1987	7.076	Roberto Requião	Eleição em dois turnos	2 anos	2	1	4
1988	7.160	Vereador Horácio Rodrigues ³¹	Eleição em dois turnos	2 anos	2	1	4
1989	7.368	Jaime Lerner	Eleição	2 anos	1	1	4
1991	7.768	Jaime Lerner	Eleição	2 anos	1	1	4
1993	8.280	Rafael Greca	Eleição direta	3 anos	1 a 3	1	6
1996	8.983	Rafael Greca	Em vigor lei 8.280/1993	Em vigor lei 8.280/1993	Em vigor lei 8.280/1993	Em vigor lei 8.280/1993	6
1999	9.717	Cassio Taniguchi	Em vigor lei 8.280/1993	Em vigor lei 8.280/1993	Em vigor lei 8.280/1993	Em vigor lei 8.280/1993	6
2014	14.528	Gustavo Fruet	Eleição direta e uninominal ³²	3 anos	1 a 3	Uma consecutiva, sendo irrelevante a função	6

FONTE: Banco de dados da pesquisa, autoria própria.

²⁸ Presidente da Câmara Municipal

²⁹ “Não poderá haver reeleição de Diretor por 3 (três) gestões consecutivas”.

³⁰ “É vedada a eleição de Diretor por três gestões consecutivas”.

³¹ Governo Roberto Requião

³² Votação uninominal diz respeito à escolha única que o eleitor pode fazer, no voto, dentre as opções que tem.

Até novembro de 1983, em observância ao Estatuto do Servidor Público Municipal (Lei nº 1.656 de 21 de agosto de 1958), sancionado durante mandato do prefeito Iberê de Mattos, diretoras eram designadas por ato do prefeito para atuar nas escolas da Prefeitura Municipal de Curitiba. Ressalte-se que, ao assumir o papel de diretor/a de escola, o/a profissional passa a receber uma função gratificada, que, segundo a referida legislação, em seu décimo capítulo, artigo 72, “é a instituída em lei para atender encargos de chefia e outros que não justifiquem a criação de cargo” (CURITIBA, 1958). O parágrafo único do artigo complementa: “A designação de funcionário para função gratificada é de livre escolha de chefe do Executivo, mediante ato expresse”.

Em 2015 continua vigorando esta redação para o referido artigo, portanto, ainda que haja outros dispositivos legais que tratem das consultas públicas para o cargo de direção das escolas, as pessoas que concorrerem ao pleito e ganharem, deverão ser nomeadas por ato do prefeito, uma vez que a escola é parte da estrutura executiva do Estado. É por isso, como já observado, que há discussão acerca da denominação do processo – de eleição ou consulta à comunidade –, sendo o segundo o termo que se aproxima mais do que de fato ocorre. Vale ressaltar que o prefeito poderá, ou não, acatar a consulta à comunidade em virtude do dispositivo legal de livre escolha, da sua parte, dos funcionários – servidores – que exercerão funções gratificadas. Estes aspectos também foram abordados em seção específica (4).

Cada uma das alterações feitas à legislação municipal de Curitiba pode ser lida a partir do contexto histórico em que estavam inseridas. Como afirmado em outros momentos desse trabalho, a década de 1980 ficou marcada pelo processo de redemocratização do país. Os governadores foram eleitos por voto direto em 1982, e, até meados deste período, designavam os prefeitos das capitais. Apenas em maio de 1985 foi aprovada emenda constitucional que estabelecia eleições diretas para presidente, governador e prefeitos das capitais e outros de interesse da segurança nacional, com a extensão do voto aos analfabetos, por exemplo. Como é sabido, em 1988 foi promulgada a Constituição Federal, e em 1989 foram realizadas as eleições diretas para presidência da República, com a democracia plena sendo reinaugurada.

Isto posto, ao voltarmos ao quadro, percebemos que Roberto Requião de Mello e Silva, prefeito de Curitiba de 1986 a 1988, foi o primeiro eleito após a ditadura militar. Durante seu mandato, o termo “indicação do colegiado” como forma de provimento de diretores/as foi alterado para “Eleição em dois turnos”, respondendo ao processo de

redemocratização que movimentava o país. Contraditoriamente, foi quem assumiu o governo do estado do Paraná, em 1991, e entrou com pedido de inconstitucionalidade ao processo de eleições que ocorria naquele sistema de ensino, alterando, naquela instância, o termo eleições para “consulta à comunidade”. Tais contradições demonstram, muitas vezes, os interesses velados nas ações políticas em um estado marcado por relações com o capital (TAVARES, 2004; FEIGES, 2013).

Atos normativos designavam, portanto, até a década de 1980, profissional para assumir funções gratificadas, FG-2 e FG-1 das escolas, respectivamente diretoras e coordenadoras administrativas, sem determinação de período de exercício do cargo, já que os/as profissionais designados/as permaneceriam até novo ato. Como as mudanças estavam sob a responsabilidade única do chefe do executivo, relações clientelistas poderiam vigorar.

Todos os atos normativos, ao designar profissional para as funções, faziam referência ao Estatuto do Servidor Público Municipal e Ofícios da Diretoria de Educação do Departamento de Bem-Estar Social³³, Departamento de Educação³⁴ ou Secretaria Municipal da Educação³⁵. Supõe-se que a referência aos ofícios da/o diretoria/departamento/secretaria se deva a neles conter a indicação dos nomes dos profissionais para as funções, sendo o prefeito responsável por sua nomeação/oficialização, apenas.

A indicação do cargo de diretor/a das escolas caracteriza a função como “de confiança” do chefe do poder executivo, permitindo a troca de favores. Possibilita, também, ao prefeito, que proceda a exoneração, sem que precise de razões para tanto, ou caso o nomeado não esteja agindo de acordo com os preceitos daqueles que estão na gestão. São as heranças da organização social patrimonialista, de que trata Mendonça:

Na estrutura patrimonial do Estado, o poder político da autoridade é organizado segundo os mesmos princípios do poder doméstico, objetivando a administração patrimonial a satisfação das necessidades pessoais, de ordem privada, da família do chefe da casa. Ao tratar a administração como coisa particular, o senhor seleciona os servidores na base da confiança pessoal, sem delimitação clara de funções. Os servidores atuam por dever de respeito e obediência. Sob o patrimonialismo, os direitos e obrigações são alocados de acordo com o prestígio e o privilégio de grupos estamentais. (MENDONÇA, 2000, pp 50-51)

³³ Lei nº 2.564/65, de 08 de maio de 1965.

³⁴ Lei nº 6.033/79, de 22 de junho de 1979.

³⁵ Lei nº 6817/1986, de 02 de janeiro de 1986.

Em 1983, pela primeira vez em Curitiba, a Lei nº 6.428, de 08 de novembro, alterou a forma de provimento do cargo de direção escolar. O mandato era do prefeito Maurício Fruet. A partir deste ato a escolha do/a diretor/a escolar passou a se dar por indicação do colegiado escolar, com voto secreto, direto e universal. Os mandatos foram fixados em dois anos. Na última quinzena de novembro de cada biênio deveria ser convocada uma assembleia do colegiado para proceder a primeira etapa do processo eleitoral. Em lei, eram previstas duas assembleias ordinárias para o processo e tantas extraordinárias quantas fossem necessárias, com chamamento por livro aviso e edital com 48 horas de antecedência. A primeira destas assembleias/reuniões de colegiado tinha a função de indicar candidatos/as à função de direção escolar; os/as candidatos/as indicados/as tinham 48 horas para declinar ou confirmar a candidatura. A segunda assembleia tinha por objetivo realizar a eleição entre os candidatos indicados na primeira; aquele mais votado na segunda era apresentado à autoridade competente (Chefe do Poder Executivo) para nomeação. As reeleições eram restritas a três consecutivas (na função de diretor/a), e o/a diretor/a eleito/a escolhia profissionais para a coordenação administrativa e a secretaria escolar.

Não são citados na legislação de 1983 os casos de ausência de candidatos, candidatos únicos, processo de apuração de votos, casos de empate ou a escolha de vice-direção escolar (função que até então não existia). Esses casos, assim como outros eventuais de que não tratava a lei, seriam resolvidos por uma comissão eleitoral nomeada pelo prefeito para gerir o processo eleitoral das escolas.

Este modelo do início dos anos 1980 difere do atual, pois inclui no colegiado que compõe a assembleia um número restrito de pessoas: professores da escola, funcionários, supervisores escolares e orientadores educacionais e apenas a diretoria da associação de pais e professores, excluindo os demais responsáveis legais por estudantes. Destaca-se que este colegiado já possuía um papel que poderia ser chamado de fiscalizador, pois o artigo 10 da lei tratava das discussões, no colegiado, acerca das ações do diretor por ele eleito.

Esta lei de 1983 foi revogada, já em 1985, pela lei nº 6.767, de 27 de novembro, ainda na gestão do prefeito Maurício Fruet. As mudanças ficaram circunscritas à qualificação do voto, que passou a ser apenas “direto e secreto”, não universal; na temporalidade das assembleias ordinárias, que deveriam ter uma semana de

intervalo; na escolha não apenas do/a diretor/a, mas também de um/a substituto/a³⁶ e na caracterização dos candidatos – apenas ocupantes de cargo do quadro do magistério.

A assembleia também foi alterada: deveria ser aberta pelo membro mais idoso do colegiado (cuja composição permanecia a mesma, restrita a participação apenas à diretoria da associação de pais e mestres). Frisou-se, no entanto, nesta lei de 1985, a função estritamente eleitoral deste colegiado, ainda que pudesse ser convocado para discutir e encaminhar soluções à autoridade competente. Estas convocações seriam para tratar de ações do/a diretor/a, de seu substituto/a ou de auxiliares diretos/as que fossem realizadas em prejuízo dos integrantes do colegiado (CURITIBA, 1985).

A escolha do/a substituto/a para diretor/a era feita já na primeira assembleia, caso o/a diretor/a em exercício fosse indicado/a nesse momento como candidato/a. Esta lei tratou também de quem dirigiria o processo eleitoral nas unidades: um presidente e dois secretários eleitos na mesma ocasião.

Dois anos após a promulgação da Lei nº 6.767, em 23 de outubro de 1987, na gestão do prefeito Roberto Requião, nova legislação foi sancionada. A lei nº 7.076 alterou principalmente o teor das assembleias ordinárias, em relação à legislação anterior. A escolha passou de “indicação de colegiado” para “eleição em dois turnos”, com chamamento para o processo deflagrado pelo/a secretário/a municipal da educação, em outubro de cada biênio, não mais em novembro convocado pelo colegiado da unidade. O voto, direto e secreto, e o mandato de dois anos não foram alterados. A partir de 1987, a primeira assembleia, agora aberta pelo/a diretor/a em exercício, deveria retirar os dois profissionais do magistério mais votados (dentre os pares), para que na segunda houvesse escolha entre ambos. Os profissionais que não quisessem concorrer deveriam comunicar antes da primeira assembleia (primeiro turno).

O colegiado escolhia presidente e três secretários (sendo dois professores ou servidores e dois representantes dos pais e mães), que imediatamente assumiam a direção do processo eleitoral. A indicação dos candidatos ao cargo de diretor/a e de um/a substituto/a para assumir a função durante o período eleitoral, caso o/a diretor/a fosse candidato/a à reeleição, também permanecia na primeira assembleia.

³⁶ Substituto/a para a direção exercia a função em casos de impedimentos temporários do/a profissional eleito/a.

Foram descritas, pela primeira vez, providências aos casos de ausência de candidatos, de candidato único, de empate entre candidatos e de como considerar um mandato completo para o impedimento de reeleição. Para a primeira situação, o prefeito designaria profissional para exercício da função, na segunda situação o/a candidato/a deveria ser eleito/a pela maioria absoluta do colegiado. Em caso de empate, seguiam-se os critérios: 1. Candidato mais antigo na unidade escolar; 2. Mais antigo no magistério municipal; 3. Mais antigo no serviço público municipal; e 4. Mais idoso. Assim como as leis anteriores com provimento por eleição, a reeleição era restrita a uma – “vedados três mandatos consecutivos” –, e por isso se fazia necessário identificar um mandato completo (em casos de indicações, por exemplo). Considerava-se, para esta legislação, mandato completo aquele cujo período de exercício fosse superior à metade do fixado (mandatos de dois anos, neste caso). Ressalte-se que a restrição a uma reeleição se referia apenas ao cargo ocupado – diretor/a ou vice – e não ao fato de ter composto a equipe diretiva. Assim, a despeito de diretor/a e vice já terem sido reeleitos/as, poderiam candidatar-se em outra “posição”, diretor/a como vice e vice como diretor/a.

Esta lei também ampliou o colegiado. Citava um primeiro turno, com representantes votantes de um colegiado restrito, e um segundo turno, cujos votantes compunham um colegiado amplo, com paridade entre eleitores da escola e da comunidade. Do primeiro turno, portanto, participavam: integrantes do quadro próprio do magistério (IQPM) em exercício na unidade, servidores em efetivo exercício na respectiva unidade escolar, tantos pais, mães ou responsáveis legais, de alunos regularmente matriculados na unidade escolar, quantos fossem os professores e servidores da escola, no momento da eleição, assegurando-se a representatividade de pais em todas as turmas (fixado o número de representantes, estes eram escolhidos em reunião definida para tal). Do segundo turno, no qual acontecia a eleição dentre os dois candidatos mais votados no primeiro, participava um colegiado amplo, qual seja: professores, servidores e todos os pais, mães ou responsáveis pelos alunos matriculados.

O percentual total de votos de cada candidato era composto pela soma do número de votos que havia recebido dentre os funcionários da escola, multiplicada por 50, e do número de votos que havia recebido dentre os membros da comunidade, também multiplicada por 50. A soma destes valores era dividida pelo total de votantes (escola e comunidade). Assim, garantia-se que a composição percentual de votos

recebidos por cada candidato fosse de 50% da comunidade e 50% da escola, independentemente de na comunidade haver mais eleitores do que na escola. Ou seja, um voto da comunidade teria menor valor do que um voto da escola, devido ao grande número de eleitores; o conjunto comunidade definiria a metade dos votos do candidato e o conjunto da escola a outra metade.

O/a diretor/a eleito/a indicava um suplente, que tinha exclusivamente a função de substituir o titular em seus impedimentos ou ausências superiores a 30 (trinta) dias. Os nomes do candidato eleito e de seu respectivo suplente, ao final do pleito, eram apresentados ao prefeito, juntamente com toda a documentação relativa ao processo, pelos representantes do processo para o provimento da função.

O colegiado restrito também tinha funções que podemos chamar de fiscalizadoras, já que se estabeleceu em lei que quando o/a diretor/a e/ou seu suplente praticassem atos contrários aos interesses da educação ou lesivos ao patrimônio público, este colegiado, por maioria absoluta de seus membros, convocaria assembleia extraordinária para solicitar o afastamento dos envolvidos, de acordo com Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Curitiba (CURITIBA, 1987).

Seis meses após a promulgação da lei nº 7.076/1987, esta foi revogada pela lei nº 7.160/1988 (22 de abril de 1988). A lei de 1988 incluiu função administrativa para o suplente, o qual passou a não ter apenas a função de substituir o diretor em seus impedimentos ou ausências. Outra alteração foi quanto à eleição de candidato único. Na lei anterior este deveria ser eleito pela maioria absoluta dos eleitores, já na lei nº 7.160/1988, por maioria simples. O ato de 1988 retira do colegiado restrito os representantes de pais, mães e responsáveis legais por estudantes matriculados na unidade, em número igual ao de representantes da escola, o que representou uma perda para um processo paritário entre eleitores da escola e da comunidade.

Já em novembro de 1989 foi promulgada a lei nº 7.368, que legislou sobre as eleições subsequentes àquela ocorrida sob a vigência da lei de 1987, interferindo pouco no provimento do cargo a lei de 1988. A nova lei foi promulgada pelo prefeito Jaime Lerner, e não alterou o tempo de mandato - dois anos. Definiu, no entanto, a duração de 30 dias para o processo eleitoral, e reduziu a quantidade de assembleias do colegiado de duas para uma, a qual teria a função de indicar a mesa eleitoral e receber os registros de candidatura. Esta assembleia, presidida pelo diretor em exercício ou por profissional por ele designado, escolhia, ainda, substitutos para o diretor e seu suplente quando estes fossem candidatos. A partir deste ano,

registravam-se chapas de diretor e suplente até dez dias antes das eleições, com solicitação encaminhada à mesa eleitoral por escrito, não havendo mais eleições em dois turnos.

Uma significativa mudança dada pela lei nº 7.368/1989 foi quanto à possibilidade de reeleições, agora restritas a uma consecutiva e não mais três, como na legislação anterior.

Na lei de 1989 o colegiado era composto por todos os Integrantes do Quadro Próprio do Magistério, doravante chamados de IQPM, e servidores em exercício na unidade, e incluía, pela primeira vez, além dos responsáveis legais por estudantes matriculados na unidade, os próprios estudantes maiores de 16 anos matriculados. Todos votavam com paridade entre eleitores da escola e da comunidade³⁷, sendo permitido apenas um voto para IQPM com dois padrões na mesma unidade. Um colegiado restrito (composto pelos Integrantes do Quadro Próprio do Magistério, em efetivo exercício, servidores em efetivo exercício, diretoria do conselho deliberativo e fiscal da então Associação de Pais e Mestres) era previsto com a função de convocar assembleia do colegiado amplo. Em casos de empate entre as chapas concorrentes, os critérios se mantinham os mesmos das leis imediatamente anteriores, de 1987 e 1988.

Abaixo, a síntese da forma de computação de votos a partir de 1987, que considera a paridade de votos para o cômputo de votos por chapa. O percentual de votos de cada chapa é composto 50% por votos da comunidade e 50% por votos da escola. O esquema abaixo explicita que, com este mecanismo, não basta que se conquistem votos dentre os eleitores da escola ou da comunidade, é preciso que se conquiste ao menos 50% dos votos em cada um dos segmentos ou que se faça a quase totalidade de um deles:

³⁷ Fórmula para apuração dos votos, disponível na Lei nº 7.368/1989: $V(x) = E(x).50 + C(x).50/EC$, onde: $V(x)$ – total de votos alcançados pelo candidato; $E(x)$ – número de votos da escola para o candidato; $C(x)$ – número de votos da comunidade para o candidato; E – número de eleitores que votaram na escola; C – número de eleitores que votaram na comunidade.

TABELA 1 – ESQUEMA EXPLICATIVO SOBRE A COMPUTAÇÃO DE VOTOS.

	Eleitores votantes da comunidade								Eleitores votantes da escola								Nº bruto de eleitores	Percentual de votos com a fórmula
Eleitores	100								10								110	100%
Chapa 1								20	9								29	55%
Chapa 2								70	1								71	40%
Nulos								10									10	5%

Fonte: Autoria própria a partir da legislação municipal de Curitiba sobre consulta à comunidade para escolha de diretores escolares.

Nota: Exemplo elaborado a partir de números fictícios.

Em 06 de novembro de 1991 a lei nº 7.768 foi promulgada, alterando as anteriores quanto à composição de membros da mesa eleitoral, que aumentava de quatro para cinco membros, registro e declínio de chapas, que passaria a acontecer apenas durante as assembleias previstas e não mais somente à mesa (1989), além de promover mudanças relativas à existência de assembleias extraordinárias, função do suplente, características dos candidatos, ausência de candidatos, características dos eleitores, critérios para desempate.

Quanto às assembleias extraordinárias, estas passavam a ser necessárias em virtude de os registros de candidaturas serem realizados nestes espaços ou, como descrito em lei, quando o/a diretor/a ou seu/sua suplente cometessem atos contraditórios aos interesses do colegiado e/ou da escola pública. Quanto às funções do suplente, criava-se, à época, em algumas unidades, a função de coordenação administrativa, sendo esta exercida pelo suplente. Nas unidades em que não cabia a função, o suplente, segundo a lei, deveria exercer, preferencialmente, a função de auxiliar de regência, para poder substituir o diretor em seus impedimentos e ausências. A descrição dos candidatos, na legislação de 1991, incluiu a impossibilidade de estarem em estágio probatório, a necessidade de disporem de 40 horas semanais para o exercício da função. Além disso, se a lei nº 7.368/1989 impedia que fossem candidatos aqueles que estivessem respondendo a processo disciplinar/penal, a lei nº 7.768/1991 incluiu que os candidatos não poderiam ter recebido pena por falta grave (estatuto dos servidores) nos quatro anos anteriores ao pleito, tampouco terem sido condenados em ação penal irrecorrível.

Para os casos de ausência de candidatos, a legislação de 1991 excluiu a ocorrência de novas eleições após o período de seis meses, cabendo ao prefeito

designar profissional para o exercício da função. Nos casos em que candidatos únicos não atingissem maioria simples dos votos, o mesmo dispositivo seria aplicado.

Diferentemente da legislação de 1989, em 1991 os IQPM com dois padrões³⁸ poderiam exercer o direito de voto duas vezes, vedada, no entanto, como anteriormente, a dupla representatividade para outras situações (servidor e responsável legal por aluno matriculado na mesma unidade de exercício da função, por exemplo). Era citada também a impossibilidade de votos de estagiários, profissionais em convênio em exercício na unidade, servidores em licença sem vencimentos, entre outros.

Por último, quanto aos critérios de desempate alterados em 1991, foram incluídos os servidores com dois padrões na respectiva unidade escolar, considerado mais importante que o da antiguidade no serviço público municipal e de idade. O primeiro critério de desempate passou então a ser a antiguidade na unidade escolar, depois o mais antigo no magistério municipal seguido dos servidores com dois padrões.

Em 1993, sob o mandato do prefeito Rafael Greca, foi sancionada nova lei, de número 8.280, revogando as anteriores, e que, apesar dos aditivos de normativas posteriores, permaneceu em vigor por duas décadas, sendo inteiramente revogada apenas em 2014. A referida norma alterou o período de mandato de dois para três anos e substituiu a eleição da chapa de diretor/a e suplente por chapa de diretor/a e vice-diretor/a. O/a profissional que exercesse a função de vice-direção deveria, segundo a lei, ter um turno de trabalho no período noturno se a unidade ofertasse modalidade educacional neste turno. Quanto aos candidatos, foi incluído como critério que estes não poderiam ter avaliação de desempenho abaixo da média. A legislação de 1993 incluiu, também, diferentemente das demais, dia e horário para o pleito: em um sábado, 30 dias após deflagrado o processo pelo/a Secretário/a Municipal da Educação, das 10 às 16 horas. Quanto à apuração dos votos, apesar de modificada, a fórmula descrita em lei mantinha a paridade de votos da comunidade e da escola.

Esta lei de 1993 explicita votação nula, anulável e descreve irregularidades. Para o primeiro caso, votação nula, são considerados: mesa fora do padrão da lei, dia, hora e local diferente do previsto em lei, quando não lavradas as respectivas atas ou preterida a formalidade legal e, ainda, quando um dos candidatos da chapa fosse

³⁸ Chama-se de padrão o exercício de um concurso de 20 horas dos profissionais do magistério. O profissional pode ter até dois padrões, compondo jornada de 40 horas de trabalho.

considerado culpado de processo disciplinar. Para o segundo caso, votação anulável, considera-se:

I – quando houver extravio de papéis ou documentos essenciais; II - quando for negado ou sofrer restrição o direito de fiscalizar e o fato de constar em ata; III – quando viciada de falsidade, fraude ou coação; IV - quando houver descumprimento ao disposto no Artigo 21 desta lei; e V - quando o comparecimento de qualquer um dos grupos componentes da Comunidade Escolar (Escola ou Comunidade) for igual a 0 (zero). (CURITIBA, 1993, Art. 43)

Por último, as infrações eleitorais eram consideradas:

Art. 26 – É proibido impedir ou embaraçar o exercício do voto e especialmente: I – coagir ou aliciar subordinado em favor ou desfavor de candidatura devidamente registrada; II - usar de poder econômico ou o desvio ou abuso do poder de qualquer autoridade para obstar a liberdade de voto; III – usar de violência moral ou física ou grave ameaça para tolher liberdade de votar, ainda que os fins visados não sejam conseguidos; IV – falsificar, no todo ou em parte, documento público, alterar documento público verdadeiro ou fazer uso dos mesmos para fins eleitorais; V – violar ou tentar violar o sigilo de voto; VI – divulgar, sob qualquer forma, fato que sabe inverídico em relação a si ou outros candidatos, capazes de exercer influência sobre o eleitorado; VII – utilizar a distribuição de mercadorias e utilidades, prêmios ou sorteios ou qualquer concessão ou delegação de vantagem visando angariar o voto para si ou para outrem ou conseguir abstenção; VIII - se o membro da Mesa Eleitoral, praticar, ou permitir que seja praticada qualquer irregularidade ou anormalidade que determine a anulação da votação; e IX - fazer propaganda, qualquer que seja a sua forma, que venha a ofender a dignidade ou o decoro de alguém ou dilapidar o patrimônio público e privado. (CURITIBA, 1993)

Para os casos supracitados, seria composta uma comissão especial de apuração dos fatos quando verificada a gravidade pelo/a secretário/a de educação. Se anulada a eleição, novo processo seria deflagrado em até 30 dias da anulação.

Outro fator novo na legislação foi a inclusão do assunto “propaganda”, que até então não havia sido disciplinado, e a entrega de documentação na transição: ao sucessor ou ao conselho de escola, quando da reeleição. Como passavam a ser eleitas chapas que incluíam direção e vice-direção, ficava a cargo dos/as eleitos/as a escolha, não mais de um suplente, mas apenas de chefe de serviço de apoio administrativo. Para isto, não era mais exigido o acionamento do conselho de escola, mas apenas a anuência do/a secretário/a municipal.

Nos anos de 1996 e 1999 foram sancionadas novas leis que alteraram um ou outro dos dispositivos da lei nº 8.280/1993, sem revogá-la. A Lei nº 8.983/1996 acrescenta um parágrafo descrevendo “efetivo exercício” para mudança de funções. Já a Lei nº 9.717 de 1999 altera: 1) o período de chamamento pelo secretário

municipal do processo eleitoral para o segundo semestre de cada ano eleitoral, e não mais o mês de outubro; 2) a possibilidade de escolha, pelo diretor, de um dentre os vices – quando a unidade tiver dois vice-diretores, de acordo com seu porte – para assumir as atividades do turno da noite; 3) descrição das unidades que passariam a ter dois vice-diretores, ou que não teriam vice-direção; 4) inclusão de requisitos aos candidatos, como por exemplo a apresentação do plano de trabalho da chapa.

Percebe-se, ao ler os atos normativos, que o provimento do cargo de direção escolar na rede municipal de Curitiba não teve muitas alterações relevantes nos procedimentos desde o ano de 1987, quando toda a comunidade escolar se tornou eleitora. Alguns mecanismos foram sendo mais bem detalhados pelas novas leis, como movimento natural de tentativa de aprimorar os processos. Como descrito, o entendimento sobre os colegiados e sua composição foi elemento bastante modificado e que caracterizou alterações significativas quanto à ampliação do princípio democrático pela participação da comunidade escolar na escolha do gestor/a das unidades educacionais, como pode ser observado no quadro a seguir (Quadro 2).

QUADRO 2 – COMPOSIÇÃO DOS COLEGIADOS ELEITORAIS NA LEGISLAÇÃO QUE TRATA DO PROVIMENTO DO CARGO DE DIREÇÃO ESCOLAR

(continua)

Ano	Lei nº	Composição do colegiado eleitoral
1958	1.656	Não cita.
1983	6.428	Professores da escola, funcionários, diretoria da associação de pais e professores, supervisores escolares e orientadores educacionais
1985	6.767	Professores, funcionários vinculados à entidade mantenedora, diretoria da associação de pais e mestres, supervisores escolares e orientadores.
1987	7.076	1º turno, colegiado restrito: Integrantes do Quadro Próprio do Magistério em exercício na unidade, Servidores em efetivo exercício na respectiva unidade escolar, tantos pais, mães ou responsáveis legais, de alunos regularmente matriculados na unidade escolar quantos forem os professores e servidores da escola, no momento da eleição, assegurando-se a representatividade de pais em todas as turmas. (Fixado o número de representantes, estes são escolhidos em reunião definida para tal); 2º turno, colegiado amplo: professores, servidores, pais, mães ou responsáveis dos alunos matriculados.
1988	7.160	1º turno: Colegiado restrito: Integrantes do Quadro Próprio do Magistério em exercício na unidade, Servidores em efetivo exercício na respectiva unidade escolar. 2º turno, colegiado amplo: professores, servidores, pais, mães ou responsáveis dos alunos matriculados.
1989	7.368	Integrantes do Quadro Próprio do Magistério em exercício na unidade, Servidores em efetivo exercício na respectiva unidade escolar, alunos maiores de 16 anos matriculados na unidade , pais, mães ou responsáveis dos alunos matriculados. (Apenas um voto para IQPM com dois padrões na mesma unidade). Colegiado restrito: IQPM em efetivo exercício, servidores em efetivo exercício, diretoria do conselho deliberativo e fiscal da APM. Vedada a dupla representatividade (convoca assembleia do colegiado amplo).

(conclusão)

1991	7.768	Integrantes do Quadro Próprio do Magistério em exercício na unidade, inclusive os que atuam na EJA , Servidores em efetivo exercício na respectiva unidade escolar, alunos maiores de 16 anos matriculados na unidade, inclusive na EJA , pais, mães ou responsáveis dos alunos menores de 16 anos matriculados. Todos votam. Colegiado restrito: IQPM em efetivo exercício, servidores em efetivo exercício, diretoria do conselho deliberativo e fiscal da APM. Vedada a dupla representatividade, à exceção dos IQPM com dois padrões.
1993	8.280	Integrantes do Quadro Próprio do Magistério em exercício na unidade, inclusive os que atuam na EJA, Servidores em efetivo exercício na respectiva unidade escolar, alunos maiores de 16 anos matriculados na unidade, inclusive na EJA, pais, mães ou responsáveis dos alunos menores de 16 anos matriculados. Todos votam. Colegiado restrito: IQPM em efetivo exercício, servidores em efetivo exercício, diretoria do conselho deliberativo e fiscal da APM. Vedada a dupla representatividade, à exceção dos IQPM com dois padrões.
1996	8.983	EM VIGOR LEI 8280/1993
1999	9.717	EM VIGOR LEI 8280/1993
2014	14.528	I - Integrantes do Quadro Próprio do Magistério em efetivo exercício na escola; II - servidores em efetivo exercício na respectiva escola; III - estudantes maiores de 16 (dezesseis) anos regularmente matriculados na escola; IV - pais, mães ou responsáveis legais pelos estudantes menores de 16 (dezesseis) anos regularmente matriculados na escola.

FONTE: Banco de dados da pesquisa, autoria própria.

O quadro sintetiza o caminho percorrido, desde quando não havia eleição para diretores/as nas escolas da RME, passando pela instalação do processo eleitoral, no início ainda com muitas restrições, tanto à participação de todos os funcionários no colegiado, assim como a de estudantes, pais ou seus representantes no processo eleitoral, até o momento atual em que se prevê a participação da totalidade da comunidade, incluindo estudantes maiores de 16 anos e todos os pais, mães ou responsáveis legais pelos menores de 16 anos. Mantém-se, ainda, uma fórmula para cálculo paritário dos votos entre escola e comunidade. Abaixo, são citados outros mecanismos melhor detalhados nas diferentes regulamentações sobre o assunto.

Até 1987 os atos não citavam a possibilidade de recursos aos resultados. Em 1987 passou a vigorar a norma de que os recursos deveriam ser dirigidos à comissão designada pela SME. A partir de 1988 os recursos, sem efeitos suspensivos, eram descritos em todas as leis, e poderiam ser encaminhados por qualquer pessoa, eleitora ou não, como descrevem as normativas a partir de 1993.

Os procedimentos sobre provimento do cargo da direção escolar das novas unidades educacionais passaram a compor os imperativos legais em 1987. Daquele ano até a lei promulgada em 1991 (nº 7.768), as novas unidades teriam nomeação

pelo prefeito por até seis meses e posterior instalação do processo eleitoral; se fosse em ano eleitoral, a nomeação ficaria prorrogada até o processo ter início. A lei de outubro de 1993 alterou o tempo de indicação pelo secretário de educação/nomeação do prefeito por um ano, e não mais seis meses, e manteve o texto de que o prazo seria prorrogado caso o fim do período se desse em ano eleitoral. Foi acrescentado a esta lei o texto que determinava que os indicados poderiam concorrer a funções de direção escolar tanto na unidade de origem quanto naquela para a qual fossem designados.

Por mais de 20 anos vigeu este imperativo, sendo alterado apenas em 2014 pela última lei promulgada sobre o assunto. A Lei nº 14.528/2014 determina que as novas unidades terão indicação do/a secretário/a de educação e nomeação do prefeito, como a anterior, porém não trata de tempo, ficando as pessoas indicadas na função de direção até o fim do mandato das demais unidades, independentemente do tempo. Assim como em 1993, os indicados poderão concorrer ao pleito subsequente, sem atender ao critério de tempo na escola, ou seja, não precisarão ter vaga fixa ou ter desempenhado 3 anos de efetivo exercício na unidade como os demais candidatos.

A partir de 1985 as leis já tratavam de casos de impedimento definitivo do/a diretor/a eleito/a, estabelecendo que nova eleição para complementação do mandato poderia ser chamada. Na legislação de 1987, instituiu-se que a nova eleição aconteceria, a não ser em ano eleitoral nas escolas, quando uma indicação do prefeito seria realizada. Em 1988, um dispositivo permitia que, caso fosse ano eleitoral, o suplente do/a diretor/a assumiria, não havendo indicações. Em 1989 os colegiados continuam indicando substitutos, dentre os profissionais integrantes do quadro próprio do magistério (IQPM), devendo ser nomeados pelo prefeito, sem que acontecessem novas eleições, independentemente do ano.

Em 1991 o dispositivo de indicações pelo colegiado restrito continuava valendo, mas apenas para anos eleitorais: o/a substituto do/a diretor/a assumiria e o colegiado indicaria novo substituto; em caso de vacância dos dois cargos, o colegiado indicaria os dois novos nomes, mas se ocorresse fora de ano eleitoral, novas eleições seriam deflagradas.

A partir de 1993, com a função de vice-direção estabelecida, o/a vice-diretor/a assumiria, indicando novo vice para os casos de impedimentos do/a diretor/a. Vagando ambas as funções, em ano eleitoral ou fora dele, o colegiado restrito, por

maioria simples, organizaria uma lista tríplice entre os IQPM em exercício e o secretário/a de educação do município indicaria o nome de um deles para a função de diretor/a, o qual, tomando posse, escolheria seu vice. Na ausência de candidatos, era o chefe do poder executivo quem indicava.

Este procedimento continuou em vigor até 1999, quando o conselho de escola passou a ter, legalmente, função importante de direção, de acordo com a Deliberação nº16/1999 do Conselho Estadual de Educação, que é seguida pela SME de Curitiba uma vez que, até hoje, não foi elaborada normatização, seja pelo município, seja pelo Conselho Municipal da Educação, sobre o assunto³⁹. Esta deliberação determina que é o colegiado o órgão máximo de direção das escolas públicas, e se refere ao princípio constitucional de democracia e colegialidade para tal.

Assim, quando do impedimento do diretor escolar, a Lei nº 9.717/1999 dispunha que o vice-diretor assumiria e indicaria novo vice, sendo este submetido à aprovação do conselho escolar. Se ambas as funções entrassem em vacância fora do ano eleitoral, ou não havendo vice-direção na unidade, novas eleições seriam chamadas; sendo em ano eleitoral, procedimento semelhante ao da Lei nº 8.280/1993 aconteceria: o conselho de escola, por maioria simples, organizaria a lista tríplice entre os IQPM cabendo ao secretário a indicação de diretor, e a este último a escolha de seu vice a ser submetido ao conselho.

Em nova redação e com especificação dos casos de impedimentos definitivos, o procedimento dado pela Lei nº 14.528/2014 não altera o teor daquele de 1999 e permanece semelhante ao de 1993, excluindo-se apenas a lista tríplice e permanecendo as escolhas submetidas pelo conselho de escola em casos em que há vacância de uma ou outra função e escolhas pelo conselho de escola quando ambas as funções ficam vagas.

Desde a Lei nº 6.767/1985, há uma comissão eleitoral instituída pelo prefeito, citada em toda legislação sobre o assunto. A composição desta comissão sofreu alterações quanto ao número de representantes de cada segmento desde esta data até hoje, mas sempre teve representantes do departamento de educação ou SME, representantes do magistério municipal e representantes das associações de pais e

³⁹ A Lei nº 12.090, de 19 de dezembro de 2006, que trata da organização do Sistema Municipal de Ensino – SISMEN – disciplina, em seu artigo nº 63, que “[o] SISMEN adotará as normas complementares do Conselho Estadual de Educação enquanto o CME não tiver elaborado normas próprias”.

mestres (posteriormente alterada para associação de pais, professores e funcionários – APPF). Em 1989 a representatividade do magistério ficou a cargo dos sindicatos (SISMUC e SISMAL) e foi incluída representatividade de vereadores da câmara municipal. Em 1993 foi incluída a representatividade do setor jurídico e da assessoria da secretaria. Em 2014, por último, esta comissão, que no início era composta por 6 membros, com a função de acompanhar e resolver casos omissos, passou a 13 membros designados pelo Chefe do Poder Executivo, sendo:

[...] I - 5 (cinco) representantes da Secretaria Municipal da Educação indicados pelo Secretário Municipal da Educação; II - 2 (dois) representantes do Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba; III - 2 (dois) representantes do segmento de Pais de Conselho de Escola; IV - 1 (um) representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba; V - 1 (um) representante da Câmara Municipal de Curitiba; VI - 2 (dois) representantes do Conselho Municipal de Educação de Curitiba.[...] (CURITIBA, 2014, Art. 12, § 1º)

A Lei nº 14.528 definiu que a Comissão Eleitoral é presidida por um de seus membros, de livre escolha e designação do Chefe do Poder Executivo, e tem as funções de:

[...] I - coordenar o processo eleitoral nas escolas municipais de Curitiba acompanhando e prestando, quando necessário, assessoramento técnico; II - examinar, com base na legislação vigente, os pedidos de registro de candidaturas, manifestando-se pelo deferimento ou indeferimento dos mesmos em até 5 (cinco) dias úteis do recebimento da documentação encaminhada pela Mesa Eleitoral; III - analisar e julgar os recursos interpostos no prazo máximo de 3 (três) dias úteis e, no caso da existência de indícios de irregularidades funcionais dos candidatos, encaminhá-los ao Secretário Municipal da Educação que determinará a apuração dos fatos e responsabilidades, na forma da legislação específica em vigor; IV - proclamar os eleitos; V - decidir em conjunto com o Secretário Municipal da Educação, os casos omissos referentes ao processo eleitoral [...] (CURITIBA, 2014, Art. 12)

Como supracitado, a última regulamentação que trata do provimento do cargo de diretores e vice-diretores das unidades educacionais que ofertam Ensino Fundamental em Curitiba foi sancionada em outubro de 2014, regendo o processo deflagrado naquele ano. O prefeito em exercício quando da sanção da referida lei era Gustavo Fruet. É descrita nesta normativa a escolha por eleição direta e uninominal, com votos diretos e secretos e mandatos de três anos, inalterado o imperativo de tempo de mandato e tipo de voto da Lei nº 8.280/1993. Segundo a legislação aprovada em 1993 e mantida em 2014, as assembleias ordinárias deveriam ser no mínimo uma e no máximo três, até que houvesse registro de candidaturas. Uma alteração

significativa do ponto de vista dos processos democráticos é a referência ao colegiado escolar para o chamamento da assembleia e deflagração do processo eleitoral na unidade, retirando do diretor então em exercício esta condução.

A primeira assembleia, até definição da mesa eleitoral, deve ser presidida por um membro do conselho de escola. Designada nessa ocasião, a mesa eleitoral passa a conduzir todo o processo. A composição das mesas é de seis membros, sendo um presidente, um vice, dois secretários e dois mesários, dentre pais, mães ou responsáveis legais, profissionais do magistério e servidores em efetivo exercício na unidade e não postulantes a uma função na direção escolar. A lei veda a dupla representatividade na composição desta mesa, tanto de membros da escola (servidores/as) com dois padrões/matrículas, quanto de dois representantes de responsáveis legais vinculados ao mesmo estudante, bem como a composição da mesa eleitoral com cônjuges e parentes em primeiro grau dos/as candidatos/as (CURITIBA, 2014). Além da definição da mesa e registro de candidaturas, as assembleias têm a função de indicar substitutos ao diretor/a e/ou vice, quando estes forem candidatos/as.

O ato de 2014 legisla sobre a escolha de diretor e vice-diretor e, para tanto, descreve também as unidades que terão apenas diretor/a, aquelas que terão um vice-diretor/a e as que terão dois/duas vice-diretores/as. A proposta de trabalho das chapas que se registram, a ser apresentada em assembleia, segue a alteração dada pela Lei nº 9.717/1999, devendo abordar os projetos de gestão financeira, pedagógica, administrativa e de articulação com o colegiado e a comunidade escolar.

Nos casos em que não haja candidatos/as seguem os atos de secretários e designação de prefeitos, não sendo chamadas novas consultas à comunidade, conforme legislação desde 1991. Desde este mesmo ano, os/as profissionais com dois padrões/matrículas têm direito a dois votos, o que não acontecia nos dispositivos anteriores que permitiam apenas um voto, independentemente da quantidade de padrões. Não obstante, não permite dois votos a servidores/as em Regime Integral de Trabalho – RIT –, modelo no qual o/a servidor/a possui apenas uma matrícula, mas exerce serviço na unidade por dois períodos. Por sua vez, os/as servidores/as que também forem responsáveis por estudantes só deverão votar no segmento “escola”, e outro responsável poderá votar pelo segmento “comunidade”⁴⁰.

⁴⁰ Se o/a estudante tiver um único responsável legal e este for servidor/a, deverá optar por um dos segmentos que represente (Lei nº 14528, de 20 de outubro de 2014, Art. 22, §4º).

Outra mudança relevante ao processo foi relativa ao dia em que o pleito deve ocorrer, passando de sábados das 10 às 16 horas para sextas-feiras, do momento de abertura da escola até as 19 horas. Esta mudança facilita a participação das famílias que vão diariamente à escola, levar ou buscar estudantes, mas dificulta a presença daqueles cujos empregos os impossibilita de estarem na unidade.

Em casos de empate entre os candidatos, a redação da lei atual retoma o descrito naquela de 1989, excluindo dentre os critérios o fato de o profissional ser detentor de dois padrões. Vigoram, portanto, respectivamente: antiguidade na unidade, antiguidade no magistério, antiguidade no serviço público e por fim o mais idoso.

Outra significativa mudança em relação às demais leis diz respeito ao princípio democrático de alternância de poder: o imperativo legal nº 14.528/2014 define que é possível uma reeleição consecutiva, neste aspecto igual às normativas que vigoram desde 1989, mas considera ser irrelevante a função exercida (diretor/a ou vice-diretor/a). O que acontecia em todas as demais regulamentações, sem esta consideração, é que o profissional eleito para a função de diretor/a poderia reeleger-se na função e depois concorrer como vice-diretor no pleito imediatamente posterior. Como vice-diretor, teria direito a uma reeleição podendo, no pleito seguinte, candidatar-se como diretor, e assim se mantinha na gestão da unidade escolar por vários mandatos consecutivos, assunto que será tratado na sequência, sobre os profissionais designados às funções de direção escolar.

Diante do exposto, evidencia-se que a mudança mais significativa ao processo de regulamentação do provimento das funções de direção das unidades escolares de Curitiba, regulamentadas há mais de três décadas por meio de leis e decretos, diz respeito à ampliação do colegiado. Esta ampliação permitiu a efetiva participação da comunidade escolar nestes processos de escolha, ainda que o segmento corresponda a 50% dos votos de cada candidato/a, destinando-se os outros 50% aos servidores lotados na unidade escolar.

Apesar de garantida em lei, a participação precisa ainda ser qualificada, como se afirmou ao longo da seção que trata da construção de um conceito possível para a democracia, caso contrário ela não garante a efetivação do princípio. É preciso, ainda, abertura dos/as profissionais da educação, por um lado, e apropriação e formação das comunidades locais, por outro, para que os direitos de participação garantidos sejam exercidos pelos diferentes segmentos.

Agregando à importante ampliação da compreensão do colegiado eleitoral, a alteração dada pela lei promulgada em 2014 é também fundamental na construção do princípio democrático, garantindo a rotatividade do quadro de dirigentes escolares. A lei, que imputa ser indiferente a função exercida – direção ou vice-direção – para o cálculo de reeleições, e permite apenas uma reeleição a todos os/as profissionais que compõe a equipe diretiva, reduz os impactos da manutenção do poder, facilitada pelo acesso aos espaços de participação e exercício deste poder que a equipe diretiva tem em relação aos candidatos de oposição, no caso das tentativas de reeleições. Com as novas regras para os pleitos, apenas dois mandatos consecutivos serão permitidos, sendo necessário o retorno às atividades de origem, por um mandato, para nova candidatura. É a partir destas análises realizadas que buscaremos apresentar o quadro de profissionais designados às funções de direção escolar após consultas às comunidades.

5.2 OS/AS PROFISSIONAIS DESIGNADOS/AS ÀS FUNÇÕES DE DIREÇÃO ESCOLAR E A ALTERNÂNCIA DE PODER

*Il potere non sazia, anzi è come la droga e richiede sempre dosi maggiori*⁴¹.

L. de Crescenzo

A análise que se buscou fazer neste item se refere ao princípio da alternância de poder necessária aos processos democráticos. Entende-se que, ainda que haja no município de Curitiba legislação acerca da consulta à comunidade para escolha das equipes diretivas desde 1983, isto não garante às escolas processos efetivamente democráticos. Sobre este aspecto, uma das hipóteses levantadas e apresentadas no início deste trabalho é a de que, mesmo com processos de escolha coletiva de diretores/as, regimes autoritários se concretizaram – podem se concretizar –, com a manutenção do poder por parte de alguns sujeitos durante vários mandatos.

A alternância de poder, mesmo não sendo o único fator que garanta os processos democráticos, figura-se importante. As mudanças nas equipes responsáveis por fazer a articulação entre os segmentos da unidade escolar, operacionalizando parte do fluxo de gestão da escola, oxigenam ideias e procedimentos, necessitando fortalecimento do trabalho coletivo. A despeito de haver

⁴¹ O poder não satisfaz, ou melhor, é como a droga e exige doses sempre maiores.

alternância, a tomada de decisões pode ser individual e sustentada por interesses privados. Estes fatores não podem ser desconsiderados, mas, enquanto perspectiva quantitativa, não foi possível verificar nesta pesquisa as formas de atuação dos/as gestores/as no interior das unidades, tampouco era esse o escopo desse estudo. Foi possível, apenas, constatar as alternâncias e permanências das pessoas que compuseram as equipes diretivas ao longo de todos os processos de consultas ocorridos em Curitiba. Estas constatações podem ser lidas à luz da ideia de que aqueles que estão no poder tem mais chance de manter e conquistar mais poder (Wright Mills, 1985). Esta característica do poder pode explicar a permanência de algumas pessoas por décadas na função de direção.

Os dados de que trata este item foram também retirados dos atos públicos municipais e do sítio eletrônico “Leis Municipais”, conforme já descrito. Ressalta-se que as fontes de pesquisa dos atos podem ser limitadas, no que tange à digitalização de todos os atos do município e às informações contidas neles. Alguns decretos de nomeação podem não ter sido encontrados e outros, interpretados como nomeações após período de “consulta à comunidade” em virtude da vigência das normatizações no período, mas podem ter sido apenas indicações do prefeito por diferentes motivos, dentre os quais nulidade de algum pleito.

Para exemplificar, citamos o ocorrido em 2014, cujo pleito acompanhamos: três escolas não “elegeram” seus dirigentes escolares. Não obstante, os decretos nº 1388/2014 de 29 de dezembro e o nº 8 de 08 de janeiro, publicados com a designação de diretores e vice-diretores, não fizeram menção alguma a esta ausência, apenas saíram sem a nomeação de diretor/a e vice para estas três unidades. Posteriormente, em 14 de janeiro, foi publicado o Decreto nº 19 que designou diretores e vice-diretores para as três unidades, fazendo menção a ofícios e protocolos sem, no entanto, descrever seu teor. Em uma destas unidades não aconteceu o pleito, pois não houve registro de chapa, cabendo automaticamente o contido no artigo 18:

Art. 18. O registro de candidatos a Diretor e Vice-Diretor será feito em única chapa.

[...]

§ 4º Não havendo pedido de registro de candidatura nos prazos previstos, a indicação para o cumprimento do mandato de Diretor e Vice-Diretor se dará por ato do Secretário Municipal da Educação e designação por ato do Prefeito Municipal. (CURITIBA, 2014)

Nas outras unidades, a comissão designada para acompanhar e coordenar o processo eleitoral 2014 das escolas municipais de Curitiba⁴², composta por representantes da Secretaria Municipal da Educação, Sindicato dos Servidores dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba – SISMMAC, pais de conselho de escola, Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba – SISMUC, Câmara Municipal de Curitiba e Conselho Municipal de Educação de Curitiba, concluiu pela anulação dos pleitos. Tal ocorrência se deu por terem sido constatadas irregularidades nos processos, conforme consta nos pareceres nº 30 e 31 enviados aos Conselhos das respectivas unidades e disponibilizados para a pesquisa pela Coordenadoria Técnica de Estrutura e Funcionamento de Ensino. Coube, então, nos dois casos, o cumprimento do artigo 40 da Lei nº 14528/2014:

Art. 40 No caso de anulação de pleito eleitoral, previsto nos artigos 33 e 34 e no § 6.º do artigo 39 desta Lei, caberá a Secretaria Municipal de Educação, através da Comissão Eleitoral, promover novas eleições na respectiva escola, no prazo de noventa (90) dias, a contar da decisão de anulação.

Nos dois casos houve designação das funções de diretor/a e vice provisórios, por meio do decreto nº 19/2015, para que cumprissem mandato enquanto novo pleito não acontecesse. Assim, em 19 de maio do mesmo ano, após ocorrido o segundo pleito, foi publicado o decreto nº 456/2015 com a designação de diretores e vice das duas unidades e dispensa dos/as profissionais indicados.

Os detalhes desse exemplo só são possíveis em virtude do acompanhamento que esta pesquisadora fez ao processo de consulta à comunidade ocorrido em 2014, por estar, no período, compondo a equipe de gestão escolar da SME. Para a série histórica construída, que se descreverá na sequência, tomam-se por base apenas os atos e publicações online e as informações neles contidas, restringindo-se, assim, a análise qualitativa dos processos.

Inicialmente, foi feita uma sondagem, de unidades e anos aleatórios, de como os atos nomeavam profissionais para o exercício das funções de direção. Nesta primeira sondagem, verificou-se a necessidade de se ter organizados todos os nomes/códigos que uma mesma unidade já teve ao longo do período que se objetivava pesquisar, a fim de que todos os profissionais que tivessem passado pela unidade ocupando funções de direção fossem agrupados. Assim, foi organizada

⁴² Decreto nº 1085, de 24 de outubro de 2014.

planilha com este histórico das unidades da RME, compondo todos os códigos e nomes de cada unidade. O histórico foi organizado a partir da busca com palavras chaves como “unidades educacionais”; “unidades escolares”; “unidades orgânicas”; “denominação unidades”; “estrutura organizacional”; vinculadas à palavra educação. O primeiro ato deste tipo encontrado datava de 1973, com o nome de treze unidades escolares vinculadas ao então Departamento de Bem-Estar Social da Prefeitura de Curitiba. A partir deste, foram sendo encontrados outros atos, alguns descrevendo os decretos de criação das unidades e, por meio deles e dos atos vinculados (revogação, alteração ao decreto), foi se compondo o quadro. Desta forma foram elencadas as principais alterações na nomenclatura e/ou códigos das unidades, e depois conferidos os dados ao se buscar, em casos de dúvida, o nome da unidade e encontrar os atos relacionadas a ela. Este primeiro movimento, apesar de não ser foco desta pesquisa, se tornou fundamental para que todos/as os/as profissionais diretores/as de uma mesma unidade, independentemente do nome da unidade ter sofrido alterações, fossem elencados e agrupados.

O segundo movimento se caracterizou pela busca dos atos que designavam as pessoas para comporem a direção de cada uma destas unidades. As palavras de busca foram “designa para função”; “nomeia diretor”; “nomeia para cargo”; nomeia para função”; “designa para FG”; primeiramente vinculados ao critério dos anos em que houve processo eleitoral. Desta forma, foram encontrados atos que designavam vários profissionais aos cargos de direção das unidades cujos processos eleitorais ocorreram normalmente. Após este processo, novas pesquisas foram realizadas para buscar a designação dos/as profissionais para unidades específicas, que não constavam nos atos gerais⁴³. Também foram buscadas as mesmas palavras chaves sem vinculação a um ano específico, e localizadas diversas normatizações com nomeação para uma única unidade em ano diferente ao eleitoral. Estas nomeações fora dos anos de processo de consulta à comunidade podem acontecer devido às aposentadorias, exonerações por quaisquer um dos impedimentos legais para o exercício da função, pela renúncia de eventuais profissionais ou pela criação de novas unidades, conforme critérios da legislação vigente. Foram lidos e tabulados uma

⁴³ Supõe-se que unidades cujos/as gestores/as não foram designados junto com os demais tenham tido algum problema no processo eleitoral. No entanto, há aquelas que foram criadas no período do processo e, por isso, os profissionais foram indicados/eleitos em seguida, conforme legislação. Para estes casos, procedeu-se outra busca de decretos específicos, com o nome da unidade à época, para localizar a vinculação de nomeação de profissionais para a função.

centena de decretos que compuseram importante banco de dados, com o seguinte formato:

QUADRO 3 – MODELO DE QUADRO DE SISTEMATIZAÇÃO DOS DECRETOS QUE DESIGNARAM DIRETORES/AS PARA AS UNIDADES EDUCACIONAIS DA DÉCADA DE 1970 ATÉ 2015

Parte fixa					Para cada pleito e período entre pleitos, repetem-se os dados abaixo							
NRE 2015	Código 2015	Nome da unidade - 2015	Denominação 1	Denominação 2	Pleito 2013 para mandato 2014-2017							
					NOME Diretor	Matrícula Diretor	Vice-diretor (VD)	Matrícula VD	2º Vice-diretor	Decreto	Data	Tempo mandato

Fonte: Banco de dados da pesquisa, autoria própria.

Durante a composição do banco de dados, foram identificados nomes que se repetiam e, principalmente, sobrenomes comuns de profissionais em unidades distintas, que foram instigando os passos seguintes da pesquisa, em especial a verificação do tempo que cada pessoa ficava no exercício da função diretiva nas unidades. Questionou-se também a possibilidade de existência de familiares na gestão de algumas unidades, devido às semelhanças dos nomes e sobrenomes; perguntava-se sobre quais seriam as unidades com maior ou menor alternância dos nomes nas funções de gestão e as características destes grupos de unidades; se haveria regiões da cidade nas quais poder-se-ia inferir um movimento constante no sentido de maior ou menor alternância; os motivos da permanência e da não permanência na função; se as profissionais que saíam da gestão da escola durante o mandato o faziam por convites a assumir outros postos importantes na SME; se, após saírem da gestão, a maioria dos/as profissionais ficaria na unidade em que foi gestor/a ou pediria remoção para outra unidade; o que haveria de comum às pessoas que ora eram nomeadas para a gestão de uma unidade, ora para outra.

Concomitantemente, foi questionado se as pessoas indicadas em um ou noutro momento se manteriam posteriormente nas funções de gestão das unidades quando dos processos eleitorais subsequentes. Assim, o levantamento cujo marco inicial seria a implementação dos processos eleitorais com participação da comunidade foi ampliado, retomando-se as indicações livres às funções de direção das unidades pelo prefeito, imediatamente anteriores às primeiras consultas públicas/eleições. O intuito foi verificar a permanência na função daqueles nomes que já exerciam o cargo por indicação do chefe do poder executivo, nas primeiras consultas.

Nos atos analisados foram ainda encontrados nomes de profissionais que outrora designados para exercer funções de direção, tonavam-se posteriormente nome de unidades criadas, como pode ser visto no apêndice 3.

Não foram encontradas informações precisas acerca do número de unidades na RME por ano. Assim, calcula-se o número de unidades como igual ao número de nomeações de diretores/as em ano de “eleição” para a função. Desta forma, chegamos a uma possibilidade de 1666 mandatos diferentes que compõe um total de 2856 funções⁴⁴, conforme número de nomeações de diretores/as e vices, quando fosse o caso, por ano. Tais dados estão discriminados na tabela 2. Vale ressaltar que estes mandatos ora foram ocupados por apenas uma pessoa como diretor/a, ora por duas ou três, com nomeação, em algumas unidades de até dois vice-diretores, a depender dos critérios vigentes à época⁴⁵:

TABELA 2 – NÚMERO DE MANDATOS NOS DECRETOS PUBLICADOS APÓS PERÍODO DE "ELEIÇÃO"

	Período dos mandatos	Total de unidades / mandatos "novos"	Total de funções nomeadas
Número de mandatos nos decretos publicados após período de "eleição"	1984-1985	85	85
	1986-1987	88	88
	1988-1989	100	100
	1990-1991	101	101
	1992-1993	101	106
	1994-1996	115	227
	1997-1999	120	240
	2000-2002	127	256
	2003-2005	134	271
	2006-2008	165	327
	2009-2011	170	342
	2012 - 2014	178	357
	2015 - 2017	184	356
TOTAL	13	1666	2856

Fonte: Banco de dados da pesquisa, autoria própria.

⁴⁴ Verificou-se o número bruto de funções nomeadas, pois até 1992 só eram nomeados/as diretores/as, à exceção de duas escolas que atendiam turmas de 6º a 9º ano naquele ano que tiveram, pela primeira vez, vice-diretor nomeado pelo decreto nº 336/1992, posterior ao pleito. A partir do pleito de 1993, para mandato de 1994 a 1996, é que passaram a ser nomeados diretores/as e seus respectivos vices, conforme pode ser verificado no quadro.

⁴⁵ Os critérios utilizados são a quantidade de modalidades ofertadas pela unidade escolar e a quantidade de estudantes matriculados na unidade durante o processo eleitoral. Em 2014, por exemplo, cujo processo foi acompanhado por esta pesquisadora, houve unidades que tiveram redução de pessoas na equipe diretiva para o pleito (de um diretor/a e um/a vice-diretor/a para apenas diretor/a ou de dois para apenas um vice-diretor/a). Em 2015, logo no primeiro semestre, duas destas escolas tiveram nomeados vice-diretores/as, escolhidos/a pelo diretor/a em exercício e supostamente com o consentimento dos respectivos Conselhos de Escola.

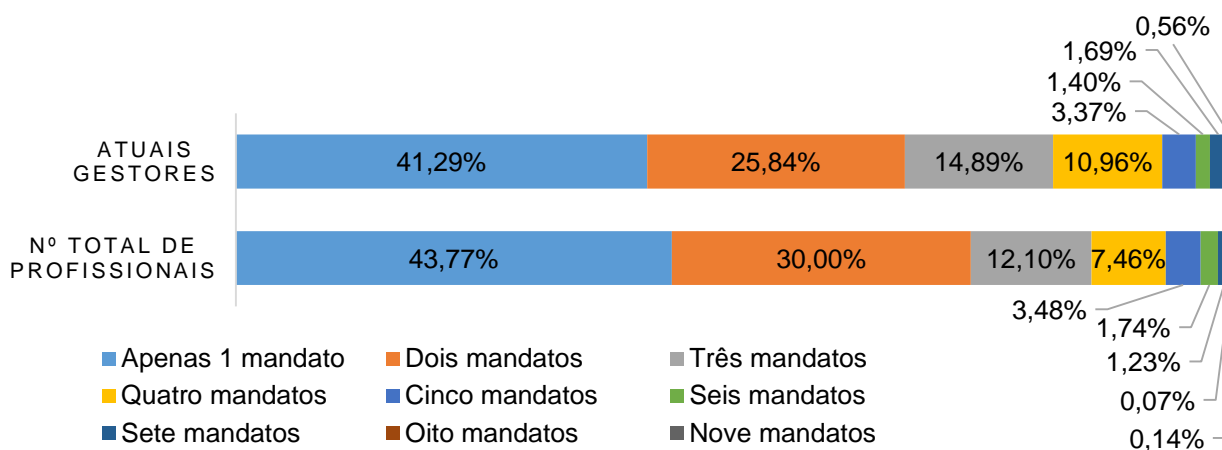
Das 2856 pessoas diferentes que poderiam ter assumido funções de direção nas unidades escolares ao longo do período analisado, temos, com a série histórica construída, que apenas 1380 pessoas diferentes ocuparam estas funções. Ou seja, olhando para os dados brutos, teríamos que cada profissional teve, no mínimo, dois mandatos. No entanto, a tabela 3 evidencia que a maioria dos/as profissionais, ao longo da série histórica, como também dentre os atuais gestores, teve apenas um mandato e que 74% (o que inclui o grupo anterior) teve até dois mandatos.

TABELA 3 – NÚMERO DE MANDATOS EXERCIDOS POR PROFISSIONAL NA SÉRIE HISTÓRICA (MANDATOS QUE INICIARAM ENTRE 1984 E 2015) E PELOS ATUAIS GESTORES

QUANTIDADE DE MANDATOS	TOTAL DE PROFISSIONAIS – VALOR BRUTO	PERCENTUAL DO TOTAL DE PROFISSIONAIS (mandatos iniciados de 1984 – 2015)	PERCENTUAL DE PROFISSIONAIS (apenas atuais gestores)
Apenas 1 mandato	604	43,77%	41,29%
Dois mandatos	414	30,00%	25,84%
Três mandatos	167	12,10%	14,89%
Quatro mandatos	103	7,46%	10,96%
Cinco mandatos	48	3,48%	3,37%
Seis mandatos	24	1,74%	1,40%
Sete mandatos	17	1,23%	1,69%
Oito mandatos	1	0,07%	0,00%
Nove mandatos	2	0,14%	0,56%
TOTAL	1380	1380	356

Fonte: Banco de dados da pesquisa, autoria própria.

GRÁFICO 1 – PERCENTUAL DE PROFISSIONAIS POR NÚMERO DE MANDATOS EXERCIDOS – SÉRIE HISTÓRICA E PROFISSIONAIS ATUALMENTE NA GESTÃO DAS UNIDADES.



Fonte: Banco de dados da pesquisa, autoria própria.

O quadro e o gráfico acima nos remetem à reflexão acerca do tempo em que estiveram exercendo o poder os pouco mais de 26% dos profissionais que ocuparam funções de direção das unidades por vários mandatos, sendo que 15% deles estiverem na gestão por quatro ou mais mandatos. Ficaram estes longos período porque a lei permitia, mas, também, porque de alguma forma a comunidade em que estavam “permitiu”, votando neles/as por vários pleitos consecutivos ou não se organizando na direção de construir alternativas. A tabela abaixo evidencia o tempo de exercício do poder dos profissionais que passaram pelas equipes diretivas das unidades:

TABELA 4 – TEMPO DE EXERCÍCIO NA EQUIPE DIRETIVA – DIREÇÃO E VICE-DIREÇÃO

TEMPO	QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	PERCENTUAL DE PROFISSIONAIS
Até 4 anos	670	49%
De 4 a 6 anos	340	25%
De 6 a 10 anos	183	13%
De 10 a 15 anos	142	10%
De 15 a 20 anos	33	2%
Mais de 20 anos	12	1%
Total	1380	100%

Fonte: Banco de dados da pesquisa, autoria própria.

Dentre os doze profissionais que estiveram mais de duas décadas na direção das unidades, oito ainda complementarão este tempo até 2017, uma vez que atualmente são gestores/as. Um esteve por 25 anos e dois por 26 anos. Dentre os demais, dois profissionais estiveram 22 anos na gestão e sete estiveram por 21 anos. Apesar de haver pessoas que estiveram duas décadas na direção de unidades, vale ressaltar que a grande maioria dos/as profissionais compôs a equipe diretiva das escolas apenas uma ou duas vezes, não exercendo a função por mais de 4 anos.

Ao concluir a série histórica, já inseridos os dados de indicações e nomeações sem consulta à comunidade, ou seja, anteriores a 1984, não ficou evidente a manutenção no poder destas indicações no primeiro processo de consulta, conforme hipótese levantada. Das 85 unidades que tiveram seus/suas diretores/as nomeados/as, após consulta, 38 apareceram pela primeira vez nos decretos encontrados. Dentre as 47, cujas informações de indicações livres pelo chefe do poder

Executivo foram encontradas anteriores a 1984, apenas 26% (12) mantiveram a mesma pessoa anteriormente indicada na direção da unidade. Não obstante, destas doze pessoas que se “mantiveram” após primeiro processo de consulta, apenas uma não se elegeu por duas vezes consecutivas (1983 e 1985). Todas as demais se elegeram e exerceram seus mandatos até pelo menos 1987 (mandatos na época de dois anos, de 1984 a 1985 e de 1986 a 1987). Destaca-se, ainda, que dentre as 12 pessoas, 10 delas (83%) estavam desde 1977 no exercício da função nas escolas cujos pleitos venceram posteriormente, e uma ainda foi eleita por mais três vezes, permanecendo na direção até 1996, à exceção de um mandato em que se afastou. Esta última pessoa completou, somados os anos em que foi indicada aos mandatos a que concorreu e venceu, 18 anos no exercício da função (cinco mandatos eleita e um indicada, de 1977 a 1983).

A série histórica evidenciou também que a maioria dos/as profissionais “elegeu-se” apenas em uma unidade. Isso pode retratar tanto o fato de ele/a não ter concorrido em outras unidades quanto de não ter vencido pleitos em outras unidades, apesar de ter concorrido.

Outro fator que se destaca na análise é que são poucos os casos em que há ruptura completa na equipe diretiva. Após terem nomeado diretores/as e seus respectivos vice, as comunidades passaram a eleger ao menos um deles no pleito seguinte. Ou seja, composta a chapa, tendencialmente serão eleitos, nos próximos mandatos, os mesmos profissionais ou um deles, em nova composição de chapa. As rupturas, portanto, não são completas, ou seja, os processos de consulta à comunidade não garantem a alternância necessária à efetivação de processos mais democráticos.

Isto pode acontecer por diferentes motivos, dentre os quais levantamos algumas hipóteses para futuras análises: para formarem, de fato, a equipe diretiva da unidade, é preciso que diretor/a e vice consigam dialogar bem, se isso não ocorre, ora um pode desistir da função e não concorrer no próximo pleito, ora podem, ambos, formar novas chapas e concorrerem um contra o outro; por outro lado, pode haver aposentadorias de um ou de outro, e nova chapa ser composta com a manutenção apenas daquele que está “na ativa”; a comunidade pode votar tendencialmente na chapa composta por uma ou mais pessoas que já estiveram em equipes diretivas, pois já teriam “aprendido” a função; enfim, várias hipóteses podem ser levantadas e novos estudos precisam ser realizados para que se percebam as nuances deste processo.

Sobre as aposentadorias ou a composição de novas chapas, sabe-se que várias estratégias são utilizadas pelos/as profissionais. Dentre elas, pode-se destacar a “escolha” ou “eleição” de pessoas para recompor uma chapa, uma vez que um/a dos/as profissionais se aposente ou não queira mais se candidatar. As situações são bastante variadas, mas há casos em que, com uma das pessoas entrando em licença, por diferentes motivos, é necessário que a outra faça indicação de substituto/a a ser referendada pelo conselho de escola. Para tal indicação, porém, os critérios podem envolver uma “pré-eleição” ou enquête, na unidade, para “retirada” de nomes que a comunidade interna chancela. Conhecendo aqueles que tem interesse é possível contar-lhes os desafios da função e abrir espaços para que conversem internamente com os demais profissionais e façam, inclusive, sua campanha. Se “necessário”, “votações” acontecem, e assim elege-se o/a substituto/a para aquele que não quer mais se candidatar (por diferentes razões). Eleita a pessoa que seria “indicada” pelo/a então diretor/a ou vice, tem-se, pronta para as eleições seguintes, uma nova chapa referendada pela comunidade de profissionais da escola antes de deflagrado o processo eleitoral.

Sabe-se que situações assim acontecem em unidades, e são artifícios encontrados como forma de utilizar o poder já conquistado para mantê-lo ou aumentá-lo, característica inerente das relações humanas e, portanto, políticas.

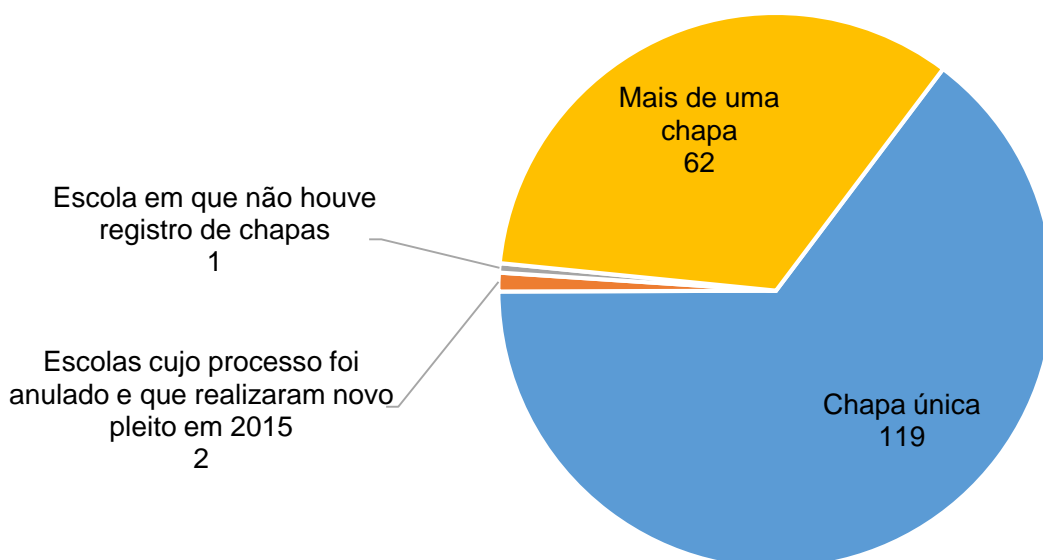
5.3 O PROCESSO DE ESCOLHA DE DIRETORES/AS EM 2014

Em 2014 aconteceu o primeiro processo de escolha de diretores/as de unidades escolares sob a vigência da Lei nº 14.528. Como frisado, uma das grandes mudanças como resposta ao princípio democrático, diz respeito à possibilidade de reeleições. Vigora na lei que é permitida apenas uma reeleição consecutiva, independentemente da função de diretor/a ou vice/diretor/a exercida no mandato imediatamente anterior, garantindo a alternância de poder. No entanto, tal lei, apesar de aprovada em 2014 para o processo disparado naquele ano, não impediu que gestoras do mandato anterior (2012-2014) se candidatassem a uma nova gestão com direito a uma reeleição em 2017, quando nova consulta à comunidade acontecerá para mandato no período de 2018 a 2020. Isto se deu pelo entendimento de que a lei aprovada não pode ser “retroativa”, valendo apenas para os novos processos.

Na prática, o que acontece é que as gestoras que estão há duas décadas na função e que decidiram candidatar-se novamente em 2014, terão direito, ainda, a uma reeleição em 2017, permanecendo por mais seis anos à frente das escolas que dirigem há tanto tempo.

O processo eleitoral de 2014 contou com a candidatura de chapas constituídas de modo diverso, uma vez que 64,67% das escolas tiveram chapas únicas e apenas 33,70% unidades tinham mais de uma opção de chapa para os eleitores. Uma escola não teve registro de candidaturas em nenhuma das assembleias, e teve, portanto, indicada a equipe diretiva pelo chefe do executivo. O gráfico abaixo demonstra o resumo dos processos nas unidades, no que se refere ao número de chapas por escola.

GRÁFICO 2 - NÚMERO DE CHAPAS CONCORRENTES POR ESCOLA

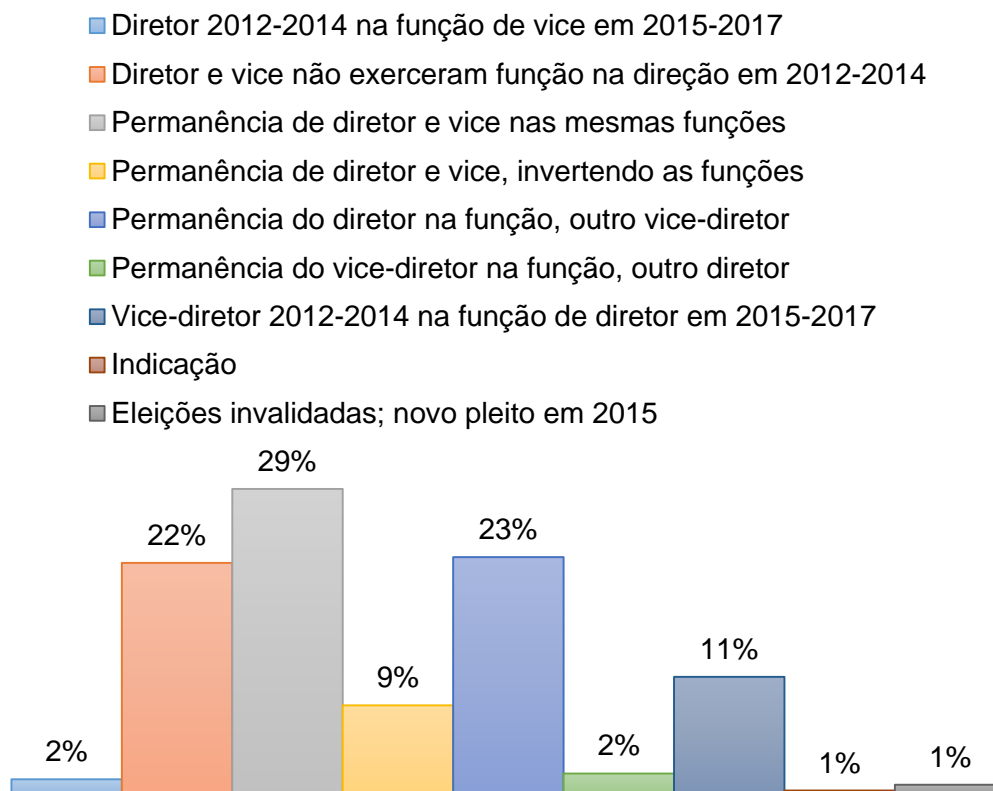


FONTE: Banco de dados da pesquisa

NOTA: Em números absolutos.

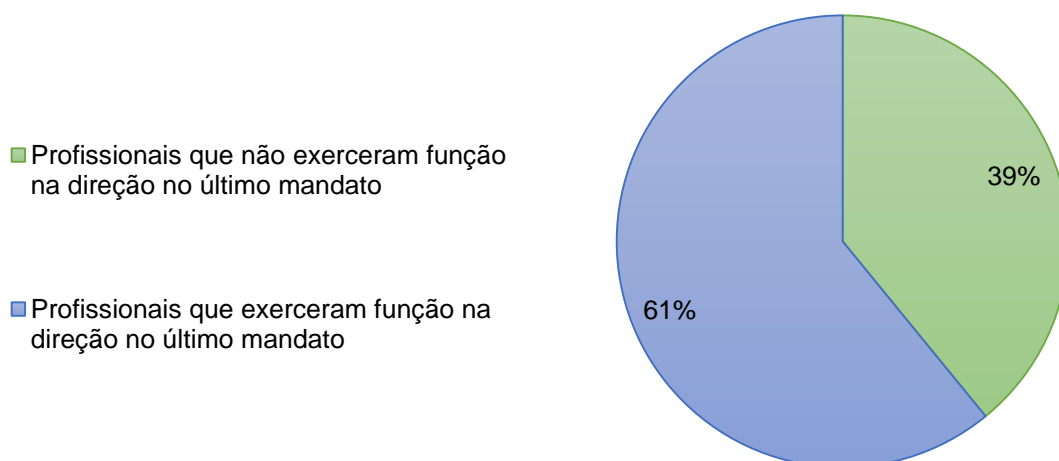
Ao se analisar o quadro de chapas eleitas, as permanências de profissionais na gestão prevaleceram, ainda que com mudança de função. Destaca-se o fato de que foram renovadas, ou seja, ambos/as os/as profissionais da gestão, diretores/as e vice-diretores/as, são novas em apenas 22% das unidades educacionais em relação à gestão exercida de 2012 a 2014 (Gráfico 3):

GRÁFICO 3 - RESULTADO DO PROCESSO ELEITORAL DE 2014, EM RELAÇÃO AO DE 2011



FONTE: Banco de dados da pesquisa, autoria própria

GRÁFICO 4 - RECONDUÇÕES ÀS FUNÇÕES DE DIREÇÃO - MANDATO 2011-2014 E 2015-2017



FONTE: Banco de dados da pesquisa, autoria própria

Assim, a eleição de 2014 garantiu pouca alternância de poder. Do total de candidatos/as eleitos, apenas 39% não exerceram o mandato imediatamente anterior (Gráfico 4), ainda que possam ter participado de outro mandato, como se buscou

analisar historicamente e se buscará no perfil das profissionais em exercício da função (item 5.3.2). Das escolas, apenas 22% garantiram novas pessoas exercendo a gestão, um índice baixo quando se entende que a alternância de poder é um dos pressupostos da democracia. Em todas as demais unidades permaneceram os/as gestores/as, com alternância ou não da função exercida no mandato 2012-2014 e, em outros casos, ao menos um/a dos/as profissionais permaneceu.

5.3.1 Os planos de gestão das chapas eleitas

O decreto nº 1072/2014, que regulamenta a lei Nº 14.528, de 20 de outubro de 2014 sobre a escolha, mediante consulta à comunidade, de diretores/as e vice-diretores/as escolares, prevê uma proposta de trabalho a ser entregue às comunidades escolares pelas chapas concorrentes ao pleito.

A proposta de trabalho da chapa, fundamentada na gestão democrática e nos princípios e pressupostos da Secretaria Municipal da Educação, deve contemplar projetos de gestão pedagógica, financeira, administrativa e de articulação com o colegiado e a comunidade e as principais ações pedagógico-administrativas a serem desenvolvidas durante o mandato. (CURITIBA, 2014, Art. 10)

A proposta de trabalho, portanto, deveria prever formas de articular e promover o diálogo entre os segmentos escolares, visando a construção coletiva de ações para garantia do direito à educação. A SME de Curitiba (gestão 2013-2016) tem como princípios e pressupostos divulgados nos documentos oficiais, a democracia, equidade, trabalho coletivo, autonomia e interesse público. Desta forma, as ações previstas nos planos de trabalho deveriam articular o trabalho pedagógico desenvolvido nas unidades, com vistas à operacionalização de acesso, permanência e qualidade da educação para todos e para cada um, balizados pelos princípios e pressupostos supracitados.

Ao realizar a leitura dos documentos enviados pelas chapas concorrentes, percebeu-se que a maioria das propostas (73%) se assemelha às apresentadas no pleito imediatamente anterior, no que tange à estrutura do documento. Supõe-se que havia um modelo com tópicos a serem seguidos nos pleitos anteriores para a composição destas propostas, pois muitas delas apresentavam, em 2014, itens como “missão” e “visão” da unidade, por exemplo, elementos de cunho mais gerencialista

que, teoricamente, vão de encontro aos princípios e pressupostos defendidos publicamente pela atual gestão.

Estes princípios e pressupostos foram defendidos e debatidos nos cursos realizados pela equipe de gestão escolar, que tiveram como público alvo principal as equipes diretivas, nos anos de 2013 e 2014. No entanto, aproximadamente 70% não cita os cinco princípios, tampouco faz menção a sua intencionalidade.

Um exemplo a ser destacado nos planos de gestão das chapas eleitas é que o direito à educação, motivo da existência das unidades escolares, foi citado em apenas 30% das propostas.

A leitura dos documentos fornece indícios de que são apenas construídos para cumprir os critérios estabelecidos em lei para inscrição das chapas. Ainda que não sejam, devem ser reapresentados junto ao conselho de escola, órgão máximo de gestão da escola no município de Curitiba, de acordo com a Deliberação 16/99 do Conselho Estadual de Educação, para se tornarem plano de ação da unidade, pensado coletivamente. O curso ofertado às gestoras em 2015 propôs que isso fosse feito por cada equipe gestora, no entanto a maioria das unidades não o fez, reforçando ser o documento apenas necessário para cumprir a legislação.

Outro fator que ficou evidenciado nos documentos é que pouquíssimo tinham de propostas de gestão, articulando os segmentos da unidade. A maioria apenas registrou “promessas de campanha”, sem vinculação a práticas pedagógicas ou muitas das quais não podem ser realizadas em instituições públicas sem prévia aprovação dos órgãos competentes:

Instalar câmeras na entrada dos banheiros, proporcionando maior segurança e cuidado com os educandos; [...] Construir uma quadra de Golf 7, cancha de boccia (piso) e bocha (areia); [...] Potencializar ações na comunidade escolar para realização de melhorias e reparos na escola. (Proposta de trabalho da escola A da SME de Curitiba, 2014)

A Comissão de Eleições, que leu cada uma destas propostas para aprová-las, fez também considerações quanto às parcerias indicadas por várias escolas, que não deveriam ser realizadas pela unidade, mas, se fosse o caso, pela SME, pois tais parcerias poderiam ferir o interesse público. Os pareceres dados pela comissão envolviam, ainda, o fato de que não seria responsabilidade da equipe diretiva definir, sozinha, ou manipular as verbas com estas fontes (parcerias ou doações), recebidas pela unidade, uma vez que, até aquele período, as unidades poderiam ter uma APPF,

presidida por uma pessoa da comunidade escolar e responsável pela execução de tais verbas, após aprovação junto ao conselho de escola. Abaixo, seguem trechos das propostas de trabalho em que aparecem as parcerias ou o financiamento de ações da escola por parte da comunidade, que já o faz por meio do pagamento de impostos:

Estabelecer parcerias para a conquista de climatizadores em todas as salas de aula; Solicitar das autoridades competentes e/ou proporcionar eventos e parcerias para os reparos no prédio escolar, como pintura e substituição de caixa d'água; Solicitar das autoridades competentes e/ou proporcionar eventos e parcerias para construção de depósito, laboratório de Ciências e revitalização da área de serviço; (Proposta de trabalho da escola B da SME de Curitiba, 2014)

Implantar um programa de captação de recursos com a intenção de buscar parcerias com empresas, órgãos e instituições para doações; [...] Promover eventos e ação entre amigos para arrecadação de fundos; (Proposta de trabalho da escola C da SME de Curitiba, 2014)

Outras considerações feitas pela comissão e encontradas nos pareceres dizem respeito às ações meritocráticas propostas por várias unidades. Abaixo, alguns dos trechos encontrados, para os quais foi dado o seguinte parecer: “premiação é caráter meritocrático e fere os princípios da atual gestão” (Parecer da Comissão às Propostas de Trabalho apresentadas pelas chapas concorrentes ao pleito de 2014, banco de dados da pesquisa).

Todas as turmas terão um monitor que mudará diariamente ou semanalmente. Este terá a função auxiliar o professor nas atividades do cotidiano (entrega de agendas, recados, buscar materiais, etc) e principalmente auxiliar no controle da disciplina da sua turma, inclusive no horário do recreio, visando melhorar o comportamento de todos os alunos e o destaque da turma por bom comportamento. No final do mês a turma que não tiver ocorrências, receberá premiação. Serão estabelecidas regras de conduta para toda a Equipe Escolar. (Proposta de trabalho da escola D da SME de Curitiba, 2014)

Este projeto compreende-se na valorização e premiação dos alunos que correspondam aos propósitos escolares, tais como: sucesso nos resultados das avaliações, tarefas de casa e comportamento nos diferentes espaços da escola. Essas premiações acontecerão no momento cívico da escola. (Proposta de trabalho da escola E da SME de Curitiba, 2014)

Como pode ser observado em tais recortes, as escolas fazem referência às situações meritocráticas tanto como recurso para reduzir problemas “disciplinares” quanto para o que consideram ser a “qualidade da educação”, como também é explicitado no recorte abaixo:

A escola XXXXX sempre foi considerada referência entre as escolas da Rede Municipal de ensino, apresentando atualmente um índice do IDEB de XXX.

Sendo assim buscaremos por meio do trabalho que vem se desenvolvendo dentro desta instituição ampliar este índice apresentado atualmente, ultrapassando esta meta antes mesmo do prazo estabelecido pelo MEC. (Proposta de trabalho da escola F da SME de Curitiba, 2014)

Em que pese a existência de casos como esses, há muitas propostas de trabalho das chapas eleitas que preveem a articulação das ações de todos os segmentos da comunidade escolar. Além disso, há propostas que consideram estratégias para o compartilhamento não apenas da execução das propostas, mas dos processos decisórios. A maioria destes documentos é mais conciso que os demais, uma vez que não ultrapassa sua função prevista em lei, mas apresenta a proposta de operacionalizar a gestão democrática na garantia do direito à educação.

Uma escola de qualidade, ou uma boa escola, deve proporcionar aos seus estudantes oportunidades diversificadas de aprendizagem num ambiente acolhedor, onde todos os profissionais estejam envolvidos com o Projeto Político-Pedagógico da escola com vistas a garantir a efetivação completa do direito à educação em consonância com os princípios de equidade, trabalho coletivo, autonomia, interesse público e gestão democrática. (Proposta de trabalho da escola G da SME de Curitiba, 2014)

Algumas das propostas explicitam o entendimento do papel do/as diretor/a escolar e apresentam conceito de democracia que vai ao encontro daquele desenhado nesta pesquisa:

O diretor escolar tem uma grande responsabilidade para com sua escola e a educação em geral, pois é de fato o responsável a nível escolar que pode impulsionar a efetivação ou não das mudanças que se fazem necessárias no interior da escola para a efetivação das políticas públicas e o alcance dos objetivos da unidade escolar.

[...]

É importante salientar que democratizar a escola, não pode ser entendido como democratizar o setor administrativo da escola. Democratizar a escola é democratizar o processo pedagógico da escola, que passa fundamentalmente pela democratização da sala de aula. A democracia deve atribuir o poder de tomada de decisão a um número bastante elevado de pessoas. Portanto, uma gestão democrática de fato é tarefa bem difícil e por vezes conflituosa, pois a democracia evidencia diferentes posicionamentos, porém na escola é necessário além do respeito às diferenças, a unidade para a efetivação do Projeto Político-Pedagógico. (Proposta de trabalho da escola H da SME de Curitiba, 2014)

As análises descritas acerca das propostas de trabalho das chapas eleitas no pleito de 2014, na rede municipal de ensino, permitem uma relação com resultados encontrados por Feiges (2013), quando analisa os “Planos de Ação na Gestão da Escola dos candidatos eleitos a diretor para o triênio 2012-2014 nas escolas estaduais de Curitiba” (p. 29). A autora identifica diferentes concepções de gestão e participação

democrática nos planos referentes aos candidatos à direção em escolas estaduais, que também foram observados ao se apresentarem os planos de trabalho analisados na presente pesquisa:

gestão compartilhada: complementaridade do papel do Estado destacando o papel da APMF (campanhas diversas, captação de recursos financeiros, reforma e ampliação de salas de aula, biblioteca e laboratórios); **gestão democrática participativa:** tomada de decisão coletiva (embora restrita aos órgãos de gestão democrática); **concepção burocrática:** natureza técnica formal da participação pautada no cumprimento das normas do Regimento Escolar (frequência às reuniões, leitura de documentos, aprovação de relatórios). (FEIGES, 2013, p. 38)

Diferentemente daquele período na rede estadual paranaense, em que o modelo de gestão democrática enfatizava o papel da APMF como órgão de captação de recursos (FEIGES, 2013), a atual gestão municipal – Gustavo Fruet (2013-2016) – não o faz. Não obstante, como sinalizado, os planos de trabalho frequentemente apresentavam tais elementos, marca provável de gestões municipais anteriores.

Para Feiges (2013), algumas tendências podem ser assumidas pelos planos de trabalho, dentre as quais: ser ferramenta de orientação das ações dos gestores, ser apenas exigência burocrática, como se sinaliza nos planos aqui analisados, ou sua redução

à cooptação da comunidade escolar ao projeto político do Estado, colocando-se a serviço de quem comanda o Estado no momento histórico. A identificação de tal fato pode significar a "nulidade" da conquista da eleição de diretores, que passaria a ser comandada pelas intencionalidades políticas do Estado, revestidas da aparente democracia da eleição de diretores (p. 85)

Nos planos analisados nesta pesquisa, referentes ao pleito de 2014 para as escolas municipais, há uma marca forte dos modelos das propostas entregues em pleitos anteriores, sob a vigência de outra legislação e outros governos. Este aspecto pode tanto significar a reapresentação do documento do pleito de 2010 ou anterior, caracterizando sua função apenas burocrática, ou o fato de aqueles candidatos acreditarem naqueles modelos assumidos por outras gestões, nos quais se apresentavam projetos, prioridades e metas, sob outras perspectivas.

Destarte, evidencia-se que as propostas de gestão apresentadas pelas chapas eleitas, assim como o próprio processo de provimento por eleições, estão em construção. Demandam, ainda, experiências para que possam ser apreendidos por todos/as na vivência da cidadania. São perceptíveis as diferenças de entendimento do conceito e materialização da gestão democrática das escolas dentre os

profissionais que atuam nas equipes centrais da SME de Curitiba, dentre os/as profissionais que atuam na gestão das unidades, e entre estes grupos; quiçá haverá também entendimentos distintos deste processo e de como ele deve ocorrer, ampliando-se o espectro para todas as comunidades escolares. Esta é, como afirmado no início desta pesquisa, uma das características do princípio democrático que se constrói socialmente, convive com o diferente e só poderá ser pleno em uma sociedade transformada, sem desigualdades.

5.3.2 Mudança na legislação e o processo de escolha: rupturas ou manutenção do poder?

A Secretaria Municipal da Educação convocou, no ano de 2015, todas as gestoras eleitas para participarem de curso que durou todo o período letivo, com oferta de turma no período da manhã e da tarde. O curso, organizado pela Gerência de Gestão Escolar do Departamento de Ensino Fundamental, foi dividido em cinco módulos, quais sejam: 1) Fundamentos e fluxo da gestão democrática; 2) Ordenação documental da ação pedagógica e administrativa; 3) Instrumentos de participação; 4) Direitos Humanos; 5) Proteção do Sujeito de Direito. Cada um dos módulos teve dois dias de encontros, de quatro horas cada, dos quais participam todas as gestoras, novas ou reconduzidas à função. Todo material utilizado nos módulos/encontros do curso esteve disponível na plataforma virtual “Unidades Educacionais”, gerenciada pela SME, durante o ano de 2015 – período de realização desta pesquisa.

Apesar da convocação, o curso não contou com a participação/adesão de todas/os as/os gestoras/es eleitas/os, mas com apenas 84% delas (sem levar em conta quantas, de fato, cumpriram a carga horária mínima/total e considerando aquelas que participaram de dois ou mais encontros dos onze). O percentual de profissionais que não frequentou em nenhum dia o curso foi grande – se considerar que foi por convocação, e o perfil da maioria é de gestores em segundo mandato, pelo menos (78%). Isto pode caracterizar que aquelas pessoas cujo mandato não é o primeiro se sentem mais confiantes ao exercício da função e julgam não mais precisar participar da formação continuada para gestores/as da SME, mesmo que os docentes e o formato do curso fossem diferentes daqueles dos anos anteriores. Das escolas que não foram representadas em nenhum dos encontros do curso, uma tinha gestor/a em primeiro mandato.

Tendo em vista o público presente ao curso, solicitou-se ao seu organizador permissão para aplicação de um questionário sobre gestão democrática, respondido voluntariamente pelos/as participantes; obtida a autorização, o instrumento foi apresentado aos participantes no segundo dia do curso. O questionário era composto por 14 (quatorze) questões objetivas e uma dissertativa para avaliação da atual forma de provimento de diretores/as e vice-diretores/as da RME de Curitiba para escolas que ofertam o Ensino Fundamental. Das gestoras presentes, 43% devolveram o instrumento respondido, representando, do total de gestores/as em exercício, apenas 28%. O instrumento serviu também à equipe de gestão escolar – organizadora do curso – evidenciando o perfil dos/as gestores/as que esteve nos primeiros encontros.

Participaram, neste encontro em que o questionário foi aplicado, 65% do total de gestores/as. Um número considerável de unidades, 65 (sessenta e cinco), ou 35%, não foram representadas pelas gestoras em nenhum dos períodos de oferta do curso. Destas escolas ausentes, 37% têm chapas reconduzidas, ou seja, formadas por profissionais que não estão em primeiro mandato; 40% têm as equipes gestoras formadas por diretora ou vice-diretora reconduzidas às funções; e 23% das unidades têm novos/as gestores/as.

Os dados evidenciam a diferença entre o perfil dos/as respondentes e dos/as gestores/as em anos anteriores. Dentre os respondentes, um número próximo a 50% de reconduções e primeiros mandatos. No entanto, cerca de 61% dos/as profissionais eleitos/as já exerceram outros mandatos, como evidenciado anteriormente.

A primeira das questões objetivas tratava da principal razão para a busca da direção da escola, e tinha onze alternativas de resposta, sendo uma aberta. Apesar da consigna solicitar apenas uma resposta, 22% das respondentes assinalaram mais de uma alternativa, sendo todas consideradas na computação dos dados. A maioria das gestoras que responderam ao questionário declara ter como uma das principais razões para buscar a direção escolar o “compromisso com o direito à educação”, como fica evidente na tabela a seguir (Tabela 5):

TABELA 5 – RAZÕES PARA BUSCAR A DIREÇÃO DE ESCOLA
(continua)

A. Carreira profissional	13%
B. Reconhecimento	3%
C. Prestígio	0%
D. Pela preferência por trabalhos administrativos	8%

(conclusão)	
E. Pela preferência por trabalhos pedagógicos	5%
F. Pela preferência por trabalho político	3%
G. Ganho financeiro maior	3%
H. Compromisso com os colegas de profissão	30%
I. Compromisso com o direito à educação	72%
J. Posição de maior influência	0%
K. Outro motivo: _____	9%

Fonte: Banco de dados da pesquisa, autoria própria.

Dentre os 72% que responderam “compromisso com o direito à educação”, a maioria é formada em Pedagogia (se fossem incluídos os que cursaram Normal Superior, Magistério ou Formação de professores, estes números aumentam ainda mais), no entanto há também um assistente social e professores/as de Educação Física, Letras, Ciências, Educação Artística, Filosofia, Geografia e História. Dentre estes profissionais cuja resposta vinculou-se ao “direito à educação”, a maioria já esteve em outras gestões.

Quando sinalizavam mais de uma resposta, a maioria – 55% - se referiu ao compromisso com os colegas de profissão juntamente com o compromisso com o direito à educação. A maioria diz não ser uma razão para a escolha da função o fato de se ter gratificação salarial em valor superior ao piso salarial da categoria na RME. Dentre os motivos alegados que não estavam contemplados na pergunta, foram citados: a) “Aspiração pessoal por desafios e possibilidade de atuar em um campo de ação maior na escola”; b) “Compromisso com a melhoria da qualidade da educação”; c) “Fazer o sistema funcionar para a educação”; d) garantir mudança / transformação; e) a vontade de se construir uma escola melhor; f) entrada por acaso, impulsionada por um grupo que não concordava com as ações da gestão anterior. Fica evidente, nas respostas, o valor dado à função de gestão escolar nas unidades escolares de Curitiba e a possibilidade de uma atuação em nível ampliado, portanto.

É interessante perceber que, ainda que tenha sido pequeno o número de respondentes, alguns evidenciaram ter buscado a direção da escola por reconhecimento, pela preferência por um trabalho mais político ou pelo ganho financeiro maior. Quando são olhadas todas as alternativas propostas, é possível ponderar que sua presença acabou por induzir à resposta “i”, compromisso com o direito à educação, como resposta “esperada”, uma vez que são os respondentes

servidores públicos, profissionais do magistério e que atuam, portanto, “em nome” do Estado na materialização deste direito. Não fosse direito, sua função não precisaria existir no aparato do Estado. Sem embargo, alguns assumiram uma outra resposta, talvez opção de muitos. Diante disso, pode-se questionar se cada uma das pessoas que compõe os 97% que não responderam que o ganho financeiro ou o reconhecimento eram razões para buscar a direção da escola, não as consideram de fato, ou não as assumiram por diferentes razões.

Dos que assumiram o reconhecimento e o ganho financeiro, todos/as são formados em pedagogia. Metade dos profissionais que optaram por estas respostas está em sua primeira gestão, e a maioria considera sua formação inicial insuficiente ou parcialmente suficiente. Uma das pessoas assumiu as duas questões, e afirmou que o processo de eleição não é bom, tendo considerado as indicações políticas melhores. Este mesmo respondente, único que já foi gestor em outra instituição – gerente de uma empresa privada – avaliou o processo por eleições, do qual participou apenas uma vez, uma situação constrangedora, que coloca os/as profissionais como “criminosos” dentro da unidade.

Quanto às candidaturas, 48% das profissionais que responderam ao questionário concorreram à função de gestoras de escolas pela primeira vez em 2014, enquanto 24% concorreram pela segunda vez. Das demais, 3% já pleitearam o cargo mais de quatro vezes. Percentuais semelhantes demonstram que a maioria das profissionais que concorriam pela segunda vez em 2014 concorreram também na eleição imediatamente anterior, em 2011 (47%). Destas, apenas 5 gestoras não se elegeram naquele ano.

Acerca dos mandatos efetivados, temos que 19% das respondentes têm mais de uma reeleição consecutiva, casos que não mais poderão existir com a nova legislação. Não obstante, estas gestoras ainda terão o direito de concorrer a mais uma reeleição no próximo pleito, em 2017. Do total de respondentes, 52% já exerceram a função em outros anos e, destes, 82% se reelegeram nas últimas eleições, ou seja, estavam com mandatos vigentes em 2014 durante o pleito. Como 8% daqueles que responderam ter exercido função na direção escolar em anos anteriores não identificaram qual seria o mandato, mas haviam concorrido aos pleitos de 2008 e 2011, o número de reconduções poderia ter sido de 90%.

Do total de respondentes, 2% disseram já ter exercido função de gestor/a escolar em outra rede, para além da municipal e 5% já foram gestores em outras áreas que não a educação (gerentes comerciais, gerente administrativo, entre outros).

O quadro a seguir discrimina as respostas dadas pelas profissionais acerca de quais mandatos já exerceram na RME, além do que está em exercício. Percebeu-se que algumas respondentes contabilizaram apenas a função de direção, desconsiderando os mandatos em que foram vice-diretores/as.

TABELA 6 – MANDATOS EXERCIDOS POR 52% DOS/AS PROFISSIONAIS RESPONDENTES:

Ano do pleito	Mandato	Percentual
2011	2012 a 2014	82%
2008	2009 a 2011	41%
2005	2006 a 2008	24%
2002	2003 a 2005	14%
1999	2000 a 2002	4%
1996	1997 a 1999	2%
	Não identificado - 2008 / 2011	8%

Fonte: Banco de dados da pesquisa, autoria própria.

A quinta questão do questionário se destinava a saber o tempo em que as atuais gestoras estão na condução das unidades educacionais. Como supracitado, cerca da metade das respondentes exerce pela primeira vez a função neste mandato vigente ou esteve por um curto período de tempo em outras gestões, substituindo licenças ou por indicações. 47% das respondentes, portanto, já estiveram por duas gestões nas funções de diretor/a ou vice-diretor/a. Os dados, se comparados à série histórica apresentada no subitem anterior, demonstram que a amostra de respondentes do questionário foi adequada. A tabela a seguir explicita o tempo de exercício do cargo:

TABELA 7 – TEMPO DE EXERCÍCIO DO CARGO DAS RESPONDENTES

Menos de um ano	50%
De a 3 anos (1 gestão)	3%
De 3 a 6 anos (2 gestões)	24%
De 6 a 9 anos (3 gestões)	12%
De 9 a 12 anos (4 gestões)	7%
Mais que 4 gestões	3%

Fonte: Banco de dados da pesquisa, autoria própria.

Um elemento que pode ser destacado nesta tabela é a construção de uma carreira em uma carreira inexistente⁴⁶. Este fato fica evidenciado tanto na série histórica apresentada no item que trata dos profissionais designados às funções de direção quanto na resposta de 10% dos respondentes deste questionário, que evidenciaram estarem há dez anos, ou mais, na função.

Outro elemento que se buscou saber com os questionários se refere aos recursos com os quais os gestores concorriam. A maioria dentre aquelas que responderam ao questionário tem como primeira graduação a Pedagogia (61%). Profissionais formados em Educação Física e Letras vêm em segundo lugar, próximos a 10% cada um. Os demais profissionais têm sua formação inicial nas mais diversas áreas: Biologia, História, Artes visuais, Ciências, Educação artística, Normal Superior, Estudos Sociais, Formação de Professores, Geografia, Jornalismo, Serviço Social.

Instituições públicas “formaram” 49% dos gestores respondentes e 3% passaram por ambas as instituições – pública e privada. Apenas 21% consideram que sua formação inicial é suficiente para o exercício da função de gestor/a escolar, dos quais metade são pedagogas/os. 15% disseram não ser suficiente e 64% disseram ser parcialmente suficiente.

Questionados sobre a necessidade de haver uma formação específica para a função, 84% afirmaram que sim, se faz necessária a formação. Destes, 24% não responderam qual seria a formação, e as demais respostas estão sistematizadas na tabela a seguir:

TABELA 8 – FORMAÇÃO ESPECÍFICA PARA A FUNÇÃO DE DIREÇÃO ESCOLAR – RESPOSTA ABERTA

(continua)

Administração / Administração escolar	11%
Assuntos específicos do cargo / obrigações e regras	4%
Contabilidade / contabilidade para a vice	2%
Curso preparatório para assumir função	1%
Direito	1%
Em documentos	1%
Especialização / Pós-graduação	6%
Formação continuada oferecida pela SME ao longo dos três anos e nos três períodos	4%

⁴⁶ Expressão indicada pela professora Teise de Oliveira Guaranha Garcia durante o exame de qualificação desta pesquisa (2015), aqui utilizada por se perceber que de fato representa um movimento ocorrido nestas décadas de consulta à comunidade para a constituição de equipes diretivas das unidades escolares de Curitiba.

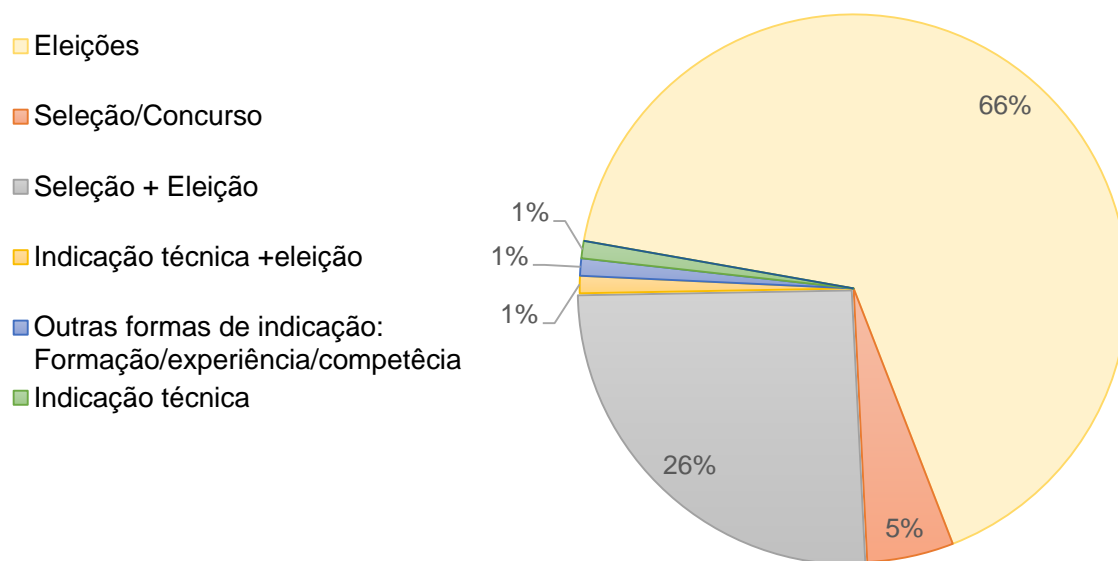
	(conclusão)
Gestão - não especificou	16%
Gestão administrativa	2%
Gestão de recursos	2%
Gestão de Recursos Humanos	7%
Gestão educacional / escolar / da educação / Gestão da escola pública	20%
Gestão na "prática"	1%
Gestão financeira	10%
Gestão pedagógica / Pedagogia / Formação pedagógica	4%
Gestão pública	1%
Legislação	2%
Maior clareza no passo a passo para prestação de serviços.	1%
Não necessariamente formação, mas conhecimentos sobre especificidades das diferentes modalidades e processos administrativos, conselho de escola, entre outros.	1%
Não respondeu	24%
Políticas educacionais	1%
Técnica	1%
Troca de ideias / tirar dúvidas do dia a dia com colegas mais experientes	1%

Fonte: Banco de dados da pesquisa, autoria própria.

As últimas questões feitas se referiam ao provimento do cargo de diretores/as escolares. 53% afirmaram conhecer outras formas de provimento da gestão escolar para além da eleição. Dos 47% restantes, 6% não responderam e 41% afirmaram não conhecer outras formas de provimento.

Questionados sobre qual seria a melhor forma de provimento da função, com 7 alternativas de respostas e nenhum questionário tendo ficado sem resposta para a questão, 66% afirmaram ser o processo de Curitiba de fato o melhor. Este aspecto pode ser discutido, uma vez que todos foram eleitos por este processo e tendencialmente concordam com a forma de provimento, portanto. No entanto, é interessante destacar aqueles 34% que responderam que, mesmo sendo providos pelo modelo de eleição, consideram outros modelos melhores. O gráfico (5) a seguir explicita isto:

GRÁFICO 5 - A MELHOR FORMA DE PROVIMENTO DA FUNÇÃO DE DIREÇÃO SEGUNDO AS RESPONDENTES



FONTE: Banco de dados da pesquisa, autoria própria.

Como afirmado, a última questão do questionário foi a única aberta, e referiu-se à avaliação da forma de provimento da função de direção escolar no município de Curitiba. Supõe-se que o fato de ser uma questão dissertativa tenha levado a um número expressivo de não respostas (22%). A tabela abaixo é uma tentativa de sistematização das respostas dadas pelos respondentes (28% do total de gestores e 43% do total de cursistas/gestores que tiveram acesso ao questionário).

TABELA 9 – AVALIAÇÃO DA ATUAL FORMA DE PROVIMENTO DAS FUNÇÕES DE DIREÇÃO NA RME DE CURITIBA (ELEIÇÕES SIMPLES)

(continua)

Categorias de resposta	Respondentes	
Democrática	38%	78%
Justa / Correta / Adequada / Boa	40%	
Boa por envolver e revelar a vontade da comunidade	12%	
Parcialmente boa	1%	
Necessária formação continuada / preparatória	9%	
Desgastante e ineficaz	2%	
Constrangedora	2%	
Critérios de seleção precisam ser incluídos	11%	
Transição deve ser melhor acompanhada	1%	
Gera situações não éticas ou inconvenientes ao ambiente de trabalho	10%	
Muitos se candidatam por interesse pessoal, não coletivo.	3%	

	(conclusão)	
O processo evidencia o mérito dos eleitos	2%	
Alternância de poder na nova lei é positiva	1%	
Reeleições devem ser livres. A comunidade escolar deve decidir.	1%	
Algumas situações devem ser revistas	1%	
Forma de cálculo de votos deveria ser simplificada	1%	
Propostas de gestão deveriam ser melhor trabalhadas	1%	
Ruim - Prevalece popularidade e amizades	2%	
Outras situações diversas	12%	
Não respondeu		22%

Fonte: Banco de dados da pesquisa, autoria própria.

Dos 78% que evidenciaram que a atual forma de provimento é democrática, adequada, justa, pouco mais da metade está em seu primeiro mandato e/ou são formados em pedagogia, mantendo a proporcionalidade dentre os respondentes. Apenas 28% consideram suficiente sua formação inicial, contra 14% que não consideram e 58% que consideram parcialmente suficiente.

Os/as atuais gestores/as da escola municipal curitibana reconhecem falhas na forma vigente de provimento, no entanto a consideram a melhor dentre as formas apresentadas. Apesar de terem-na bem avaliado, apenas 12% dos respondentes a relacionaram à possibilidade de participação da comunidade como fator positivo. Tal evidência pode indicar que os/as gestores/as não reconhecem a comunidade como parte da escola.

Pode-se considerar que a escola brasileira ainda está tentando definir quem é sua “demos” (DAHL, 2012), o povo para os fins de um governo democrático. Este “demos” nem sempre inclui os sujeitos de direito, razão pela qual a escola existe, crianças, jovens, adultos e idosos, como é perceptível nos planos de gestão apresentados. Este fato contraria as análises que indicam a atual forma de provimento como justamente aquela que pode ser instrumento de gestão democrática, permitindo a essa comunidade alguma apropriação da instituição escolar (MENDONÇA, 2000; PARO, 2000).

Dentre as respostas, alguns profissionais evidenciaram um fator pouco tangível por esta pesquisa: os conflitos que ocorrem no interior das unidades em anos de eleições para direção ou decorrentes dos processos e que perduram no “clima escolar”. Ao mesmo tempo em que profissionais afirmaram que o “Provimento nos

mostra o merecimento de nosso trabalho” ou que “no momento de trabalho para a época de eleição, você já demonstra tua forma de ser organizada e política, afinal quem consegue demonstrar melhor sua eficiência, consegue ganhar as eleições”, outros revelam que o processo é tangenciado por algo que poderíamos talvez chamar de imaturidade política/cidadã, fruto de uma Constituição Cidadã de apenas um quarto de século. Estas respostas afirmaram que o processo eleitoral em algumas unidades “quebra o grupo”, gera “inimizades”, situações “constrangedoras”, “que não convém no ambiente de trabalho”, e que a “guerra continua”, mesmo após findado o pleito.

Os/as gestores/as, neste sentido, afirmaram que os processos eleitorais e a transição de mandatos deveriam ser mais acompanhados pelos núcleos regionais e pela secretaria, a fim de reduzirem os problemas decorrentes de situações “nada éticas” que comprometem a legitimidade dos processos. Outros gestores afirmaram que prevalecem a popularidade e as amizades em detrimento às “competências técnicas” e, para sanar este problema, seria preciso que os processos fossem antecidos por seleções ou critérios técnicos.

Ao contrário do que foi respondido na primeira questão, que se referia às razões pelas quais o/a profissional se candidatava, afirmou-se na última questão que é um problema ao processo de provimento no município o fato de que “muitos se candidatam por interesses pessoais” ou que o fazem por “status, dinheiro”.

Antagonicamente, as respostas apresentavam situações de reconhecimento do princípio de alternância de poder, dado pela nova regulamentação do processo, como democrático, enquanto outras afirmavam que, por ser democrático, seria a comunidade quem deveria definir, por meio do voto, a continuidade/recondução/permanência dos/as gestores/as, ou seja, que a lei não deveria “impor” mandatos de no máximo seis anos considerada a reeleição possível.

Tal aspecto relaciona-se diretamente ao que Paro (2000) afirma acerca do horizonte de transformação do esquema de autoridades no interior da escola pública, que devemos almejar por meio da democratização da gestão. Isto não pode ser esperado como movimentação feita pelo grupo de dominantes, mas pela pressão dos grupos dominados, em especial, neste caso, da comunidade escolar: “à medida que o horizonte se articular com os interesses dominados, o processo de transformação da autoridade deve constituir-se no próprio processo de conquista da escola pelas camadas trabalhadoras” (PARO, 2000, p. 10).

Sobre o princípio democrático ainda, um respondente afirmou que dever-se-ia ter como critério à candidatura a participação do/a profissional no conselho de escola e APPF, a fim de que estes vivenciem ou “conheçam” minimamente as responsabilidades coletivas. De fato, este é um aspecto fundamental que vai também ao encontro do pensamento de Paro (2000), quando afirma a necessidade de transformar a escola internamente para termos uma escola transformadora, e alia a isso a necessidade de distribuição do trabalho no interior da escola e de sua apropriação pela comunidade. Esta mesma apropriação deve acontecer por parte dos profissionais da educação, de acordo com um dos respondentes.

O questionário evidenciou os dissensos acerca do princípio de gestão democrática, também perceptíveis nas propostas de gestão apresentadas por estes sujeitos para candidatar-se à função, em outubro de 2014, como foi visto na seção anterior. Isto pode, por vezes, parecer apoiar o que Dahl (2012) afirma, logo no início de seu trabalho, ao falar da ideia de democracia como universalmente popular.

Em nosso tempo, até mesmo os ditadores parecem crer que um ingrediente indispensável de sua legitimidade é uma pitada ou duas da linguagem da democracia. Pode parecer perverso que essa expansão global sem precedentes históricos na aceitabilidade das ideias democráticas possa não ser totalmente bem-vinda a um defensor da democracia. No entanto, um termo que significa qualquer coisa não significa nada. E assim ocorreu com a “democracia”, que atualmente não é tanto um termo de significado restrito e específico, quanto um vago endosso de uma ideia popular. (DAHL, 2012, p. 3).

Ainda que o conceito de democracia defendido pelo autor não seja o mesmo, fundamentalmente, assumido nesta análise, a colocação que faz diz respeito ao que é expressado aqui, tanto nas propostas de trabalho, quanto pelo questionário de sondagem. Talvez não se possa ter no Brasil, ainda, uma concepção para o termo, uma vez que recentemente foram legalmente democratizados seus processos. É, como afirmado, um exercício de se viver democraticamente, aprendendo a repensar a lógica de poder socialmente posta.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A democracia não corre, mas chega segura ao objetivo.

J.W.Goethe

À guisa de concluir e responder quais seriam as virtudes e vicissitudes do processo de provimento da função de direção escolar por eleição, nas escolas municipais de Curitiba/Paraná, retomam-se os desdobramentos desta questão elencados na introdução.

O provimento da função de direção das escolas é tratado na legislação municipal de Curitiba desde 1983, quando as indicações e nomeações deixam de ser única forma de designação destes/as profissionais, ainda que se mantenham até hoje. Atualmente, as nomeações à função de direção escolar ocorrem, como imputado na Constituição Federal de 1988 para as funções gratificadas, porém antecedidas de um processo de eleição direta, mais apropriadamente chamada de consulta, acessível à toda a comunidade escolar. Nesse aspecto, pode-se afirmar o destaque nacional de Curitiba – e do Paraná – na implantação de um sistema de escolha/eleição de diretores/as anterior mesmo à obrigatoriedade legal de inserção de mecanismos de gestão democrática na educação.

O processo eleitoral é respeitado, em Curitiba, pelo chefe do poder executivo ao proceder as nomeações, não tendo chegado ao conhecimento desta pesquisadora nenhum caso contrário, ainda que a legislação o permita. À gestão municipal não seria interessante contrariar a manifestação das comunidades escolares, uma vez que as direções das escolas se constituem em importante base eleitoral para suas re/candidaturas, por exemplo. Ademais, salvo uma situação pontual ou outra, não há “oposição” feita por diretores/as. Isto é, os/as diretores/as eleitos/as não se têm colocado contrariamente ao gestor municipal. Desta forma, não há necessidade de se fazer mudanças em um modelo que, para a gestão municipal, está funcionando.

É importante destacar que, apesar de já se terem passado 30 (trinta) anos desde a implementação do provimento da função de direção por eleições nas escolas municipais nesta capital, este instrumento não abrange todas as unidades da RME de Curitiba, tampouco a equipe central de gestão do sistema. Este aspecto faz questionar se o princípio democrático constitucional é mesmo respeitado, se de fato as gestões municipais nele se balizam, ou se a forma de provimento é apenas resposta às

demandas e pressões dos profissionais, como historicamente as políticas públicas têm sido construídas.

É verdade que a Rede Municipal de Ensino cumpre com o estabelecido na LDB quanto à gestão democrática para parte de seus equipamentos, mas também é certo que se trata de exigência mínima. Ademais, a cidade tem uma longa trajetória de experiências e discussões que lhe permitem ampliar a efetividade da gestão democrática, para além da existência de conselhos e da participação dos profissionais da educação na elaboração da proposta pedagógica, como determinado no artigo 14 da referida lei. Além destes aspectos, no caso específico e objeto desta pesquisa, a RME de Curitiba tem mecanismo democrático de escolha de dirigentes das escolas do ensino fundamental, cuja expansão, no entanto, deveria ser feita às outras unidades educacionais, como é o caso dos CMEIs.

Ainda sobre a forma como o provimento é tratado no município, vale ressaltar que houve uma ampliação do colegiado eleitoral ao longo destas décadas em que o processo ocorre em Curitiba, que envolvia, de início, um número restrito de pessoas, até chegar à atualidade quando envolve tanto os profissionais da escola, quanto estudantes e comunidade. Não obstante, é preciso avaliar se houve também ampliação da participação deste colegiado, tanto no processo eleitoral, quanto no acompanhamento da gestão dos candidatos eleitos.

Uma pergunta que se fazia no início desta pesquisa se referia aos sujeitos designados para as funções de direção nas últimas décadas, indagando-se se o processo de eleições nas escolas municipais garantia a rotatividade destes sujeitos nas unidades ou se prevalecia a continuidade/permanência. Ao construir a série histórica com os nomes de profissionais que ocuparam as funções de diretor/a e vice-diretor/a nas unidades escolares de Curitiba, evidenciou-se que o processo eleitoral não garante a rotatividade, pelo contrário, há sujeitos que compõem as equipes diretivas desde os primeiros pleitos, constituindo uma carreira na direção de escolas, embora inexista esta atividade como carreira no quadro profissional da RME.

Sobre este aspecto, é importante destacar que houve um avanço na legislação quando foram limitados os mandatos consecutivos ao considerar reeleição qualquer recondução ao cargo, independentemente da função ocupada na equipe diretiva.

É provável que a baixa rotatividade de profissionais no poder represente certa acomodação ou negação dos/as profissionais do magistério, na imensa maioria mulheres na RME de Curitiba, para assumir a função, e aí poderiam ser levantadas

diferentes hipóteses, inclusive a construção histórica do papel da mulher na sociedade brasileira e seu distanciamento da participação cidadã e política. Pode, ainda, denotar que não há outros profissionais que queiram assumir a função, por medo, insegurança, por não acharem que o retorno vale o esforço, enfim, por diferentes hipóteses que merecem aprofundamento por meio de outras pesquisas. Não obstante, mudanças neste sentido deverão ocorrer nos próximos pleitos se não for modificada a atual legislação que impede três ou mais mandatos consecutivos em virtude da necessidade de renovação dos quadros diretivos para garantia do princípio democrático.

Neste sentido, alguns questionamentos surgidos ao longo do desenvolvimento desse trabalho se evidenciam, indicando necessidade de continuidade das análises acerca da operacionalização do princípio democrático, das relações de poder e dos processos de provimento de diretores/as escolares: O que faz com que determinadas pessoas sejam reeleitas tantas vezes? Que poder existe na escola que deve/pode ser democratizado no processo de gestão? Seria justamente a evidência da democracia, que permite à comunidade “optar” por manter a mesma pessoa novamente à frente da articulação dos sujeitos na gestão da unidade? Teria o sujeito que já exerceu a função de direção aprendido a fazer com que “a escola ande”, sendo, portanto, mais fácil mantê-lo no poder? O aspecto técnico, neste caso, seria mais importante que o político? O que explicaria a ausência de candidatos em algumas unidades ou o número expressivo de unidades com chapas únicas? Que atributos os gestores reeleitos a cada ano possuem que os diferem dos demais? O grupo de gestores reeleito a cada ano possui capital econômico e cultural que se distinguem daqueles de outros sujeitos elegíveis (profissionais do magistério)?

Esses questionamentos poderiam levar à construção do perfil dos/as candidatos/as eleitos/as nas escolas, como novo indicativo de pesquisa ou aprofundamento de análises, na perspectiva de caracterizar as relações de poder que se estabelecem entre estes sujeitos e as comunidades nas quais se inserem, à frente de uma instituição pública, por tantos anos, como se pode evidenciar na série histórica construída.

Para tanto, o quadro dessas pessoas, construído pela presente pesquisa, apenas com nome e tempo de mandato, pode revelar também algumas características, a serem exploradas: sobrenomes comuns dos/as profissionais eleitos/as e os casos de indicações do prefeito, quando da criação de uma nova

unidade até o próximo pleito, que tendem a continuar no “poder” / na direção da unidade mesmo depois de consultada a comunidade. Com um perfil desses nomes que permaneceram por mandatos seguidos – em um aprofundamento dessas análises – poder-se-ia afirmar quais os recursos mais utilizados pelos candidatos para terem êxito nos pleitos. Entende-se, como afirmado, que, devido ao fato de o poder ser elemento fruto de uma relação e de que quem o possui tender a mantê-lo, ampliando sua capacidade de influência ou dominação, as pessoas indicadas pelo prefeito ou aquelas que já exerciam a direção escolar têm maiores chances de serem eleitas pois detêm mais recursos para isso do que suas adversárias, quando estas existem.

Por fim, questionava-se, ao introduzir este trabalho, se o provimento do cargo de direção escolar por meio de processos de consulta à comunidade poderia ser considerado democrático em Curitiba. Não se pode responder, com os dados obtidos, que de fato seja plenamente democrático, mas que representa uma construção importante nesta direção.

Não há dúvidas de que, como a natureza da função de direção escolar é técnica e política, ao mesmo tempo, se faz necessário um processo de provimento que considere ambas as dimensões. Não obstante, pode-se considerar que a dimensão técnica já deve ser aferida pelo concurso público de entrada no serviço público municipal, sendo desnecessária nova testagem. Faltaria, aos profissionais do magistério, abordar/aferir de alguma forma suas habilidades políticas e, para tanto, as eleições diretas com efetiva participação da comunidade escolar é fundamental.

Por outro lado, não é possível afirmar se o processo de provimento por meio de eleições garante gestões mais democráticas, uma vez que a manutenção no “poder” nas unidades tem vários significados, que abrem desdobramentos para novas pesquisas. Ainda que haja alternância no poder, não necessariamente a pessoa que assumir terá uma atitude mais democrática que a anterior, podendo ocorrer o contrário – permanência no poder e atitudes mais democráticas. Caberá, portanto, à comunidade e ao conselho de escola pressionar as equipes gestoras para que sigam os preceitos democráticos. Ainda assim, a comunidade pode considerar satisfatória uma prática mais autoritária, mesmo que tenha havido alternância e não vislumbrar alternativas para mudar o quadro dirigente. Ademais, pode a comunidade reprovar tais práticas, mas não se perceber como responsável por este processo coletivo, não vendo, também, alternativas para transformações. Logo, o ideal seria que houvesse gestões democráticas com pessoas diferentes no poder, garantindo a multiplicidade

de ideias e concepções e uma comunidade informada e formada, que tome também para si esses processos.

É mister destacar que, como processo a ser apreendido, não nos construímos democraticamente apenas nestas três décadas. O Brasil, e as comunidades escolares brasileiras, por consequência, estão aprendendo a democratizar os processos sociais há pouquíssimo tempo. Para que haja aprendizagem, é preciso que as questões sejam vivenciadas e, ao vivenciá-las, aprendemos com os erros e acertos. Não podemos afirmar que a sociedade brasileira já aprendeu a votar em presidentes, governadores, prefeitos, senadores, deputados ou vereadores, tampouco que aprendeu a votar nos dirigentes escolares. No entanto, é a escola o lócus da materialização de um direito social, obrigação incontroversa do Estado e financiada, portanto, pela sociedade. Cabe a esta mesma sociedade definir, no coletivo dos sujeitos que compõe cada comunidade local, quem serão os gestores desta instituição de fruição de um direito.

Estas mesmas comunidades aprenderão, vivenciando o processo, como lidar com o poder e com a democracia, como ser partícipes, acompanhando os planos de gestão escolhidos por meio de eleição, decidindo e exigindo ações para a melhoria da qualidade da educação, coletivamente.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **Poder e violência**. Rio de Janeiro, Relume Dumara, 2001.

BLAU, Peter. "Differentiation of Power". In BELL, R., EDWARDS, D. V. e WAGNER, H. R. (eds.), **Political Power: A Reader in Theory and Research**. New York, The Free Press, 1969: 293-308.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa, Difel, 1989.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário oficial da União**, Brasília, DF, 1996.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário oficial da União**, Brasília, DF, 2014. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em 20 de novembro de 2014.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 2.896, de 16 de setembro de 2004. Cria o Programa Nacional de fortalecimento de Conselhos Escolares. **Diário oficial da União**, Brasília, DF, 2004 - Seção 2.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Conselhos escolares: democratização da escola e construção da cidadania**. Elaboração Ignez Pinto Navarro. [et al.]. – Brasília: MEC, SEB, 2004a. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 1).

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Conselho escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor**. – Brasília: MEC, SEB, 2004b. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 5)

_____. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 123/SC – Santa Catarina. Relator: Carlos Velloso. Brasília, 03 de fevereiro de 1997. **Ementário de Jurisprudência**, Brasília, DJ, 12 de setembro de 1997, vol. 01882-01. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>. Acesso em: Agosto de 2015.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Eleição para direção de escola pública é inconstitucional**. Ago/2009. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/listarNoticiaSTF.asp>. Acesso em: agosto de 2015.

BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Trad. Marco Aurélio Nogueira – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

CASASSUS, J. A Reforma Educacional na América Latina no contexto da globalização. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.114, p. 7-28. Nov. 2001.

CURITIBA. Lei nº 14.681, de 24 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação – PME, da cidade de Curitiba. **Diário Oficial Eletrônico**, Atos do município de Curitiba, nº 115, ano IV, pp 13-66. Curitiba, PR, 2015

_____. Lei nº 14.528 de 20 de outubro de 2014. Dispõe sobre a eleição de diretores e vice-diretores das escolas municipais de Curitiba. **Diário Oficial Eletrônico**, atos do município de Curitiba, nº 200, ano III, pp 36-55. Curitiba, PR, 2014

_____. Lei nº 12.090, de 19 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a organização do Sistema Municipal de Ensino – SIMEN. **Diário Oficial do Município**. Curitiba, PR, 2006.

_____. Lei nº 9.717, de 24 de novembro de 1999. Altera dispositivos da lei nº 8280/93 que dispõe sobre a escolha, mediante eleição direta, de diretores e vice-diretores das unidades escolares da rede municipal de ensino e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**. Curitiba, PR, 1999.

_____. Lei nº 8.983, de 13 de dezembro de 1996. Acresce dispositivo na lei no 8280/93, de 27 de outubro de 1993, que dispõe sobre a escolha, mediante eleição direta, de diretores e vice-diretores das unidades escolares da rede municipal de ensino". **Diário Oficial do Município**. Curitiba, PR, 1996.

_____. Lei nº 8.280, de 27 de outubro de 1993. Dispõe sobre a escolha, mediante eleição direta, de diretores e vice-diretores das unidades escolares da rede municipal de ensino, revogando a lei nº 7.768/91, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**. Curitiba, PR, 1993.

_____. Lei nº 7.768, de 06 de novembro de 1991. Dispõe sobre escolha, mediante eleição direta, de diretores das unidades escolares e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**. Curitiba, PR, 1991.

_____. Lei nº 7.368, de 08 de novembro de 1989. Dispõe sobre escolha, mediante eleição direta, de diretores das unidades escolares e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**. Curitiba, PR, 1989.

_____. Lei nº 7.160, de 22 de abril de 1988. Dispõe sobre a escolha e designação de diretor de unidade escolar, revogando as leis no 6.767/85 e 7.076/87, e dá outras providências". **Diário Oficial do Município**. Curitiba, PR, 1988.

_____. Lei nº 7.076, de 23 de outubro de 1987. Dispõe sobre a escolha e designação de diretor de unidade escolar, revoga a lei no 6767/85, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**. Curitiba, PR, 1987.

_____. Lei nº 6.767, de 27 de novembro de 1985. Dispõe sobre o processo de escolha do diretor de estabelecimento de ensino, revoga a lei no 6428/83 e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**. Curitiba, PR, 1985.

_____. Lei nº 6.428, de 08 de novembro de 1983. Regula a indicação dos diretores das escolas da rede municipal de ensino. **Diário Oficial do Município**. Curitiba, PR, 1983.

_____. Lei nº 1.656 de 21 de agosto de 1958. Estatuto dos funcionários públicos municipais, revogando as leis nº 265/50; 277/50; 281/50; 301/50; 440/52; 507/52; 512/52; 669/53; 682/53; 710/53; 718/53; 801/53; 881/54; 958/54; e 1.026/54. **Diário Oficial do Município**. Curitiba, PR, 1958.

CRUZ, J. L. de O. **O provimento do diretor nas escolas públicas brasileiras e suas implicações na gestão escolar**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Curitiba: UFPR, 2015.

DAHL, R. A. **A democracia e seus críticos**. Trad. Patrícia Freitas Ribeiro; revisão da tradução: Aníbal Mari – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

DALE, R. **Globalização e Educação**: demonstrando a existência de uma “Cultura Educacional Mundial Comum” ou localizando uma “Agenda Globalmente Estruturada para a Educação”. *Educação e Sociedade*, 87, vol 25, maio-agosto/2004.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. **A qualidade da educação: Perspectivas e desafios**. *Cad. Cedes*, Campinas vol. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

FEIGES, M. M. F. **Eleição de diretores no Paraná: uma análise dos planos de ação na gestão das escolas estaduais de Curitiba - triênio 2012-2014**. Tese de doutorado (Educação). Paraná: UFPR, 2013.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: P. RABINOW e H. DREYFUS, **Michel Foucault: uma trajetória filosófica** (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995, pp. 231-249.

LOCKE, J. **Segundo Tratado sobre o Governo Civil** [16--]. Trad. Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Publicação Editora Vozes. Org. Igor César F. A. Gomes. Distribuição: Clube do Livro Liberal, [200?] Disponível em http://www.xr.pro.br/IF/LOCKE-Segundo_Tratado_Sobre_O_Governo.pdf. Acessado em 05 de abril de 2014.

LUCK, H. (org); RESENDE, C. L.; LUZ, J. T. da; FREITAS, K. S. de; KORMANN, M. D. C. D. Mapeamento de práticas de seleção e capacitação de diretores escolares. Centro de Desenvolvimento Humano Aplicado (Cedhap), encomenda da Fundação Victor Civita (FVC). In: **Estudos e Pesquisas Educacionais** – nº2 – Fundação Victor Civita, São Paulo, 2011. p. 167-225.

LUKES, S. **Power: A Radical View**. London, The Macmillan Press Ltd., 1976.

MARINELA, F. **Direito administrativo**. Niterói: Impetus, 2012.

MENDONÇA, E. F. **A regra e o jogo: Democracia e patrimonialismo na educação brasileira**. Tese de doutorado (Educação) Campinas, SP: FE/Unicamp; R. Vieira, 2000. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000199290&fd=y>. Acesso em fev.2015.

MORRIS, P. The family of ability concepts III: active and passive power. In: _____. **Power**. A Philosophical Analysis. Manchester University Press, Manchester, 2002 (1987). p. 98-103.

OFFE, C. Dominação de classe e sistema político. Sobre a seletividade das instituições políticas. In: **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984, pp. 140-177.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. 1ª edição, 4ª reimpressão. São Paulo, Boitempo, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Assembleia Geral das Nações Unidas. Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, Paris, 10 de dezembro de 1948.

PARO, V.H. **Gestão democrática na escola pública**. São Paulo: Ática, 2000.

PARSONS, T. "The Concept of Political Power". In BELL, R. EDWARDS, D. V. e WAGNER, H. R. **Political Power: A reader in Theory and Research**. New York, The Free Press, 1969. p. 232-262

PERISSINOTTO, R. **História, sociologia e análise do poder**. História Unisinos, Vol. 11 Nº 3, pp 313 - 320 - setembro/dezembro de 2007

PERISSINOTTO, R. **Poder, teoria e método** - Disciplina do programa de pós-graduação em Ciência Política. UFPR, Curitiba, 1º semestre de 2015. Notas de aula.

POGGI, G. **A evolução do Estado Moderno: uma introdução sociológica**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

POULANTZAS, N. **O Estado, o Poder, o Socialismo**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. Rio de Janeiro, Martins Fontes, 1986, "Questões gerais", Cap. 3 "Sobre o conceito de Poder", pp. 95-116.

RUIZ, M. J. F. **Lutas populares e democratização da escola pública no Estado do Paraná (1983 a 2010)**. Tese (Doutorado em Educação) – Marília: Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2013.

SHAKESPEARE, W. **O Mercador de Veneza**. (The Merchant of Venice) [ca. 1596]. Disponível em www.dominiopublico.gov.br/. Acesso em 10/04/2014.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 42ª edição. Campinas, SP: Autores associados, 2012. (Coleção Polêmicas do nosso tempo; 5)

SOUZA, A. R. **Perfil da Gestão Escolar no Brasil**. Tese de doutorado (Educação: História, Política, Sociedade). São Paulo: PUC-SP, 2007.

SOUZA, A. R. Por que estudar políticas educacionais? In SOUZA, A. R. et al. **Políticas Educacionais: conceitos e debates**. 1ed. Curitiba: Appris, 2011.

SOUZA, A. R. A natureza política da gestão escolar e as disputas pelo poder na escola. In: SILVEIRA, A. D.; GOUVEIA, A. B. & SOUZA, A. R. (orgs). **Conversas sobre Políticas Educacionais**. Curitiba: Appris, 2014. p. 15-34.

TAVARES, T. M. Gestão do sistema de ensino no Paraná: modernização ou patrimonialismo burocrático? In: SILVEIRA, A. D.; GOUVEIA, A. B. & SOUZA, A. R. (orgs). **Conversas sobre Políticas Educacionais**. Curitiba: Appris, 2014. p. 55-70

TROJAN, R. M. Políticas Educacionais na América Latina e os Impactos da Globalização. In: SOUZA, A. R.; GOUVEIA, A. B.; TAVARES, T. M. (Org.). **Políticas Educacionais: Conceitos e Debates**. 1ed. Curitiba: Appris, 2011, v. 1, p. 37-66.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Cutrix, 1970.

WEBER, M. **Economia y Sociedad: esbozo de sociologia comprensiva**. (1944). Tradução de José Medina Echavarría, Juan Roura Parella, Eugenio Ímaz, Eduardo Garcia Máynez e José Ferrater Mora. Madrid, Fondo de Cultura Económica de España, 2002.

WOOD, H. Estado, democracia y globalización. In: BORON, A. AMADEO, J. GONZALES, S. **La teoria marxista hoy: problemas y perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

WRIGHT MILLS, C. A elite do poder: militar, econômica e política. In H. FERNANDES (org.), **Wright Mills**, Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 48, São Paulo, 1985, pp. 62-80.

WRONG, D. H. Problems in defining power. In: _____. **Power: Its Forms, Bases, and Uses** (1979). New York, Transaction Publishers, 2002. p.1-20.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

AMADEU, M. S. U. dos S. [et. al.] **Manual de normalização de documentos científicos de acordo com as normas da ABNT**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015. 327 p., il. Inclui referências (p.241-245), glossário e índice. ISBN 978-85-8480-002-5.

BRASIL. Superior Tribunal Eleitoral. **Cronologia das Eleições no Brasil (1945 - 2010)**. Disponível em <http://www.tse.jus.br/institucional/analisar-melhor-descarte/eleitos-1945-1990/cronologia-das-eleicoes>. Acesso em dezembro/2015. Acesso em: Julho de 2015.

_____. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 2997/RJ – Rio de Janeiro. Relator: Cezar Peluso. **Ementário de Jurisprudência**, Acórdãos, 12 agosto 2009. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>. Acesso em: Agosto de 2015.

CURITIBA. Secretaria Municipal da Educação, Departamento de Ensino Fundamental. **Semana de Estudos Pedagógicos: O profissional da educação e sua relação com o trabalho na escola pública**. Curitiba, 2014.

CURITIBA. Secretaria Municipal da Educação, Departamento de Ensino Fundamental. **Semana de Estudos Pedagógicos: Currículo em ação e o direito à aprendizagem**. Curitiba, 2015.

HOBBS, T. **Leviatã ou matéria**, forma e poder de uma comunidade eclesiástica e civil. São Paulo, Ed. Abril, 1988. Capítulo “Do poder, valor, dignidade, honra e merecimento”.

MAINARDES, J. & MARCONDES, M. I. (2009). **Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional**. Educação & Sociedade, 30 (106), pp 303-318.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação nº 16, de 12 de novembro de 1999**. Estabelece normas para elaboração do Regimento Escolar.

PARO, V. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO - EQUIPES DIRETIVAS ELEITAS

(continua)

**BREVE PERFIL DOS SUJEITOS QUE COMPÕE AS EQUIPES DIRETIVAS DAS ESCOLAS
MUNICIPAIS DE CURITIBA**

Este questionário é parte de uma pesquisa de mestrado em Educação, na linha de
Políticas Educacionais, na Universidade Federal do Paraná.

Agradecemos sua participação.

Data: ____/____/____

1. Indique, dos itens abaixo, aquele que mais representa as razões da sua busca por ser diretor/a de escola (apenas uma indicação).

- | | |
|--|---|
| a. <input type="checkbox"/> Carreira profissional | h. <input type="checkbox"/> Compromisso com os colegas de profissão |
| b. <input type="checkbox"/> Reconhecimento | i. <input type="checkbox"/> Compromisso com o direito à educação |
| c. <input type="checkbox"/> Prestígio | j. <input type="checkbox"/> Posição de maior influência |
| d. <input type="checkbox"/> Pela preferência por trabalhos administrativos | k. <input type="checkbox"/> Outro motivo: _____ |
| e. <input type="checkbox"/> Pela preferência por trabalhos pedagógicos | _____ |
| f. <input type="checkbox"/> Pela preferência por trabalho político | _____ |
| g. <input type="checkbox"/> Ganho financeiro maior | _____ |

2. Quantas vezes já se candidatou a um cargo de direção escolar?

- | | |
|--|---|
| a. <input type="checkbox"/> Primeira vez | e. <input type="checkbox"/> Mais de quatro vezes |
| b. <input type="checkbox"/> Duas | f. <input type="checkbox"/> Não se aplica (sou diretora indicada) |
| c. <input type="checkbox"/> Três | |
| d. <input type="checkbox"/> Quatro | |

3. Em quais anos se candidatou?

- | | |
|----------------------------------|---|
| a. <input type="checkbox"/> 1983 | h. <input type="checkbox"/> 1999 |
| b. <input type="checkbox"/> 1985 | i. <input type="checkbox"/> 2002 |
| c. <input type="checkbox"/> 1987 | j. <input type="checkbox"/> 2005 |
| d. <input type="checkbox"/> 1989 | k. <input type="checkbox"/> 2008 |
| e. <input type="checkbox"/> 1991 | l. <input type="checkbox"/> 2011 |
| f. <input type="checkbox"/> 1993 | m. <input type="checkbox"/> 2014 |
| g. <input type="checkbox"/> 1996 | n. <input type="checkbox"/> Não se aplica |

4. Você atuou como diretora (ou vice) em outros mandatos que não o atual?

- | | |
|---------------------------------|---------------------------------|
| a. <input type="checkbox"/> Sim | b. <input type="checkbox"/> Não |
|---------------------------------|---------------------------------|

4.1. Se sim, quando? _____

5. Quantos anos você atuou como diretor/a de escola até hoje?

R: ____ anos e ____ meses

(conclusão)

6. Já foi gestor/a em outra rede de ensino?

a. ☐ Sim

b. ☐ Não

7. Já foi gestor em outra situação, para além da educação?

a. ☐ Sim

b. ☐ Não

7.1. Se sim, em que área? _____

8. Qual sua formação inicial?

a. ☐ Pedagogia

b. ☐ Outra _____

9. Em que rede cursou?

a. ☐ Pública

b. ☐ Privada

10. Você avalia que a sua formação é suficiente para o exercício do cargo?

a. ☐ Sim

c. ☐ Parcialmente

b. ☐ Não

11. Acha importante ter alguma formação específica para exercer o cargo?

a. ☐ Sim

b. ☐ Não

11.1. Em caso positivo, indique qual seria esta formação: _____

12. Você fez/faz cursos complementares para a função na qual está atuando?

a. ☐ Sim

b. ☐ Não

13. Você conhece outras formas de provimento/escolha para a função de direção?

a. ☐ Sim

b. ☐ Não

14. Que forma de escolha você considera melhor?

a. ☐ Eleições

f. ☐ Outras formas de indicação:

b. ☐ Seleção/Concurso

c. ☐ Seleção + Eleição

g. ☐ Outras formas de provimento:

d. ☐ Indicação política

e. ☐ Indicação técnica

15. Como você avalia a atual forma de provimento de diretores da Rede Municipal de Ensino de Curitiba para o ensino fundamental (Eleições)?

APÊNDICE 2 – QUADRO DE SISTEMATIZAÇÃO DE PESQUISAS
 - Pesquisas relacionadas às formas de provimento das funções de direção escolar

(continua)

Banco	Tipo	Instituição	Título	Autor	Orientação	Ano	Metodologia	Abrangência
BDTD	Dissertação	UFPE	A eleição de diretores em Pernambuco: entre a indução democrática e a autonomia da comunidade escolar	José Everaldo dos Santos	Alice Miriam Happ Botler	2009	Análise de conteúdos	Governo Jarbas Vasconcelos - Pernambuco
Capes	Tese	PUC_Goiás	A mediação do conselho de educação de goiás no processo de eleições de gestores das escolas estaduais de educação básica (2003 a 2010)	Sebastiao Donizete de Carvalho	Iria Brzezinski	2012	Pesquisa qualitativa, teórica e bibliográfica, com análise documental e histórica.	Escolas públicas estaduais (Goiás) de educação básica (2003 a 2010)
SciELO	Artigo		A modalidade de escolha do diretor na escola pública portuguesa	Maria João de Carvalho.	-	2012	Conversas informais e a entrevistas realizadas a quinze professores de um Agrupamento de Escolas	Escolas públicas Portuguesas
BDTD	Tese	Unicamp	A participação da comunidade escolar como fator de influência na reeleição/não-reeleição dos diretores de escola: (um estudo realizado nas escolas técnicas do centro Paula Souza)	Nilson Robson Guedes Silva	James Patrick Maher	2006	Teórica e qualitativa	5 escolas técnicas do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - 3 diretores reeleitos e 3 em que outro candidato venceu.
BDTD	Dissertação	UFU	As eleições diretas para diretores de escolas públicas municipais em Uberlândia: 2000 - 2004	Elzimar Maria Domingues	Gabriel Humberto Muñoz Palafox	2010	Análise documental, e entrevistas semiestruturadas, organizadas em grupos focais constituídos por educadores direta e indiretamente envolvidos no processo de construção e realização institucional das eleições escolares na RPME/UDI.	Uberlândia-MG
BDTD	Dissertação	UNICAMP	As eleições para diretores na rede municipal de ensino de Belo Horizonte-MG no período de 1989-1994	João Jorge Correa	Cleiton de Oliveira	1995	---	RME de Belo Horizonte-MG no período de 1989-1994
Capes	Dissertação	UNB	Como os modelos de escolha de dirigentes incidem na gestão escolar?	Carolina Soares Mendes	Maria Abádia da Silva	2012	Trabalho empírico de natureza histórica, fundamentado nas categorias da contradição e da regulação. Diagnóstico inicial - questionários abertos a diretores das 66 escolas. Aprofundamento de aspectos identificados -entrevistas semiestruturadas com onze diretores que estiveram à frente dos 9 centros de ensino médio entre 1995 e 2010.	66 escolas da Diretoria Regional de Ensino da Região Administrativa de Taguatinga-DF
SciELO	Artigo		Concurso público para diretor na escola estadual paulista: expectativas dos órgãos centrais do ensino e concepções de diretores	Viviani Fernanda Hojas.	--	2015	Análise dos editais e das provas dos concursos públicos para provimento do cargo de diretor de escola e das concepções de diretores	Rede estadual de ensino de São Paulo entre 1979 e 2007

(continuação)

BDTD	Dissertação	UFSCar	Eleição de diretores escolares no município de São Carlos: propostas e polêmicas.	Dalgisa dos Santos Brito de Souza	Waldemar Marques	2005	Análise de documentos e dados coletados por meio de entrevistas, pautadas em roteiro semiestruturado e realizadas em duas etapas.	Unidades municipais da rede de ensino do Município de São Carlo
UFRP	Tese	UFRP	Eleição de diretores no Paraná: uma análise dos planos de ação na gestão das escolas estaduais de Curitiba - triênio 2012-2014	Maria Madselva Ferreira Feiges	Maria Tereza Carneiro Soares	2013	Estudo documental: Resolução; Contrato de Gestão - 2012 celebrado entre o Secretário de Estado da Educação e o Governador do Estado do Paraná; Programa do Curso de Formação de Profissionais da Educação para a Gestão Escolar; e os Planos de Ação na Gestão da Escola dos 149 diretores eleitos em Curitiba, PR.	Escolas estaduais de Curitiba
BDTD	Dissertação	UFRN	Eleição nas escolas: uma análise do impacto do diretor eleito sobre o desempenho educacional no estado da Bahia	Fernanda Julyanna Silva dos Santos	Luciano Menezes Bezerra Sampaio – Coordenador - Raquel Menezes B. Sampaio	2013	Métodos de dados em painel e de diferença em diferenças que compara as escolas estaduais (grupo de tratamento) às escolas municipais (grupo de controle) que não foram afetadas pela mudança na política e, portanto, continuaram selecionando os diretores por indicação. Bases de dados da Prova Brasil de 2007, 2009 e de 2011.	Bahia
BDTD	Dissertação	Metodista	Eleição para diretores em Diadema: entraves e avanços	Simone de Oliveira Almeida	Maria Leila Alves	2013	Pesquisa documental e de campo – entrevistas com diretores eleitos em Diadema. Trabalhos anteriores sobre o tema, tais como Vitor Paro (1997), Heloisa Luck (1996), Juan Bordenave (2011), Maria Leila Alves e Décio Saes (2004).	Escolas municipais de Diadema
BDTD E Capes	Dissertação	UFV	Eleição para diretores escolares em Minas Gerais: a experiência de um município da Zona da Mata	Maria Jose de Souza	Maria das Graças Marcelo Ribeiro	2011	Pesquisas documental e de campo - principais tópicos que estão presentes na discussão antes, durante e depois do processo de eleição de diretor nas unidades escolares.	Escolas estaduais de Urucânia, na Zona da Mata Mineira
Capes	Dissertação	UFPA	Eleição direta para diretor escolar: desafio à democratização da gestão	Lucenil da Rocha Pereira	Terezinha Fatima Andrade Monteiro Dos Santos	2012	Abordagem qualitativa com pesquisa de campo - documentos e entrevistas semiestruturadas destinadas a 17 sujeitos: ex-secretária adjunta de ensino, representantes do Conselho Escolar, comissão eleitoral, grêmio estudantil, professores, alunos do ensino fundamental, ensino médio, da educação de jovens e adultos, comunidade e equipe gestora.	ESTUDO DE CASO: Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Brigadeiro Fontenele em Belém do Pará
Capes	Dissertação	UF Santa Maria	Gestão democrática do ensino público: narrativas sobre a escolha do diretor e a constituição do conselho escolar na autonomia da escola	Jose Adilson Santos Antunes	Jorge Luiz da Cunha	2012	Análise do conteúdo de narrativas, no resgate ao processo de implementação da Gestão Democrática do Ensino Público	Escolas públicas no Rio grande do Sul

(Conclusão)

BDTD	Tese	Unicamp	O princípio democrático na atuação do diretor de escola: um estudo comparativo entre diretores eleitos e reeleitos da Rede Pública Municipal de Ensino de Ponta Grossa -PR	Marisa Schneckenberg	Charles Richard Lyndaker	2005	Entrevistas individuais e coletivas gravadas e transcritas, realizadas em 2004 e 2005 com diretores, professores, funcionários, pais dos alunos e ainda os sujeitos do Sistema de Ensino, sendo a Secretária Municipal de Educação, a Direção do Departamento de Educação, a Equipe de Gestão Escolar bem como o Conselho de Diretores.	6 escolas, de total de 82 (3 diretores em primeiro mandato, e 3 com diretor reeleito. PONTA GROSSA - Gestão Municipal no período 2001-2004
Capes	Dissertação	Univ. estado Bahia	O processo de eleições livres e diretas para escolha de gestores escolares no município de Guanambi: uma análise sobre a participação	Josias Benevides da Silva	Ivan Luiz Novaes	2011	Pesquisa documental e bibliográfica estatística, seguida de intervenções qualitativas. Categorias de análise: nº de escolas participantes do processo; nº de eleitores pelo de votantes; renovação do cargo de diretor nas escolas e nº de chapas representantes em cada pleito eleitoral.	MUNICÍPIO DE GUANAMBI
Capes	Dissertação	UNISINOS	O processo de escolha de dirigentes escolares e seus reflexos na gestão municipal da educação em Novo Hamburgo/RS (2001 2009)	Silvana Maria Ramos	Berenice Corsetti	2011	Pesquisa qualitativa -entrevista semiestruturada, questionários e análise documental	Rede pública municipal de Nova Hamburgo/RS
Capes	Dissertação	UFSCar	O provimento de cargos de diretores e as práticas patrimonialistas em municípios inscritos no programa escola de gestores MEC/UFSCAR em São Paulo	Renata Serafim Bernardi	Sandra Aparecida Riscal	2012	Dados de inscrições de diretores no Curso; base de dados do IBGE e INEP. Categorias de análise - fundamentadas na obra de Max Weber (processo de racionalização, ordenamento legal-racional-burocrático e patrimonialismo). Estudo sobre formas de provimentos de cargos públicos e ao processo de municipalização no Estado de São Paulo a partir da década de 1990.	Escolas municipais paulistas
BDTD	Tese	UNICAMP	Os cargos de direção das escolas públicas no Paraná: a trama das relações de poder	Tereza Canhadas Bertan	Olinda Maria Noronha	1996	Estudo de caso - escolha dos diretores, durante as décadas de 60/80, em duas escolas.	Dois colégios estaduais de 1º e 2º graus, um em Londrina e outro em Cambé.
BDTD	Dissertação	UFAM	Processo de seleção de diretores de escola pública do sistema municipal de ensino de Manaus - PROSED	Luiz Carlos Albuquerque de Souza	Maria das Chagas Sá Peixoto Pinheiro	2010	Método dialético e como procedimento metodológico a perspectiva qualitativa de análise documental.	Escolas públicas municipais de Manaus no período de 2005 a 2008
BDTD	Dissertação	Unicamp	Reeleição: continuidade ou continuismo? (Um estudo com base na reeleição dos diretores das escolas técnicas do CEETEPS/NRSE-Campinas)	Nilson Robson Guedes Silva	James Patrick Maher	2002	a) questionários - respondidos pelos eleitores; b) entrevistas semiestruturadas - realizadas com os Diretores reeleitos, candidatos derrotados e membros das Comissões Eleitorais; e c) levantamento e análise das atas das Comissões Eleitorais.	Eleições em 2000 - Escolas Técnicas pertencentes ao Núcleo Regional de Supervisão Escolar de Campinas (NRSE-Campinas)

Fonte: Banco de dados da pesquisa, autoria própria.

APÊNDICE 3 – SÉRIE HISTÓRICA DE EQUIPES DIRETIVAS ELEITAS NA RME DE CURITIBA
 (Sequenciada pela quantidade de processos eleitorais, unidade escolar e núcleo regional de educação referentes a 2015)

(continua)

NRE 2015	NOME DA UNIDADE ESCOLAR EM 2015	Nº de processos eleitorais	PLEITO DE 1983 - MANDATO 2A 1984-1985	PLEITO DE 1985 - MANDATO 2A - 1986-1987	PLEITO DE 1987 - MANDATO 2A - 1988-1989	PLEITO DE 1989 - MANDATO 2A - 1990-1991	PLEITO DE 1991 - MANDATO 2A - 1992-1993	PLEITO DE 1993 - MANDATO 3A - 1994-1996	
			DIRETOR/A	DIRETOR/A	DIRETOR/A	DIRETOR/A	DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A
BN	EM CEI CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE	13	GISELDA MARTINS FADANN	ALAIR LAUFER	ALAIR LAUFER	MIRIAM APARECIDA RICETTI	LIDIA DOS SANTOS FRANCA	LIDIA DOS SANTOS FRANCA	EMILIA LURDET F. GRACIANO
BN	EM CEI PROFESSOR JOSE CAVALLIN	13	TANIA MARA FANTINATO MATEUS	TANIA MARA FANTINATO MATEUS	MARIA DO SOCORRO MATOS JUNQUEIRA DA SILVA	MARIA DO SOCORRO MATOS JUNQUEIRA DA SILVA	CLARICE YURICO YOKOGAWA TAKAHASHI	MARIA DO SOCORRO MATOS JUNQUEIRA DA SILVA	MARIA HELENA BRUNATTO
BN	EM PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA	13	LEONI MARIA MORESCHI GRACZYK	ANTONIO ALVES	CARLOS ANSELMO ROCHA DE MELLO	CARLOS ANSELMO ROCHA DE MELLO	CLAUDIA MARIA CRESTO	JOAO JAIME LESAK	MARIA JOSE MARTINS FERREIRA
BN	EM PROFESSORA AUGUSTA GLUCK RIBAS	13	MARILOURDES IVONETTE DUTRA GOETZKE	MARILOURDES IVONETTE DUTRA GOETZKE	SERGIO VICENTIN	SERGIO VICENTIN	DORA LUCIA DE SOUZA	DORA LUCIA DE SOUZA	JORGE BONACINA
BN	EM RIO NEGRO	13	LAIR SOUZA AVILA	LAIR SOUZA AVILA	FRAUZEMARA SANTOS LOPES	VERA LUCIA COSTA BAPTISTA	ROSY TEREZINHA BIALLY	ROSY TEREZINHA BIALLY	VERA LUCIA COSTA BAPTISTA
BQ	EM CASTRO	13	NATHALIA EGG VALENCA MONTEIRO	NATHALIA EGG VALENCA MONTEIRO	IVANA SUSKI DA ROCHA	IVANA SUSKI DA ROCHA	NATHALIA EGG VALENCA MONTEIRO	NATHALIA EGG VALENCA MONTEIRO	ANA AMELIA LEMOS STAHLSCMIDT
BQ	EM CEI DAVID CARNEIRO	13	MARIA CANDIDA TEIXEIRA	MARIA DA GRACA LIMA ZENDRINI	MARIA DA GRACA LIMA ZENDRINI	LUCIA ALVES DA SILVA	LUCIA ALVES DA SILVA	MARIA DECOLLIN OSTERNACK	BIANCA CRISTINA OSTERNACK JEDE
BQ	EM CEI ERICO VERISSIMO	13	SANDRA MARIA BORBA	NEIDA MARIA DA CONCEICAO PADILHA	MARIA APARECIDA VACCARI PIOVEZAN	MARIA APARECIDA VACCARI PIOVEZAN	NEUZA MARIA COSTA KURQUEVICZ	TERESINHA APARECIDA DE OLIVEIRA	ANGELINA TUSSI
BQ	EM CEI MAESTRO BENTO MOSSURUNGA	13	MARIA TEREZA COSTA	MARIA TEREZA COSTA	LAURENE MARIA DO PRADO	LAURENE MARIA DO PRADO	IZABEL DA CRUZ FONTES	LEURENE MARIA DO PRADO	MARIA LUISA FOGGIATTO GURAS
BQ	EM CEI PROFESSORA TEREZA MATSUMOTO	13	NEUSA NADALINI SAAD	NEUSA NADALINI SAAD	ISOLINA DE LOURDES MOUTINHO BRANCO DA SILVA	MARIA NEUZA TORTATO	MARIA NEUZA TORTATO	ISOLINA DE LOURDES MOUTINHO BRANCO DA SILVA	SIMONE CRISTINA IUBEL CARNEIRO
BQ	EM JARDIM EUROPA	13	ODETE TRENTINO LEITE	SILVIA HANISCH	DELCY ROSANE PISSAIA	DELCY ROSANE PISSAIA	BERNADETE DAS GRACAS MARQUES CORREA	BERNADETE DAS GRACAS MARQUES CORREA	LUIZ FERNANDO GOTTARDI
BQ	EM LAPA	13	LIDIA NEDBAJLUK	MARICY VISINONI	SELMA ELIANE VACCARI	ROMENIA MARIA STOECKEL BRESSAN	MARICY VISINONI	ROMENIA MARIA STOECKEL BRESSAN	LAIZ SAMPAIO
BQ	EM NOSSA SENHORA DO CARMO	13	FREDERICO DE ALMEIDA TORRES	FREDERICO DE ALMEIDA TORRES	OSNI MAIL SIQUEIRA	OSNI MAIL SIQUEIRA	MARIA HELENA GEMIN	MARIA HELENA GEMIN	ROSELI DE FATIMA CARDOSO
BQ	EM PARANAVAI	13	LENY MARY GOES TONIOLO	LENY MARY GOES TONIOLO	LENI WERNER DE MACEDO	MARINA NEVOA	MARINA NEVOA	CINTIA MARIA HONORIO	SUELI DE FATIMA ANDRETA

(continuação)

NRE 2015	NOME DA UNIDADE ESCOLAR EM 2015	PLEITO DE 1996 - MANDATO 3A - 1997-1999		PLEITO DE 1999 - MANDATO 3A - '2000-2002		PLEITO DE 2002 - MANDATO 3A - 2003-2005		PLEITO DE 2005 - MANDATO 3A - 2006-2008	
		DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A
BN	EM CEI CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE	EMILSON CANDIDO GOMES BITTENCOURT	MARIA JESUINO DE MAGALHAES	MARIA JESUINO DE MAGALHAES	SANDRA REGINA PEREIRA	MARIA JESUINO DE MAGALHAES	DJENANE BANNACH DE SOUZA	CARLA DANIELE GUGELMIN	LUCIANE CARVALHO FRANK
BN	EM CEI PROFESSOR JOSE CAVALLIN	MARIA HELENA BRUNATTO	JUCIMARA DE CAMPOS SOUZA TURRA	JUCIMARA DE CAMPOS SOUZA TURRA	VERONICA JAVORSKI COSTA	JUCIMARA DE CAMPOS SOUZA TURRA	VERONICA JAVORSKI COSTA	ANTONIO ALTEVIR DURIGAN	ISABELA CARMELITA NASSABAY
BN	EM PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA	MARIA JOSE MARTINS FERREIRA	IZABEL CRISTINA RAMOS DE OLIVEIRA	MARIA JOSE MARTINS FERREIRA	ELIZETE ALVES DA CRUZ	APARECIDA DE LOURDES DO NASCIMENTO ALBERTO	MARIA JOSE MARTINS FERREIRA	APARECIDA DE LOURDES DO NASCIMENTO ALBERTO	NOELI KLEIN
BN	EM PROFESSORA AUGUSTA GLUCK RIBAS	DORA LUCIA DE SOUZA	JORGE BONACINA	HELIA BORGES SAMPAIO MORENO	DORA LUCIA DE SOUZA	HELIA BORGES SAMPAIO MORENO	SILVANA PEREIRA DIAS SASKOSKI	SILVANA PEREIRA DIAS SASKOSKI	KATIA VIVIANE MADUREIRA SANTOS
BN	EM RIO NEGRO	ROSI JOHN FONSECA	VERA CLEIDE DE SOUZA SANTOS	ROSI JOHN FONSECA	VERA CLEIDE DE SOUZA SANTOS	JOSIANE BROGIAN DA FONSECA	MARIA APARECIDA DE PAIVA	MARIA APARECIDA DE PAIVA	ELISANGELA CRISTINA DOLATO
BQ	EM CASTRO	ANA AMELIA LEMOS STAHLSCMIDT	ANTONIO CORDEIRO NENEVE	ANA AMELIA LEMOS STAHLSCMIDT	ANTONIO CORDEIRO NENEVE	LUCIENE VEIGA ROHDE	CLEUZA NUNES DE PAULA	LUCIENE VEIGA ROHDE	CLEUZA NUNES DE PAULA
BQ	EM CEI DAVID CARNEIRO	MARIA DECOLLIN OSTERNACK	BIANCA CRISTINA OSTERNACK JEDE	BIANCA CRISTINA OSTERNACK JEDE	MARIA DECOLLIN OSTERNACK	BIANCA CRISTINA OSTERNACK JEDE	MARIA DECOLLIN OSTERNACK	MARIA DECOLLIN OSTERNACK	BIANCA CRISTINA OSTERNACK JEDE
BQ	EM CEI ERICO VERISSIMO	MARCIA REGINA CHIMENEZ DA SILVA	ARIDINA MACHADO DE LIZ DOS SANTOS	MARCIA REGINA CHIMENEZ DA SILVA	ARIDINA MACHADO DE LIZ DOS SANTOS	BERENICE SONDA SILVA	GLACELISE CORDEIRO BRITES	MARSELI NUNES DE CASTRO SILVA	ROSANGELA FERREIRA ALVES
BQ	EM CEI MAESTRO BENTO MOSSURUNGA	LAURENE MARIA DO PRADO	ELENITA BARTOSKI BONFATI	ELENITA BARTOSKI BONFATI	MIRELA DIVA BRANDALIZE	ELENITA BARTOSKI BONFATI	MIRELA DIVA BRANDALIZE	MIRIAM REDDIN	LEILA WIGGERS DOS SANTOS RIVERA
BQ	EM CEI PROFESSORA TEREZA MATSUMOTO	ISOLINA DE LOURDES MOUTINHO BRANCO DA SILVA	SIMONE CRISTINA IUBEL CARNEIRO	LUCIANA ERTHAL MULLER	ISOLINA DE LOURDES MOUTINHO BRANCO DA SILVA	ISOLINA DE LOURDES MOUTINHO BRANCO DA SILVA	ERONILDES ELAINE CHIQUITO DO BRASIL	ISOLINA DE LOURDES MOUTINHO BRANCO DA SILVA	ERONILDES ELAINE CHIQUITO DO BRASIL
BQ	EM JARDIM EUROPA	BERNADETE DAS GRACAS MARQUES CORREA	MARCIA REGINA MINOTTO GHELLER	JOSELITA LASKOSKI MANERA	ADRIANA BOCHNIA ROSA	TATIANA POSSA SCHAFACHEK	ADRIANA BOCHNIA ROSA	SANDRA REGINA ARASZEWSKI NEGREIRO	CLAUDIA HELENA COSER MOREIRA
BQ	EM LAPA	ROSANGELA APARECIDA FORTES	ROMENIA MARIA STOECKEL BRESSAN	INGRID CARLA CZAP	IVONE KWIATKOWSKI	ROSELI DE FATIMA CARDOSO	IVONE KWIATKOWSKI	ROSELI DE FATIMA CARDOSO	KELLY CRYSTINA AIRES REINLEIN FERNANDES BORGES
BQ	EM NOSSA SENHORA DO CARMO	MARIA HELENA GEMIN	ROSELI DE FATIMA CARDOSO	CRISTHYANE RAMOS HADDAD	MARIA HELENA GEMIN	CRISTHYANE RAMOS HADDAD	MARIA HELENA GEMIN	MARIA HELENA GEMIN	SONIA MARIA CORTESE
BQ	EM PARANAVAI	LIDIANE DUARTE	SILVANI RODRIGUES ARTOFF	LIDIANE DUARTE	IVONE POPOVSKI DE AZEVEDO	DENILSE LANDUCHE	TATIANE PATRICIA TEIXEIRA JORDAO	DENILSE LANDUCHE	DULCINEIA LIZIERO DA SILVA

(continuação)

NRE 2015	UNIDADE ESCOLAR- 2015	PLEITO DE 2008 - MANDATO 3A - 2009-2011		PLEITO DE 2011 - MANDATO 3A - 2012 - 2014		PLEITO DE 2014 - MANDATO 3A - 2015 - 2017	
		DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A
BN	EM CEI CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE	LORENIL GAISSLER DE QUEIROZ	NICKSON WALTER	NICKSON WALTER	SANDRA REGINA MARKEVITCH	NICKSON WALTER	SANDRA REGINA MARKEVITCH
BN	EM CEI PROFESSOR JOSE CAVALLIN	JUCIMARA DE CAMPOS SOUZA TURRA	ISABELA CARMELITA NASSABAY	MIRIAN BORGES DE PAULA	JOSIANE DE OLIVEIRA KOTTWITZ	JOSIANE DE OLIVEIRA KOTTWITZ	SIVONEI KARPINSKI HIDALGO
BN	EM PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA	ANA GRACE COSTA BORTOLINI	PAULA RENATA ROMAO SANTA ROSA	ANA GRACE COSTA BORTOLINI	PAULA RENATA ROMAO SANTA ROSA	GIOVANA PRODOSSIMO DA SILVA	NILSARA GONCALVES DOS SANTOS KRANN
BN	EM PROFESSORA AUGUSTA GLUCK RIBAS	SILVANA PEREIRA DIAS SASKOSKI	KATIA VIVIANE MADUREIRA SANTOS	KATIA VIVIANE MADUREIRA SANTOS	CINTIA CRISTINA COSTA CASSILHA	ELAINE CRISTINA MACHADO SARTORI	ELIANE FOGGIATO DOMINGUES
BN	EM RIO NEGRO	MARIA APARECIDA DE PAIVA	ELISANGELA CRISTINA DOLATO	ELISANGELA CRISTINA DOLATO	MARIA APARECIDA DE PAIVA	ELISANGELA CRISTINA DOLATO	VANESSA SAMPAIO
BQ	EM CASTRO	CLEUZA NUNES DE PAULA	LUCIENE VEIGA ROHDE	CRISTIANE DE CAMARGO RODRIGUES SAMPAIO	ANGELITA DAS CHAGAS BATISTA	CRISTIANE DE CAMARGO RODRIGUES SAMPAIO	ANGELITA DAS CHAGAS BATISTA
BQ	EM CEI DAVID CARNEIRO	MARIA DECOLLIN OSTERNACK	BIANCA CRISTINA OSTERNACK JEDE	BIANCA CRISTINA OSTERNACK JEDE	CRISTIANE INÊZ BASSAN MARTINS ROCHA	CRISTIANE INÊZ BASSAN MARTINS ROCHA	MARA LETICIA MARTINS LIMA
BQ	EM CEI ERICO VERISSIMO	MARCIA REGINA CHIMENEZ DA SILVA	CLARICE DE OLIVEIRA MARTINS	MARCIA REGINA CHIMENEZ DA SILVA	CLARICE DE OLIVEIRA MARTINS	VANESSA STORRER	VALQUIRIA SOARES
BQ	EM CEI MAESTRO BENTO MOSSURUNGA	LEILA WIGGERS DOS SANTOS RIVERA	SUELI MARIA ALVES DE BASTOS	BEATRIZ VINCI PEREIRA	LEILA WIGGERS DOS SANTOS RIVERA	BEATRIZ VINCI PEREIRA	SHIRLEI GOSEK PUDELCO
BQ	EM CEI PROFESSORA TEREZA MATSUMOTO	ERONILDES ELAINE CHIQUITO DO BRASIL	ISOLINA DE LOURDES MOUTINHO BRANCO DA SILVA	MELANIE BORDIGNON DA CRUZ	ALICE KORELO	ALICE KORELO	JESSICA ZACARKIN LOPES DE CAMARGOS
BQ	EM JARDIM EUROPA	SANDRA REGINA ARASZEWSKI NEGREIRO	MARILU ANA BONÊS	MARILU ANA BONÊS	SANDRA REGINA ARASZEWSKI NEGREIRO	MARILU ANA BONÊS	SANDRA CRISTINA HUZAR HABINOWSKI
BQ	EM LAPA	CATIA APARECIDA BILYK MACHADO	ROSELI DE FATIMA CARDOSO	MARISLEIA PEREIRA RAMOS DA VEIGA	FABIANA FATIMA PELOW SANITA	CATIA APARECIDA BILYK MACHADO	PAULIMERY TAVEIRA SCALCO VARELA
BQ	EM NOSSA SENHORA DO CARMO	DENISE APARECIDA DIAS CICHON	LUCIMARA APARECIDA DA LUZ BUIAR	DENISE APARECIDA DIAS CICHON	LUCIMARA APARECIDA DA LUZ BUIAR	LUCIMARA APARECIDA DA LUZ BUIAR	DENISE APARECIDA DIAS CICHON
BQ	EM PARANAVAI	FABIANA APARECIDA LEMOS	ROMILDA LUIS MARTINS	FABIANA APARECIDA LEMOS	ROMILDA LUIS MARTINS	FABIANA APARECIDA LEMOS	BRUNA LIMA DO ROSARIO

(continuação)

NRE 2015	NOME DA UNIDADE ESCOLAR EM 2015	Nº de processos eleitorais	PLEITO DE 1983 - MANDATO 2A 1984-1985	PLEITO DE 1985 - MANDATO 2A - 1986-1987	PLEITO DE 1987 - MANDATO 2A - 1988-1989	PLEITO DE 1989 - MANDATO 2A - 1990-1991	PLEITO DE 1991 - MANDATO 2A - 1992-1993	PLEITO DE 1993 - MANDATO 3A - 1994-1996	
			DIRETOR/A	DIRETOR/A	DIRETOR/A	DIRETOR/A	DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A
BQ	EM PROFESSOR FRANCISCO HUBERT	13	SANDRA ROMAO LANAVE	SANDRA ROMAO LANAVE	ELIZABETE CARDOSO DE OLIVEIRA	SANDRA ROMAO LANAVE	BERNADETE DE MORAES FELIX DA ROCHA	VERA LUCIA DE OLIVEIRA LAIBIDA	MARIA DE FATIMA P.P. MACHADO
BQ	EM PROFESSOR GERMANO PACIORNIK	13	MARINALDA MODESTO DA MOTTA	ELIZABETH FERREIRA DA SILVA	ELIZABETH FERREIRA DA SILVA	MARISA GONCALVES ZOETTI	MARISA GONCALVES ZOETTI	AGLACIR CID BASTOS GONCALVES	SANDRA ELISABETE P. SANTIAGO
BQ	EM PROFESSOR GUILHERME BUTLER	13	MARLI ESCRAVON DE CASTRO HOLMER	VERA REGINA ROMANELLI FATURI	VERA REGINA ROMANELLI FATURI	ROSMERI DANYLCZUK	ROSMERI DANYLCZUK	ROSMERI DANYLCZUK	MARLI ESCRAVON DE CASTRO HOLMER
BQ	EM ROLANDIA	13	MARIA MARLI PIOVEZAN	MARIA MARLI PIOVEZAN	ANADEJE SILVEIRA	SONIA REGINA FERNANDES RIBEIRO	SONIA REGINA FERNABDES RIBEIRO	MERCEDES LOPES PARRILHA KLUGE	SONIA REGINA FERNANDES RIBEIRO
BQ	EM WENCESLAU BRAZ	13	REJANE MARIA SILVEIRA SACHETTE	REJANE MARIA SILVEIRA SACHETTE	VALDEREZ RAVAGLIO	GRENILZA MARIA LIS ZABOT	GRENILZA MARIA LIS ZABOT	DENIZE FRASSON SANCHEZ	GISELI MARZALEK GUMIELA
BV	EM ANISIO TEIXEIRA	13	NORMANDIL DO ROCIO SOUZA COELHO	NORMANDIL DO ROCIO SOUZA COELHO	SUELI MARIA ALIEVE	SUELI MARIA ALIEVE	OTILIA APARECIDA CARNEIRO FERRAZ	OTILIA APARECIDA CARNEIRO FERRAZ	EUZEBIO LUIZ VIVAN
BV	EM ARAUCARIA	13	ALICE PEREIRA MORAES	TERESINHA HANELT	NEIDE MACEDO MORMELO	CERISE DE CASTRO	MARILENE DA SILVA BELING	MARILENE DA SILVA BELING	CERISE DE CASTRO
BV	EM CEI AUGUSTO CESAR SANDINO	13	ANA LIA ROCHA DE MACEDO	ANA LIA ROCHA DE MACEDO	ELISABETH SCHATZ STELLE	ANA LIA ROCHA DE MACEDO	MARCIA CHRISTINA GUTIERREZ MOREIRA	SUELI DE JESUS CAPELO	ELIZABET FLAMIA PORTO LATOH
BV	EM CEI BELA VISTA DO PARAISO	13	IARA JORGE MELLO	IARA JORGE MELLO	MARIA DE CASSIA LIMA RIBEIRO	MARIA DE CASSIA LIMA RIBEIRO	ANGELA DENISE STEMBERG CARDOZO	ANGELA DENISE STEMBERG CARDOZO	ALDA FUMIKO YAMADA
BV	EM CEI DOUTEL DE ANDRADE	13	SUELI TERESINHA HASEMANN TRINKEL	SUELI TERESINHA HASEMANN TRINKEL	LEIVINGSTONE CONCEICAO	LEIVINGSTONE CONCEICAO	APARECIDA AMELIA SECOLO GANACIM	MARIA SCHNEIDER	APARECIDA AMELIA S. GANACIM
BV	EM CEI PROFESSOR JOSE WANDERLEY DIAS	13	EVA ZELI MAYER SEIXAS	EVA ZELI MAYER SEIXAS	CELIA TOMAZINI	EVA ZELI MAYER SEIXAS	MARIA DE JESUS DA ROSA MARQUES	MARIA DE JESUS DA ROSA MARQUES	JACQUELINE PEREIRA CARNEIRO
BV	EM CEI ROMARIO MARTINS	13	LUCIANA DE BONI	LUCIANA DE BONI	BERENICE VALENZUELA DE F. NEVES	SELMA ISABEL STEMBERG MEIRELLES	ARLETE KUBIS DRECHSEL	TANIA CELESTINO DE OLIVEIRA BERTI	ROSEMARI DO N. RODRIGUES TELLEZ
BV	EM CEI ULYSSES SILVEIRA GUIMARAES	13	SUELY TALAO DE CARVALHO	SUELY TALAO DE CARVALHO	MARIA JOSE CORREA DE ALMEIDA	MARIA JOSE CORREA DE ALMEIDA	ELAIR LOFFY	NIVERSINDO DE MELLO	LINDAMIR DE FATIMA TAVELI
BV	EM CERRO AZUL	13	EVERLY ROMILDE MARQUES CANTO	EVERLY ROMILDE MARQUES CANTO	ANGELICA MARTHA S. TRIGUEIROS	SANDRA DO PILAR LUZ DE ROMERO	SANDRA DO PILAR LUZ DE ROMERO	SANDRA DO PILAR LUZ DE ROMERO	REGINA MARIA LUZ

(continuação)

NRE 2015	NOME DA UNIDADE ESCOLAR EM 2015	PLEITO DE 1996 - MANDATO 3A - 1997-1999		PLEITO DE 1999 - MANDATO 3A - '2000-2002		PLEITO DE 2002 - MANDATO 3A - 2003-2005		PLEITO DE 2005 - MANDATO 3A - 2006-2008	
		DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A
BQ	EM PROFESSOR FRANCISCO HUBERT	VERA LUCIA DE OLIVEIRA LAIBIDA	ZULMA JOANITA ONZI RAMOS	MARILDA WITKOWSKI DAL NEGRO	VERA LUCIA DE OLIVEIRA LAIBIDA	CLEUSA SOUZA DE SAMPAIO CAVICHIOLI	JULIANE SONDA DITTRICH	JULIANE SONDA DITTRICH	CLAUDIA SIMONI DA SILVA ATIVO COSTA
BQ	EM PROFESSOR GERMANO PACIORNIK	HELGA TERESINHA FERNANDEZ RAMIRO	ANDREA CASSIA PIRES VELHO	HELGA TERESINHA FERNANDEZ RAMIRO	ANDREA CASSIA PIRES VELHO	ANDREA CASSIA PIRES VELHO	HELGA TERESINHA FERNANDEZ RAMIRO	HELGA TERESINHA FERNANDEZ RAMIRO	ANDREA CASSIA PIRES VELHO
BQ	EM PROFESSOR GUILHERME BUTLER	MARIA ANGELICA SOARES HAMESTER	RITA MARIA DRABOWSKI AZEVEDO	VERA REGINA ROMANELLI FATURI	MARLI ESCRAVON DE CASTRO HOLMER	MARIA INEZ RAMOS SILVESTRE DE OROZCO CUELLAR	PRISCILA FOLTRAN VEIGA PEREIRA	MARIA INEZ RAMOS SILVESTRE DE OROZCO CUELLAR	PRISCILA FOLTRAN VEIGA PEREIRA
BQ	EM ROLANDIA	SONIA REGINA FERNANDES RIBEIRO	ANADEJE SILVEIRA	MARCIA MAICA OLIVEIRA BUENO	RUTE CONCEICAO PEREIRA SANTOS	MARCIA MAICA OLIVEIRA BUENO	ROSELMIRA GALETO ALVES	ROSELMIRA GALETO ALVES	NEUZA APARECIDA PEDREIRO
BQ	EM WENCESLAU BRAZ	DENIZE FRASSON SANCHEZ	IRACEMA APARECIDA ESPIGORIN RUY	IRACEMA APARECIDA ESPIGORIN RUY	CHRISTIANE MARIA MENCK FRIESEN	ROSANGELA DE OLIVEIRA PEREIRA	ROSINEI TERESINHA ZAGONEL DE LINHARES	ROSANGELA DE OLIVEIRA PEREIRA	ROSINEI TERESINHA ZAGONEL DE LINHARES
BV	EM ANISIO TEIXEIRA	OTILIA APARECIDA CARNEIRO FERRAZ	EUZEBIO LUIZ VIVAN	EUZEBIO LUIZ VIVAN	OTILIA APARECIDA CARNEIRO FERRAZ	OTILIA APARECIDA CARNEIRO FERRAZ	EUZEBIO LUIZ VIVAN	OTILIA APARECIDA CARNEIRO FERRAZ	KARLA ELOISE DALPRA
BV	EM ARAUCARIA	SONIA LOPES DE ANDRADE	JOSE AMAURI DE OLIVEIRA	SONIA LOPES DE ANDRADE	JOSE AMAURI DE OLIVEIRA	ELISIANE SANTANA FALKOWSKI	REGINA DO ROCIO TODESCHI SOUZA	ELISIANE SANTANA FALKOWSKI	REGINA DO ROCIO TODESCHI SOUZA
BV	EM CEI AUGUSTO CESAR SANDINO	ELIZABET FLAMIA PORTO LATOH	JANETE SEBBEN GUIMARAES	-	-	MARIA RITA DE CASSIA MARCONATO	CLEUCI ANA QUINSLER VELOSO	MARIA RITA DE CASSIA MARCONATO	CLEUCI ANA QUINSLER VELOSO
BV	EM CEI BELA VISTA DO PARAISO	ANGELA DENISE STEMBERG CARDOZO	TERESINHA HANELT	MAFALDA PALOMO FERNANDES	ANGELA DENISE STEMBERG CARDOZO	ANGELA DENISE STEMBERG CARDOZO	MARIDALVA DE OLIVEIRA	ANGELA DENISE STEMBERG CARDOZO	MARIDALVA DE OLIVEIRA
BV	EM CEI DOUTEL DE ANDRADE	MARIA SCHNEIDER	ELIANE DE FATIMA ELIAS	MYRIAM CRISTIANE SILVA CATHARINO	MARIA SCHNEIDER	MYRIAM CRISTIANE SILVA CATHARINO	ALTEDANIO LUIZ MASON	VERA MARIA FONTANA GUIDOLIN	ALTEDANIO LUIZ MASON
BV	EM CEI PROFESSOR JOSE WANDERLEY DIAS	IZABEL AUGUSTA MADZGALA FISCHER DA SILVA	LUIZA REGINA BINI	IZABEL AUGUSTA MADZGALA FISCHER DA SILVA	LUIZA REGINA BINI	KELLEN ADRIANE DA SILVA PATRUNI DE LIMA	IZABEL AUGUSTA MADZGALA FISCHER DA SILVA	KELLEN ADRIANE DA SILVA PATRUNI DE LIMA	IZABEL AUGUSTA MADZGALA FISCHER DA SILVA
BV	EM CEI ROMARIO MARTINS	TANIA CELESTINO DE OLIVEIRA BERTI	SOLANGE CECILIA SCHUHLI	APARECIDA LOQUETA	TANIA CELESTINO DE OLIVEIRA BERTI	TANIA CELESTINO DE OLIVEIRA BERTI	MARIA INES AFFORNALI PAVONI	TANIA CELESTINO DE OLIVEIRA BERTI	MARIA INES AFFORNALI PAVONI
BV	EM CEI ULYSSES SILVEIRA GUIMARAES	DAISY ROSY JAEHNERT FAVETTI	ANA CRISTINA NERBORSKI SOUZA	DAISY ROSY JAEHNERT FAVETTI	ANA CRISTINA NERBORSKI SOUZA	BARBARA MARIA XAVIER	KARINE LARA BRAUN	BARBARA MARIA XAVIER	CLAUDIA SIMONY SILVA
BV	EM CERRO AZUL	NEIDE LOURENCO KLAGENBERG	REGINA MARIA LUZ	SANDRA DO PILAR LUZ DE ROMERO	LILIAN CRISTINA DOS PASSOS CAVALLARI	MARCIA TEREZINHA MOREIRA GARCIA	MARINES AVILA DE CHAVES KAVIATKOVSKI	MARIA EUGENIA CORREA CARRAZZONI	KARINA ALMEIDA DE MORAES

(continuação)

NRE 2015	UNIDADE ESCOLAR- 2015	PLEITO DE 2008 - MANDATO 3A - 2009-2011		PLEITO DE 2011 - MANDATO 3A - 2012 - 2014		PLEITO DE 2014 - MANDATO 3A - 2015 - 2017	
		DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A
BQ	EM PROFESSOR FRANCISCO HUBERT	JULIANE SONDA DITTRICH	CLAUDIA SIMONI DA SILVA ATIVO COSTA	TANIA REGINA DA ROCHA MARTINS	ANDREIA CRISTINA DA SILVA	CLAUDIA SIMONI DA SILVA ATIVO COSTA	FERNANDA CRISTINA PRANDEL LOURENCO ALVES
BQ	EM PROFESSOR GERMANO PACIORNIK	HELGA TERESINHA FERNANDEZ RAMIRO	ANDREA CASSIA PIRES VELHO	MARIA CRISTINA SCHWAIGERT DE ANDRADE	PAULO MARQUES DA SILVA	MARIA CRISTINA SCHWAIGERT DE ANDRADE	MARLIANA ROSA LOCH CONSTANTINO
BQ	EM PROFESSOR GUILHERME BUTLER	PRISCILA FOLTRAN VEIGA PEREIRA	MARIA INÊZ RAMOS SILVESTRE DE OROZCO CUELLAR	PRISCILA FOLTRAN VEIGA PEREIRA	MARIA INEZ RAMOS SILVESTRE DE OROZCO CUELLAR	ROSANGELA DO CARMO DA VEIGA	CLARISNEIA DE FATIMA SCHILIPACK
BQ	EM ROLANDIA	ROSANA TEIXEIRA GODINHO HRECZUCK	SIMONE PASSOS DE OLIVEIRA LOBO	ROSANA TEIXEIRA GODINHO HRECZUCK	SIMONE PASSOS DE OLIVEIRA LOBO	ALLAN BORGES	WALDENIR ALVES SINGH
BQ	EM WENCESLAU BRAZ	ROSINEI TERESINHA ZAGONEL DE LINHARES	ROSANGELA DE OLIVEIRA PEREIRA	CRISTIANE PLETZ	MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA LIMA	CRISTIANE PLETZ	MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA LIMA
BV	EM ANISIO TEIXEIRA	KARLA ELOISE DALPRA	OTILIA APARECIDA CARNEIRO FERRAZ	JANETE PIRES SANTIAGO	MARIA CATARINA TEIXEIRA	JANETE PIRES SANTIAGO	MARIA CATARINA TEIXEIRA
BV	EM ARAUCARIA	VERA CRISTINA GOVEIA MALHEIROS	LEODIMERI ZILLI RIBEIRO	ELISIANE SANTANA FALKOWSKI	LUCIENE MARIA SANTANA RUPPEL	ELISIANE SANTANA FALKOWSKI	SANDRA DE CARVALHO KINAUBER
BV	EM CEI AUGUSTO CESAR SANDINO	CLEUCI ANA QUINSLER VELOSO	DALVA CRISTINA REIS	CLEUCI ANA QUINSLER VELOSO	ANA CARLA BARBOSA DE CASTRO MENGUE	JACQUELIN RODRIGUEZ TELLEZ (APÓS 2º PLEITO, 2015)	KARINA HELENA SILVA (APÓS 2º PLEITO, 2015)
BV	EM CEI BELA VISTA DO PARAISO	CLAUDIA MARIA CARVALHO	ANGELA DENISE STEMBERG CARDOZO	CLAUDIA MARIA CARVALHO	SIMONE SILVA SANTOS	ADRIANA SALOM FILIPPETTO	CLAUDIA MARIA CARVALHO
BV	EM CEI DOUTEL DE ANDRADE	VERA MARIA FONTANA GUIDOLIN	SUZANE DO ROCIO MALTACA PYPCK	APARECIDA AMELIA SECOLO GANACIM	JANAINA RODRIGUES FRANCA	SUZANE DO ROCIO MALTACA PYPCK	JANAINA RODRIGUES FRANCA
BV	EM CEI PROFESSOR JOSE WANDERLEY DIAS	CARLA ADRIANA DA SILVA PEREIRA	KELLEN ADRIANE DA SILVA PATRUNI DE LIMA	CARLA ADRIANA DA SILVA PEREIRA	KELLEN ADRIANE DA SILVA PATRUNI DE LIMA	RAFAEL AUGUSTO DO ROSARIO	CECILIA MARIA COSTA FOGACA RIBAS
BV	EM CEI ROMARIO MARTINS	MARIA INES AFFORNALLI PAVONI	YARA CONCEICAO RANGEL CRUZ	EDIMARA CRISTINA BORGES	YARA CONCEICAO RANGEL CRUZ	EDIMARA CRISTINA BORGES	PATRICIA ADRIANA BORGES
BV	EM CEI ULYSSES SILVEIRA GUIMARAES	MARCILENE BOTELHO RIBEIRO	JULIANA CRISTINA OTTO	MARCILENE BOTELHO RIBEIRO	JULIANA CRISTINA OTTO	MARIA ALICE DE MELO MACHADO CASSOL	LUCIANA JUNGLES CORRÊA
BV	EM CERRO AZUL	ALESSANDRA SOTOMAIOR MOREIRA KROETZ	ANDREA JANAINA DE ASSUMPCAO	ALESSANDRA SOTOMAIOR MOREIRA KROETZ	ANDREA JANAINA DE ASSUMPCAO	SANDRA LIZ HASS ARAUJO	MARCIA VIEIRA FIGUEIREDO

(continuação)

NRE 2015	NOME DA UNIDADE ESCOLAR EM 2015	Nº de processos eleitorais	PLEITO DE 1983 - MANDATO 2A 1984-1985	PLEITO DE 1985 - MANDATO 2A - 1986-1987	PLEITO DE 1987 - MANDATO 2A - 1988-1989	PLEITO DE 1989 - MANDATO 2A - 1990-1991	PLEITO DE 1991 - MANDATO 2A - 1992-1993	PLEITO DE 1993 - MANDATO 3A - 1994-1996	
			DIRETOR/A	DIRETOR/A	DIRETOR/A	DIRETOR/A	DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A
BV	EM ENY CALDEIRA	13	NASTACIANA HARASEM	MARIA SOCORRO DE LIMA FRANQUE	MARIA SOCORRO DE LIMA FRANQUE	INGRID ENGEL	INGRID ENGEL	MARIA SOCORRO DE LIMA FRANQUE	MARILIA DE SOUZA SANT'ANA SILVA
BV	EM JAGUARIAIVA	13	VERA LUCIA ANSIUTTI	VERA LUCIA ANSIUTTI	MARA LUIZA CANTADOR	MARA LUIZA CANTADOR	RITA BELESKI FONTANA	MARA LUIZA CANTADOR	ROSA MARIA SILVA FARIA
BV	EM JULIA AMARAL DI LENNA	13	DANUSIA KONFIDERA	ELISABETE STELKO	ELISABETE STELKO	WLADYS GROSZEWICZ	JOSE CHEROBIM NETO	JOSE CHEROBIM NETO	EVA ZELI MAYER SEIXAS
BV	EM PROFESSOR ERASMO PILOTTO	13	LUCILENA ROSADO CHAGAS	JANINE DO ROCIO MOREIRA	PIO DE CAMARGO	PIO DE CAMARGO	GLICERIA DOLURDES POLAK	ANGELO RICARDO DE SOUZA	MARILENE ZAMPIRI
BV	EM PROFESSOR HERLEY MEHL	13	MARIA INEZ GOMES FERREIRA	MARIA INEZ GOMES FERREIRA	ROLDÃO BOMFIM DE ALCANTARA	ROLDÃO BOMFIM DE ALCANTARA	MARIA INEZ GOMES FERREIRA	AROLDO CRISTINO DA SILVA	ROLDÃO BOMFIM DE ALCANTARA
CIC	EM ALBERT SCHWEITZER	13	ANTONIO CELSO PINTO	ANTONIO CELSO PINTO	ALDO LOURY PINTO	ALDO LOURY PINTO	EMÍDIO NICODEMOS ANGELOTTI	EMÍDIO NICODEMOS ANGELOTTI	EDSON PINHEIRO DI CREDO
CIC	EM CEI HEITOR DE ALENCAR FURTADO	13	MARLENE SCHINDA FREIRE OLIVEIRA	MARLENE SCHINDA FREIRE OLIVEIRA	CELIA REGINA M. DE F. FARINHAKI	MARIA TERESINHA MATIAS	MARIA APARECIDA DA SILVA	MARIA APARECIDA DA SILVA	ROSEMARI ERMELINA SOUTO
CIC	EM CEI MONTEIRO LOBATO	13	SOLANGE TEREZINHA PESCADOR	SOLANGE TEREZINHA PESCADOR	NILCE MARIA CUNHA	NILCE MARIA CUNHA	BELONY BATISTA BELO FERREIRA	BELONY BATISTA BELO FERREIRA	MARIA LUZIA GHIRALDELLI DA SILVA
CIC	EM CEI OLIVIO SOARES SABOIA	13	LADANIR MILLACK	LADANIR MILLACK	MARIA LUCIA DE BORBA	REGINA FATIMA DE ALMEIDA GARRETT	APARECIDA DULCE BONATTO NOGUEIRA DA SILVA	APARECIDA DULCE BONATTO NOGUEIRA DA SILVA	LEUNICE BERGHAHN
CIC	EM COLONIA AUGUSTA	13	RITA DE CASSIA GIANNINI RAICOSKI	RITA DE CASSIA GIANNINI RAICOSKI	MARIA EMILIA MARTINS	MARIA EMILIA MARTINS	RITA DE CASSIA GIANNINI RAICOSKI	RITA DE CASSIA G. RAICOSKI	CIBELE DO CARMO GIANINI MORAES
CIC	EM DITMAR BREPOHL	13	LENY MENDES DE MORAES	SUELY DA SILVA MEDEIROS PICCIONE	SUELY DA SILVA MEDEIROS PICCIONE	SOLANGE REGINA FORTUNATO	CELIA MARIA MAGALHAES TISSOT	CELIA MARIA MAGALHAES TISSOT	LUCIANE LAPA PIRES
CIC	EM JOAQUIM TAVORA	13	EDNA MARIA PONTES	EDNA MARIA PONTES	MARIA DO CARMO GOMES BATISTA	RENY MESQUITA NUNES	SONIA DO ROCIO SCHULTZ LIMA	SONIA DO ROCIO SCHULTZ LIMA	RENY MESQUITA NUNES
CIC	EM MARIA DO CARMO MARTINS	13	MARIA DA LUZ MURARO ZANLORENZI	MARIA DA LUZ MURARO ZANLORENZI	MARIA DE FATIMA HORDI GALVAO	MALNEIDES LISSA WILLE	MALNEIDES LISSA WILLE	MALNEIDES LISSA WILLE	ROSELI DE SOUZA RUIZ
CIC	EM MORADIAS DO RIBEIRAO	13	NEIDE TERESINHA NOBREGA	CARLOS PETRONZELLI	CONSUELO MOREIRA DE SA	JANESLEY APARECIDA RANK	APARECIDA DO ROCIO SCHLENKER	APARECIDA DO ROCIO SCHLENKER	ELZA NAZARKO COTOSKI
CIC	EM NOSSA SENHORA DA LUZ DOS PINHAIS	13	MARIA DE NAZARETH PALMEIRO FRANCO DI CREDO	SANDRA LENARA NUNES DE CARVALHO SMANHOTTO	SANDRA LENARA NUNES DE CARVALHO SMANHOTTO	MARINA BEATRIZ MATTOS	ELIANE BENEDETTI	ELIANE BENEDETTI	ALBA SA TOFFOLI

(continuação)

NRE 2015	NOME DA UNIDADE ESCOLAR EM 2015	PLEITO DE 1996 - MANDATO 3A - 1997-1999		PLEITO DE 1999 - MANDATO 3A - '2000-2002		PLEITO DE 2002 - MANDATO 3A - 2003-2005		PLEITO DE 2005 - MANDATO 3A - 2006-2008	
		DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A
BV	EM ENY CALDEIRA	CLEVNA BISCAIA DOS SANTOS	MARIA ODETE DO ROCIO CAMARGO	VIVIANE ESTAEI GUIRAUD BRONZE	HELENICE TEREZINHA VARGAS HADLICH	VIVIANE ESTAEI GUIRAUD BRONZE	CYNTHIA VALERIA GALARDA GOMES ROSA	CLAUDIA MARIA MUNDT DE MELO	CIBELE DE SANTI
BV	EM JAGUARIAIVA	VERA LUCIA TORTATO	SUILI CARVALHO DE OLIVEIRA	VERA LUCIA TORTATO	ANA ZELIA LUZ BERLEZE	SHIRLEY TEREZINHA MICHALAK	ANALIA DO CARMO SALDANHA SUTIL	SHIRLEY TEREZINHA MICHALAK	CELIA MARIA MAGALHAES TISSOT
BV	EM JULIA AMARAL DI LENNA	JOSE CHEROBIM NETO	EVA ZELI MAYER SEIXAS	EVA ZELI MAYER SEIXAS	OXÊNIA UNIGA BAJDIUK	ROSANGELA ESTAVIS DE CASTRO	JOSE CHEROBIM NETO	ROSANGELA ESTAVIS DE CASTRO	JOSE CHEROBIM NETO
BV	EM PROFESSOR ERASMO PILOTTO	ANGELO RICARDO DE SOUZA	MARILENE ZAMPIRI	ROSELI MACHADO	SUELI MARIA ALIEVE	MARILENE ZAMPIRI	SUELI MARIA ALIEVE	JANETE LUIZA DILL ARAUJO	MARCIA VIEIRA FIGUEIREDO
BV	EM PROFESSOR HERLEY MEHL	MARIA ELEONORA CORDEIRO FERREIRA	NEUSA GERSI STANGE FARACO	ROLDÃO BOMFIM DE ALCANTARA	EDSON DOMINGOS FONTANA	ROLDÃO BOMFIM DE ALCANTARA	EDSON DOMINGOS FONTANA	EDSON DOMINGOS FONTANA	ROLDÃO BOMFIM DE ALCANTARA
CIC	EM ALBERT SCHWEITZER	EDSON PINHEIRO DI CREDO	EMIDIO NICODEMOS ANGELOTTI	EDSON PINHEIRO DI CREDO	EMIDIO NICODEMOS ANGELOTTI	EMIDIO NICODEMOS ANGELOTTI	NELSON PEREIRA DE GODOI	EMIDIO NICODEMOS ANGELOTTI	ELIANE MEDUNA BAZIEWICZ
CIC	EM CEI HEITOR DE ALENCAR FURTADO	LUCIANE REGINA GOGOLA KMIĘCIK	GLACI MARIA PIERRI CORAIOLA	LUCIANE REGINA GOGOLA KMIĘCIK	GLACI MARIA PIERRI CORAIOLA	GLACI MARIA PIERRI CORAIOLA	LUCIANE REGINA GOGOLA KMIĘCIK	GLACI MARIA PIERRI CORAIOLA	LUCIANE REGINA GOGOLA KMIĘCIK
CIC	EM CEI MONTEIRO LOBATO	MARIA LUZIA GHIRALDELLI DA SILVA	OLGA NUNES	MARIA LUZIA GHIRALDELLI DA SILVA	DICLEUSA MARI CARVALHO	DICLEUSA MARI CARVALHO	MARIA LUZIA GHIRALDELLI DA SILVA	MARIA LUZIA GHIRALDELLI DA SILVA	DICLEUSA MARI CARVALHO
CIC	EM CEI OLIVIO SOARES SABOIA	ANA MARIA BIANCHINI SOTTOMAIOR DE AZEVEDO	JUCELIA CARMEN DA SILVA PILOTTO	ANA MARIA BIANCHINI SOTTOMAIOR DE AZEVEDO	JUCELIA CARMEN DA SILVA PILOTTO	JUCELIA CARMEN DA SILVA PILOTTO	ANA MARIA BIANCHINI SOTTOMAIOR DE AZEVEDO	ANA MARIA BIANCHINI SOTTOMAIOR DE AZEVEDO	SILVIA MARIA PEREIRA
CIC	EM COLONIA AUGUSTA	RITA DE CASSIA GIANNINI RAICOSKI	CIBELE DO CARMO GIANINI MORAES	MARIA LUIZA CARDOSO	MARIA EMILIA MARTINS	MARIA LUIZA CARDOSO	MARIA EMILIA MARTINS	MARIA LUCIA CARDOSO	MARIA LUIZA CARDOSO
CIC	EM DITMAR BREPOHL	MARIA DE LOURDES ESPINDOLA DE ALBUQUERQUE	CLEUZA PALIOTO	MARIA DE LOURDES ESPINDOLA DE ALBUQUERQUE	VILMA MARIA DE SOUZA	IVONE ZAVIERUCHA CORDEIRO	EDINA REGINA MESSIAS	IVONE ZAVIERUCHA CORDEIRO	EMÍDIA DO ROCIO ZALESKI RAMPANELI
CIC	EM JOAQUIM TAVORA	SONIA DO ROCIO SCHULTZ LIMA	RENY MESQUITA NUNES	RENY MESQUITA NUNES	SONIA DO ROCIO SCHULTZ LIMA	SONIA DO ROCIO SCHULTZ LIMA	RENY MESQUITA NUNES	RENY MESQUITA NUNES	SONIA DO ROCIO SCHULTZ LIMA
CIC	EM MARIA DO CARMO MARTINS	MALNEIDES LISSA WILLE	ROSELI DE SOUZA RUIZ	ROSELI DE SOUZA RUIZ	MARIA DE LOURDES GRANI	ROSELI DE SOUZA RUIZ	MARIA DE LOURDES GRANI	SIMONE MARIA TISSI MUNHOZ	SONIA MARIA ZARANTONELLI SANTANA
CIC	EM MORADIAS DO RIBEIRAO	GRACA ELIANA KASECKER MILEO	ELZA NAZARKO COTOSKI	ELZA NAZARKO COTOSKI	GRACA ELIANA KASECKER MILEO	CONSUELO MOREIRA DE SA	ROSICLER ROPELATO METZGER	CONSUELO MOREIRA DE SA	VALERIA VIEIRA PROENÇA
CIC	EM NOSSA SENHORA DA LUZ DOS PINHAIS	ESTER FIGUEIREDO BOELL	ELIANE BENEDETTI	ESTER FIGUEIREDO BOELL	ELIANE BENEDETTI	ELIANE BENEDETTI	ESTER FIGUEIREDO BOELL	ELIANE BENEDETTI	ESTER FIGUEIREDO BOELL

(continuação)

NRE 2015	UNIDADE ESCOLAR- 2015	PLEITO DE 2008 - MANDATO 3A - 2009-2011		PLEITO DE 2011 - MANDATO 3A - 2012 - 2014		PLEITO DE 2014 - MANDATO 3A - 2015 - 2017	
		DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A
BV	EM ENY CALDEIRA	CLAUDIA MARIA MUNDT DE MELO	CIBELE DE SANTI	CIBELE DE SANTI	CLAUDIA MARIA MUNDT DE MELO	CIBELE DE SANTI	JANAINA RANGEL DE MOURA LUTKE
BV	EM JAGUARIAIVA	CELIA MARIA MAGALHAES TISSOT	ROSANA BECHTLOFF DOS SANTOS WIPPEL	TANIA MARA PERCEGONA	CASSIANA SANTOS TEIXEIRA YAROS	DEISE CRISTINA MACHADO DA SILVA	LUCIENE IONARA VENTURI SCHLUSAZ
BV	EM JULIA AMARAL DI LENNA	JULIANNA LAUDICELLI DE OLIVEIRA CRUZ	JOAO JAIME LESAK	JULIANNA LAUDICELLI DE OLIVEIRA CRUZ	REJANE GBUR DOS SANTOS	JULIANNA LAUDICELLI DE OLIVEIRA CRUZ	REJANE GBUR DOS SANTOS
BV	EM PROFESSOR ERASMO PILOTTO	JANETE LUIZA DILL ARAUJO	MARCIA VIEIRA FIGUEIREDO	ROSANA RODRIGUES DE FRANCA DE AGOSTINHO	JANETE LUIZA DILL ARAUJO	JANETE LUIZA DILL ARAUJO	ROSANA RODRIGUES DE FRANCA DE AGOSTINHO
BV	EM PROFESSOR HERLEY MEHL	EDSON DOMINGOS FONTANA	MAUDE ANGELA SARDI ONO	MAUDE ANGELA SARDI ONO	EDSON DOMINGOS FONTANA	MAUDE ANGELA SARDI ONO	EDSON DOMINGOS FONTANA
CIC	EM ALBERT SCHWEITZER	ELIANE MEDUNA BAZIEWICZ	EMIDIO NICODEMOS ANGELOTTI	ELIANE FANINI MEDUNA	EMIDIO NICODEMOS ANGELOTTI	ELIANE FANINI MEDUNA	EMIDIO NICODEMOS ANGELOTTI
CIC	EM CEI HEITOR DE ALENCAR FURTADO	LUCIANE REGINA GOGOLA KMIECIK	GLACI MARIA PIERRI CORAIOLA	LUCIANE REGINA GOGOLA KMIECIK	REGINA CELIA FRESSATO	LUCIANE REGINA GOGOLA KMIECIK	MARIA DO ROSARIO AUGUSTO
CIC	EM CEI MONTEIRO LOBATO	DICLEUSA MARI CARVALHO	LUCIMARA OKOINSKI	ADRIANE TEREZINHA CORDEIRO DE PAULA	JACQUELINE BOARD ALVES	ADRIANE TEREZINHA CORDEIRO DE PAULA	TANIA MARA VENDITE DOLCI
CIC	EM CEI OLIVIO SOARES SABOIA	ANA MARIA BIANCHINI SOTTOMAIOR DE AZEVEDO	CANDICE REGINA DAVID	CANDICE REGINA DAVID	ANA MARIA BIANCHINI SOTTOMAIOR DE AZEVEDO	CANDICE REGINA DAVID	CRISTIANE DURAES VICENTIN
CIC	EM COLONIA AUGUSTA	MARIA LUIZA CARDOSO	MARIA LUCIA CARDOSO	ELIZABETH MARQUETE	MARIA LUCIA CARDOSO	ELIZABETH MARQUETE	NC
CIC	EM DITMAR BREPOHL	EMA MARIA CUNEN KRATSCH	MARLI ROSANI SCHEFFER	EMA MARIA CUNEN KRATSCH	MARLI ROSANI SCHEFFER	KELLY REGINA CAMARGO DOS SANTOS	ROSANE CUNEN
CIC	EM JOAQUIM TAVORA	ADRIANA AIKO SOGA RIBEIRO	ZENEIDE APARECIDA PLONCOSKY TULESKI	JOSETE BISS	LUCILA SCHLEETZ MARTINS	JOSETE BISS	FABIANA GISELE LIMA
CIC	EM MARIA DO CARMO MARTINS	SIMONE MARIA TISSI MUNHOZ	SONIA MARIA ZARANTONELLI SANTANA	SONIA MARIA ZARANTONELLI SANTANA	SIMONE MARIA TISSI MUNHOZ	SONIA MARIA ZARANTONELLI SANTANA	SIMONE MARIA TISSI MUNHOZ
CIC	EM MORADIAS DO RIBEIRAO	VALERIA VIEIRA PROENCA	CONSUELO MOREIRA DE SA	VALERIA VIEIRA PROENCA	PATRICIA ANDRADE DESTEFANI	PATRICIA ANDRADE DESTEFANI	LUCIANE PINTO GOUVEIA
CIC	EM NOSSA SENHORA DA LUZ DOS PINHAIS	ESTER FIGUEIREDO BOELL	MARGARETE DO ROCIO TREVISAN RIBEIRO	MARGARETE DO ROCIO TREVISAN RIBEIRO	LUCIANA CRISTINA NUNES DE FARIA OKAGAWA	MARGARETE DO ROCIO TREVISAN RIBEIRO	LUCIANA CRISTINA NUNES DE FARIA OKAGAWA

(continuação)

NRE 2015	NOME DA UNIDADE ESCOLAR EM 2015	Nº de processos eleitorais	PLEITO DE 1983 - MANDATO 2A 1984-1985	PLEITO DE 1985 - MANDATO 2A - 1986-1987	PLEITO DE 1987 - MANDATO 2A - 1988-1989	PLEITO DE 1989 - MANDATO 2A - 1990-1991	PLEITO DE 1991 - MANDATO 2A - 1992-1993	PLEITO DE 1993 - MANDATO 3A - 1994-1996	
			DIRETOR/A	DIRETOR/A	DIRETOR/A	DIRETOR/A	DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A
CIC	EM PRO-MORAR BARIGUI	13	MARLENE DE LIMA	IZOLDE AMADORI	SIMONE WEINHARDT WITHERS	BERNADETE LOVATO GONCALVES	IODEIA FELICIO	IODEIA FELICIO	ROSANGELA SCHIOCCHET
CIC	EM SAO MIGUEL	13	EZIUL JOSEFINA HOSTINS	WAGNER ROSA	WAGNER ROSA	SILNEZ MARIA VENDRAMIN LEMISZKA	WAGNER ROSA	WAGNER ROSA	ADILSON FONSECA
CJ	EM CEI EVA DA SILVA	13	MARIA SIRLEY DOS SANTOS PENTEADO	GRACIELA ZANINI VIEIRA	GRACIELA ZANINI VIEIRA	ELIANE GRACE IVANOSKI	ELIANE GRACE IVANOSKI	IARA DO ROCIO MATTOZO	MARCIA VALERIA DA SILVA SECCO
CJ	EM CEI ISSA NACLI	13	MARI NEUSA DO NASCIMENTO TREVISANI	HELENA ALVES TAVARES	HELENA ALVES TAVARES	ELEORY DO ROCIO SBRISIA BRANCO	ELEORY DO ROCIO SBRISIA BRANCO	ELEORY DO ROCIO SBRISIA BRANCO	MARIA TENFEN
CJ	EM DONA LULA	13	JUANETE CIRINO DOS SANTOS	MARIA CRISTINA SUGAMOSTO ROMFELD	EDVALDA LIMA JERÔNIMO	EDVALDA LIMA JERONIMO	ADALBERTO LUIZ MEDEIROS	EDVALDA LIMA JERÔNIMO	IGNES DE OLIVEIRA ISE
CJ	EM IRATI	13	SANDRA REGINA DE CARVALHO	SANDRA REGINA DE CARVALHO	INDIA NARA PUSSIELDI BASTOS	INDIA NARA PUSSIELDI BASTOS	ROSELY TEREZINHA CHOINSKI	ROSELY TEREZINHA CHOINSKI	ROSICLER DE OLIVEIRA COSTA DOS SANTOS
CJ	EM PREFEITO LINNEU FERREIRA DO AMARAL	13	VALERIA MENDONCA GUIMARAES	VALERIA MENDONCA GUIMARAES	REGINA MARA SCARPIM CRISTIANO	REGINA MARA SCARPIM CRISTIANO	ZILDA TRIACHINI NASCIMENTO	ZILDA TRIACHINI NASCIMENTO	VALDEREZ MARTINS GUIMARAES BENINE
CJ	EM PREFEITO OMAR SABBAG	13	AILTON CARDOZO DE ARAUJO	AILTON CARDOZO DE ARAUJO	JOSE RONALDO ZAHDI SALGADO	JOSE RONALDO ZAHDI SALGADO	GILBERTO CORREIA DE OLIVEIRA	GILBERTO CORREIA DE OLIVEIRA	SALI MUSSI JACOB GUSLEN
PN	EM CEI FRANCISCO FRISCHMANN	13	VILMA TERESINHA FERNANDES MATTOS JEBELUCA	DIONE RODRIGUES	MARGARIDA MARIA FERREIRA	EDVIRGEM WOZNIK	EDVIRGEM WOZNIK	DOUGLAS DANILO DITTRICH	JOELMA ZAMBAO ESTEVAM
PN	EM CEI PROFESSOR ANTONIO PIETRUZA	13	LINA MARIA MARTINS MOREIRA	LINA MARIA MARTINS MOREIRA	MARIA TERESA COIMBRA LUEHRING	MARIA TERESA COIMBRA LUEHRING	JANE WARCHERSKI	JANE WARCHERSKI	ROSANE LUZIA NEGRELLO NAKATA
PN	EM IVAIPORA	13	MARILIA DE OLIVEIRA FRANCO MERLIN	MARILIA DE OLIVEIRA FRANCO MERLIN	ALMIRA KECHE DRACHINSKY	ALMIRA KECHE DRACHINSKY	DORIS RISDEN SANTOS	MARIA LUCIA CHIMIM CLAUDINO FERREIRA	MARILIA DE OLIVEIRA FRANCO MERLIN
PN	EM MARINGA	13	JUDITH JOAY DE CONTO	JUDITH JOAY DE CONTO	LILIAN SOURIENT	EZILDA MARIA QUIRINO LEAL DE SOUSA	EZILDA MARIA QUIRINO LEAL DE SOUSA	EZILDA MARIA QUIRINO LEAL DE SOUSA	MERCEDES CECILIA FREHSE
PN	EM PIRATINI	13	ROSANA APARECIDA VAROSSIM REZENDE	ROSANA APARECIDA VAROSSIM REZENDE	MARIA APARECIDA R. BLANSKY	MARIA VIDAL DE SOUZA	MARIA VIDAL DE SOUZA	MARIA VIDAL DE SOUZA	MARIA TEREZINHA DE OLIVEIRA

(continuação)

NRE 2015	NOME DA UNIDADE ESCOLAR EM 2015	PLEITO DE 1996 - MANDATO 3A - 1997-1999		PLEITO DE 1999 - MANDATO 3A - '2000-2002		PLEITO DE 2002 - MANDATO 3A - 2003-2005		PLEITO DE 2005 - MANDATO 3A - 2006-2008	
		DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A
CIC	EM PRO-MORAR BARIGUI	IODEIA FELICIO	REGIANE ALVES DA SILVA CORDEIRO DA FONSECA	REGIANE ALVES DA SILVA CORDEIRO DA FONSECA	IODEIA FELICIO	KARINA SPOSITO MOSSON	VANESSA PEREIRA PRESTES	SUZANA ANDREIA GALEAZZI	ADENAI CRISTINA MAINARDES DE SOUZA
CIC	EM SAO MIGUEL	ADILSON FONSECA	WAGNER ROSA	WAGNER ROSA	SOLANGE GONCALVES DOS SANTOS ARAUJO	SOLANGE GONCALVES DOS SANTOS ARAUJO	SUELI SIMÕES DE OLIVEIRA WASZCZYNSKY	ELIZABETH FLEMMING	JOCIANE ALVES COSTA PINTO
CJ	EM CEI EVA DA SILVA	IARA DO ROCIO MATTOZO	IARA REGINA BOLICENHA	JORGINA DE JESUS BATISTA	ROMILDE FLAMIA PORTO	GISELE BARONE FARIA	VERONICA LIMA GUIMARAES	GISELE BARONE FARIA	VERONICA LIMA GUIMARAES
CJ	EM CEI ISSA NACLI	ELEORY DO ROCIO SBRISIA BRANCO	MARIA TENFEN	MARIA TENFEN	ELEORY DO ROCIO SBRISIA BRANCO	ROSI DE LOURDES PEREIRA CORDEIRO	LEILA SILVA GROCHENTZ COELHO	ROSI DE LOURDES PEREIRA CORDEIRO	LEILA SILVA GROCHENTZ COELHO
CJ	EM DONA LULA	EDVALDA LIMA JERONIMO	IGNES DE OLIVEIRA ISE	IGNES DE OLIVEIRA ISE	EDVALDA LIMA JERONIMO	IGNES DE OLIVEIRA ISE	EDVALDA LIMA JERONIMO	CIRENE CIBELE DE BRITO LOPES	ROSEMERI TEREZINHA WRONSKI BROTTTO
CJ	EM IRATI	ROSELY TEREZINHA CHOINSKI	ROSICLER DE OLIVEIRA COSTA DOS SANTOS	FRANCISCA INACIA DA TRINDADE RANGEL	MARISA TCHORNEY GUIMARAES	MARISA TCHORNEY GUIMARAES	SIBERIA SIBILA DOS SANTOS	MARISA TCHORNEY GUIMARAES	PATRICIA FRANCA MACHADO
CJ	EM PREFEITO LINNEU FERREIRA DO AMARAL	ZILDA TRIACHINI NASCIMENTO	VALDEREZ MARTINS GUIMARAES BENINE	VALDEREZ MARTINS GUIMARAES BENINE	MARLENE CAVAZANI PAIVA	VALDEREZ MARTINS GUIMARAES BENINE	MARLENE CAVAZANI PAIVA	MARLENE CAVAZANI PAIVA	JUSSARA MARIA CRESTO
CJ	EM PREFEITO OMAR SABBAG	EVALDO KERKOSKI	ELIANE SKIBA PRESTES	-	-	JOAO EMILIO SILVA	BERNADETE BALTAZAR SILVA / 'LILIAM MARA PEREIRA	-	-
PN	EM CEI FRANCISCO FRISCHMANN	SANDRA LUCIA FORTUNATO	MARIA DA LUZ RODRIGUES FANHA CANDAL	ANA MARIA NASCIMENTO DA COSTA	ROSELI DA SILVA TAVARES	ANA MARIA NASCIMENTO DA COSTA	ROSELI DA SILVA TAVARES	SIRLIAN DO ROCIO DOMANSKI ORTENCIO	ROSANA DAS GRACAS DA COSTA
PN	EM CEI PROFESSOR ANTONIO PIETRUZA	ZULEIDE SIMIONI DITZEL	MARIA IZAIDE MOLETTA	ZULEIDE SIMIONI DITZEL	MARIA IZAIDE MOLETTA	MARIA IZAIDE MOLETTA	MARA TERESINHA DALLA CHIESA DA SILVA	MARIA IZAIDE MOLETTA	MARA TERESINHA DALLA CHIESA DA SILVA
PN	EM IVAIPORA	MARIA LUCIA CHIMIM CLAUDINO FERREIRA	IRENE ILDA DELEK	IRENE ILDA DELEK	MARIA LUCIA CHIMIM CLAUDINO FERREIRA	MARIA LUCIA CHIMIM CLAUDINO FERREIRA	IRENE ILDA DELEK	MARIA LUCIA CHIMIM CLAUDINO FERREIRA	IRENE ILDA DELEK
PN	EM MARINGA	EZILDA MARIA QUIRINO LEAL DE SOUSA	JUDITH JOAY DE CONTO	JUDITH JOAY DE CONTO	EZILDA MARIA QUIRINO LEAL DE SOUSA	JUDITH JOAY DE CONTO	EZILDA MARIA QUIRINO LEAL DE SOUSA	EZILDA MARIA QUIRINO LEAL DE SOUSA	ADRIANA TEREZINHA GRENDDEL KAISS
PN	EM PIRATINI	MARIA DO CARMO DE OLIVEIRA	MARIA LUCIANA DOS REIS RAMOS	MARIA TEREZINHA DE OLIVEIRA	MARIA VIDAL DE SOUZA	MARIA VIDAL DE SOUZA	MARIA APARECIDA DE CASTRO	MARIA VIDAL DE SOUZA	ELIZETE PIRES DA CRUZ

(continuação)

NRE 2015	UNIDADE ESCOLAR- 2015	PLEITO DE 2008 - MANDATO 3A - 2009-2011		PLEITO DE 2011 - MANDATO 3A - 2012 - 2014		PLEITO DE 2014 - MANDATO 3A - 2015 - 2017	
		DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A
CIC	EM PRO-MORAR BARIGUI	SUZANA ANDREIA GALEAZZI	ADENAI CRISTINA MAINARDES DE SOUZA	ADENAI CRISTINA MAINARDES DE SOUZA	SUZANA ANDREIA GALEAZZI	SUZANA ANDREIA GALEAZZI	NOEME RODRIGUES FRANCO
CIC	EM SAO MIGUEL	JOCIANE ALVES COSTA PINTO	MARIA TEREZA MENDES	ORESTE GALASTRI JUNIOR	FATIMA APARECIDA NOGUEIRA DA SILVA	ORESTE GALASTRI JUNIOR	JAQUELINE MARIA FRANQUETO LUZ
CJ	EM CEI EVA DA SILVA	DANIELLE FOGACA COMASSETO	DESIRRE COSTA BERWIG	DANIELLE FOGACA COMASSETO	DESIRRE COSTA BERWIG	DANIELLE FOGACA COMASSETO	DESIRRE COSTA BERWIG
CJ	EM CEI ISSA NACLI	LEILA SILVA GROCHENTZ COELHO	ROSI DE LOURDES PEREIRA CORDEIRO	LEILA SILVA GROCHENTZ COELHO	ROSI DE LOURDES PEREIRA CORDEIRO	LEILA SILVA GROCHENTZ COELHO	ROSI DE LOURDES PEREIRA CORDEIRO
CJ	EM DONA LULA	CIRENE CIBELE DE BRITO LOPES	ROSEMERI TEREZINHA WRONSKI BROTTTO	ROSEMERI TEREZINHA WRONSKI BROTTTO	CIRENE CIBELE DE BRITO LOPES	ROSEMERI TEREZINHA WRONSKI BROTTTO	DEYSE CRISTINA HEIN MOREIRA DE LIMA
CJ	EM IRATI	VANUSA PACHECO DOS SANTOS	DEBORA CARLA DOS SANTOS BERTON	VANUSA PACHECO DOS SANTOS	DEBORA CARLA DOS SANTOS BERTON	DEBORA CARLA DOS SANTOS BERTON	ALESSY ADRIANE DE CASSIA FERNANDES DA SILVA
CJ	EM PREFEITO LINNEU FERREIRA DO AMARAL	MARCELI DE LIZANDRA FERREIRA	LILIAN ALZIRA BENEDINE	MARCELI DE LIZANDRA FERREIRA	ELAINE RAMM	ELAINE RAMM	MARCELI DE LIZANDRA FERREIRA
CJ	EM PREFEITO OMAR SABBAG	NEYDECIR DE FATIMA PARIS GAYER	ROSELI PERCEGONA / MARTA REGINA CAMBRUSSI DE LIMA	MARTA REGINA CAMBRUSSI DE LIMA	ROSELI PERCEGONA / HELGA CAMILA DE AGUIAR	MARTA REGINA CAMBRUSSI DE LIMA	ROSELI PERCEGONA
PN	EM CEI FRANCISCO FRISCHMANN	SIRLIAN DO ROCIO DOMANSKI ORTENCIO	ROSANA DAS GRACAS DA COSTA	ROSANA DAS GRACAS DA COSTA	CARLA TEREZINHA CALADO	ROSANA DAS GRACAS DA COSTA	CARLA TEREZINHA CALADO
PN	EM CEI PROFESSOR ANTONIO PIETRUZA	-	-	TATIANE GONCALVES JUSTEN	LIZA MAITE AVILA DE SOUZA	LIZA MAITE AVILA DE SOUZA	TATIANE GONCALVES JUSTEN
PN	EM IVAIPORA	MARIA DO CARMO GOMES BATISTA	VERA LUCIA RAPINI	VANIA CARLA GUIMARAES DE LIZ DE CARVALHO	ZILIA DARQUE MARIA VIEIRA	VANIA CARLA GUIMARAES DE LIZ DE CARVALHO	ZILIA DARQUE MARIA VIEIRA
PN	EM MARINGA	EZILDA MARIA QUIRINO LEAL DE SOUSA	ADRIANA TEREZINHA GREDEL KAISS	SANDRA BARBARINI BARBOSA	DEISY CARLA HORNUNG	SANDRA BARBARINI BARBOSA	DEISY CARLA HORNUNG
PN	EM PIRATINI	ELIZETE PIRES DA CRUZ	MARIA APARECIDA LIMA WOSNIAK	ELIZETE PIRES DA CRUZ	MARIA APARECIDA LIMA WOSNIAK	ELIZETE PIRES DA CRUZ	MARIA APARECIDA DE LIMA WOSNIAK

(continuação)

NRE 2015	NOME DA UNIDADE ESCOLAR EM 2015	Nº de processos eleitorais	PLEITO DE 1983 - MANDATO 2A 1984-1985	PLEITO DE 1985 - MANDATO 2A - 1986-1987	PLEITO DE 1987 - MANDATO 2A - 1988-1989	PLEITO DE 1989 - MANDATO 2A - 1990-1991	PLEITO DE 1991 - MANDATO 2A - 1992-1993	PLEITO DE 1993 - MANDATO 3A - 1994-1996	
			DIRETOR/A	DIRETOR/A	DIRETOR/A	DIRETOR/A	DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A
PN	EM PROFESSORA JURANDYR BAGGIO MÖCKELL	13	ILZE JACI RIBEIRO	ILZE JACI RIBEIRO	MARINEZ SALLUM	MARINEZ SALLUM	ILZE JACI RIBEIRO	ILZE JACI RIBEIRO	MARINEZ SALLUM
PN	EM SAO MATEUS DO SUL	13	CASSIA TERNES QUADRADO	CASSIA TERNES QUADRADO	ITALIA BETTEGA JOAQUIM	ITALIA BETTEGA JOAQUIM	CERLY BRINSKI	CERLY BRINSKI	LIANE MARQUES BUENO
PN	EM UMUARAMA	13	MARIA RITA SOTOMAIOR BITTENCOURT DELMOND	MARIA RITA SOTOMAIOR BITTENCOURT DELMOND	EDINA INES TREBIEN	EDINA INES TREBIEN	MARIA RITA SOTOMAIOR BITTENCOURT DELMOND	EDINA INES TREBIEN	ZILIA DARQUE MARIA VIEIRA
PR	EM ARAPONGAS	13	VERA LUCIA SANTOS	VERA LUCIA SANTOS	TANIA EDIT DOS SANTOS TOMM	TANIA EDIT DOS SANTOS TOMM	IEDA ALVES FURTADO	IEDA ALVES FURTADO	MARIA TERESINHA CORTIANO
PR	EM CAMPO MOURAO	13	MARIA ELIZABETH BAGGIO	MARIA ELIZABETH BAGGIO	DAISY ROSY JAEHNERT FAVETTI	IVONE DA ROCHA SDROIESKI	IVONE DA ROCHA SDROIESKI	IVONE DA ROCHA SDROIESKI	MARIA DE NAZARETH PALMEIRO FRANCO DI CREDO
PR	EM CEI DO EXPEDICIONARIO	13	CELIA REGINA CARVALHO	FULVIA BONAMETTI	LILIAM GABARDO HEMBECKER	ELLIS TERESINHA SALLES	ELLIS TERESINHA SALLES	MARIA EUNICE COMPAROTTO MENEZES	ELENISE REGINA C. DA SILVA
PR	EM CEI FRANCISCO KLEMTZ	13	ROSE MARY PALOMEQUE MAGANHOTTE	ROSE MARY PALOMEQUE MAGANHOTTE	SUELI ROSI SCHUTZENBERGER BRANZIN	SUELI ROSI SCHUTZENBERGER BRANZIN	ANA CRISTINA STOCCO	ROSEMARI DE OLIVEIRA CASTRO	ALMIRINDA LUCIANO JASINSKI
PR	EM CEI PROFESSOR ADRIANO GUSTAVO CARLOS ROBINE	13	MARIA TEREZA RODAK DE QUADROS	MARIA TEREZA RODAK DE QUADROS	CLEMAIR TRINDADE DE GOES	CLEMAIR TRINDADE DE GOES	SIBELE DAS CHAGAS LIMA BOSA	SIBELE DAS CHAGAS LIMA BOSA	CLEMAIR TRINDADE DE GOES
PR	EM CEI PROFESSORA NAIR DE MACEDO	13	MADALENA KAZUE YOSHINAGA	NADIR ROQUE	NADIR ROQUE	MARIA BOBEK MORONA	MARIA BOBEK MORONA	ELIANE THEREZINHA PAGNONCELLI	MARIA BOBEK MORONA
PR	EM DESEMBARGADOR MARCAL JUSTEN	13	MARILDA MARANHO ZANLORENZI	SOELI CONCEICAO VIESSER LIPSKI	SOELI CONCEICAO VIESSER LIPSKI	SILMARA SCHADECK	SANDRA BERNADETE GEARA CARDOSO	SANDRA BERNADETE GEARA CARDOSO	JOSELIA DO ROCIO ADAMI
PR	EM GRACILIANO RAMOS	13	RITA DE CASSIA MATTAR	RITA DE CASSIA MATTAR	MARIA APARECIDA RODRIGUES FANHA CRUZ	MARIA APARECIDA RODRIGUES FANHA CRUZ	MARIA TERESA RODRIGUES FANHA	MARIA TERESA RODRIGUES FANHA	DENISE CYOMARA BERTOLETTI SANTOS
PR	EM MARIA CLARA BRANDAO TESSEROLLI	13	JOAO DE MEIRA SANTOS LIMA	JOAO DE MEIRA SANTOS LIMA	CARMELIANO MARCHAN WAGNITZ	CARMELIANO MARCHAN WAGNITZ	DOROTI SCHREIBER RODRIGUES	ARMANDO TERUO MATSUMOTO	ELIZABETH DUBAS LASKOSKI
PR	EM NOVA ESPERANCA	13	DIONE TREVISAN	DIONE TREVISAN	VALDIVIA WOTROBA DE BRITO	VALDIVIA WOTROBA DE BRITO	REGINA MARTELLO	REGINA MARTELLO	LEONI MARIA GUBERT BARBIERI

(continuação)

NRE 2015	NOME DA UNIDADE ESCOLAR EM 2015	PLEITO DE 1996 - MANDATO 3A - 1997-1999		PLEITO DE 1999 - MANDATO 3A - '2000-2002		PLEITO DE 2002 - MANDATO 3A - 2003-2005		PLEITO DE 2005 - MANDATO 3A - 2006-2008	
		DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A
PN	EM PROFESSORA JURANDYR BAGGIO MÖCKELL	ILZE JACI RIBEIRO	MARINEZ SALLUM	MARCIA CRISTIANE SKRYPEC	ILZE JACI RIBEIRO	MARCIA CRISTIANE SKRYPEC	MARISTELA PECA	MARISTELA PECA	MARCIA CRISTIANE SKRYPEC
PN	EM SAO MATEUS DO SUL	CERLY BRINSKI	JUSSARA TEREZINHA SCHUEDA NICHELE	ISABEL CRISTINA DE ALMEIDA MOTA	CERLY BRINSKI	CERLY BRINSKI	MARLENE MARIA NOGUEIRA DREVECK	CERLY BRINSKI	MARLENE MARIA NOGUEIRA DREVECK
PN	EM UMUARAMA	SANDRA MARA BELOTTO	MARIA DE FATIMA DOS SANTOS	SANDRA MARIA LOURENCO CARVALHO	REINALDO GOMES VAZQUEZ	SANDRA MARIA LOURENCO CARVALHO	REINALDO GOMES VAZQUEZ	DULCELINA APARECIDA MESSIAS	SONIA DE JESUS CHIERIGHINI NIEHUES
PR	EM ARAPONGAS	IEDA ALVES FURTADO	KATIA DE SOUZA WALGER	CLARICE DIB	IEDA ALVES FURTADO	CLARICE DIB	IEDA ALVES FURTADO	IEDA ALVES FURTADO	CLARICE DIB
PR	EM CAMPO MOURAO	IVONE DA ROCHA SDROIESKI	MARIA DE NAZAREH DE CREDO	MARIA DE NAZARETH PALMEIRO FRANCO DI CREDO	REGIANE LUZIA SCUSSIATO	MARIA DE NAZARETH PALMEIRO FRANCO DI CREDO	REGIANE LUZIA SCUSSIATO	NOELI DE FATIMA WOELLNER MATHEUS RIZZARDO	SILDREY MARA CUNHA DOS SANTOS AMBROSIO
PR	EM CEI DO EXPEDICIONARIO	MARIA EUNICE COMPAROTTO MENEZES	ANA BERENICE HORNING SANCHEZ	ANA BERENICE HORNING SANCHEZ	CLAUDIA MARIA GEMIN MEIGA	ANA BERENICE HORNING SANCHEZ	CLAUDIA MARIA GEMIN MEIGA	CLAUDIA MARIA GEMIN MEIGA	ANA BERENICE HORNING SANCHEZ
PR	EM CEI FRANCISCO KLEMTZ	ROSEMARI DE OLIVEIRA CASTRO	ALMIRINDA LUCIANO JASINSKI	VIRGINIA CELIA DA SILVA ROBERTO	CLARA INES GOBBATO ALBUQUERQUE	ELISABETE MARIA WOJCIEKOWSKI JANTSCH	ADRIANA GBUR BARBOSA	ADRIANA GBUR BARBOSA	ELISABETE MARIA WOJCIEKOWSKI JANTSCH
PR	EM CEI PROFESSOR ADRIANO GUSTAVO CARLOS ROBINE	SIBELE DAS CHAGAS LIMA BOSA	CLEMAIR TRINDADE DE GOES	CLEMAIR TRINDADE DE GOES	SIBELE DAS CHAGAS LIMA BOSA	SIBELE DAS CHAGAS LIMA BOSA	MARILENE SPECK	SIBELE DAS CHAGAS LIMA BOSA	MARILENE SPECK
PR	EM CEI PROFESSORA NAIR DE MACEDO	MARIA BOBEK MORONA	MARIA DE LOURDES BAGGIO	MARIA DE LOURDES BAGGIO	CLEUSA APARECIDA ALVES FERREIRA	MARIA DE LOURDES BAGGIO	CLEUSA APARECIDA ALVES FERREIRA	MARIA CONSUELO MACHADO PROKOPENKO	GIOVANNA CUNHA MAZZOLLI DOVAL
PR	EM DESEMBARGADOR MARCAL JUSTEN	SANDRA REGINA BRAUNS	SIMONE MULLER	SANDRA BERNADETE GEARA CARDOSO	SIMONE MULLER	SANDRA BERNADETE GEARA CARDOSO	CIBELE DO CARMO GIANINI MORAES	LENI KETTY DA LUZ	ANA LUCIA GOUVEIA DA SILVA
PR	EM GRACILIANO RAMOS	MARIA TERESA RODRIGUES FANHA	INDIANARA DA SILVA CERQUEIRA	MARIA TERESINHA DE CRISTO SEGANTINI	INDIANARA DA SILVA CERQUEIRA	SIRLEI KOHLER	EMILIA FRANCA SCHWITZNER	SIRLEI KOHLER	EMILIA FRANCA SCHWITZNER
PR	EM MARIA CLARA BRANDAO TESSEROLLI	ARMANDO TERUO MATSUMOTO	ELIZABETH DUBAS LASKOSKI	ELIZABETH DUBAS LASKOSKI	ARMANDO TERUO MATSUMOTO	ANDRESSA WOELLNER DUARTE PEREIRA	ARMANDO TERUO MATSUMOTO	ANDRESSA WOELLNER DUARTE PEREIRA	MARIVALDA DO ROCIO MARTINS CAPETTI
PR	EM NOVA ESPERANCA	REGINA MARTELLO	ANA ISABEL SIQUEIRA AGUIAR	ANA ISABEL SIQUEIRA AGUIAR	REGINA MARTELLO	ANA ISABEL SIQUEIRA AGUIAR	REGINA MARTELLO	REGINA MARTELLO	ANA ISABEL SIQUEIRA AGUIAR

(continuação)

NRE 2015	UNIDADE ESCOLAR- 2015	PLEITO DE 2008 - MANDATO 3A - 2009-2011		PLEITO DE 2011 - MANDATO 3A - 2012 - 2014		PLEITO DE 2014 - MANDATO 3A - 2015 - 2017	
		DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A
PN	EM PROFESSORA JURANDYR BAGGIO MÖCKELL	MARISTELA PECA	MARCIA CRISTIANE SKRYPEC	ELIZABETE MARIA FEDIUK	CHRISTIANE DA CUNHA	ELIZABETE MARIA FEDIUK	NC
PN	EM SAO MATEUS DO SUL	MARLENE MARIA NOGUEIRA DREVECK	IEDA FAGUNDES	MARIA DO ROCIO BROSKA DA CRUZ	FABIELE DO ROCIO NOVAK DE OLIVEIRA	FABIELE DO ROCIO NOVAK DE OLIVEIRA	ROSANE PINHEIRO PEIXOTO
PN	EM UMUARAMA	DULCELINA APARECIDA MESSIAS	MARIA DE FATIMA PEREIRA LIMA	MARIA DE FATIMA PEREIRA LIMA	DULCELINA APARECIDA MESSIAS	DULCELINA APARECIDA MESSIAS	MARIA DE FATIMA DOS SANTOS
PR	EM ARAPONGAS	IEDA ALVES FURTADO	CLARICE DIB	INEZ APARECIDA CYRNE ROCHA	JEANE MARTINEZ DONDALSKI	INEZ APARECIDA CYRNE ROCHA	DANIELA DEGANELLO VIANNA DA ROCHA
PR	EM CAMPO MOURAO	NOELI DE FATIMA WOELLNER MATHEUS RIZZARDO	SILDREY MARA CUNHA DOS SANTOS AMBROSIO	CLAUDIANE PIACESKI PONTES	JULIA ZADRA MAINARDES	EUGENIA VIANNA PICONE	NC
PR	EM CEI DO EXPEDICIONARIO	CLAUDIA MARIA GEMIN MEIGA	ANA BERENICE HORNING SANCHEZ	ANA BERENICE HORNING SANCHEZ	CLAUDIA MARIA GEMIN MEIGA	ANA BERENICE HORNING SANCHEZ	NC
PR	EM CEI FRANCISCO KLEMTZ	MARIA APARECIDA TATIT FERREIRA	MAISE SICKTA DE ARAUJO MERLIN	MARIA APARECIDA TATIT FERREIRA	MAISE SICKTA DE ARAUJO MERLIN	SANDRA HAUSNER	LUCIANA BACHTCHEN
PR	EM CEI PROFESSOR ADRIANO GUSTAVO CARLOS ROBINE	JESIANE FERRADAS MUINOS VICHINESKI	SIBELE DAS CHAGAS LIMA BOSA	SIBELE DAS CHAGAS LIMA BOSA	JESIANE FERRADAS MUINOS VICHINESKI	SIBELE DAS CHAGAS LIMA BOSA	NC
PR	EM CEI PROFESSORA NAIR DE MACEDO	MARIA CONSUELO MACHADO PROKOPENKO	GIOVANNA CUNHA MAZZOLLI DOVAL	GIOVANNA CUNHA MAZZOLLI DOVAL	MARIA CONSUELO MACHADO PROKOPENKO	GIOVANNA CUNHA MAZZOLLI DOVAL	MARIA CONSUELO MACHADO PROKOPENKO
PR	EM DESEMBARGADOR MARCAL JUSTEN	RITA DE CASSIA DE PAULA CAVALCANTI DE LIMA	ARILDENY DO ROCIO HASS	ANDREA FERREIRA DE MELO	SIMONE MUNIZ DO CARMO STANISZEWSKI	ANDREA FERREIRA DE MELO	SIMONE MUNIZ DO CARMO STANISZEWSKI
PR	EM GRACILIANO RAMOS	EMILIA FRANCA SCHWITZNER	SIRLEI KOHLER	SIRLEI KOHLER	IVONE SALETE TETER MOREIRA	SIRLEI KOHLER	IVONE SALETE TETER MOREIRA
PR	EM MARIA CLARA BRANDAO TESSEROLLI	MARIVALDA DO ROCIO MARTINS CAPETTI	ANDRESSA WOELLNER DUARTE PEREIRA	MARIVALDA DO ROCIO MARTINS CAPETTI	ANDRESSA WOELLNER DUARTE PEREIRA	ANDRESSA WOELLNER DUARTE PEREIRA	MARIVALDA DO ROCIO MARTINS CAPETTI
PR	EM NOVA ESPERANCA	REGINA MARTELLO	ANA ISABEL SIQUEIRA AGUIAR	LENI ISABEL BATISTA	ANDREA MARIA DE ALBUQUERQUE	ANDREA MARIA DE ALBUQUERQUE	LENI ISABEL BATISTA

(continuação)

NRE 2015	NOME DA UNIDADE ESCOLAR EM 2015	Nº de processos eleitorais	PLEITO DE 1983 - MANDATO 2A 1984-1985	PLEITO DE 1985 - MANDATO 2A - 1986-1987	PLEITO DE 1987 - MANDATO 2A - 1988-1989	PLEITO DE 1989 - MANDATO 2A - 1990-1991	PLEITO DE 1991 - MANDATO 2A - 1992-1993	PLEITO DE 1993 - MANDATO 3A - 1994-1996	
			DIRETOR/A	DIRETOR/A	DIRETOR/A	DIRETOR/A	DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A
PR	EM PADRE JOAO CRUCIANI	13	MARCOS ROGERIO ZORNING	EDINETE FATIMA EICHHORN	EDINETE FATIMA EICHHORN	ALCIONEIDE BRUM LOPES	ALCIONEIDE BRUM LOPES	MARIA APARECIDA DA ROCHA FERREIRA	LENIR ROSSO
PR	EM PADRE JOSE DE ANCHIETA	13	PEDRO LUIS SCHLINDWEIN	MARILENE SPECK	DOLORES BRITO LOPES	DOLORES BRITO LOPES	FREDERICO DE ALMEIDA TORRES	JOSEMARY MORATONI	HELDANI MARLENE FERNANDES RIBEIRO
PR	EM PAPA JOAO XXIII	13	ROSI OLGA DE ARAUJO	ROSI OLGA DE ARAUJO	MARIA ELIZABETH DE SOUZA TEIXEIRA	MARIA ELIZABETH DE SOUZA TEIXEIRA	CARMEN LUCIA CARNIERI	CARMEN LUCIA CARNIERI	ARLENE ISABEL DA SILVA ROSA
SF	EM ANA HELLA	13	DIONE LOYOLA CHAVES	DIONE LOYOLA CHAVES	FLORIZE SUCKOW HERRMANN	IRMA GRUBBA	IRMA GRUBBA	IRMA GRUBBA	SUELI TEREZINHA TSCHANNERL
SF	EM CEI JULIO MOREIRA	13	MARIA ORLANDA MAIA FRESSATO	MARIA CELINA DA SILVA NOVELINI	MARIA CELINA DA SILVA NOVELINI	BERNADETE FADANELLI BEVERVANSO	VERA LA PASTINA	DAISI FERREIRA DOS SANTOS	MARINA DA ROCHA SEGANTINI
SF	EM CEI PADRE FRANCISCO MESZNER	13	RITA DE CASSIA SILVA MACHADO	RITA DE CASSIA SILVA MACHADO	SILVANA MORTEAN FILIPPI	SILVANA MORTEAN FILIPPI	NANCY MARIA MARQUETE ALVARENGA	SUZETE MARIA SIERPINSKI ZUK	NANCY MARIA MARQUETE ALVARENGA
SF	EM CEI PEDRO DALLABONA	13	JORGINA MARIA DA SILVA	JORGETE MARIA ZEWE GEMIN	JORGETE MARIA ZEWE GEMIN	AUREA AZEVEDO DA SILVA	MABILIA CATTO GALLINA	MARIA DE LOURDES RIBEIRO LOURENCO	MARIA CELINA DA SILVA NOVELINI
SF	EM CEI PROFESSORA LINA MARIA MARTINS MOREIRA	13	DENISE APARECIDA PACCA DA SILVA MEDEIROS	DENISE APARECIDA PACCA DA SILVA MEDEIROS	DAYSE NAPOLEAO BARRICHELO	DAYSE NAPOLEAO BARRICHELO	DENISE APARECIDA PACCA DA SILVA MEDEIROS	DENISE APARECIDA PACCA DA SILVA MEDEIROS	MARLENE PALAORO BORGES
SF	EM CEI RAOUL WALLENBERG	13	DAISI FERREIRA DOS SANTOS	ALAIR FERRAZ KORILLO	REGIANE TERESINHA C. BUSATO	DENISE MARIA CHELLA MACHADO	MARIA TEREZA RAMOS DE MELLO BRUNETTI	DENISE MARIA CHELLA MACHADO	JOAO ANTONIO VIESSER
SF	EM DOS VINHEDOS	13	YARA BATISTELLA	ESMERALDA BARCELOS BICA	ESMERALDA BARCELOS BICA	MARIA JOSE RIPOL DINIZ SERENATO	MARIA JOSE RIPOL DINIZ SERENATO	NAYARA APARECIDA BAENA DE SOUZA	DINALVA TULIO
SF	EM FOZ DO IGUAÇU	13	REGINA CELIA DITTRICH PAWTEL	REGINA CELIA DITTRICH PAWTEL	NINA MARA BEGHETTO	REGINA CELIA DITTRICH PAWTEL	MARILIS DO ROCIO DA COSTA	MARILIS DO ROCIO DA COSTA	VILMA RESENDE ALVES
SF	EM JARDIM SANTO INACIO	13	ELIZABETH KOPPE JORGE	REGINA LUCIA SCHINDA	REGINA LUCIA SCHINDA	MARIZA ALBERGE LOMBARDI	MARIZA ALBERGE LOMBARDI	MARIA CRISTINA DE SOUZA	GISELE FATIMA CORTIANO NOHAMA
SF	EM JARDIM SANTOS ANDRADE	13	JANETE MARIA BAGGIO MORO	JANETE MARIA BAGGIO MORO	ZELIA GAZANIGA TONIAL	JANETE MARIA BAGGIO MORO	JANETE MARIA BAGGIO MORO	JANETE MARIA BAGGIO MORO	NEUSA DA COSTA MARTINS

(continuação)

NRE 2015	NOME DA UNIDADE ESCOLAR EM 2015	PLEITO DE 1996 - MANDATO 3A - 1997-1999		PLEITO DE 1999 - MANDATO 3A - '2000-2002		PLEITO DE 2002 - MANDATO 3A - 2003-2005		PLEITO DE 2005 - MANDATO 3A - 2006-2008	
		DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A
PR	EM PADRE JOAO CRUCIANI	MARIA APARECIDA DA ROCHA FERREIRA	GIANNY MAGALY DAUM FERNANDES	LENIR ROSSO	SELVA MARIA SANTOS MORENO	SELVA MARIA SANTOS MORENO	LENIR ROSSO	SELVA MARIA SANTOS MORENO	LENIR ROSSO
PR	EM PADRE JOSE DE ANCHIETA	HELDANI MARLENE FERNANDES RIBEIRO	SCHEILA MARA Kruk	SCHEILA MARA Kruk	MARILIA BRAGA CORTES	ELUISA MARIA ANTUNES	ADRIANA TONIOLO SANDRINI SALINET	ELUISA MARIA ANTUNES	ADRIANA TONIOLO SANDRINI SALINET
PR	EM PAPA JOAO XXIII	SANDRA LENARA NUNES DE CARVALHO SMANHOTTO	TEREZINHA DE JESUS BRUNATTO CARMELLO	SANDRA LENARA NUNES DE CARVALHO SMANHOTTO	ADAISI DO ROCIO DE PAULA CORDEIRO / CHRISTINA ELIZABETH DE CARVALHO POLISELLI	JOSE ROBERTO CARON SANTOS	LUIZ FERNANDO GOTTARDI / DEISE LEMOS	SANDRA LENARA NUNES DE CARVALHO SMANHOTTO	ADRIANA MENSA DA SILVA / CIBELE FIGUERO BRANCO
SF	EM ANA HELLA	MARIA TEREZA THOMAZ GOMES	IRMA GRUBBA	MARIA TEREZA THOMAZ GOMES	IRMA GRUBBA	IRMA GRUBBA	MARIA TEREZA THOMAZ GOMES	MARIA TEREZA THOMAZ GOMES	MIRIAM NORECY RAICOSKI HRUSCHKA
SF	EM CEI JULIO MOREIRA	DAISI FERREIRA DOS SANTOS	LINDAMIR ANGIOLETTI	LINDAMIR ANGIOLETTI	DAISI FERREIRA DOS SANTOS	LINDAMIR ANGIOLETTI	GISLAINE COIMBRA BUDEL	ELAINE ESMANHOTTO BARETTA	HELEN FABIANE SCHEINER MILANI
SF	EM CEI PADRE FRANCISCO MESZNER	ANA LUCIA SILVA DE CASTRO DECKER	JOSIANE STIVAL KUS	ANA LUCIA SILVA DE CASTRO DECKER	JOSIANE STIVAL KUS	CRISTIANE CASAGRANDE TULIO	ELIANE CANALE LINERO	CRISTIANE CASAGRANDE TULIO	ELIANE CANALE LINERO
SF	EM CEI PEDRO DALLABONA	MARIA CELINA DA SILVA NOVELINI	OTILIA SPACKI DA SILVA	MARIZETE SANTANA DOS SANTOS	PATRICIA PEREIRA DO NASCIMENTO	MARIZETE SANTANA DOS SANTOS	PATRICIA PEREIRA DO NASCIMENTO	PATRICIA PEREIRA DO NASCIMENTO	MARIZETE SANTANA DOS SANTOS
SF	EM CEI PROFESSORA LINA MARIA MARTINS MOREIRA	DENISE APARECIDA PACCA DA SILVA MEDEIROS	ANA MARIA MARQUES FURLANETO	ANA MARIA MARQUES FURLANETO	DENISE APARECIDA PACCA DA SILVA MEDEIROS	DENISE APARECIDA PACCA DA SILVA MEDEIROS	DAYSE NAPOLEAO BARRICHELO	LILIAN RIBEIRO VIEIRA EWALD	ERICA FERNANDA DE FREITAS BARBOSA CALSAVARA
SF	EM CEI RAOUL WALLENBERG	DENISE MARIA CHELLA MACHADO	ERICA PLEWKA MLYNARCZYK	ERICA PLEWKA MLYNARCZYK	MARIA AGOSTINHA DRULLA FELIPE	MARIA AGOSTINHA DRULLA FELIPE	ODETE SIDRE MONTEIRO	JULIANE CASAGRANDE	MARIA AGOSTINHA DRULLA FELIPE
SF	EM DOS VINHEDOS	NAYARA APARECIDA BAENA DE SOUZA	DINALVA TULIO	DINALVA TULIO	MARIA JOSE RIPOL DINIZ SERENATO	MARIA JOSE RIPOL DINIZ SERENATO	SUELI TEREZINHA MURARO DA ROCHA	NAYARA APARECIDA BAENA DE SOUZA	SUELI TEREZINHA MURARO DA ROCHA
SF	EM FOZ DO IGUAÇU	VILMA RESENDE ALVES	DORACI RIBEIRO DOS SANTOS GULIN	DORACI RIBEIRO DOS SANTOS GULIN	VILMA RESENDE ALVES	VILMA RESENDE ALVES	DORACI RIBEIRO DOS SANTOS GULIN	DORACI RIBEIRO DOS SANTOS GULIN	VILMA RESENDE ALVES
SF	EM JARDIM SANTO INACIO	MARLENE DA COSTA	MARIA DE LOURDES KOSZOSKI DOS SANTOS	MARLENE DA COSTA	MARIA DE LOURDES KOSZOSKI DOS SANTOS	ROSANE DO ROCIO MEDEIROS CHEREM	CLAUDIA REGINA DIBAS	ROSANE DO ROCIO MEDEIROS CHEREM	MARIA DE LOURDES KOSZOSKI DOS SANTOS
SF	EM JARDIM SANTOS ANDRADE	MARGARETH ROSE SOBEZAK HOFF	DORACI TEREZINHA BERTASSONI TOKARSKI	MARGARETH ROSE SOBEZAK HOFF	DORACI TEREZINHA BERTASSONI TOKARSKI	DORACI TEREZINHA BERTASSONI TOKARSKI	MARIA LUCIA RIBEIRO	DORACI TEREZINHA BERTASSONI TOKARSKI	MARIA LUCIA RIBEIRO

(continuação)

NRE 2015	UNIDADE ESCOLAR- 2015	PLEITO DE 2008 - MANDATO 3A - 2009-2011		PLEITO DE 2011 - MANDATO 3A - 2012 - 2014		PLEITO DE 2014 - MANDATO 3A - 2015 - 2017	
		DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A
PR	EM PADRE JOAO CRUCIANI	DARLI VIEIRA DE SOUZA	BEATRIZ MARIA ZOPPO	DARLI VIEIRA DE SOUZA	BEATRIZ MARIA ZOPPO	BEATRIZ MARIA ZOPPO	ADRIANA HELENA MIRANDA BORTH
PR	EM PADRE JOSE DE ANCHIETA	ADRIANA TONIOLO SANDRINI SALINET	ELUISA MARIA ANTUNES	ADRIANA TONIOLO SANDRINI SALINET	ELUISA MARIA ANTUNES	ELUISA MARIA ANTUNES	ADRIANA TONIOLO SANDRINI SALINET
PR	EM PAPA JOAO XXIII	SANDRA LENARA NUNES DE CARVALHO SMANHOTTO	ADRIANA MENSA DA SILVA / CIBELE FIGUERO BRANCO	SUELI TEREZINHA SCHLEUMER KOSOWSKI	FABIANO PEREIRA MEDEIROS / SYLVIA REGINA CASELLI QUOOS	SUELI TEREZINHA SCHLEUMER KOSOWSKI	FABIANO PEREIRA MEDEIROS / IVONE ZAVIERUCHA CORDEIRO (DECRETO POSTERIOR AO PLEITO – 2ª VICE)
SF	EM ANA HELLA	MARIA TEREZA THOMAZ GOMES	MIRIAM NORECY RAICOSKI HRUSCHKA	SANDRA REGINA RODRIGUES DOS SANTOS	MARIA TEREZA THOMAZ GOMES	SANDRA REGINA RODRIGUES DOS SANTOS	MARIA TEREZA THOMAZ GOMES
SF	EM CEI JULIO MOREIRA	ELAINE ESMANHOTTO BARETTA	HELEN FABIANE SCHEINER MILANI	HELEN FABIANE SCHEINER MILANI	NEUCI GANZ SZTRUK	LAURA C. MARIANO COSTA	MARILUCI DOS SANTOS MARQUES
SF	EM CEI PADRE FRANCISCO MESZNER	ELIANE CANALE LINERO	SANDRA DE MELO SOUZA	ELIANE CANALE LINERO	SANDRA DE MELO SOUZA	CRISTIANE CASAGRANDE TULIO	SANDRA DE MELO SOUZA
SF	EM CEI PEDRO DALLABONA	JOELISE APARECIDA DAS FLORES ZAPPELLI	LILIANE PALMER	JOELISE APARECIDA DAS FLORES ZAPPELLI	LILIANE PALMER	LILIANE PALMER	CLEVERSON APARECIDA TRAVALHA ARISSA
SF	EM CEI PROFESSORA LINA MARIA MARTINS MOREIRA	ERICA FERNANDA DE FREITAS BARBOSA CALSAVARA	LILIAN RIBEIRO VIEIRA EWALD	ALETHEA CORNELSEN FRANKLIN PONDELEK	ERICA FERNANDA DE FREITAS BARBOSA CALSAVARA	ALETHEA CORNELSEN FRANKLIN PONDELEK	ERICA FERNANDA DE FREITAS BARBOSA CALSAVARA
SF	EM CEI RAOUL WALLENBERG	JULIANE CASAGRANDE	MARIA AGOSTINHA DRULLA FELIPE	MARIA AGOSTINHA DRULLA FELIPE	GISELA WILLMS DE OLIVEIRA	MARIA AGOSTINHA DRULLA FELIPE	GISELA WILLMS DE OLIVEIRA
SF	EM DOS VINHEDOS	VERA CRISTIANE CHAVES MALINOSKI	FRANCIANE ALINE PICHETH	VERA CRISTIANE CHAVES MALINOSKI	CRISTIANNE FERREIRA ZAGO MURARO	ROSANGELA BONFIM GUNTHER	GISELE CAZAGRANDE MORESCHI
SF	EM FOZ DO IGUAÇU	ROSEMEIRE ALTERO VELOZO PINTO	DORACI RIBEIRO DOS SANTOS GULIN	ROSEMEIRE ALTERO VELOZO PINTO	DORACI RIBEIRO DOS SANTOS GULIN	ELAINE APARECIDA SENEKI	ADRIANE PAOLIM DE OLIVEIRA
SF	EM JARDIM SANTO INACIO	JANETE TUCHOLSKI	ANA PAULA BENTHIEN	JANETE TUCHOLSKI	ANA PAULA BENTHIEN	JANETE TUCHOLSKI	-
SF	EM JARDIM SANTOS ANDRADE	ANALICE GURSKI FERNANDEZ	DORACI TEREZINHA BERTASSONI TOKARSKI	ANALICE GURSKI FERNANDEZ	GESE MEIRI DE SIQUEIRA BISINELI	MARIA EDNA DA SILVA RIBEIRO MARAFIGO	-

(continuação)

NRE 2015	NOME DA UNIDADE ESCOLAR EM 2015	Nº de processos eleitorais	PLEITO DE 1983 - MANDATO 2A 1984-1985	PLEITO DE 1985 - MANDATO 2A - 1986-1987	PLEITO DE 1987 - MANDATO 2A - 1988-1989	PLEITO DE 1989 - MANDATO 2A - 1990-1991	PLEITO DE 1991 - MANDATO 2A - 1992-1993	PLEITO DE 1993 - MANDATO 3A - 1994-1996	
			DIRETOR/A	DIRETOR/A	DIRETOR/A	DIRETOR/A	DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A
SF	EM MONSENHOR BOESLAU FALARZ	13	LOURDES BELEM DE ARAUJO	LOURDES BELEM DE ARAUJO	SUELY KOZOWISKI VETTORELLO	SUELY KOZOWISKI VETTORELLO	LOURDES BELEM DE ARAUJO 2971	LOURDES BELEM DE ARAUJO	SULEI KOZOWISKI VETTORELLO
SF	EM PARANAGUA	13	IVANILDA DOS SANTOS ZANELLA	MARIA EUNICE SACZUK	MARIA EUNICE SACZUK	ROSANGELA BASSETTI MAFRA	ROSANGELA BASSETTI MAFRA	MARCIA REGINA REZENDE ZANOCINI	DENIZE CRISTINA BURDA FARIAS
BN	EM COLOMBO	12	----	ARLENE ISABEL DA SILVA ROSA	ARLENE ISABEL DA SILVA ROSA	FRANCINE LIA WOSNIAK	FRANCINE LIA WOSNIAK	ANA MARIA CIECHOWICZ DE SIQUEIRA	VILMA APARECIDA RODRIGUES
CIC	EM PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	12	----	VIVIAN DO PILAR BANDEIRA	VIVIAN DO PILAR BANDEIRA	ANA LUCIA GOMES ROBERTO	RUMUALDO DINIZ TISSOT	EULALIA FALKOWSKI	EDITE MARIA GONCALVES DA CUNHA
SF	EM EDUCACAO ESPECIAL ALI BARK	12	----	YARA BATISTELLA	YARA BATISTELLA	ROSANI FURTADO MAZEPA	ROSANI FURTADO MAZEPA	ROSANI FURTADO MAZEPA	CARMEN SILVIA TEIXEIRA CRUZ
BN	EM PAULO ROGERIO GUIMARAES ESMANHOTO	11	----	----	MARIA LUZITA DE FARIA	MARIA LUZITA DE FARIA	MARILDA COSTA	OLINDA ULLER SUDUL	MARILDA COSTA
BQ	EM CEI PROFESSORA MARIA AUGUSTA JOUVE	11	----	----	SILVIA DO AMARAL LOPES	SILVIA DO AMARAL LOPES	DENISE MAMBERG MAURICIO DE OLIVEIRA	ROSI PERSICOTI NENEVE	MARIA APARECIDA VACCARI PIOVEZAN
BQ	EM PROFESSORA SOPHIA GAERTNER ROSLINDO	11	----	----	CELECINA DE CARVALHO DRAPCYNski	CELECINA DE CARVALHO DRAPCYNski	IVONE VIEIRA DA SILVA	CELECINA DE CARVALHO DRAPCYNski	JUCELIA DO ROCIO CRUZ
BV	EM CEI PROFESSOR LAURO ESMANHOTO	11	----	----	SELMA LOREGA BRAGA DE MORAIS	SELMA LOREGA BRAGA DE MORAIS	ELIANA DE FATIMA ZELLEROFF CAIRES DE SOUZA	ELIANA DE FATIMA ZELLEROFF CAIRES DE SOUZA	LOURDES APARECIDA PEREIRA PINTO
CIC	EM PROFESSORA AMERICA DA COSTA SABOIA	11	----	----	ACACIO NOVAK	ACACIO NOVAK	CELso PUCHASKI	CELso PUCHASKI	CLEUSI MERI ZANONCINI DE FREITAS
CIC	EM SIDONIO MURALHA	11	----	----	NELSON PEREIRA DE GODOI	WALNY TEREZINHA VIANNA DA SILVA	WALNY TEREZINHA VIANNA DA SILVA	VIVIAN RITA MEZA SIQUEIRA CEZAR DE OLIVEIRA	MARILENE CARDOSO KICHE
PN	EM CEI JORNALISTA CLAUDIO ABRAMO	11	----	----	EUNICE MARIA DE OLIVEIRA TURRA	LINA MARIA MARTINS MOREIRA	LINA MARIA MARTINS MOREIRA	CLEIDE MARA MUNHOZ	DHORA ELENA SOUZA
PN	EM CEI JOSE LAMARTINE CORREA DE OLIVEIRA LYRA	11	----	----	DORIS BREPHOL	IVETE MARIA ZANETTI XAVIER	DORIS BREPHOL	DORIS BREPHOL	GENICLEI DO ROCIO M DA SILVA
PN	EM PROFESSOR LEONEL MORO	11	----	----	MARIA SIRLEY DOS SANTOS PENTEADO	MARIA SIRLEY DOS SANTOS PENTEADO	IVONE BESEN BAUMGARTEN	IVONE BESEN BAUMGARTEN	PAULO NEGRAO SOTOMAIOR

(continuação)

NRE 2015	NOME DA UNIDADE ESCOLAR EM 2015	PLEITO DE 1996 - MANDATO 3A - 1997-1999		PLEITO DE 1999 - MANDATO 3A - '2000-2002		PLEITO DE 2002 - MANDATO 3A - 2003-2005		PLEITO DE 2005 - MANDATO 3A - 2006-2008	
		DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A
SF	EM MONSENHOR BOLES LAU FALARZ	ROSA MARIA AGUIDA MICCELLI	MARILIA CRISTINA CACHUBA WOJCIECHOWSKI	ROSA MARIA AGUIDA MICCELLI	MARILIA CRISTINA CACHUBA WOJCIECHOWSKI	MARILIA CRISTINA CACHUBA WOJCIECHOWSKI	ROSA MARIA AGUIDA MICCELLI	MARILIA CRISTINA CACHUBA WOJCIECHOWSKI	DEBORA ADRIANE BAGGIO
SF	EM PARANAGUA	MARCIA REGINA REZENDE ZANOCINI	EDNA MACHADO ADORNO GOMES DE AZEVEDO	ANA MARIA SZEREMETA PEREIRA	CELIA MARIA WEILER	ANA MARIA SZEREMETA PEREIRA	MARCIA REGINA REZENDE ZANOCINI	ROSELI DRUNKLER VINTEM	EDNA MACHADO ADORNO GOMES DE AZEVEDO
BN	EM COLOMBO	ANA MARIA CIECHOWICZ DE SIQUEIRA	MARIA DE LOURDES DE SOUZA VIEIRA	MARGARIDA IZABEL CRISTINA CESAR	LANA MARIA RODRIGUES LIMA DE FACI	MARGARIDA IZABEL CRISTINA CESAR	LANA MARIA RODRIGUES LIMA DE FACI	LANA MARIA RODRIGUES LIMA DE FACI	SANDRA DE PAULA FARIA
CIC	EM PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	EULALIA FALKOWSKI	VALDETE APARECIDA VEIGA DE MORAES	VALDETE APARECIDA VEIGA DE MORAES	EULALIA FALKOWSKI	EULALIA FALKOWSKI	-	EULALIA FALKOWSKI	-
SF	EM EDUCACAO ESPECIAL ALI BARK	KATIALOANA RAMOS MENDONCA	BEATRIZ REGINA CAVALI RIBEIRO	MARILDA DE OLIVEIRA VALLIM ZIMMERMANN	FRANCISCA DONIZETI GONZAGA MORAES BOEING	BEATRIZ REGINA CAVALI RIBEIRO	TANIA MARA RIVABEM FERREIRA	BEATRIZ REGINA CAVALI RIBEIRO	TANIA MARA RIVABEM FERREIRA
BN	EM PAULO ROGERIO GUIMARAES ESMANHOTO	OLINDA ULLER SUDUL	MARILDA COSTA	MARILDA COSTA	OLINDA ULLER SUDUL	OLINDA ULLER SUDUL	MARILDA COSTA	DENISE LUZIA MIKOSZ	LAURINEIDE NECOGESKI DA SILVA
BQ	EM CEI PROFESSORA MARIA AUGUSTA JOUVE	ROSI PERSICOTI NENEVE	MARIA APARECIDA VACCARI PIOVEZAN	RUTE IVETE PERCICOTE	KASSANDRA SANTANA MATIEVICZ	RITA ANDREIA MOURO SENCIO ZEM	NILCE CARDOSO MALAGE	LUCIENI MUCHAGATA PECILE	ZULIANE DE LURDES DAMAZIO CARNEIRO
BQ	EM PROFESSORA SOPHIA GAERTNER ROSLINDO	CELECINA DE CARVALHO DRAPCYNski	SILVANA ELIZABETE FARIAS DE OLIVEIRA	JUCELIA DO ROCIO CRUZ	CELECINA DE CARVALHO DRAPCYNski	CELECINA DE CARVALHO DRAPCYNski	TEREZA RODRIGUES PEREIRA	TEREZA RODRIGUES PEREIRA	ELISABETE DAS GRACAS RIBEIRO DA SILVA JESS
BV	EM CEI PROFESSOR LAURO ESMANHOTO	YEDA ELISA GROPP	CRISTIANE BIANCHINI DOS REIS SIQUEIRA	CRISTIANE BIANCHINI DOS REIS SIQUEIRA	JUANETE CIRINO DOS SANTOS	CRISTIANE BIANCHINI DOS REIS SIQUEIRA	JUANETE CIRINO DOS SANTOS	ROSANGELA GASPARIM	CRISTIANE BIANCHINI DOS REIS SIQUEIRA
CIC	EM PROFESSORA AMERICA DA COSTA SABOIA	EDNA SIQUEIRA	ELI TEREZINHA TABORDA GUERRA	EDNA SIQUEIRA	ELI TEREZINHA TABORDA GUERRA	ELI TEREZINHA TABORDA GUERRA	LUCINEIDE SA DA SILVA	ELI TEREZINHA TABORDA GUERRA	LUCINEIDE SA DA SILVA
CIC	EM SIDONIO MURALHA	VIVIAN RITA MEZA SIQUEIRA CEZAR DE OLIVEIRA	THAIS MARIA TEIXEIRA GUSSO BOZZA	THAIS MARIA TEIXEIRA GUSSO BOZZA	VIVIAN RITA MEZA SIQUEIRA CEZAR DE OLIVEIRA	THAIS MARIA TEIXEIRA GUSSO BOZZA	GRACIMEIRE DO NASCIMENTO	GRACIMEIRE DO NASCIMENTO	THAIS MARIA TEIXEIRA GUSSO BOZZA (APOIO ADMINISTRATIVO)
PN	EM CEI JORNALISTA CLAUDIO ABRAMO	CLEIDE MARA MUNHOZ	DHORA ELENA SOUZA	DHORA ELENA SOUZA	CLEIDE MARA MUNHOZ	CLEIDE MARA MUNHOZ	ALDA CZELUSNIAK DOS SANTOS LEAL	CLEIDE MARA MUNHOZ	ALDA CZELUSNIAK DOS SANTOS LEAL
PN	EM CEI JOSE LAMARTINE CORREA DE OLIVEIRA LYRA	ELISABETE ROCHA	MARIA JOSE DE SOUZA	ELISABETE ROCHA	ZENILIA RODRIGUES LOPES ERCOLI	LUCIA BONIN	EDINA APARECIDA ROCHA SCHNEIDER	LUCIA BONIN	EDINA APARECIDA ROCHA SCHNEIDER
PN	EM PROFESSOR LEONEL MORO	IVONE BESEN BAUMGARTEN	PAULO NEGRAO SOTOMAIOR	FATIMA CARDOZO BITTENCOURT	JUSSARA APARECIDA DA SIQUEIRA MELO	FATIMA CARDOZO BITTENCOURT	JUSSARA APARECIDA DA SIQUEIRA MELO	JUSSARA APARECIDA DA SIQUEIRA MELO	MARIZA MARA MARTINS

(continuação)

NRE 2015	UNIDADE ESCOLAR- 2015	PLEITO DE 2008 - MANDATO 3A - 2009-2011		PLEITO DE 2011 - MANDATO 3A - 2012 - 2014		PLEITO DE 2014 - MANDATO 3A - 2015 - 2017	
		DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A
SF	EM MONSENHOR BOLES LAU FALARZ	DEBORA ADRIANE BAGGIO	JANETE KVETA QUADROS	DEBORA ADRIANE BAGGIO	JANETE KVETA QUADROS	DEBORA ADRIANE BAGGIO	JANETE KVETA QUADROS
SF	EM PARANAGUA	ROSELI DRUNKLER VINTEM	EDNA MACHADO ADORNO GOMES DE AZEVEDO	ROSANE MARIA RONTSCHKY	ROSELI DRUNKLER VINTEM	ROSANE MARIA RONTSCHKY	FABIANA ROSA
BN	EM COLOMBO	LANA MARIA RODRIGUES LIMA DE FACI	IDELMA LIMA DE OLIVEIRA	ANA PAULA NOGUEIRA DOS SANTOS	MARGARIDA IZABEL CRISTINA CESAR	ANA PAULA NOGUEIRA DOS SANTOS	PATRICIA BERTOLDO MARTINS
CIC	EM PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	IRENE DO ROCIO DE ALMEIDA	-	IRENE DO ROCIO DE ALMEIDA	-	IRENE DO ROCIO DE ALMEIDA	-
SF	EM EDUCACAO ESPECIAL ALI BARK	TANIA MARA RIVABEM FERREIRA	BEATRIZ REGINA CAVALI RIBEIRO	BEATRIZ REGINA CAVALI RIBEIRO	TANIA MARA RIVABEM FERREIRA	GIOVANNA MLYNARCZYK MULLER	MARIA LUCIA FORTUNATO
BN	EM PAULO ROGERIO GUIMARAES ESMANHOTO	DENISE LUZIA MIKOSZ	LAURINEIDE NECOGESKI DA SILVA	ALTAMIR RAMLOV	DENISE LUZIA MIKOSZ	DENISE LUZIA GABARDO	LAURINEIDE NECOGESKI DA SILVA (DECRETO POSTERIOR AO PLEITO)
BQ	EM CEI PROFESSORA MARIA AUGUSTA JOUVE	LUCIENI MUCHAGATA PECILE	ZULIANE DE LURDES DAMAZIO CARNEIRO	SILVIA DE FATIMA MACHADO	SANDRA REGINA SANT'ANA	SILVIA DE FATIMA MACHADO	SANDRA REGINA SANT'ANA
BQ	EM PROFESSORA SOPHIA GAERTNER ROSLINDO	TEREZA RODRIGUES PEREIRA	HELENI DE BARROS LAGE NASCIMENTO	HELENI DE BARROS LAGE NASCIMENTO	LIS MERI SUCKOW GIACOMITTI	PATRICIA RAIMUNDO LAZARIN	MEIRE TATIANE RAICHERT MARTINS
BV	EM CEI PROFESSOR LAURO ESMANHOTO	VALKIRIA DENISE FIOR PEREIRA	OLGA ESTELA SCHOLZE MACANHAO	VALKIRIA DENISE FIOR PEREIRA	MARLI PINTO DA FONSECA	MARLI PINTO DA FONSECA	CAROLINE CHELLA DOS SANTOS SILVA
CIC	EM PROFESSORA AMERICA DA COSTA SABOIA	SIMONE BUENO DA MAIA	TANIA MARA BUENO DA MAIA	TANIA MARA BUENO DA MAIA	SIMONE BUENO DA MAIA	SIMONE BUENO DA MAIA	TANIA MARA BUENO DA MAIA
CIC	EM SIDONIO MURALHA	GRACIMEIRE DO NASCIMENTO	LUCI MEIRE DA ROSA VALLE	LUCI MEIRE DA ROSA VALLE	GRACIMEIRE DO NASCIMENTO	GRACIMEIRE DO NASCIMENTO	DANIELLE CAROLINE DA SILVA
PN	EM CEI JORNALISTA CLAUDIO ABRAMO	ROSARIA DA SILVEIRA LIMA	CLEIDE MARA MUNHOZ	ROSARIA DA SILVEIRA LIMA	CRISTIANE DE OLIVEIRA DA SILVA	TANIA BERNARDETE SCOPEL BARCELINO	ROSA TECLA CERINO
PN	EM CEI JOSE LAMARTINE CORREA DE OLIVEIRA LYRA	EDINA APARECIDA ROCHA SCHNEIDER	MARISTELA DE OLIVEIRA ROSA	EDINA APARECIDA ROCHA SCHNEIDER	MARISTELA FLEITER DE OLIVEIRA	CYLENE MARIA MARQUES	EDINA APARECIDA ROCHA SCHNEIDER
PN	EM PROFESSOR LEONEL MORO	JUSSARA APARECIDA DA SIQUEIRA MELO	MARIZA MARA MARTINS	JANDERLI MANTAGUTE DA SILVEIRA	JUSSARA APARECIDA DA SIQUEIRA MELO	ELIZABET WROSNKI BALABAN	MELISSA CONDE OLESKOWICZ

(continuação)

NRE 2015	NOME DA UNIDADE ESCOLAR EM 2015	Nº de processos eleitorais	PLEITO DE 1983 - MANDATO 2A 1984-1985	PLEITO DE 1985 - MANDATO 2A - 1986-1987	PLEITO DE 1987 - MANDATO 2A - 1988-1989	PLEITO DE 1989 - MANDATO 2A - 1990-1991	PLEITO DE 1991 - MANDATO 2A - 1992-1993	PLEITO DE 1993 - MANDATO 3A - 1994-1996	
			DIRETOR/A	DIRETOR/A	DIRETOR/A	DIRETOR/A	DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A
PR	EM CEI BELMIRO CESAR	11	----	----	ANA MARIA NOBREGA DE RAMOS	MARIA LUCIA FONTOURA	MARIANE TOPOROWICZ DIDIMO	MARI MIRANDA COSTA	NEIZA MARIA KAHLER
SF	EM CEI PROFESSOR ULISSES FALCAO VIEIRA	11	----	----	ESMERALDA CUNHA DE CASTRO	HILDA MARINA VIEIRA ANTUNES	HILDA MARINA VIEIRA ANTUNES	CELIA REGINA DE ALMEIDA ROHDE	IRENE DO ROCIO DE ALMEIDA
SF	EM PROFESSORA SONIA MARIA COIMBRA KENSKI	11	----	----	DENIZE PEDRO TEIXEIRA RISKALLA	DENIZE PEDRO TEIXEIRA RISKALLA	MARILIA MARQUES MIRA 37234	ILZE MARIA COELHO MACHADO	CRISTIANE SUELY RAUTT
BN	EM SADY SOUSA	10	----	----	----	NOELI DO ROCIO AZEVEDO RUDNIKI	ALAIR LAUFER	MARIA MADALENA DA SILVA SANTOS	MARCLEI APARECIDA CIPRIANO
BN	EM DONA LULU	8	----	----	----	----	----	ECLEA MARIA DO AMARAL	NC
BN	EM PROFESSORA MIRACY RODRIGUES DE ARAUJO	8	----	----	----	----	----	PEROLA CRISTINA FERREIRA DA SILVA	NC
BV	EM CEI CURITIBA ANO 300	8	----	----	----	----	----	LEIVINGSTONE CONCEICAO	SOLANGE DO ROCIO RUDEK
BV	EM PROFESSOR RICARDO KRIEGER	8	----	----	----	----	----	SUELI TERESINHA HASEMANN TRINKEL	JUSSARA THOMAZ WENDLING SAVA
BV	EM THEODORO DE BONA	8	----	----	----	----	----	IRACY PALMA	FRANCISCA NUNES DA CUNHA
CIC	EM DO CAIC CANDIDO PORTINARI	8	----	----	----	----	----	RITA DE CASSIA SILVA MACHADO	ELIANE DE SOUZA CUBAS ZAIONS
CIC	EM MANSUR GUERIOS	8	----	----	----	----	----	CYL MARA MUNHOZ	MARITA VARGAS I. VIEIRA
CIC	EM PROFESSOR DARIO PERSIANO DE CASTRO VELLOZO	8	----	----	----	----	----	MARIA ELIZABETH BAGGIO	NC
CJ	EM CEI RITTA ANNA DE CASSIA	8	----	----	----	----	----	CARLOS ANSELMO ROCHA DE MELLO	MARIA JOSE PETRUY
CJ	EM DOUTOR GUILHERME LACERDA BRAGA SOBRINHO	8	----	----	----	----	----	MARIA RISOLETE BERWANGER	MARISA GONCALVES ZOLETTI

(continuação)

NRE 2015	NOME DA UNIDADE ESCOLAR EM 2015	PLEITO DE 1996 - MANDATO 3A - 1997-1999		PLEITO DE 1999 - MANDATO 3A - '2000-2002		PLEITO DE 2002 - MANDATO 3A - 2003-2005		PLEITO DE 2005 - MANDATO 3A - 2006-2008	
		DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A
PR	EM CEI BELMIRO CESAR	MARI MIRANDA COSTA	MARELISA PEREIRA MACHADO	CELIA DO ROCIO FERREIRA VERA	MARI MIRANDA COSTA	CELIA DO ROCIO FERREIRA VERA	JULIETA MARCHE	DANIELLA BLANC PIERRI MARQUES	CELIA DO ROCIO FERREIRA VERA
SF	EM CEI PROFESSOR ULISSES FALCAO VIEIRA	CELIA REGINA DE ALMEIDA ROHDE	IRENE DO ROCIO DE ALMEIDA	ANICIR MARCHIORE RAMIRES SANCHES	MARIA SALETE STUANI	ANICIR MARCHIORE RAMIRES SANCHES	MARIA SALETE STUANI	CELIA REGINA DALLAGRANA OGEDA	ANICIR MARCHIORE RAMIRES SANCHES
SF	EM PROFESSORA SONIA MARIA COIMBRA KENSKI	ILZE MARIA COELHO MACHADO	CRISTIANE SUELY RAUTT	SUELY MARA CLAUDINO DA SILVA	RITA SPACKI	SUELY MARA CLAUDINO DA SILVA	CRISTIANE SUELY RAUTT	CRISTIANE SUELY RAUTT	ARIANA DO ROCIO ZEM
BN	EM SADY SOUSA	IZABEL RODRIGUES BERNARDES	VILMA FALASCHI BARBOSA	IZABEL RODRIGUES BERNARDES	VILMA FALASCHI BARBOSA	VILMA FALASCHI BARBOSA	IZABEL RODRIGUES BERNARDES	DOUGLAS DANILO DITTRICH	ANA PAULA DE ANDRADE JANZ
BN	EM DONA LULU	EGLEA MARIA DO AMARAL SILVA	DIONE FERREIRA ZARZICKI BITTENCOURT	DIONE FERREIRA ZARZICKI BITTENCOURT	EGLEA MARIA DO AMARAL SILVA	VANESSA ALEXSANDRA PEREIRA	MIRIAM DE CASSIA HEINZ RODRIGUES	VANESSA ALEXSANDRA PEREIRA	MIRIAM DE CASSIA HEINZ RODRIGUES
BN	EM PROFESSORA MIRACY RODRIGUES DE ARAUJO	PEROLA CRISTINA FERREIRA DA SILVA	OSMARY NAZARE MENDES	OSMARY NAZARE MENDES	PEROLA CRISTINA FERREIRA DA SILVA	PEROLA CRISTINA FERREIRA DA SILVA	LEU TOMAZI	PEROLA CRISTINA FERREIRA DA SILVA	LEU TOMAZI
BV	EM CEI CURITIBA ANO 300	SUELI DO ROCIO DE OLIVEIRA	SONIA MARIA SAMPAIO DOTTI	ZULEIKA FILASKOSKI	CLAUDIA MARGARETE SILVEIRA	CELIA MARIA LINHARES DE MACEDO	NEIDE MACEDO MORMELO	CELIA MARIA LINHARES DE MACEDO	NEIDE MACEDO MORMELO
BV	EM PROFESSOR RICARDO KRIEGER	SUELI TERESINHA HASEMANN TRINKEL	MARISILVIA APARECIDA RIBEIRO VICENTE	ILONE MARIA IENSEN	MARISILVIA APARECIDA RIBEIRO VICENTE	ILONE MARIA IENSEN	FATIMA BEATRIZ RATHIE DE ANDRADE FREHSE	FATIMA BEATRIZ RATHIE DE ANDRADE FREHSE	NINON FREHSE RIBAS
BV	EM THEODORO DE BONA	FRANCISCA NUNES DA CUNHA	ANTONIETA PREIDUM FARFUS	CELIA MARIA MAGALHAES TISSOT	FRANCISCA NUNES DA CUNHA	FRANCISCA NUNES DA CUNHA	DENISE CEGAN ZUZARTE CANDIDO	DENISE CEGAN ZUZARTE CANDIDO	FRANCISCA NUNES DA CUNHA
CIC	EM DO CAIC CANDIDO PORTINARI	EDVIRGEM WOZNIK	JUCELY THEREZINHA WOINAROVICZ	JUCELY THEREZINHA WOINAROVICZ	EUGENIA MARIA SOBRAL MARQUES	JUCELY THEREZINHA WOINAROVICZ	EUGENIA MARIA SOBRAL MARQUES / IVO PIOVEZAN FILHO	EUGENIA MARIA SOBRAL MARQUES	JUCELY THEREZINHA WOINAROVICZ / ROZANGELA GOMES
CIC	EM MANSUR GUERIOS	CYL MARA MUNHOZ	GISELIS DOS SANTOS CORDEIRO	ELIZABETE BORBA DE SOUZA BREIS	NANCI VINHAS POHL	ELIZABETE BORBA DE SOUZA BREIS	REJANE RAUEN GOBBO	REJANE RAUEN GOBBO	ELIZABETE BORBA DE SOUZA BREIS
CIC	EM PROFESSOR DARIO PERSIANO DE CASTRO VELLOZO	MARIA ELIZABETH BAGGIO	SANDRA REGINA TISSOT HERVAL SILVA	SANDRA REGINA TISSOT HERVAL SILVA	MARIA ELIZABETH BAGGIO	IDILENE RAQUEL CANTELI	JULIANA AUGUSTA SAVISKI KOLZ	LOURDES FONSECA PEREIRA	MARINES GOMES MOCELIN
CJ	EM CEI RITTA ANNA DE CASSIA	CARLOS ANSELMO ROCHA DE MELLO	MARCIA HELENA FACCIO BALTAZAR RODRIGUES	MARCIA HELENA FACCIO BALTAZAR RODRIGUES	CRISTIANE DE AZEVEDO BOEHM	NILCEMARA LEAL MOLINA	SANDRA MARA MEISTER BALTHAZAR	NILCEMARA LEAL MOLINA	SANDRA MARA MEISTER BALTHAZAR
CJ	EM DOUTOR GUILHERME LACERDA BRAGA SOBRINHO	MARIA RISOLETE BERWANGER	MARISA GONCALVES ZOLETTI	SINEIDE MOREIRA DA SILVA	ALZIMIRA INES ROTELOK	SINEIDE MOREIRA DA SILVA	ALZIMIRA INES ROTELOK	MARIA INES SANTANA TOTSKI	SINEIDE MOREIRA DA SILVA

(continuação)

NRE 2015	UNIDADE ESCOLAR- 2015	PLEITO DE 2008 - MANDATO 3A - 2009-2011		PLEITO DE 2011 - MANDATO 3A - 2012 - 2014		PLEITO DE 2014 - MANDATO 3A - 2015 - 2017	
		DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A
PR	EM CEI BELMIRO CESAR	DANIELLA BLANC PIERRI MARQUES	CELIA DO ROCIO FERREIRA VERA	CELIA DO ROCIO FERREIRA VERA	DANIELLA BLANC PIERRI MARQUES	DANIELLA BLANC PIERRI MARQUES	ROSELI MACHADO DE JESUS
SF	EM CEI PROFESSOR ULISSES FALCAO VIEIRA	CELIA REGINA DALLAGRANA OGEDA	ANICIR MARCHIORE RAMIRES SANCHES	ANICIR MARCHIORE RAMIRES SANCHES	CELIA REGINA DALLAGRANA OGEDA	ANICIR MARCHIORE RAMIRES SANCHES	CELIA REGINA DALLAGRANA OGEDA
SF	EM PROFESSORA SONIA MARIA COIMBRA KENSKI	CRISTIANE SUELY RAUTT	ARIANA DO ROCIO ZEM	ARIANA DO ROCIO ZEM	CRISTIANE SUELY RAUTT	ARIANA DO ROCIO ZEM	CRISTIANE SUELY RAUTT
BN	EM SADY SOUSA	MARCIA SANTOS BRITO SILVA	VILMA FALASCHI BARBOSA	MARGARETE INEZ RODRIGUES DA LUZ	IOLANDA MARIA RACHID GONCALVES	VALDINEI DE JESUS ROCHA	MATILDE ROZA DURAES DA SLVA
BN	EM DONA LULU	ANTONIO CELSO BANDEIRA	CASSIA BUENO	VANESSA ALEXSANDRA PEREIRA	SIMONE REGINA ANTUNES	REJANE MARTINS MOREIRA TRIZOTTI	SIMONE REGINA ANTUNES
BN	EM PROFESSORA MIRACY RODRIGUES DE ARAUJO	LEU TOMAZI	PEROLA CRISTINA FERREIRA DA SILVA	LEU TOMAZI	DENISE FABIANA SITKO GARSZTKA	DENISE FABIANA SITKO GARSZTKA	LEU TOMAZI
BV	EM CEI CURITIBA ANO 300	NEIDE MACEDO MORMELO	SIMONE ELIZA SABALA SCHUNIG	SIMONE ELIZA SABALA SCHUNIG	SONIA VIEIRA VIANNA SANTOS	SIMONE ELIZA SABALA SCHUNIG	SONIA VIEIRA VIANNA SANTOS
BV	EM PROFESSOR RICARDO KRIEGER	FATIMA BEATRIZ RATHIE DE ANDRADE FREHSE	NINON FREHSE RIBAS	LOURDES MARIA WALESKO	SUZETE MARIA MARTINS STAPASSOLI	NILZA DOS ANJOS FERREIRA	LUCIANA BECKER
BV	EM THEODORO DE BONA	JOSELIS GRACIANO	DALVA ESCANDOLHERI ALVES	JOSELIS GRACIANO	DALVA ESCANDOLHERI ALVES	DALVA ESCANDOLHERI ALVES	JOSELIS GRACIANO
CIC	EM DO CAIC CANDIDO PORTINARI	JUCELY THEREZINHA WOINAROVICZ	EUGENIA MARIA SOBRAL MARQUES / MARTA MEIRA DE CASTRO LARANJO	JUCELY THEREZINHA WOINAROVICZ	MARTA MEIRA DE CASTRO LARANJO / ROZANGELA GOMES	JUCELY THEREZINHA WOINAROVICZ (INDICAÇÃO)	EUNICE FUHRMANN / ANGELA MARIA VIANNA (INDICAÇÃO)
CIC	EM MANSUR GUERIOS	ELIZABETE BORBA DE SOUZA BREIS	REJANE RAUEN GOBBO	ELIZABETE BORBA DE SOUZA BREIS	ELISANGELA DA CUNHA BARBOZA	ELIZABETE BORBA DE SOUZA BREIS	ELISANGELA DA CUNHA BARBOZA
CIC	EM PROFESSOR DARIO PERSIANO DE CASTRO VELLOZO	MARINES GOMES MOCELIN	ESTER DOS SANTOS SILVA OLIVEIRA	MARINES GOMES MOCELIN	ELIANE BENTZ	ALINE RITA ZELINSKI DA SILVA	CLEINTON CALDEIRA FILHO
CJ	EM CEI RITTA ANNA DE CASSIA	TERESA CRISTINA MARRAFAO	ANA MARIA SCHIMANSKI	TERESA CRISTINA MARRAFAO	MARCIA GODINHA DE MELLO	TERESA CRISTINA MARRAFAO	GUIOMAR APARECIDA TOBIAS GUIMARAES
CJ	EM DOUTOR GUILHERME LACERDA BRAGA SOBRINHO	SINEIDE MOREIRA DA SILVA	ANA CAROLINA GONCALVES CORDEIRO	ANA CAROLINA GONCALVES CORDEIRO	MARIA DO SOCORRO HERMES MORLOTTI	MARIA DO SOCORRO HERMES MORLOTTI	HANA PAOLA CECON

(continuação)

NRE 2015	NOME DA UNIDADE ESCOLAR EM 2015	PLEITO DE 1996 - MANDATO 3A - 1997-1999		PLEITO DE 1999 - MANDATO 3A - '2000-2002		PLEITO DE 2002 - MANDATO 3A - 2003-2005		PLEITO DE 2005 - MANDATO 3A - 2006-2008	
		DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A
PN	EM DONA POMPILIA	JANE SIMON PAZ	MARI LIZIE COSTA CASSILHA	MARCIA MAFRA GAMA ARAUJO	ALESSANDRA VANESSA PEREIRA PIVATO	JOSANE RIBEIRO DA SILVA	MARCIA MAFRA GAMA ARAUJO	JOSANE RIBEIRO DA SILVA	MARCIA MAFRA GAMA ARAUJO
PN	EM VEREADORA LAIS PERETTI	LIS D AMIGO FAN	NADIA PEREIRA HOLANDA	LUCIANA MARTINS DE SOUZA MAIA SENRA	EDUMEIA COELHO DA SILVA	LUCIANA MARTINS DE SOUZA MAIA SENRA	EDUMEIA COELHO DA SILVA	EDUMEIA COELHO DA SILVA	JOSELI MARIA HENCOTTE DE CARVALHO
SF	EM ANITA MERHY GAERTNER	MARCIO JOSE BODZIAK	GISELE JUGLAIR	MARCIO JOSE BODZIAK	GISELE JUGLAIR	GISELE JUGLAIR	JOSIL FRALESSO FERREIRA	GISELE JUGLAIR	JOSIL FRALESSO FERREIRA
SF	EM WALTER HOERNER	INES TERESINHA FRUET ESPINOLA TORRES	SANDRA REGO COLACO	SANDRA REGO COLACO	INES TERESINHA FRUET ESPINOLA TORRES	SANDRA REGO COLACO	INES TERESINHA FRUET ESPINOLA TORRES	INES TERESINHA FRUET ESPINOLA TORRES	VIVIANE FATIMA BOTT
X	ESCOLA MUNICIPAL IRMA THERESITA JUGLAIR / 1983 – 1999 (aproximadamente)	ANA MARIA SZEREMETA PEREIRA	LEONILDA LUCAS	----	----	----	----	----	----
BN	EM PROFESSORA REJANE MARIA SILVEIRA SACHETTE	NADIA MARA ZENI DE SA	MARISETE MARIA LEMES BORTOLAN	NADIA MARA ZENI DE SA	MARISETE MARIA LEMES BORTOLAN	MARISETE MARIA LEMES BORTOLAN	CARLA REGINA IURCK SCHIMAIKEL DE LARA	MARISETE MARIA LEMES BORTOLAN	CARLA REGINA IURCK SCHIMAIKEL DE LARA
BQ	EM EDUCACAO ESPECIAL HELENA WLADIMIRNA ANTIPOFF	RONALDO VADSON SCHWANTES	REGINA CELIA GRADOWSKI FARIAS DA COSTA MAINGUE	RONALDO VADSON SCHWANTES	IZABEL GONCALVES KREITCHMANN	MARLI BRAZ GBUR	RONALDO VADSON SCHWANTES	RONALDO VADSON SCHWANTES	MARLI BRAZ GBUR
CJ	EM AYRTON SENNA DA SILVA	INDIA NARA PUSSIELDI BASTOS	YARA CONCEICAO RANGEL CRUZ	SUZANA CRISTINA AUGUSTO PIANEZZER	SANDRA MARA WILLIANS E SILVA	SUZANA CRISTINA AUGUSTO PIANEZZER	SANDRA MARA WILLIANS E SILVA	GREYCE CILENE SERENA	WILZA BUENO DE OLIVEIRA DE JESUS
CJ	EM CORONEL DURIVAL BRITTO E SILVA	SALI MUSSI JACOB GUSLEN	JUSSARA CALDERARE GULINELI BERNARDELLI	SALI MUSSI JACOB GUSLEN	JUSSARA CALDERARE GULINELI BERNARDELLI	JUSSARA CALDERARE GULINELI BERNARDELLI	EULI MARIA CANETTE KLUG	MARIA ISABEL PORTO TOBIAS	WALTER LEICHSENRING
CJ	EM ELZA LERNER	TANIA MARA FANTINATO MATEUS	DIRLENE TEREZINHA WOZNIK	DIRLENE TEREZINHA WOZNIK	MARIA VERONICA DA SILVA	MARIANE TOPOROWICZ DIDIMO	JAMILE ZEIN	JAMILE ZEIN	DANIELLE VERGINIA LISBOA RAMIRES PINTO
BN	EM BAIRRO NOVO DO CAIC GUILHERME LACERDA BRAGA SOBRINHO	----	----	RICARDO JOSE DONATO	GILMAR DE OLIVEIRA GONCALVES / ANA LUCIA BONATTO	ANA LUCIA BONATTO	RICARDO JOSE DONATO / IVONE APARECIDA DE ALMEIDA BERNARDES DA SILVA	PEDRO RODRIGO DE ANDRADE	ROGERIA MORO

(continuação)

NRE 2015	UNIDADE ESCOLAR- 2015	PLEITO DE 2008 - MANDATO 3A - 2009-2011		PLEITO DE 2011 - MANDATO 3A - 2012 - 2014		PLEITO DE 2014 - MANDATO 3A - 2015 - 2017	
		DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A
PN	EM DONA POMPILIA	ALESSANDRA VANESSA PEREIRA PIVATO	JOSANE RIBEIRO DA SILVA	MARCIA MAFRA GAMA ARAUJO	ROSANGELA DE CASSIA MUNHOZ	ROSANGELA DE CASSIA MUNHOZ	LUCIANE TUREK
PN	EM VEREADORA LAIS PERETTI	JOSELI MARIA HENCOTTE DE CARVALHO	MARTA REGINA DOMINGUES CAMPOS	JOSELI MARIA HENCOTTE DE CARVALHO	RICIANY SCHEIDT KUHNEN BUNDT	JOSELI MARIA HENCOTTE DE CARVALHO	GILMARA MARQUES CASTILHO
SF	EM ANITA MERHY GAERTNER	SONIA DE FATIMA MAGALHAES PEREIRA	GISELE JUGLAIR	SONIA DE FATIMA MAGALHAES PEREIRA	MARISTELA ANDRADE DA CRUZ	ROSELI DE CASSIA MOLONI GARCIA	VIVIANE LUGNANI
SF	EM WALTER HOERNER	INES TERESINHA FRUET ESPINOLA TORRES	VIVIANE FATIMA BOTT	VIVIANE FATIMA BOTT	CLAUDIA APARECIDA CORDEIRO SIMAO	CINTIA BEATRIZ CORAIOLA	NC
X	ESCOLA MUNICIPAL IRMA THERESITA JUGLAIR / 1983 – 1999 (aproximadamente)	----	----	----	----	----	----
BN	EM PROFESSORA REJANE MARIA SILVEIRA SACHETTE	CARLA REGINA IURCK SCHIMAIKEL DE LARA	ADRIANA DO ROCIO KLUG	CARLA REGINA IURCK SCHIMAIKEL DE LARA	ADRIANA DO ROCIO KLUG	CARLA REGINA IURCK SCHIMAIKEL DE LARA	LIGIA CORREIA OGURTSOVA
BQ	EM EDUCACAO ESPECIAL HELENA WLADIMIRNA ANTIPOFF	RONALDO VADSON SCHWANTES	MARISE KOBUS DOS SANTOS	MARISE KOBUS DOS SANTOS	RONALDO VADSON SCHWANTES	ROSANGELA MARIA VIEIRA GUTIERREZ	ROSICLEIA FERNANDES DIAS
CJ	EM AYRTON SENNA DA SILVA	GREYCE CILENE SERENA	WILZA BUENO DE OLIVEIRA DE JESUS	WILZA BUENO DE OLIVEIRA DE JESUS	GREYCE CILENE SERENA	WILZA BUENO DE OLIVEIRA DE JESUS	GREYCE CILENE SERENA
CJ	EM CORONEL DURIVAL BRITTO E SILVA	ANAI DA LUZ RODRIGUES SANTOS	VALQUIRIA HIRT	ANAI DA LUZ RODRIGUES SANTOS	MARCELIA SILVA PERCEGONA	ANAI DA LUZ RODRIGUES SANTOS	ROSICLER DE ARAUJO DE LIMA
CJ	EM ELZA LERNER	ZERLI MARI SANTOS	CATARINA DE CAMARGO VENTURA	LUCIANE XAVIER DE JESUS	SIMONE XAVIER DE JESUS	LEDA APARECIDA SODRE GARZUZE CORDEIRO	LUCIANA MARIA DOS SANTOS WEBER
BN	EM BAIRRO NOVO DO CAIC GUILHERME LACERDA BRAGA SOBRINHO	PEDRO RODRIGO DE ANDRADE	ELIZABETE BENATO NERES / EVERTON LUIZ CAMARGO	NEIVA DO PRADO LEO (INDICAÇÃO POSTERIOR)	PEDRO RODRIGO DE ANDRADE (INDICAÇÃO POSTERIOR)	PEDRO RODRIGO DE ANDRADE	ELIANE ADAM BENINI / EVERTON LUIZ CAMARGO

(continuação)

NRE 2015	NOME DA UNIDADE ESCOLAR EM 2015	PLEITO DE 1996 - MANDATO 3A - 1997-1999		PLEITO DE 1999 - MANDATO 3A - '2000-2002		PLEITO DE 2002 - MANDATO 3A - 2003-2005		PLEITO DE 2005 - MANDATO 3A - 2006-2008	
		DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A
BN	EM HERACLITO FONTOURA SOBRAL PINTO	----	----	LENI GONCALO MENDES VIDMONTAS	DALVA MARIA ZART	LENI GONCALO MENDES VIDMONTAS	DALVA MARIA ZART	NEUSA MARIA SOCHASCKI BORGES	LENI GONCALO MENDES VIDMONTAS
BN	EM MADRE TERESA DE CALCUTA	----	----	JORGE BONACINA	VANESSA DE FATIMA ROSARIO	JORGE BONACINA	VANESSA DE FATIMA ROSARIO	JORGE BONACINA	ELENI CRISTINA BONACINA
BN	EM PAULO FREIRE	----	----	JULIANNA LAUDICELLI DE OLIVEIRA CRUZ	MICHELE SINISKI	CELIA MARIA ZEVE KOMIYAMA	IDELMA LIMA DE OLIVEIRA	TANIA MARA DALL ALBA	ANDREA FERREIRA DA LUZ
CJ	EM MARUMBI	----	----	IVANETE SANTOS DE MELO	MARLI PIMENTEL DA SILVA	IVANETE SANTOS DE MELO	MARLI PIMENTEL DA SILVA	SILVIAMAR DE FATIMA MARTINS	IVANETE SANTOS DE MELO
CJ	EM MICHEL KHURY	----	----	MARIA ELIZABETH DE SOUZA TEIXEIRA	TEREZILDA GUTSTEIN BOSIO	NELICE MARIA FABRI DE CAMPOS	MICHELLE DUDA TABORDA	NELICE MARIA FABRI DE CAMPOS	MICHELLE DUDA TABORDA
PN	EM NEWTON BORGES DOS REIS	----	----	ROSELI DRUNKLER VINTEM	ELIZABETH REBELO MIKOSKI	ADEMIR VOLPATO GESSER	CLAUDETE APARECIDA DE CARVALHO	ADEMIR VOLPATO GESSER	CLAUDETE APARECIDA DE CARVALHO
PN	EM PROFESSOR DARCY RIBEIRO	----	----	SANDRA DA SILVA ANDRADE DE SOUZA	SOLANGE FABRI	SANDRA DA SILVA ANDRADE DE SOUZA	SOLANGE FABRI	MARA LUCIA MACEDO	EDIMEE ROCHA BADEGA
PN	EM SANTA ANA MESTRA	----	----	MARIA DE LOURDES RIBEIRO LOURENCO	JULINA MARIA ARAUJO	MARIA DE LOURDES RIBEIRO LOURENCO	GISELE CRISTINA MARCHIORO	ANDRESSA BOAVENTURA DOS REMEDIOS	LUCIANE DE CARVALHO BAGGIO
PR	EM SAO LUIZ	----	----	LUCELIA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE	MARIA DA GRACA LONGHI	MARIA DA GRACA LONGHI	LUCELIA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE	LUCELIA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE	ZELIA MARIA CARDOSO ROCHA WITEK
BN	EM PROFESSORA MARIA NEIDE GABARDO BETIATTO	----	----	----	----	CELIA MARIA SANDESKI GABARDO	ZULEIDE ANTONIA GODKE	ZULEIDE ANTONIA GODKE	CELIA MARIA SANDESKI GABARDO
BQ	EM FRANCISCO DEROSSO	----	----	----	----	ELIZABETE DE CAMARGO RODRIGUES	JAEI RAMIRO	JAEI RAMIRO	ELIZABETE DE CAMARGO RODRIGUES
CIC	EM POETA JOAO CABRAL DE MELO NETO	----	----	----	----	JUSSARA FURTADO	SANDRA APARECIDA FERREIRA	JUSSARA FURTADO	
PN	EM MARGARIDA ORSO DALLAGASSA	----	----	----	----	MARIA DE CASSIA LIMA RIBEIRO	LILIAN DE MEDEIROS DA CRUZ	CHEILA CRISTINA ZALUCA	MARIA CECILIA SANTOS ARAUJO COLATUSSO
PN	EM OSVALDO ARNS	----	----	----	----	GISELDA MARTINS FADANN	SIMONE GONZALEZ MARINHO MARTINS	GISELDA MARTINS FADANN	EMILSON CANDIDO GOMES BITTENCOURT

(continuação)

NRE 2015	UNIDADE ESCOLAR- 2015	PLEITO DE 2008 - MANDATO 3A - 2009-2011		PLEITO DE 2011 - MANDATO 3A - 2012 - 2014		PLEITO DE 2014 - MANDATO 3A - 2015 - 2017	
		DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A
BN	EM HERACLITO FONTOURA SOBRAL PINTO	NEUSA MARIA SOCHASCKI BORGES	LENI GONCALO MENDES VIDMONTAS	LENI GONCALO MENDES VIDMONTAS	NEUSA MARIA SOCHASCKI KLINGHOFFER	LENI GONCALO MENDES VIDMONTAS	NEUSA MARIA SOCHASCKI KLINGHOFFER
BN	EM MADRE TERESA DE CALCUTA	JORGE BONACINA	MARISE LIMA PERON	MARISE LIMA PERON	MARLENE VULCHAK PREISSLER	MARISE LIMA PERON	ELIANE DE OLIVEIRA DIAS
BN	EM PAULO FREIRE	ELISIANA PAES LEITE	CINTIA BUENO CARNEIRO	ELISIANA PAES LEITE	CINTIA BUENO CARNEIRO	MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA	THAIZ WANTROBA BUENO
CJ	EM MARUMBI	MARIA DE LOURDES FERRO BAVARESCO	SIMONE KUSTER GARCIA	SIMONE KUSTER GARCIA	MARIA DE LOURDES FERRO BAVARESCO	CLEONILDA GOMES BATISTA	ANDREA PEREIRA BONIJA LEITE
CJ	EM MICHEL KHURY	MICHELLE DUDA TABORDA	ELISANGELA DE ABREU LANDUCHE	ADRIANA SELSKI	JOSIANE APARECIDA PEDROSO DE BRITO	ADRIANA SELSKI	JOSIANE APARECIDA PEDROSO DE BRITO
PN	EM NEWTON BORGES DOS REIS	CLAUDETE APARECIDA DE CARVALHO	MARY JUSVIK	CLAUDETE APARECIDA DE CARVALHO	THIAGO ANDRE DE CASTRO	CLAUDETE APARECIDA DE CARVALHO	VIVIANE APARECIDA PADOAN DE OLIVEIRA
PN	EM PROFESSOR DARCY RIBEIRO	MARA LUCIA MACEDO	JOSECLEIA DE ALMEIDA	CLEA TOFFOLI	GRASIELI LOPES RODOLFO	CLEA TOFFOLI	GRASIELI LOPES RODOLFO
PN	EM SANTA ANA MESTRA	ANDRESSA BOAVENTURA DOS REMEDIOS	TERESINHA DE JESUS ALVES RIBEIRO	TERESINHA DE JESUS ALVES RIBEIRO	ANDRESSA BOAVENTURA DOS REMEDIOS	TERESINHA DE JESUS ALVES RIBEIRO	MERENILDE SOARES DE LIMA
PR	EM SAO LUIZ	LUCELIA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE	ZELIA MARIA CARDOSO ROCHA WITEK	SIMONE SOVINSKI DA CUNHA	TELMA PEDROSO RODRIGUES	SIMONE SOVINSKI DA CUNHA	TELMA PEDROSO RODRIGUES
BN	EM PROFESSORA MARIA NEIDE GABARDO BETIATTO	CELIA MARIA SANDESKI GABARDO	MARIA DE LOURDES BAGGIO	INÊS LORETE BOBATO CAVICHIOLO	ALEXANDRE XIMENEZ MAGRON	INÊS LORETE BOBATO CAVICHIOLO	ALEXANDRE XIMENEZ MAGRON
BQ	EM FRANCISCO DEROSSO	ANDREA CRISTINE JUSTEN CAMPOS	SORAIA DE FATIMA FURQUIM CARDOSO	ANDREA CRISTINE JUSTEN CAMPOS	VALQUIRIA LEAL DE CARVALHO GAZOLA	ANDRESSA ROMANO JES	CLAUDIA MARA MANASSES
CIC	EM POETA JOAO CABRAL DE MELO NETO	SANDRA APARECIDA FERREIRA	ROGERIO ADRIANO LAU	ROGERIO ADRIANO LAU	SIMONE REGINA BECHER SANTOS	ROGERIO ADRIANO LAU	SIMONE REGINA BECHER SANTOS
PN	EM MARGARIDA ORSO DALLAGASSA	CHEILA CRISTINA ZALUCA	MARIA CECILIA SANTOS ARAUJO COLATUSSO	MARIA CECILIA SANTOS ARAUJO COLATUSSO	SANDRA MENDES	MARIA CECILIA SANTOS ARAUJO COLATUSSO	SANDRA MENDES
PN	EM OSVALDO ARNS	LUCIANE KOSCHLA	SUSAN CRISTINE FERREIRA	LUCIANE KOSCHLA	RODERLEY FERREIRA	JOSANE RIBEIRO DA SILVA	SHEILA CRISTINA MARTINI LEMOS

(continuação)

NRE 2015	NOME DA UNIDADE ESCOLAR EM 2015	PLEITO DE 1996 - MANDATO 3A - 1997-1999		PLEITO DE 1999 - MANDATO 3A - '2000-2002		PLEITO DE 2002 - MANDATO 3A - 2003-2005		PLEITO DE 2005 - MANDATO 3A - 2006-2008	
		DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A
BN	EM PROFESSORA CARMEN SALOMAO TEIXEIRA	----	----	----	----	----	----	MARILDA COSTA	
BN	EM PROFESSORA CECILIA MARIA WESTPHALEN	----	----	----	----	----	----	LUCIANA MARTINS DE SOUZA MAIA SENRA	OSMAR JOSE DA CUNHA
BQ	EM LEONOR CASTELLANO	----	----	----	----	----	----	NADIA MARA ZENI DE SA	JOCILENE DOMINGUES DA SILVA RAMALHO
BQ	EM NIVALDO BRAGA	----	----	----	----	----	----	SILVANA ROMANIECKI ZACARCHUCA GOES	JUSSARA CRISTINA HAUSBERGER CIDREIRA
BV	EM DUILIO CALDERARI	----	----	----	----	----	----	LUIZA REGINA BINI	MARCIA REGINA NICOLETTI ALVES
BV	EM MADRE ANTONIA	----	----	----	----	----	----	SUSY BORTOT HOPKER	LUCIANA PERINI KLOCK RODRIGUES ALVES
BV	EM RAUL GELBECK	----	----	----	----	----	----	DENISE GHISLAINE RODRIGUES GUSSO	ADRIANA SANT'ANA DA SILVA VIEIRA
BV	EM SANTA AGUEDA	----	----	----	----	----	----	ADRIANE CELIA SALDANHA	MARLENE CATARINA VICENTIN CERQUEIRA
CIC	EM ALVARO BORGES	----	----	----	----	----	----	JULIANA APARECIDA DE FREITAS	LUCIANE TUREK
CIC	EM DOM BOSCO	----	----	----	----	----	----	IODEIA FELICIO	VIVIANE KRUK VIEIRA
CJ	EM ENEAS MARQUES DOS SANTOS	----	----	----	----	----	----	JANETE MARIA ROCHA MUNHOZ	MARIA CRISTINA DIORIO
CJ	EM PROFESSOR JOAO MACEDO FILHO	----	----	----	----	----	----	IVONE POPOVSKI DE AZEVEDO	LIDIANE DUARTE
CJ	EM PROFESSORA DONATILLA CARON DOS ANJOS	----	----	----	----	----	----	SALI MUSSI JACOB GUSLEN	SILVIA MARA PIRES PROCHMANN
CJ	EM PROFESSORA MARIA DE LOURDES LAMAS PEGORARO	----	----	----	----	----	----	FRANCIS CRISTINE CARDOS DE OLIVEIRA	DANIELLE KRZEZANOVSKI

(continuação)

NRE 2015	NOME DA UNIDADE ESCOLAR EM 2015	PLEITO DE 2008 - MANDATO 3A - 2009-2011		PLEITO DE 2011 - MANDATO 3A - 2012 - 2014		PLEITO DE 2014 - MANDATO 3A - 2015 - 2017	
		DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A
BN	EM PROFESSORA CARMEN SALOMAO TEIXEIRA	MARILDA COSTA		CLEUSA APARECIDA MENDES SAROTE		CLEUSA APARECIDA MENDES SAROTE	
BN	EM PROFESSORA CECILIA MARIA WESTPHALEN	LUCIANA MARTINS DE SOUZA MAIA SENRA	OSMAR JOSE DA CUNHA	OSMAR JOSE DA CUNHA	LUCIANA MARTINS DE SOUZA MAIA SENRA	CLAUDINEI APARECIDO ALBERTO	VALDETE FERREIRA
BQ	EM LEONOR CASTELLANO	NADIA MARA ZENI DE SA	JOCILENE DOMINGUES DA SILVA RAMALHO	JOCILENE DOMINGUES DA SILVA RAMALHO	NADIA MARA ZENI DE SA	JOCILENE DOMINGUES DA SILVA RAMALHO	FABIANA NOBRE DO NASCIMENTO
BQ	EM NIVALDO BRAGA	SILVANA ROMANIECKI ZACARCHUCA GOES	JUSSARA CRISTINA HAUSBERGER CIDREIRA	JUSSARA CRISTINA HAUSBERGER CIDREIRA	ADRIANE REGINA ANDRADE	ADRIANE REGINA ANDRADE	ALESSANDRA KELI COELHO
BV	EM DUILIO CALDERARI	ANA PAULA BARCELLOS LOPES	TANIA CRISTI STEMBERG	ANA PAULA BARCELLOS LOPES	TANIA CRISTI STEMBERG	ANA PAULA BARCELLOS LOPES	TANIA CRISTI STEMBERG
BV	EM MADRE ANTONIA	LUCIANA PERINI KLOCK RODRIGUES ALVES	MARILIS REGINA HANKE GRECA	MARILIS REGINA HANKE GRECA	LUCIANA PERINI KLOCK RODRIGUES ALVES	LUCIANA PERINI KLOCK RODRIGUES ALVES	MARILIS REGINA HANKE GRECA
BV	EM RAUL GELBECK	DENISE GHISLAINE RODRIGUES GUSO	ADRIANA SANT'ANA DA SILVA VIEIRA	ADRIANA SANT'ANA DA SILVA VIEIRA	DENISE GHISLAINE RODRIGUES GUSO	ADRIANA SANT'ANA DA SILVA VIEIRA	
BV	EM SANTA AGUEDA	ADRIANE CELIA SALDANHA	MARLENE CATARINA VICENTIN CERQUEIRA	MARLENE CATARINA VICENTIN CERQUEIRA	ADRIANE CELIA SALDANHA	ADRIANE CELIA SALDANHA (APÓS 2º PLEITO, 2015)	IVONETE DA FATIMA STIPP (APÓS 2º PLEITO, 2015)
CIC	EM ALVARO BORGES	MARIA MIRIAM MARQUES REIS PRATES	DEBORA DELLIE ECLACHE AMARAL	DEBORA DELLIE ECLACHE AMARAL	ENERGINA AMARO DE SOUZA MACEDO	ROBERTO DE SALLES BORGES	KATIA REGINA KUSSIK PEREIRA
CIC	EM DOM BOSCO	VIVIANE KRUK VIEIRA	MARIZETE KASIOROWSKI KOLINSKI PEREIRA DOS SANTOS	MARIZETE KASIOROWSKI KOLINSKI PEREIRA DOS SANTOS	VIVIANE KRUK VIEIRA	MARIZETE KASIOROWSKI KOLINSKI PEREIRA DOS SANTOS	CLAUDIA MARA LANCONI JUNQUEIRA DA SILVA
CJ	EM ENEAS MARQUES DOS SANTOS	JANETE MARIA ROCHA MUNHOZ	LUCIA LESSNAU VALENTIM	LUCIA LESSNAU VALENTIM	ROSANA CRISTINA MULLER	LUCIA LESSNAU VALENTIM	CRISTIANE TULIO
CJ	EM PROFESSOR JOAO MACEDO FILHO	LIDIANE DUARTE	TEREZINHA SAQUETTI MROCZEK	LIDIANE DUARTE	VILMA PINHEIRO DA CRUZ BRUM	CRISTIANE VOLTOLINI	ANGELA MARIA ASSIS DA SILVA
CJ	EM PROFESSORA DONATILLA CARON DOS ANJOS	MARIA CRISTINA FIORILLO DOS SANTOS	DIVA LIPPI	DIVA LIPPI	JUCIELE GEMIN LOEPER	DIVA LIPPI	CIBELE CORTEZ DE OLIVEIRA
CJ	EM PROFESSORA MARIA DE LOURDES LAMAS PEGORARO	DANIELLE KRZEZANOVSKI	FRANCIS CRISTINE CARDOS DE OLIVEIRA	ANA PAULA VILELLA RIBAS	FABIANE ROBERTA MENDES	ANA PAULA VILELLA RIBAS	FABIANE ROBERTA MENDES

(continuação)

NRE 2015	NOME DA UNIDADE ESCOLAR EM 2015	PLEITO DE 1996 - MANDATO 3A - 1997-1999		PLEITO DE 1999 - MANDATO 3A - '2000-2002		PLEITO DE 2002 - MANDATO 3A - 2003-2005		PLEITO DE 2005 - MANDATO 3A - 2006-2008	
		DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A
CJ	EM PROFESSORA MARIA MARLI PIOVEZAN	----	----	----	----	----	----	SANDRA REGINA PEREIRA	DENISE LUCIENE LIPINSKI RUTKOSKI
CJ	EM RACHEL MADER GONCALVES	----	----	----	----	----	----	SUELI APARECIDA WOLF	ADRIANA DE BARRIOS SECCO
MZ	EM CARAMURU	----	----	----	----	----	----	CLARICE MOREIRA FORTES OTTO	NANCI DE LOURDES FERRONATO
MZ	EM DOM MANUEL DA SILVEIRA D'ELBOUX	----	----	----	----	----	----	MARIA RITA BRUEL	LARISSA SILVEIRA COSTA
MZ	EM MIRAZINHA BRAGA	----	----	----	----	----	----	GIOVANNA MLYNARCZYK MULLER	ELENICE NABHEM KALLUF
PN	EM GOVERNADOR LEONEL DE MOURA BRIZOLA	----	----	----	----	----	----	PATRICIA WOELLNER DE SOUZA	DANIELLE FASCOLIN
PN	EM HELENA KOLODY	----	----	----	----	----	----	IZABEL MARIA DA SILVA DE LIMA	ELISANGELA DENISE LESZKIEWICZ
PN	EM PROFESSORA ERICA PLEWKA MLYNARCZYK	----	----	----	----	----	----	RENATA WOELLNER	VIVIANE APARECIDA VIEIRA
PN	EM PROFESSORA JOANA RAKSA	----	----	----	----	----	----	PAULA REGINA RAKSA DA SILVA	MARLENE DE CARVALHO DE BRITO
PN	EM RIO BONITO	----	----	----	----	----	----	CELMA BARROSO DA SILVA KARAS	
PN	EM VILA ZANON	----	----	----	----	----	----	ANTONIO ULISSES CARVALHO	
PR	EM DOUTOR OSVALDO CRUZ	----	----	----	----	----	----	MARCIO JOSE BODZIAK	MARIA LUCIMARIA BARES BODZIAK
PR	EM ELEVIR DIONISIO	----	----	----	----	----	----	MARI MIRANDA COSTA	DILVONETE DE SOUZA BALABUCH
PR	EM ITACELINA BITTENCOURT	----	----	----	----	----	----	SANDRA REGINA MARTINS DE SOUZA	ROSANA BRUNNER MOLETTA
PR	EM MADRE MARIA DOS ANJOS	----	----	----	----	----	----	TAIS SUSANA DASSIE	ROSANE DE MOURA COSTA
PR	EM MIGUEL KRUG	----	----	----	----	----	----	VERA LUCIA NIEWEGLOWSKI	KIYOKO FUKUDA NEVES
PR	EM PRESIDENTE PEDROSA	----	----	----	----	----	----	DORA LUCIA DE SOUZA	VIVIANE DE FATIMA ESTEGUES
SF	EM NYMPHA MARIA DA ROCHA PELOW	----	----	----	----	----	----	ROSA MARIA AGUIDA MICCELLI	BIANCA FLORENCE BUENO DE OLIVEIRA ESPINDOLA

(continuação)

NRE 2015	NOME DA UNIDADE ESCOLAR EM 2015	PLEITO DE 2008 - MANDATO 3A - 2009-2011		PLEITO DE 2011 - MANDATO 3A - 2012 - 2014		PLEITO DE 2014 - MANDATO 3A - 2015 - 2017	
		DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A
CJ	EM PROFESSORA MARIA MARLI PIOVEZAN	SANDRA REGINA PEREIRA	LISIANE GASTALDIM REZENDE	LISIANE GASTALDIM REZENDE	CLAUDETE FELIX PULCIDES	SANDRA REGINA PEREIRA	CLAUDETE FELIX PULCIDES
CJ	EM RACHEL MADER GONCALVES	ADRIANA DE BARRIOS SECCO	ELAINE APARECIDA TEIXEIRA	RAQUEL APARECIDA TRINDADE	ELAINE APARECIDA TEIXEIRA	RAQUEL APARECIDA TRINDADE	VIVIANE PRASS GALVAO
MZ	EM CARAMURU	ROSANA CAGGIANO	ROSANA MAGAS KASPRIKE	ROSANA CAGGIANO	SORAYA DO ROCIO TEIXEIRA LUIZ KLEINA	SORAYA DO ROCIO TEIXEIRA LUIZ KLEINA	KARLA REGINA JAZAR WEIBEL PEREIRA
MZ	EM DOM MANUEL DA SILVEIRA D'ELBOUX	LARISSA SILVEIRA COSTA	SILVANA VALERIO DA SILVA	SILVANA VALERIO DA SILVA	LARISSA SILVEIRA COSTA	SILVANA VALERIO DA SILVA	MARIA ANGELA KINELSKI
MZ	EM MIRAZINHA BRAGA	KARINA SPOSITO MOSSON	DANIELLE ANGELA RODRIGUES DE OLIVEIRA	KARINA SPOSITO MOSSON	DANIELLE ANGELA RODRIGUES DE OLIVEIRA	DANIELLE ANGELA RODRIGUES DE OLIVEIRA	ADRIANA DO CARMO BRUSAMOLIN VITTI
PN	EM GOVERNADOR LEONEL DE MOURA BRIZOLA	PATRICIA WOELLNER DE SOUZA	DANIELLE FASCOLIN	DANIELLE FASCOLIN	PATRICIA WOELLNER DE SOUZA	PATRICIA WOELLNER DE SOUZA	DANIELLE FASCOLIN
PN	EM HELENA KOLODY	IZABEL MARIA DA SILVA DE LIMA	FERNANDA BURECKI DOS SANTOS	FERNANDA BURECKI DOS SANTOS	IZABEL MARIA DA SILVA DE LIMA	FERNANDA BURECKI DOS SANTOS	VANIA LUCIA DIAS
PN	EM PROFESSORA ERICA PLEWKA MLYNARCZYK	RENATA WOELLNER	VIVIANE APARECIDA VIEIRA	VIVIANE APARECIDA VIEIRA	RENATA WOELLNER	RENATA WOELLNER	VIVIANE APARECIDA VIEIRA
PN	EM PROFESSORA JOANA RAKSA	PAULA REGINA RAKSA DA SILVA	MARLENE DE CARVALHO DE BRITO	ROCELI MARIA SCROCCARO	PAULA REGINA RAKSA DA SILVA	CLAUDETE BORGES DOS SANTOS	ARLETE MALAQUIAS LAZARO
PN	EM RIO BONITO	CELMA BARROSO DA SILVA KARAS	APARECIDA ABRAO MACHNA	APARECIDA ABRAO MACHNA	DENISE ESPILDORA GIRALDELLI	DENISE ESPILDORA GIRALDELLI	APARECIDA ABRAO MACHNA
PN	EM VILA ZANON	ROSANA FAGLIONI CARRASCO DE ALMEIDA	IRENE DE OLIVEIRA	MARCIA PECA	ERICA BRASIL SOVINSKI CUSTODIO	MARCIA PECA	
PR	EM DOUTOR OSVALDO CRUZ	MARCIO JOSE BODZIAK	MARIA LUCIMARIA BARES BODZIAK	MARIA LUCIMARIA BARES BODZIAK	MARCIO JOSE ZANETTI BODZIAK	MARIA LUCIMARIA BARES BODZIAK	MARCIO JOSE ZANETTI BODZIAK
PR	EM ELEVIR DIONISIO	DILVONETE DE SOUZA BALABUCH	KATIA ADRIANA LENERNEIER	DIRLENE TEREZINHA WOZNIAC	DILVONETE DE SOUZA BALABUCH	DILVONETE DE SOUZA BALABUCH	MARILIA ALVES DA SILVA
PR	EM ITACELINA BITTENCOURT	RAQUEL ZANDOMENIGHI	MARCIA DANTAS AMARAL DA SILVA	RAQUEL ZANDOMENIGHI	MARCIA DANTAS AMARAL DA SILVA	RAQUEL ZANDOMENIGHI	VIVIANE HOELDTKE RIBAS
PR	EM MADRE MARIA DOS ANJOS	TAIS SUSANA DASSIE	ROSANE DE MOURA COSTA	ROSANE DE MOURA COSTA	TAIS SUSANA DASSIE	TAIS SUSANA DASSIE	
PR	EM MIGUEL KRUG	VERA LUCIA NIEWEGLOWSKI	ROSANGELA APARECIDA BARANOSKI	ROSANGELA APARECIDA BARANOSKI	VERA LUCIA NIEWEGLOWSKI	KARIN ADRIANA STIEGLER DE OLIVEIRA	ADRIANA SANTOS WORMSBECHER
PR	EM PRESIDENTE PEDROSA	VIVIANE DE FATIMA ESTEGUES	ROSELI PADILHA PRINCE RISKE	ROSANGELA DE JESUS NARCISO	VIVIANE DE FATIMA ESTEGUES	ROSELI PADILHA PRINCE RISKE	AIDYL ALEXANDRA PESSOA DE MELLO
SF	EM NYMPHA MARIA DA ROCHA PELOW	ROSA MARIA AGUIDA MICCELLI	ZENILIA RODRIGUES LOPES ERCOLI	ZENILIA RODRIGUES LOPES ERCOLI	ROSA MARIA AGUIDA MICCELLI	GRACIELA APARECIDA GOMES	ROSA MARIA AGUIDA MICCELLI

(continuação)

[illegible]

(conclusão)

NRE 2015	NOME DA UNIDADE ESCOLAR EM 2015	PLEITO DE 2008 - MANDATO 3A - 2009-2011		PLEITO DE 2011 - MANDATO 3A - 2012 - 2014		PLEITO DE 2014 - MANDATO 3A - 2015 - 2017	
		DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A	DIRETOR/A	VICE-DIRETOR/A
BQ	EM JORNALISTA ARNALDO ALVES DA CRUZ	ELIZABETE ALVES DA CRUZ CAVALHEIRO	PAULA REGIANE OLESKO	ELIZABETE ALVES DA CRUZ CAVALHEIRO	KATIA REGINA DE ALMEIDA FOGGIATTO	ELIZABETE ALVES DA CRUZ CAVALHEIRO	NEUSA HISSAKO DOY BANDOCH
CJ	EM SENADOR ENEAS FARIA	MARIA ODETE CLARO PENTEADO	KARINA VIANA CONTIN	KARINA VIANA CONTIN	MARIA ODETE CLARO PENTEADO	MARIA ODETE CLARO PENTEADO	KARINA VIANA CONTIN
PN	EM EDUCACAO ESPECIAL TOMAZ EDISON DE ANDRADE VIEIRA	REGINA CELIA GRADOWSKI FARIAS DA COSTA MAINGUE	SIMONE CRISTINA LEFKO GONDRO	MARILDA APARECIDA RAMOS MALI	CRISTIANE DE AZEVEDO BOEHM	CLAUDIA ADRIANE PIANARO FALCO	VANESSA GOMES LOPES
PN	EM PROFESSORA MARIA IENKOT ZEGLIN	MARIA DE CASSIA LIMA RIBEIRO	MARCIA WROBLEWSKI	MARCIA ADRIANE FALAT TORTATO	JANAINA APARECIDA RABELO DE ALMEIDA	ADRIANA BOCHNIA ROSA	MARCELO DE OLIVEIRA ALVES
SF	EM VEREADOR JOAO STIVAL	DENISE LUCIENE LIPINSKI RUTKOSKI	ADRIANA GLOCK	ADRIANA GLOCK	JULIANA CASAGRANDE LOGARINI	DENISE LUCIENE LIPINSKI RUTKOSKI	TATIANE RENATA ZANETTI
BN	EM PROFESSORA NATHALIA DE CONTO COSTA	----	----	IDELMA LIMA DE OLIVEIRA	MARCIA MARANHO BONATO	CRISTIANE DE SOUZA BOZA	IDELMA LIMA DE OLIVEIRA
BV	EM PROFESSOR KO YAMAWAKI	----	----	JULIANA CRUZ	MARIA HELENA DE PAULA	JULIANA CRUZ	ANDREIA TROCHMANN CAMARGO
BV	EM TANIRA REGINA SCHMIDT	----	----	WANDISA FERREIRA	LETICIA SANTIAGO DZIADEK DOS SANTOS	WANDISA FERREIRA	LETICIA SANTIAGO DZIADEK DOS SANTOS
CIC	EM OTTO BRACARENSE COSTA	----	----	KARLA MONTEIRO KUEHNE	KATYA MICHELLY CAETANO DA SILVA	KARLA MONTEIRO KUEHNE	SARAH INÊS WEILLER LANSARIN
MZ	EM PROFESSOR BRANDAO	----	----	MARIA CRISTINA DIORIO	ALESSANDRA KLETTENBERG DALLA BENETTA	ALESSANDRA KLETTENBERG DALLA BENETTA	VERA REGINA TALAYER DE LIMA
MZ	EM VILA TORRES	----	----	CRISTINA ESTELA MARQUES DA SILVA	MONICA JACOBS KORTE	CRISTINA ESTELA MARQUES DA SILVA	MONICA JACOBS KORTE
PN	EM JOAO AMAZONAS	----	----	ROSEMARY DA SILVA	MARIA AMELIA SANTOS ARAUJO	SUSANA CRISTINA DE MELLO SCHUHLI	KELLY CRISTINE PROHMANN CAMARGO
PR	EM PROFESSORA MARIA NICOLAS	----	----	MILAINA ALVES BARSZCZ	SONIA MARA DE MELO BINHARA	SONIA MARA DE MELO BINHARA	ANDRESA CRISTINA CUNHA
BV	EM PILARZINHO	----	----	----	----	BARBARA MARIA XAVIER	NC
CIC	EM DOUTOR HAMILTON CALDERARI LEAL	----	----	----	----	ADRIANA AIKO SOGA RIBEIRO	VIVIANE ZANDONA (DECRETO POSTERIOR AO PLEITO)
CIC	EM VILA SAO JOSE	----	----	----	----	MARIA DA CONCEICAO SOUZA LOPES DO CARMO	NC
MZ	EM BATEL	----	----	----	----	LUCINEIA PERCIGILI	NAIARA CHANDELIER
PR	EM PROFESSORA NANSYR CECATO CAVICHIOLO	----	----	----	----	MARCIA ALEXANDRA RIBEIRO QUADRI	ELIZETE ALVES DA CRUZ

ANEXO 1 – AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA



CURITIBA



Prefeitura Municipal de Curitiba
Secretaria Municipal da Educação
Superintendência de Gestão Educacional
Departamento de Ensino Fundamental
Gerência Pedagógica
Av. João Gualberto, 623 7º Andar Torre A
Alto da Glória
80030-000 Curitiba PR
Tel 41 33503076
Fax 41 3350 3047
www.curitiba.pr.gov.br

Curitiba, 17 de dezembro de 2014.

AUTORIZAÇÃO

Informamos que a pesquisadora Renata Riva Finatti, aluna do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Paraná, orientada pelo professor Dr. Ângelo Ricardo de Souza, está autorizada a realizar a pesquisa **"O processo de eleições para o provimento dos cargos de direção escolar"**.


O objetivo deste trabalho é avaliar o processo de consulta/eleição para o provimento da direção escolar nas escolas públicas do município de Curitiba.

A pesquisadora pretende realizar pesquisa bibliográfica a análise documental e solicita acesso às leis que normatizaram os três últimos processos eleitorais, aos planos de gestão das chapas participantes, os relatórios gerais com as candidaturas e os resultados, pareceres das comissões especiais criadas para analisar os registros de candidatura e possíveis intercorrências durante o processo e as atas que registraram o processo de eleição em cada uma das escolas do município de Curitiba.

Após contato e análise dos documentos acima citados, se houver necessidade de realizar entrevistas com profissionais envolvidos com o processo eleitoral, a pesquisadora deverá entrar em contato novamente com Gerência Pedagógica solicitando autorização para novo procedimento de coleta de dados.

Ressaltamos também que a pesquisadora deverá entregar **uma cópia dos resultados da investigação** para a escola e outra para o Departamento de Ensino Fundamental – Gerência Pedagógica.

Atenciosamente,


Andresa Cristina Pisa
Mat. 53315
Gerente Pedagógica
Departamento de Ensino Fundamental